

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Marianna de Franco Gomes

# **GEOMORFOTOPÔNIMOS HISTÓRICOS**

Belo Horizonte

2019

Marianna de Franco Gomes

## **GEOMORFOTOPÔNIMOS HISTÓRICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística teórica e descritiva.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Maria Duarte dos Santos.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2019

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

G633g      Gomes, Marianna de Franco.  
              Geomorfotopônimos históricos [manuscrito] / Marianna de Franco  
              Gomes . – 2019.  
              222 f., enc. : il., maps., grafs., color., p&b.

              Orientadora: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

              Coorientadora: Márcia Maria Duarte dos Santos.

              Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

              Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

              Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas  
              Gerais, Faculdade de Letras.

              Bibliografia: f. 213-222.

              1. Língua portuguesa – Regionalismo – Minas Gerais – Teses. 2.  
              Toponímia – Minas Gerais – Teses. 3. Linguística histórica – Teses.  
              4. Lexicografia – Teses. 5. Cartografia histórica – Teses. I. Seabra,  
              Maria Cândida Trindade Costa de. II. Santos, Márcia Maria Duarte  
              dos. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de  
              Letras. IV. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



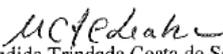
## FOLHA DE APROVAÇÃO

### GEOMORFOTOPÔNIMOS HISTÓRICOS

#### MARIANNA DE FRANCO GOMES

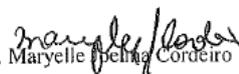
Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 13 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Maria Candida Trindade Costa de Seabra - Orientadora  
UFMG

  
Prof(a). Márcia Maria Duarte dos Santos - Coorientadora  
UFMG

  
Prof(a). Ana Paula Mendes Alves de Carvalho  
UFMG

  
Prof(a). Maryelle Helena Cordeiro  
UFMG

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2019.

*Às mães,*

*Nonna, Evelina Leone (in memoriam),*

*Mãe, Maria Franco,*

*Pelo valioso aprendizado de que o verdadeiro amor é inesgotável.*

## AGRADECIMENTO

A Deus, por cada presente divino, inclusive, a realização deste trabalho.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, por mostrar-me o caminho da pesquisa toponímica. Gratidão a quem devo os meus primeiros passos na vida acadêmica e a quem tanto admiro e respeito. Agradeço pela valiosa orientação deste trabalho!

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Maria Duarte dos Santos, por conduzir-me no caminho sobre a Cartografia Histórica de Minas Gerais. Sou muito grata pelo cuidado e atenção que ofereceu para a realização deste trabalho. Agradeço pelo rico aprendizado que propiciou!

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo auxílio financeiro promovido por meio de bolsa recebida durante o período de realização do Mestrado e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, por permitir a realização deste trabalho.

Aos professores da Faculdade de Letras da UFMG que, desde 2012, contribuem de modo enriquecedor para o meu aprendizado.

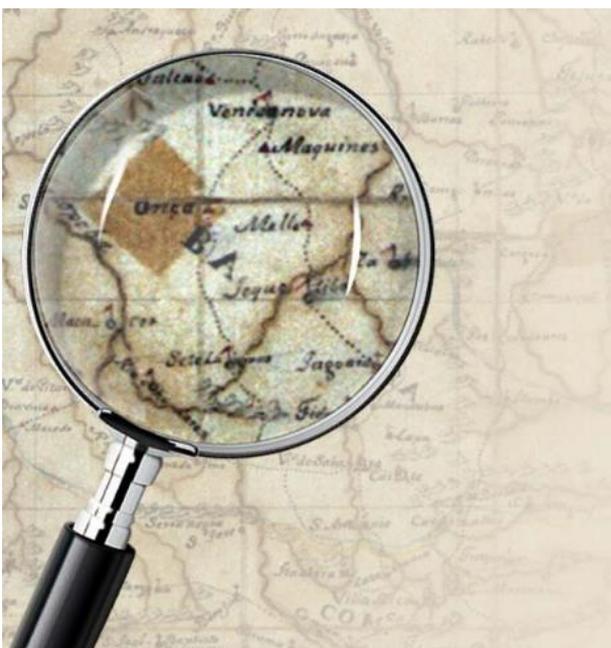
A minha família, pelo maior ensinamento compartilhado: o amor. À querida mãe por ser, acima de tudo, minha grande amiga em todos os momentos. Ao meu pai Enio, pelo carinho que tanto estimo e por mostrar-se sempre disposto a ajudar. Aos meus irmãos, Ênio Sasdelli, pela alegria indispensável, e Gabriella, cuja amizade e confiança tenho grande apreço. Ao meu cunhado, Leonardo, pelo apoio e sincera amizade. Ao meu primo Antonnionne, pelas conversas produtivas sobre a pesquisa. À madrinha Sylvania e ao padrinho Giuseppe, pelo incentivo e carinho desde quando eu era criança. À *nonna* Evelina (*in memoriam*), pelos bons e memoráveis exemplos. À querida Giuseppina (*in memoriam*), pela eterna alegria e apoio. Agradeço a minha família por compreenderem a minha ausência em determinados momentos, devido à realização deste trabalho, assim como pela compreensão que tiveram, sempre dispostos a ajudar-me com paciência e carinho.

À amizade e companheirismo durante e depois da graduação, Carolina Sampaio e Vanessa Marques, por todo apoio, confiança e encorajamento. Aos queridos amigos da pós-graduação, pelo auxílio e cordialidade. Às amigas de “longa data”, especialmente, Andressa e Miriã, pelo carinho de sempre.

À querida Maryelle, quem tive o prazer de conhecer durante a pesquisa e ofereceu-me, além de uma linda amizade, valiosos aprendizados.

Ao Jeander, amigo atencioso, por toda ajuda que cordialmente disponibilizou para a realização deste trabalho.

Agradeço a todos que contribuíram, de algum modo, para o desenvolvimento desta pesquisa.



*“Chega mais perto e contempla as palavras.*

*Cada uma*

*tem mil faces secretas sob a face neutra*

*e te pergunta, sem interesse pela resposta*

*pobre ou terrível, que lhe deres:*

*Trouxeste a chave?”*

(Carlos Drummond de Andrade. Fragmento do poema “Procura da Poesia”. In: ANDRADE, C. D.de. Antologia Poética. 42 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 185-187).

## RESUMO

Documentos cartográficos são fontes de informação de grande valor linguístico à Toponímia, uma vez que apresentam registros históricos usados como objetos de análise aos estudos. Diante dessa perspectiva, os objetivos deste trabalho compreenderam descrever e analisar os geomorfotopônimos coletados em mapas de Minas Gerais produzidos nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino. Partindo do pressuposto de que o topônimo guarda estreita relação com o ambiente que nomeia, propomos averiguar a presença dos traços topográficos associados ao relevo como fator motivacional no ato de nomeação dos acidentes geográficos compreendidos no período de povoamento de Minas Gerais. Utilizamos os pressupostos teóricos e metodológicos de Dick (1990 a,b, 1999, 2006) e Seabra (2004, 2006) sobre a Onomástica e a motivação toponímica e Costa et al. (2002, 2004); Resende e Villalta (2007) e Costa, Bueno e Santos (2007) sobre a Cartografia Histórica de Minas Gerais e o contexto histórico de consolidação da Capitania mineira. Como este trabalho é um desdobramento do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*, realizado entre 2014 e 2016, no Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (CRCH-UFMG), utilizamos Santos, Seabra e Costa (2016, 2017) como fonte de informações sobre o Projeto desenvolvido e, inclusive, para ter acesso ao banco de dados em que constam os geomorfotopônimos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Por meio do viés diacrônico, analisamos 101 geomorfotopônimos coletados no banco de dados do Projeto citado. Ao descrever a evolução toponímica dos nossos objetos de pesquisa, pudemos explicitar variações e mudanças na nomeação dos acidentes geográficos utilizando Dauzat (1926) e Seabra (2012) como respaldo teórico. A análise quantitativa e qualitativa dos geomorfotopônimos estudados permitiu evidenciar a presença e relevância dos traços do relevo no período de povoamento da região mineira ao nomear os primitivos arraiais. Além disso, verificamos a relação entre os topônimos estudados e o ambiente nomeado, verificada, inclusive, por meio de representações do relevo nos mapas que compõem o acervo cartográfico utilizado na pesquisa. Este trabalho explicita, portanto, a importância do estudo da Toponímia Histórica por permitir resgatar aspectos históricos e culturais de uma sociedade.

**Palavras-chave:** Léxico. Toponímia. Cartografia Histórica. Minas Gerais. Geomorfotoponímia.

## ABSTRACT

Cartographic documents are information sources of great linguistic value to toponymy as they present historical records used as objects of analysis to studies. Considering this perspective, the goals of this work were to describe and analyze the geomorphotoponyms collected from maps of Minas Gerais state in Brazil produced in the Colonial and joanine periods in the seventeenth and eighteenth centuries. Based on the assumption that toponymy is closely related to the environment it names, it is proposed to check the presence of the topographic features associated with the relief as a motivational factor in the act of naming the geographic accidents included in the settlement period of Minas Gerais. The theoretical and methodological assumptions of Dick (1990 a, b, 1999, 2006) and Seabra (2004, 2006) on onomastics and toponymic motivation and Costa et al. (2002, 2004); Resende and Villalta (2007) and Costa, Bueno and Santos (2007) on the historical cartography of Minas Gerais and the historical context of consolidation of Minas Gerais capitancy were used. As this work is a development of the project *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino* (Historical Cartographic Records: Revealing the Toponymic Heritage of Minas Gerais from the Colonial to the Joanine Period), performed between 2014 and 2016 at the Historical Cartography Reference Center of the Federal University of Minas Gerais (CRCH-UFMG), Santos, Seabra and Costa (2016, 2017) was used as a source of information about the developed project and also to enable the access to the database containing the geomorphotoponyms that compose the corpus of this research. Through the diachronic bias, 101 geomorphotoponyms collected from the database were analyzed. During the description of the toponymic evolution of our research objects, it was possible to explain variations and changes in the naming of geographical accidents by using Dauzat (1926) and Seabra (2012) as a theoretical support. The quantitative and qualitative analysis of the studied geomorphotoponyms allowed the emphasis on the presence and relevance of the relief features in the settlement period of Minas Gerais region when naming the first villages. Besides, the relation between the studied toponyms and the named surrounding was verified by means of relief portrayal in the maps that compose the cartographic collection used in the research. This work, then, discloses the importance of studying Historical Toponymy as it allows the recovery of historical and cultural aspects of a society.

**Keywords:** Lexicon. Toponymy. Historical Cartography. Minas Gerais. Geomorphotoponymy.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Onomástica. ....	25
<b>Figura 2</b> – Relação Triádica .....	26
<b>Figura 3</b> – Referência e Onomástica. ....	27
<b>Figura 4</b> – Vista de Mariana no período Joanino .....	50
<b>Figura 5</b> – Lavras de ouro e diamante em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.....	51
<b>Figura 6</b> – <i>Mondéos</i> ou tanques de decantação .....	52
<b>Figura 7</b> – Tela inicial do Atlas digital.....	73
<b>Figura 8</b> – Natureza dos topônimos.....	73
<b>Figura 9</b> – Distribuição dos topônimos de natureza física e antropocultural .....	74
<b>Figura 10</b> – Tela inicial do Repositório de Dados.....	75
<b>Figura 11</b> – Tela Fonte de dados .....	76
<b>Figura 12</b> – Banco de dados do Repositório digital .....	76
<b>Figura 13</b> – Tela do sistema de busca avançada.....	85
<b>Figura 14</b> – Tela do sistema de busca, geomorfotopônimos .....	85
<b>Figura 15</b> – Recorte de “Serranos” .....	98
<b>Figura 16</b> – Legenda do mapa da Capitania de Minas Gerais feito por Miranda (1804).....	102
<b>Figura 17</b> – Legenda/Explicação do mapa de Rocha (1778a).....	103
<b>Figura 18</b> – Informações estatísticas sobre a Capitania de Minas Gerais apresentadas por Eschwege no mapa produzido em 1821. ....	163
<b>Figura 19</b> – Morro da Garça: o aspecto do relevo em forma de pirâmide se destaca na paisagem .....	170
<b>Figura 20</b> – Semelhança verificada entre as formas do relevo das localidades mineiras atuais: “Campanha”, “Toledo” e “Campo Belo” .....	173
<b>Figura 21</b> – Representação do relevo no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1767, anônimo (primeira imagem) e no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1777, realizado por Rocha. ....	174
<b>Figura 22</b> – Representação do “Morro Desempenhado” e “Serra da Canastra” no mapa de Rocha (1777b) .....	174
<b>Figura 23</b> – Representação do relevo no mapa de 1808 ou 1809, anônimo (primeira imagem) e no mapa de 1804, realizado por Miranda (segunda imagem).....	176
<b>Figura 24</b> – Representação do relevo no mapa da Capitania de Minas Gerais produzido entre 1791 e 1798, anônimo. ....	176

<b>Figura 25</b> – Representação do relevo no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1821, realizado por Eschwege.....	177
<b>Figura 26</b> – Recorte da legenda do mapa de 1821, realizado por Eschwege. ....	188
<b>Figura 27</b> – Localização do destacamento “Campanha de Toledo” no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1821, realizado por Eschwege.....	194
<b>Figura 28</b> – “Serra da Buturuna” registrada no mapa de 1779, realizado por Rocha.....	204

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Cidade e Vilas de Minas Gerais: o ritmo de criação .....	49
<b>Gráfico 2</b> – Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais .....	83
<b>Gráfico 3</b> – Percentual dos geomorfotopônimos no Repositório de Dados .....	159
<b>Gráfico 4</b> – Distribuição dos geomorfotopônimos por Comarca da Capitania de Minas Gerais .....	163
<b>Gráfico 5</b> – Os geomorfotopônimos históricos de Minas Gerais por base toponímica .....	168
<b>Gráfico 6</b> – Distribuição do geomorfotopônimo “Morro” na Capitania de Minas Gerais ....	171
<b>Gráfico 7</b> – Origem linguística dos geomorfotopônimos que compõem o <i>corpus</i> desta pesquisa .....	181
<b>Gráfico 8</b> – Ocorrências de geomorfotopônimos segundo a estrutura morfológica. ....	184
<b>Gráfico 9</b> – Presença e ausência de artigo definido diante de antropônimo em nove pontos de Minas Gerais, segundo pesquisas realizadas sobre o tema.....	187
<b>Gráfico 10</b> – Ocorrências de acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais.....	189
<b>Gráfico 11</b> – Ocorrências dos acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos nos Setecentos e Oitocentos. ....	189
<b>Gráfico 12</b> – Variação, mudança e manutenção dos geomorfotopônimos que compõem o <i>corpus</i> desta pesquisa. ....	200

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – MAPPA das Minas do Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence. [ca. 1714/1717].....	46
<b>Mapa 2</b> – Minas Gerais nos Setecentos e nos Oitocentos Colonial e Joanino .....	48
<b>Mapa 3</b> – Divisão regional de 1990: Mesorregiões de Minas Gerais.....	53
<b>Mapa 4</b> – Atual divisão regional: Regiões Intermediárias de Minas Gerais .....	56
<b>Mapa 5</b> – Mapa extraído do original do P.e Cocleo. (Anônimo, post. 1710, AHEx, RJ). .....	57
<b>Mapa 6</b> – “Carta geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes” .....	62
<b>Mapa 7</b> – Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: mapa de Rocha (1777a) .....	161
<b>Mapa 8</b> – Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: mapa de 1821, realizado por Eschwege .....	162
<b>Mapa 9</b> – Altitude de Minas Gerais .....	172
<b>Mapa 10</b> – Geomorfotopônimos que nomeiam capelas e paróquias representados no mapa realizado por Rocha (1777a). .....	191

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Os mapas da Capitania de Minas Gerais e suas respectivas características.....	65
<b>Quadro 2</b> – Os mapas das Comarcas de Minas Gerais e suas respectivas características.....	68
<b>Quadro 3</b> – Estrutura da ficha lexicográfica.....	86
<b>Quadro 4</b> – Estrutura da ficha lexicográfica adotada nesta pesquisa .....	87
<b>Quadro 5</b> – Contexto cartográfico do topônimo histórico.....	87
<b>Quadro 6</b> – Exemplo de quadro-contexto cartográfico .....	93
<b>Quadro 7</b> – Mapas legendados de José Joaquim da Rocha .....	99
<b>Quadro 8</b> – Relação entre os geomorfotopônimos e a representação do relevo feita pelos cartógrafos autores do acervo cartográfico usado neste trabalho. ....	178
<b>Quadro 9</b> – Relação entre geomorfotopônimos que integram nome composto por adjetivo e que integram nome composto preposicionado. ....	185
<b>Quadro 10</b> – Relação entre o topônimo atual e o histórico de acordo com os registros cartográficos usados neste trabalho. ....	197

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

$\cap$  – Intersecção

A - Antroponímia

AC – Acre

ADJ – Adjetivo

ADJpl – Adjetivo plural

ADJsing – Adjetivo singular

AH – Acidente humano

AHEx – Arquivo Histórico do Exército

AM – Amazonas

ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística

Asing – Artigo singular

ATAOB – Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira

A TEC – Atlas Toponímico do Estado do Ceará

ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais

ATEMS – Atlas Toponímico do Estado do Mato grosso do Sul

ATEMT – Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso

ATEPAR – Atlas Toponímico do Estado do Paraná

ATIT – Atlas Toponímico do Estado do Tocantins

ATITO – Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins

BA – Bahia

Cach. – Cachoeira

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Ceará

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRCH – Centro de Referência em Cartografia Histórica

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FFLCH – Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GO – Goiás

GTLEX – Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia

ICOS – *International Congress of Onomastic Sciences*

IGC – Instituto de Geociências

MA – Maranhão

MG – Minas Gerais

MHNJB – Museu de História Natural e Jardim Botânico

MT – Mato Grosso

NC – Nome composto

NCf – Nome composto feminino

NCm – Nome composto masculino

Nf – Nome feminino

Nm – Nome masculino

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PR – Paraná

Prep – Preposição

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

S – Substantivo

SC – Santa Catarina

SE – Sergipe

SP – São Paulo

Spl – Substantivo plural

Ssing – Substantivo singular

T – Toponímia

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFT – Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 A ONOMÁSTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>22</b>
1.1 O léxico e suas ciências .....	22
1.2 A Onomástica .....	24
1.3 O topônimo e o ambiente .....	28
1.4 A estrutura do topônimo .....	30
1.5 O caráter motivacional do topônimo .....	33
1.6 A taxa objeto de estudo: o geomorfotopônimo .....	36
1.7 O estado da arte dos estudos toponímicos .....	38
<b>2 A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>44</b>
2.1 A Capitania de Minas Gerais .....	44
2.1.1 As Comarcas e o atual território mineiro .....	52
2.1.2 O topônimo “Minas Gerais” .....	57
2.2 A Cartografia nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino .....	58
2.3 O Projeto <i>Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino</i> .....	63
2.3.1 Desenvolvimento .....	64
2.3.2 Produtos .....	72
2.3.3 Autores dos mapas .....	77
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>82</b>
3.1 Formação do <i>corpus</i> toponímico .....	84
3.2 As fichas lexicográficas .....	86
3.2.1 Definições operacionais .....	87
3.3 Informações operacionais sobre os mapas utilizados no trabalho .....	95
3.3.1 Critérios de escolha dos mapas .....	95
3.3.2 Legendas .....	97
3.3.3 Acidentes geográficos .....	101

<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>110</b>
4.1 Apresentação descritiva dos dados: as fichas lexicográficas .....	110
4.2 Análise quantitativa e discussão dos resultados .....	159
4.2.1 A relação entre os geomorfotopônimos históricos de Minas Gerais e o ambiente...	165
4.2.2 Análise da representação do relevo nos mapas.....	174
4.2.3 Análise da origem linguística .....	181
4.2.4 Análise da estrutura morfológica.....	183
4.2.5 Análise dos acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos .....	187
4.2.6 Análise da variação e mudança toponímica.....	195
4.2.6.1 As variações ortográficas .....	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>213</b>

## INTRODUÇÃO

Como pensar na configuração do território mineiro e não o remeter aos traços da geografia física, como rios e relevo? Desenhado por morros, seus contornos históricos são marcos que ainda hoje nomeiam suas terras.

A Cartografia Histórica é contemplada como importante fonte de informação linguística para a investigação toponímica, uma vez que reúne nomes de lugares - registros históricos - que são valiosos objetos de estudo. Certamente, as pesquisas não se esgotarão enquanto a Toponímia puder indicar e resgatar pistas de um povo e de uma cultura, consolidando-se como um verdadeiro patrimônio imaterial. Além disso, a pesquisa sempre permite releituras de dados que a tornam inesgotável.

Este trabalho é um desdobramento do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*<sup>1</sup>, que objetivou resgatar e analisar o léxico toponímico histórico de Minas Gerais, por meio da coleta de topônimos em mapas de Minas Gerais produzidos no período Colonial (1720-1815) e Joanino (1808-1821). Diante das tendências gerais verificadas por meio dos produtos do Projeto citado, a taxa dos geomorfotopônimos revelou-se como uma das mais produtivas ao considerar todas as ocorrências verificadas, o que motivou a escolha por estudar essa taxonomia, isoladamente.

Para o entendimento do objeto de estudo deste trabalho partimos, primeiramente, da definição do termo “topografia”:

1. A configuração da superfície da Terra, incluindo o relevo, a posição dos cursos d'água, as estradas, as cidades, etc. O conjunto das características naturais e físicas da Terra. Um acidente simples, como uma montanha ou um vale, é denominado acidente topográfico. A topografia é subdividida em hipsometria (os aspectos do relevo), em hidrografia (os detalhes relativos à drenagem), em cultura (a obra do homem) e em vegetação. 2. A ciência de representação dos aspectos naturais e artificiais de um lugar ou de uma região, especialmente no modo de apresentar suas posições e altitudes. O termo inclui os campos científicos e técnicos de levantamento, da geodésia, da geofísica e da missão de informações geográficas. (OLIVEIRA, 1993, p. 538).

Conforme apresentado por Oliveira (1993, p.538) a topografia compreende ampla significação, já que se refere a vários elementos da natureza física, como, também, elementos de natureza humana, correspondentes à ação do homem sobre o ambiente físico. Desse modo, explicitamos que os geomorfotopônimos, objetos deste trabalho, associam-se a alguns aspectos

---

<sup>1</sup> O Projeto, apoiado pelo CNPq Processo nº 408869/2013-5, foi realizado entre 2014 e 2016, no Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (CRCH-UFMG), coordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e subcoordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Maria Duarte dos Santos.

da topografia. Tratam-se de topônimos motivados por elementos topográficos físicos, particularmente os que se relacionam às formas de relevo. Segundo a classificação toponímica proposta por Dick (1990a,b), que permite classificar os topônimos de acordo com os principais fatores motivacionais, a taxonomia dos geomorfotopônimos corresponde aos aspectos topográficos que se pretende estudar neste trabalho.

A relevância dos estudos toponímicos deve ser considerada, principalmente, porque possibilita resgatar o significado do topônimo como forma de conhecimento. A escolha por estudar os geomorfotopônimos se justifica pela ausência de um estudo específico dessa taxa em Minas Gerais, principalmente, que compreenda o viés diacrônico. Acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para descrever o léxico toponímico de Minas Gerais, somando-se aos trabalhos já realizados sobre outras taxas no território.

Pretendemos, dessa maneira, por meio do viés diacrônico, analisar a evolução toponímica dos geomorfotopônimos, coletados no banco de dados do Projeto citado, e explicitar variações, mudanças e a permanência desses topônimos no território atual. Além disso, objetivamos descrever traços do relevo verificados por meio dos topônimos e a relação estabelecida entre o ambiente nomeado, de acordo com o contexto histórico de produção cartográfica em que os topônimos foram coletados. Tendo em vista a importância do relevo no período de povoação do território que hoje conhecemos como Minas Gerais, acreditamos que tais elementos da topografia poderiam ser marcos e referências para os primeiros desbravadores do território e, posteriormente, para a definição de rotas – caminhos, para os habitantes das Minas. Supomos, também, que o sentimento de admiração pelas paisagens da Colônia, o que inclui a admiração pela forma de relevo, poderia refletir na nomeação dos lugares.

Partimos do pressuposto de que o topônimo esteja associado ao ambiente que nomeia, conforme apresenta Sapir (1961) ao explicitar a relação entre o léxico e o ambiente. Partindo da Onomástica, respaldamos em Dick (1990a,b, 1999) e Seabra (2004, 2006) para explicarmos a motivação toponímica, dado que o ato denominativo de um local contempla a relação entre o topônimo e a realidade de mundo vivenciada pelo denominador. Conforme afirma Dick (1990b, p.47) em relação ao topônimo: “sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida”. Esses pressupostos teóricos, que fundamentam a nossa pesquisa, são apresentados no **Capítulo 1** deste trabalho, intitulado “A Onomástica e seus desdobramentos”.

O **Capítulo 2**, intitulado “A Cartografia Histórica de Minas Gerais”, inicia-se por meio da apresentação que contextualiza a realidade vivenciada no período Colonial até a

formação da Capitania de Minas Gerais (1720) para o devido entendimento da produção cartográfica nesse período, por meio do respaldo teórico em Costa et al. (2002, 2004); Resende e Villalta (2007) e Costa, Bueno e Santos (2007).

Tendo em vista que os dados do projeto influenciam neste trabalho, ainda no segundo capítulo, discorreremos sobre o desenvolvimento e produtos do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino* ao evidenciarmos questões teóricas e metodológicas necessárias para o entendimento deste trabalho. Usamos Santos, Seabra e Costa (2016, 2017) como fonte de informações sobre o projeto desenvolvido, inclusive, sobre o Repositório de Dados que constitui um dos produtos do Projeto e contempla o banco de dados em que os geomorfotopônimos foram coletados para constituir o *corpus* desta pesquisa.

No **Capítulo 3**, intitulado “Procedimentos metodológicos”, explicamos sobre a formação do *corpus* toponímico deste trabalho. Explicitamos o procedimento metodológico de fichas lexicográficas adotadas para esta pesquisa, desenvolvidas por Dick (1990) e adaptadas por Seabra (2004), e explicamos as adaptações para o nosso trabalho. Ainda no capítulo 3, apresentamos informações operacionais sobre os documentos cartográficos contemplados na pesquisa para que a análise dos dados e resultados apresentados no último capítulo fossem compreendidos adequadamente.

No **Capítulo 4**, intitulado “Apresentação e análise dos dados”, apresentamos os dados descritivamente, por meio das fichas lexicográficas, quantitativamente, por meio de análises quantitativas evidenciadas em gráficos, diagramas e mapas, e qualitativamente, discorrendo sobre os resultados verificados. Ademais, neste capítulo buscamos analisar os dados tendo em vista os objetivos propostos e promover a discussão dos resultados utilizando o respaldo teórico que fundamenta esta investigação.

Nas **Considerações Finais**, reiteramos o percurso teórico, metodológico e de análise dos dados traçados neste trabalho, explicitamos os principais resultados verificados por meio da pesquisa, além de reafirmar a importância do trabalho realizado.

Em **Referências**, por fim, expomos as fontes consultadas para o desenvolvimento deste trabalho.

*“Se o mundo é grande demais,  
Sou carro de boi,  
Sou canção e paz,  
Sou montanha entre a terra e o céu,  
Sou Minas Gerais”.*

(Marcus Viana. Fragmento da música “Pátria Minas/ Imaculada”. Disponível em:< <https://www.lettras.com.br/marcus-viana/patria-minas-imaculada>> Acesso em: nov. 2018).

# 1 A ONOMÁSTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

## 1.1 O léxico e suas ciências

O ato de nomear possibilita constituir um acervo de palavras que correspondem à realidade de mundo de quem as utiliza, como apresenta Abbade (2012, p.145) “a palavra nomeia o mundo e as coisas desse mundo”. Dessa forma, o homem nomeia tudo que o cerca, já que nomear é “uma necessidade de organização e de orientação” (ANDRADE e DICK, 2012, p.198). Diante dessa perspectiva, explica Carvalho:

[...] para compreender o papel da língua na vida da comunidade, é preciso ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas, como, por exemplo, o ato de nomear, em que se evidencia a importância da palavra e o seu papel como elemento revelador de aspectos socioculturais de um grupo humano. (CARVALHO, 2018, p.1124)

Para compreender o léxico, apoiamo-nos na definição apresentada pelo Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL:

O léxico é entendido como o conjunto de todas as palavras de uma língua, também chamadas de lexias. As lexias são unidades de características complexas cuja organização enunciativa é interdependente, ou seja, a sua textualização no tempo e no espaço obedece a certas combinações. Embora possa parecer um conjunto finito, o léxico de cada uma das línguas é tão rico e dinâmico que mesmo o melhor dos linguistas não seria capaz de enumerá-lo. Isto ocorre porque dele faz parte a totalidade das palavras, desde as preposições, conjunções ou interjeições, até os neologismos, regionalismos ou terminologias, passando pelas gírias, expressões idiomáticas, provérbios ou palavras. (Site GTLEX)<sup>2</sup>

Compreendemos, desse modo, que o léxico de uma língua revela aspectos culturais de um povo, já que as palavras utilizadas por seus falantes correspondem à experiência e à realidade por eles vivenciada. Dessa maneira, há palavras em desuso, assim como há palavras novas (neologismos) e ainda, palavras que variam em diferentes ambientes e situações (variações regionais e sociais, por exemplo). Toda essa dinamicidade da língua se manifesta no sistema lexical que está constantemente se renovando, de acordo com a necessidade de seus usuários, como apresenta Biderman (2001):

O léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. (BIDERMAN, 2001, p.179)

---

<sup>2</sup> Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. Disponível em: <<http://www.letas.ufmg.br/gtlex/>> Acesso em: 10 jul. 2018.

Logo, não é possível tratar o léxico como um sistema fechado e fixo. Sujeito a mudanças constantes, as palavras que integram o léxico de uma sociedade correspondem à visão de mundo de um determinado povo, respeitando seus gostos, ideias e cultura. Esclarece Seabra (2004, p.34): “Como portadoras de significado, as unidades lexicais refletem os diferentes momentos da história de uma sociedade, enquanto recortam o universo em categorias que variam exprimindo visões particulares de mundo”. Por meio do léxico é possível “materializar o conhecimento produzido por uma sociedade” (ISQUERDO, 2012, p.115) e, assim, revelar a realidade de um grupo social, contemplando fatos de cultura, conforme completam Oliveira e Isquerdo (2001):

[...] o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura. (OLIVEIRA e ISQUERDO, 2001, p.9)

No âmbito dos estudos lexicais, três ciências são contempladas: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. Apesar de terem a palavra como objeto de estudo e integrarem os estudos na área do léxico, cada ciência apresenta as suas especificidades.

Para Biderman (2001, p.16), a Lexicologia é “ciência antiga, tem como objetos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico”. Segundo a mesma autora (2001, p.17), a Lexicografia é “a ciência dos dicionários” e a Terminologia para a estudiosa (2001, p.19) “se ocupa de um subconjunto do léxico de uma língua, a saber, cada área específica do conhecimento humano”.

O Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL<sup>3</sup> apresenta a seguinte definição para as essas ciências:

- Lexicologia:

A Lexicologia é a ciência que estuda o léxico e a sua organização de pontos de vista diversos. Cada palavra remete a particularidades relacionadas ao período histórico em que ocorre, à região geográfica a que pertence, à sua realização fonética, aos morfemas que a compõem, à sua distribuição sintagmática, ao seu uso social e cultural, político e institucional. Desse modo, cabe à Lexicologia dizer cientificamente em seus variados níveis o que diz o léxico, ou seja, a sua significação. Ao lexicólogo, especialista da área, incumbe levar a termo essa tarefa tão complexa sobre uma ou mais línguas.

- Lexicografia:

A Lexicografia é a ciência, intimamente ligada à Lexicologia, que tem por finalidade elaborar obras de referência, principalmente dicionários, impressos ou on-line, além de bases de dados lexicais. Dessa Lexicografia prática distingue-se a Lexicografia

---

<sup>3</sup> Grupo de trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. Disponível em < <http://www.lettas.ufmg.br/gtlex/> > Acesso em: 18 set. 2018.

teórica, ou Metalexicografia, que estuda todas as questões ligadas aos dicionários (história, problemas de elaboração, análise, uso).

- Terminologia:

O termo “terminologia” pode ter duas acepções distintas. A primeira refere-se ao conjunto vocabular próprio de uma ciência, técnica, arte ou atividade profissional (TERMISUL1; *O Pavel*2), como por exemplo a terminologia da Informática, da Biotecnologia, do Direito, da Música, etc. A segunda acepção designa não só o conjunto de práticas e métodos utilizados na compilação, descrição, gestão e apresentação dos termos de uma determinada linguagem de especialidade (=terminologia enquanto atividade) (SAGER,1993), como também o conjunto de postulados teóricos necessários para dar suporte à análise de fenômenos lingüísticos concernentes à comunicação especializada, incluídos aí os termos, evidentemente (=terminologia enquanto teoria).

## 1.2 A Onomástica

A Onomástica está vinculada à Lexicologia por objetivar o estudo do nome próprio.

Contemplando objetos de estudo distintos, a Onomástica se divide em dois ramos:

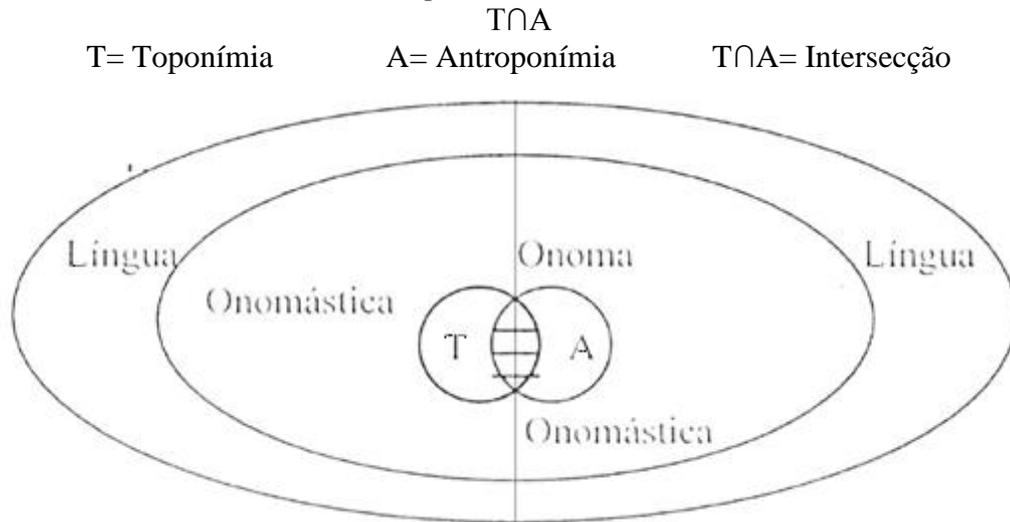
1. a Antroponímia – estuda os nomes próprios de pessoas, assim como nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos;
2. a Toponímia – estuda os nomes próprios de lugares.

Observa-se que tanto a Antroponímia quanto a Toponímia<sup>4</sup>, apesar de compreenderem diferentes objetos de estudo, compartilham a característica onomástica que possibilita ao item lexical receber caráter denominativo. Ou seja, para Seabra (2004, p.37): “apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da Onomástica - pessoa e lugar - têm na mesma uma relação de inclusão”, como é ilustrado por meio da figura a seguir:

---

<sup>4</sup> Com a criação da lista de termos onomásticos importantes, recomendados pelo *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS 2011), é pertinente evidenciar que, atualmente, os termos “Antroponomástica” e “Toponomástica” convivem com os tradicionais termos “Antroponímia” e “Toponímia”, como apresentam Seabra e Isquierdo (2018, p.995): “termos que hoje já podem ser encontrados em diversos trabalhos de pesquisas no Brasil e no exterior”.

Figura 1 – Onomástica: A zona de intersecção, por meio do onoma, une a Toponímia e a Antroponímia como partes da Onomástica.



Fonte: Dick. (1999, p.145)

Nesse processo denominativo, o item lexical se cristaliza como antropônimo (nome próprio de pessoa) ou topônimo (nome próprio de lugar). Essa cristalização, inclusive, permite o sobreviver por longo período. Dessa forma, os nomes próprios de pessoas e de lugares despertam o interesse de todos, estudiosos ou não, já que remetem ao passado, tratando-se de “um sistema de denominação que reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores” (SEABRA e ISQUERDO, 2018, p.994).

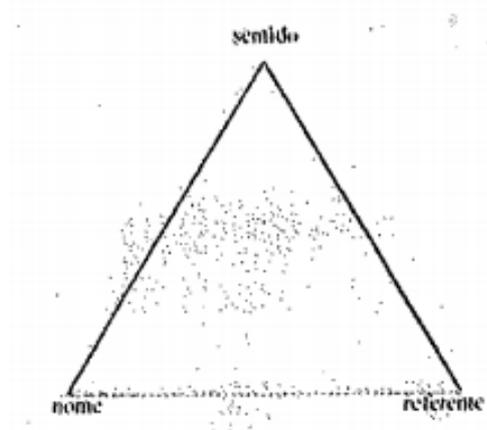
Tratando-se de um processo que envolve o ato de nomear, torna-se pertinente explicar a noção de referência, como é evidenciado por Seabra (2006, p.1954): “ao se associar a uma determinada realidade o signo linguístico passa a essa se referir, carregando-se de sentido”. Seabra (2006, p.1955) apresenta a relação entre nome, referente e sentido desenvolvido por Ogden & Richards (1923, p.11)<sup>5</sup> e Ullmann (1957, p.112)<sup>6</sup> e reaplicado por Lyons (1977, p.85)<sup>7</sup>:

<sup>5</sup> OGDEN, C. K.; RICHARDS, I.A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

<sup>6</sup> ULLMANN, S. *The Principles of Semantics*. Glasgow: Jackson & Oxford Blackwell, 1957.

<sup>7</sup> LYONS, John. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.

Figura 2– Relação Triádica: A relação estabelecida entre o nome e o referente inclui a mediação do sentido.



Fonte: Seabra. (2006, p.1955)

Observa-se, na figura, que linhas contínuas ligam o nome ao sentido até alcançar o referente, evidenciando uma relação direta. A linha pontilhada que liga o nome ao referente, ao contrário, evidencia uma relação indireta, já que precisa ser mediada pelo sentido, como conclui Seabra (2006, p.1955): “a identificação do referente passa pelo sentido do nome”.

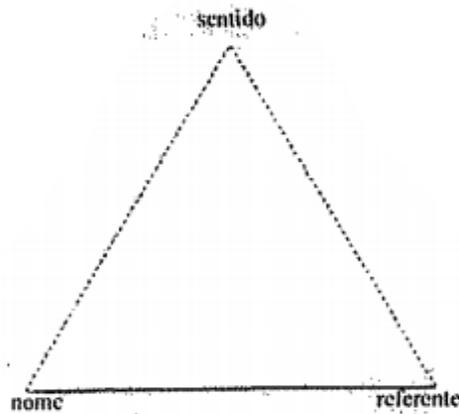
É possível observar, porém, casos em que o nome não passa pelo sentido, associando-se diretamente ao referente, consoante ao que explica Seabra (2006) de acordo com Liberato (1997)<sup>8</sup>:

As questões sobre referência vêm, também, sendo objeto de estudo nessa área. LIBERATO (1997), ao analisar expressões lingüísticas em português, mostra que a identificação, no caso dos *nomes próprios* e dos *nomes de lugares*, pode não passar pelo sentido, sendo remetidos *diretamente* para o referente. (SEABRA, 2006, p.1955).

O diagrama seguinte mostra essa relação:

<sup>8</sup> LIBERATO, Yara. *A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Tese de doutorado, 1997.

Figura 3– Referência e Onomástica: tratando-se da Toponímia, o nome não precisa ser mediado pelo sentido para alcançar o referente.



Fonte: Seabra. (2006, p.1955)

Tratando-se da Toponímia, área na qual este estudo se insere, afirmamos, portanto, que ainda que o falante não identifique o sentido do nome (apesar de conhecidos, pois, são nomes constantemente usados pelos falantes, quase sempre têm significados incompreensíveis), a eficiência da comunicação será estabelecida pelo caráter referencial dos nomes de lugares, ou seja, o topônimo assume na comunicação a representação referencial locativa. Segundo Seabra e Isquerdo (2018, p.994), isso ocorre porque a função referencial, em Onomástica, é a que se destaca, completa Seabra:

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido de função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem da do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. (SEABRA, 2006, p.1956)

De acordo com a estudiosa: “O que rege o uso de topônimos é, pois, a aplicação que o falante faz sobre a capacidade do ouvinte de identificar o referente com base nas propriedades locativas a ele atribuídas através da descrição” (SEABRA, 2006, 1956). Tais propriedades locativas, atribuídas no ato da denominação, variam de acordo com a experiência de mundo do denominador, o que inclui o grupo social a que está inserido, podendo corresponder às propriedades que se associam aos aspectos físicos do ambiente ou aos aspectos socioculturais do grupo que habita o local. Essa relação entre o topônimo e o ambiente nomeado será apresentada na seção seguinte.

### 1.3 O topônimo e o ambiente

Se o léxico da língua permite inferir traços de um povo por ser constituído pelo acervo cultural de uma sociedade, é possível afirmar que o léxico permite compreender o ambiente ou parte do ambiente de um povo, como apresenta Sapir (1961, p.49): “o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam”.

Para o linguista (1961), a divisão do ambiente é retratada da seguinte forma<sup>9</sup>:

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. (SAPIR, 1961, p. 44)

Sapir (1961, p.45) completa a explicação ao explicitar a ação das forças sociais sobre o ambiente físico: “[...] o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais”. Dessa maneira, ainda que o léxico possa evidenciar aspectos da natureza física do ambiente, é a intenção do denominador e o seu interesse social por determinado traço físico, que determinará a nomeação, tendo em vista que “o interesse social determina a natureza do léxico” (SAPIR, 1961, p.47).

Dollfus (1982, p.9) diz que o espaço geográfico<sup>10</sup> é diferenciado por compreender fenômenos únicos em suas paisagens, assumindo, assim, que “uma paisagem nunca é exatamente igual a outra”. Seguindo esse pensamento de que um espaço geográfico é único, contemplando suas diferentes paisagens e fenômenos constituintes, Dollfus (1982, p.52) apresenta a relação entre o espaço geográfico e o homem:

O espaço geográfico é um espaço percebido e sentido pelos homens em função tanto de seus sistemas de pensamento como de suas necessidades. À percepção do espaço

<sup>9</sup> A Geografia contempla o estudo tanto dos aspectos geográficos físicos (naturais) quanto dos aspectos geográficos humanos (referentes à ação do homem sobre o ambiente físico). Desse modo, apresentamos a ressalva de que os fatores físicos considerados na divisão do ambiente apresentada por Sapir (1961, p.44), se referem aos aspectos geográficos de natureza física, ou seja, alguns elementos da topografia (referentes ao relevo), clima, fauna e flora, como apresenta o autor.

<sup>10</sup> Segundo Dollfus (1982), professor de geografia na Universidade Paris VII-Denis Diderot, o espaço geográfico é compreendido como: “Segundo uma acepção apenas aparentemente mais restritiva, é o espaço habitável, o *oekumeno* dos Antigos, todo e qualquer espaço em que as condições naturais possibilitem a organização da vida em sociedade”. Tratando-se de um espaço mutável e diferenciado “cuja aparência visível é a paisagem” completa: “Por conseguinte, surge o espaço geográfico como o esteio de sistemas de relações, algumas determinadas a partir dos dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima, vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas [...] de toda essa tossitura pejada de densidade histórica a que damos o nome de civilização” (DOLLFUS, 1982, p.7-8)

real, campo, aldeia ou cidade, vêm somar-se ou combinar-se elementos irracionais, míticos ou religiosos. [...] Cada agrupamento humano possui uma percepção própria do espaço por ele ocupado e que, desta ou daquela maneira, lhe pertence. (DOLLFUS, 1982, p.52)

A maneira como o homem entende o espaço geográfico dependerá, portanto, da percepção coletiva que assume no espaço ocupado. Tratando-se da Toponímia, que se insere nas ciências lexicais, o ato denominativo contempla primeiramente, como aponta Dick (1990a, p.39), a intencionalidade do denominador ao nomear determinado acidente geográfico<sup>11</sup>, seja ele motivado por aspectos físicos ou antropoculturais do ambiente, retratando a realidade de determinado grupo social. Conforme explicita Suertegaray<sup>12</sup> (apud NASCIMENTO, ANDRADE, PEREIRA, 2018, p.1013) o ambiente, na área da Geografia, remete à relação natureza/sociedade “uma conjunção complexa e conflituosa que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem”. Os autores completam:

Cavalcante (2006) apud Cavalcante e Santos (2013, p. 2) confirma que o ambiente é “um meio (re)produzido, como resultado das ações humanas acumuladas sobre o meio natural”. E complementa que seus “componentes refletem, sobretudo, uma complexa e dinâmica interação entre os processos históricos, socioculturais, econômicos e ambientais” (p. 2). Nesta perspectiva, o ambiente é produto da relação dialética, sistêmica e complexa da sociedade e os aspectos físicos naturais de um espaço. (NASCIMENTO, ANDRADE e PEREIRA, 2018, p.1013)

Compreendemos o topônimo como “o resultado da ação do nomeador ao realizar um recorte no plano das significações, representações, ou seja, praticar um papel de registro no momento vivido pela comunidade” (ANDRADE e DICK, 2012, p.197). Verificamos, dessa forma, a estreita relação entre o topônimo e o ambiente:

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Sua carga significativa guarda estreita ligação com o solo, o clima, a vegetação abundante ou pobre e as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. (DICK, 1990b, p.47)

O topônimo possibilita diferenciar os traços diversos das paisagens ao atribuir propriedades específicas que as singularizam. Porém, o distanciamento cronológico do período em que ocorreu a nomeação e, conseqüentemente, a ausência do denominador, torna difícil compreender claramente a “intencionalidade” do denominador (Dick, 1990a, p. 50). Nesse ponto, salienta-se o valor do topônimo ao compreender o que Dick (1990b, p.20) considera como “fóssil linguístico”. Trata-se do topônimo que compreende o desaparecimento de suas causas

<sup>11</sup> Dick (1990a, p.39) considera como acidente geográfico físico: “rio, lago, morro, montanha, etc..” e acidente geográfico humano: “vila, povoado, cidade, rodovia, ponte, etc...”

<sup>12</sup> SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Ambiência e pensamento complexo: Resignific(ação) da Geografia*. In: SILVA, A. D.; GALENO, A. (Org.). *Geografia – Ciência do Complexus. Ensaios Transdisciplinares*. Curitiba: Ed. Sulina; UFPR, 2004, p.196.

motivadoras, certamente, diante da distância cronológica compreendida entre o ato denominativo e o apagamento do seu sentido original, sobrevivendo como um fóssil. Destarte, salienta Dick (1990b):

[...] alguns estudiosos da Toponímia procuram, assim, defini-lo em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não da língua falada na região em exame apenas, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário. (DICK, 1990b, p.20)

O topônimo é compreendido como um patrimônio imaterial na medida em que possibilita resgatar informações históricas e culturais que, com o tempo, se perderam e foram esquecidas, tornando-se um nome que não compreende mais a relação com a realidade atual de um povo. Desse modo, mantendo-se igual, ou com pequenas mudanças, ou seja, cristalizado, o topônimo reserva o caráter de “testemunho histórico” por gerações:

Se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990a, p.22)

Neste estudo, evidenciamos a possibilidade desse resgate, posto que apresentamos como objetos de pesquisa topônimos históricos, relativos à topografia associada ao relevo, coletados em mapas de Minas Gerais do período Colonial e Joanino. Apresentam Santos e Seabra (2012, p.246), por meio do estudo de topônimos históricos em mapas da Capitania de Minas Gerais:

Por ser iconicamente simbólico, o nome de lugar nos fornece valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos, ii) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo *corpus* de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indica um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados. (SEABRA e SANTOS, 2012, p.246)

#### 1.4 A estrutura do topônimo

Baseando-se em Dick (1990b, p.10), os topônimos (*topos* = lugar) apresentam uma relação binômica, pois, se ligam ao acidente geográfico que identificam e singularizam. É

pertinente explicitarmos a utilização, neste trabalho, da expressão “acidente geográfico” por meio do respaldo em Santos, Seabra e Menezes (2017)<sup>13</sup>:

um acidente do espaço geográfico pode ser relacionado às suas definições, mais e menos difundidas entre os estudiosos, mas clássicas e dicionarizadas, a saber: manifestações contrastantes do terreno em comparação com as áreas circunvizinhas (OLIVEIRA, 1993; HOUAIS, 2004), ou qualidade ou propriedade não permanente de um sujeito (HOUAISS, 2004), no caso, um lugar. Embora as duas acepções sejam de interesse, é a segunda que se considera mais produtiva, tendo em vista os estudos de geografia e de toponímia histórica, pois é consoante, de um lado, a uma característica fundamental do espaço geográfico – sua mutabilidade, inexorável, mesmo que à escala da vida humana, nem sempre essas mudanças possam ser percebidas –; e, de outro, à perspectiva teórico-metodológica diacrônica que se pode imprimir nos estudos em questão. (SANTOS, SEABRA, MENEZES, 2017)

Segundo o que os autores apresentam, a compreensão de acidente geográfico como propriedade não permanente de um lugar torna-se adequada tratando-se da Toponímia e, principalmente, da Toponímia Histórica, como este trabalho contempla.

Dick (1990a, p.39) considera como acidente geográfico físico: “rio, lago, morro, montanha, etc..” e acidente geográfico humano: “vila, povoado, cidade, rodovia, ponte, etc...”. Dessa maneira, constitui-se o sintagma toponímico: formado pelo termo genérico (relacionado ao acidente geográfico denominado) e o termo específico (o topônimo), associando-se de maneira justaposta ou aglutinada, conforme a natureza da língua. O *rio do Boi* (MG), por exemplo, constitui-se de maneira justaposta. *Parauna* (“rio negro”), como apresenta Dick (1990b, p.10), constitui-se de forma aglutinada.

Dick (1990b, p.13-14), expõe a seguinte classificação:

- Topônimo ou elemento específico simples: constituído por um só formante, podendo, também, apresentar sufixos. Ex.: *Alminhas* (cach. das RS).
- Topônimo composto ou elemento específico composto: quando apresenta mais de um elemento formador. Salienta Dick (1990b, p.13-14) a possibilidade de gerar, às vezes, formações inusitadas como *Fôlego do Sergio* (AH BA).
- Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: constituído por termos de diferentes origens linguísticas. Ex.: *Lajinha do Mutum* (AH MG), uma vez que seja constituído por *Lajinha* (origem portuguesa) e *Mutum* (origem indígena Tupi)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; MENEZES, P. M. L. de. A memória toponímica dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, Província de Minas Gerais, no croquis topográfico de James Wells, de 1874. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, Belo Horizonte, v. 26, dez. 2017. (No prelo).

<sup>14</sup> De acordo com Navarro (2013, p.320) *mutum*, de origem indígena (Tupi) é o nome genérico de aves galiformes da família dos cracídeos.

Exemplificamos, também, por meio de topônimos que pertencem ao *corpus* deste trabalho, coletados do Repositório de Dados<sup>15</sup>: “Chapada” (atualmente o município figura “Chapada do Norte”, MG) exemplifica o topônimo simples e “Campanha de Toledo” (município atualmente denominado “Toledo”, MG) exemplifica o topônimo composto. No *corpus* deste trabalho, não há topônimos híbridos, mas exemplificamos por meio de outros retirados do Repositório de Dados: “Itambé do Mato Dentro” (município atualmente denominado “Conceição do Mato Dentro”, MG) é constituído por “Itambé” (origem indígena, Tupi)<sup>16</sup> e “Mato Dentro” (origem portuguesa)<sup>17</sup>.

É necessário averiguar minuciosamente um sintagma toponímico para identificar o termo genérico e o específico, diferenciando-os. Por exemplo, em “rio Verde” (rio em MG) o item lexical “rio” é o termo genérico que identifica a natureza da entidade geográfica denominada e “Verde” é o termo específico que o identifica, ou seja, o topônimo. Em “Rio Vermelho” (município em MG), ao contrário, o item lexical “Rio” não é o termo genérico, porque, juntamente com o adjetivo “Vermelho”, nomeia o município brasileiro do estado de Minas Gerais, constituindo o topônimo composto “Rio Vermelho”. “Morro do Pilar” (município em MG) é outro exemplo de topônimo composto, já que o item lexical “Morro” não é o termo genérico, acrescido a preposição e artigo (de + o = do) e ao item lexical “Pilar” nomeiam o município mineiro, inclusive, esse topônimo integra o *corpus* deste trabalho e revela que desde os oitocentos já figurava o arraial<sup>18</sup> com essa denominação.

É importante evidenciar, também, a possibilidade do termo genérico se cristalizar e se transformar em um elemento específico, ou seja, em topônimo. Esse fenômeno é denominado toponimização, como apresenta Dick (2007, p.463)<sup>19</sup>, (apud Isquerdo 2012, p.134), “toponimização do fator geográfico, isto é, o emprego do designativo do acidente em função

<sup>15</sup> SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponomia.com.br/home>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>16</sup> De *itá* + *aeĩmbé*, “pedras afiadas”. (NAVARRO, 2013, p.573)

<sup>17</sup> *Mato (mata)*, talvez do latim tardio *matta* (CUNHA, 2010, p.415). *Dentro*, do latim *de* + *ĩntro* (CUNHA, 2010, p.205).

<sup>18</sup> O termo “arraial” inicialmente, em Portugal, assumia o sentido de acampamento militar, algo provisório e temporário. Durante o período de colonização em Minas Gerais o termo sofre alteração semântica ao ser compreendido como povoado, uma vez que perde o caráter de algo provisório. Esse acidente geográfico será explicado neste trabalho no capítulo intitulado “Procedimentos metodológicos” ao discorrermos sobre as informações operacionais dos mapas utilizados na pesquisa.

<sup>19</sup> DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 459-471.

denominativa, como se fosse um nome”. Isquerdo apresenta a toponimização como um fenômeno bastante recorrente e evidencia alguns exemplos da toponímia sul-mato-grossense: *corixo*, “denominação regional do Pantanal de Mato Grosso, para os pequenos riachos permanentes que ligam as baías” (GUERRA e GUERRA, 2008,<sup>20</sup> apud ISQUERDO, 2012, p.134), é toponimizado e gera topônimos como “córrego do *Corixo*”; “*corixo Corixão*”.

### 1.5 O caráter motivacional do topônimo

Torna-se necessário, para contemplar os aspectos motivacionais do topônimo, esclarecer a diferença entre signo linguístico e signo toponímico.

O século XX foi marcado pela teoria linguística estruturalista de Saussure (1857-1913) que compreendia a língua como um sistema organizado de maneira estruturada e autônoma e que não contemplava fatores históricos diferenciando-se, assim, da linguística histórico-comparativa do século XIX, conforme apresentam Coelho et al. (2015):

No início do século XX, Saussure, marco da corrente linguística denominada estruturalismo, rompe com a tradição de estudos históricos e comparativos vigente no século anterior e delimita, como objeto de estudo da Linguística, a língua (*langue*) tomada em si mesma, vista como um sistema de signos que estabelecem relações entre si formando uma estrutura autônoma, desvinculada de fatores externos sociais e históricos. (COELHO et al., 2015, p.56)

Segundo os conceitos apresentados pelo filósofo suíço, Saussure, contempla-se a delimitação do signo linguístico considerando a relação arbitrária entre significante e significado, como é explicitado por França, Ferrari e Maia (2016):

Saussure propôs uma relação arbitrária entre significante e significado, de tal maneira que a associação de uma imagem acústica (significante) a um determinado conceito (significado) passa a ser concebida como imotivada. Portanto, descarta-se uma vinculação necessária entre ambos. (FRANÇA, FERRARI, MAIA. 2016, p.168)

Seguir a noção de signo linguístico permite afirmar que o ato denominativo compreenderia um caráter arbitrário, tendo em vista que o nomeador poderia conceder um nome arbitrário ao referente. Essa noção, todavia, torna-se contrária à ideia de signo toponímico, dado que a Toponímia atribui caráter motivado aos signos. O que os diferencia, consoante ao que apresenta Andrade (2017, p.587), “é a função significativa quando a Toponímia os transforma em seu objeto de estudo”. Dick (1990a, p.37) não ignora o conceito de arbitrariedade do signo proposto por Saussure, mas se afasta dessa noção por considerar que o signo perde o caráter

<sup>20</sup> GUERRA, A.T.; GUERRA, A. José T. *Novo Dicionário geológico-geomorfológico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

arbitrário ao batizar um lugar, já que inclui a necessária motivação para que se conclua o processo de nomeação:

Muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, como já se acentuou, uma fórmula de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa umas das principais características do topônimo. (DICK, 1990a, p.38)

Ainda de acordo com a estudiosa (DICK, 1990a, p.39), o duplo aspecto da motivação toponímica compreende dois momentos: a intencionalidade que anima o denominador (ao selecionar determinado nome para o acidente geográfico) e na própria origem semântica da denominação, “no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas”.

Essa característica motivacional compreendida nos topônimos permitiu estabelecer taxonomias<sup>21</sup> que pudessem sistematizá-los segundo os principais fatores motivacionais.

Tratando-se do vínculo entre o topônimo e o lugar nomeado, seguindo-se os conceitos de natureza física e antropocultural considerados por Sapir<sup>22</sup>, definiu-se as 27 taxonomias que compreendem um procedimento metodológico proposto por Dick (1990b, p.31-34):

Taxonomias de natureza física:

- 1- **Astrotopônimos:** Topônimos relacionados aos corpos celestes em geral. Ex.: *Estrela* (AH BA); *rio da Estrela* (ES).
- 2- **Cardinotopônimos:** Topônimos relacionados às posições geográficas em geral. Ex.: *praia do Leste* (PR); *serra do Norte* (MT).
- 3- **Cromotopônimos:** Topônimos relacionados à escala cromática. Ex.: *rio Branco* (AM); *rio Negro* (AM).
- 4- **Dimensiotopônimos:** Topônimos relacionados às características dimensionais de acidentes geográficos. Ex.: *ilha Comprida* (AM); *serra Curta* (BA).
- 5- **Fitotopônimos:** Topônimos de índole vegetal. Ex.: *morro da Mata* (MT); *Caatinga* (AH, RJ).
- 6- **Geomorfotopônimos:** Topônimos relacionados à forma topográfica. Ex.: *Montanhas* (AH, RN); *Monte Alto* (AH, SP).

<sup>21</sup> Neste estudo usamos o termo “taxonomia”, como consta dicionarizado no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009, p.1820), dado que a forma “taxionomia”, segundo o dicionarista (HOUAISS, 2009, p.1819), deve ser evitada.

<sup>22</sup> Apresentados na seção 1.3 deste capítulo, intitulada “O topônimo e o ambiente”.

- 7- **Hidrotopônimos:** Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos. Ex.: *serra das águas* (GO), *Água Boa* (AH, MG).
- 8- **Litotopônimos:** Topônimos de índole mineral. Ex.: *lagoa do Barro* (BA); *córrego do Barreiro* (AM).
- 9- **Meteorotopônimos:** Topônimos relacionados a fenômenos atmosféricos. Ex.: *serra do Vento* (PB); *cachoeira da Chuva* (RO).
- 10- **Morfotopônimos:** Topônimos relacionados a formas geométricas. Ex.: *Curva Grande* (AH, AM); *ilha Quadrada* (RS).
- 11- **Zootopônimos:** Topônimos de índole animal. Ex.: *rio do Boi* (MG); *lagoa da Onça* (RJ).

Taxonomias de natureza antropocultural:

- 1- **Animotopônimos:** Topônimos relacionados a vida psíquica, à cultura espiritual. Ex.: *Vitória* (AH, CE); *Triunfo* (AH, AC).
- 2- **Antropotopônimos:** Topônimos relacionados aos nomes próprios individuais. Ex.: *Abel* (AH, MG); *Fátima* (AH, MT).
- 3- **Axiotopônimos:** Topônimos relacionados aos títulos e dignidades que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: *Presidente Prudente* (AH, SP), *Doutor Pedrinho* (AH, SC).
- 4- **Corotopônimos:** Topônimos relacionados aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: *Brasil* (AH, AM); *Europa* (AH, AC).
- 5- **Cronotopônimos:** Topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Ex.: *Velha Boipeba* (AH, BA); *rio Novo Mundo* (GO).
- 6- **Ecotopônimos:** Topônimos relacionados às habitações de um modo geral. Ex.: *Casa da Telha* (AH, BA); *Ocaçu* (AH, SP).
- 7- **Ergotopônimos:** Topônimos relacionados aos elementos da cultura material. Ex.: *córrego da Flecha* (MT); *Jangada* (AH, MT).
- 8- **Etnotopônimos:** Topônimos relacionados aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: *Guarani* (AH, PE); *ilha do Francês* (RJ).
- 9- **Dirrematotopônimos:** Topônimos constituídos por frases e enunciados linguísticos. Ex.: *Há mais tempo* (AH, MA); *Valha-me Deus* (AH, MA).
- 10- **Hierotopônimos:** Topônimos relacionados aos nomes sagrados de diferentes crenças. Ex.: *Cristo Rei* (AH, PR); *Jesus* (rio GO). Subdivisões: **Hagiotopônimos:** Topônimos

relacionados aos santos e santas do hagiológico romano. Ex.: *São Paulo* (AH, SP); *Santa Tereza* (AH, GO). **Mitotopônimos:** Topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex.: *ribeirão do Saci* (ES); *lago Curupira* (AM).

- 11- **Historiotopônimos:** Topônimos relacionados aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: *Independência* (AH, AC); *rio 7 de Setembro* (MT).
- 12- **Hodotopônimos:** Topônimos relacionados às vias de comunicação, rural ou urbana. Ex.: *Estradas* (AH, AM); *Avenida* (AH, BA).
- 13- **Numerotopônimos:** Topônimos constituídos pelos vocábulos: vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: *Duas Barras* (AH, BA); *Duas Pontes* (AH, RO).
- 14- **Poliotopônimos:** Topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: *rio da Cidade* (RJ); *serra da Aldeia* (PB).
- 15- **Sociotopônimos:** Topônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontros de membros de uma comunidade. Ex.: *Sapateiro* (serra do, SP); *Pescador* (AH, MG).
- 16- **Somatotopônimos:** Topônimos empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou do animal. Ex.: *Pé de Boi* (AH, SE); *Pé de Galinha* (AH, BA).

Dentre essas taxonomias propostas por Dick (1990b), evidenciamos a dos geomorfotopônimos, objeto de estudo desta pesquisa, explicitada na próxima seção deste capítulo. A escolha por esse procedimento metodológico se justifica por corresponder aos objetivos propostos neste trabalho, assim como por se revelar um procedimento eficaz considerando a realidade da Toponímia no Brasil, em conformidade às pesquisas realizadas que adotaram esse procedimento metodológico. Um breve histórico dessas pesquisas é apresentado na última seção deste capítulo.

## 1.6 A taxa objeto de estudo: o geomorfotopônimo

Segundo Dick (1990b) os geomorfotopônimos são:

topônimos relativos às formas topográficas: elevações (montanha: Montanhas, AH RN; monte: Monte Alto, AH SP; morro: Morro Azul, AH RS; colina: Colinas, AG GO; coxilha: Coxilha, AH RS) e depressões do terreno (vale: Vale Fundo, AH MG; baixada: Baixadão, AH MT) e às formações litorâneas (costa: Costa Rica, AH MT, cabo: Cabo Frio, AH RJ; angra: Angra dos Reis, AH RJ; ilha: Ilhabela, AH SP; porto: Porto Velho, AH RO). (DICK, 1990b, p.31)

A escolha dos geomorfotopônimos como objeto de pesquisa se deu pela inexistência de um estudo específico dessa taxa em Minas Gerais, principalmente, utilizando como fonte

de informação documentos cartográficos históricos, contemplando a perspectiva diacrônica. Justificamos, ainda, por meio dos resultados gerais obtidos no projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*, a taxa dos geomorfotopônimos como uma das mais produtivas dentre as de natureza física, representando aproximadamente 4% do número total de topônimos que compõem o banco de dados, ainda que essa produtividade corresponda ao número de ocorrências, no total, e não ao número de bases lexicais (toponímicas).

Os topônimos são objetos de estudos que permitem investigações que não se limitam, apenas, ao campo linguístico, em concordância ao que Dick (1990b) apresenta, uma vez que possam incluir outras áreas:

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social. (DICK, 1990b, p.6)

Nesta pesquisa se insere, além dos campos de estudos linguísticos, o respaldo no campo da geografia e história, por permitirem o conhecimento específico das áreas necessárias para compreender a natureza do geomorfotopônimo, elementos da Cartografia e o contexto histórico Colonial e Joanino<sup>23</sup>.

Analisando-se os estudos realizados por Ab'Sáber (1964), geógrafo e professor universitário brasileiro, aponta-se a presença de termos que integram a “linguagem geográfica popular do Brasil” que, inclusive, serão verificados na análise do *corpus* deste estudo. Segundo o geógrafo:

Na minguada linguagem geográfica popular do Brasil, destacam-se como termos habituais para designar as formas de terrenos de nossos planaltos sedimentares, as palavras: *chapadas, chapadões, tabuleiros e Coxilhas* [...]. (AB'SÁBER 1964, p.150)

Para Dick (1990a, p.125), há preferência pelos termos “Morros” e “Montes” em Minas Gerais.

Propomos, neste estudo, averiguar as possíveis relações entre o geomorfotopônimo e o local que nomeia (o acidente geográfico) que possam ter motivado o denominador. Acreditamos que o estudo dos geomorfotopônimos permite evidenciar traços da topografia relacionada ao relevo em Minas Gerais, facilitada pelo caráter transparente dos topônimos associados aos

---

<sup>23</sup> O segundo capítulo deste trabalho apresenta informações teóricas sobre a Cartografia Histórica, assim como informações sobre o contexto histórico de produção dos mapas que constituem a fonte do *corpus* desta pesquisa.

aspectos físicos de um local, como menciona Seabra (2006, p.1957) “se o topônimo diz respeito a aspectos físicos e naturais de um lugar, constitui-se, na maioria das vezes, de caráter transparente e o sentido do seu referente é mais comumente identificável”. A estudiosa apresenta, ainda, alguns exemplos de topônimos como “Baixada” e “Vargem” que proporcionam fácil compreensão mesmo por aqueles que não são da região.

Buscamos investigar, também, se os geomorfotopônimos históricos seguiram figurando as localidades atuais, fundamentando-nos na perspectiva de que os topônimos relacionados aos aspectos físicos da paisagem, como os geomorfotopônimos, tendem a sobreviver sem substituição, pois, muitas vezes, são referências de um local. Apresenta Bynon<sup>24</sup>, 1995, (apud SEABRA, 2006, p.1957): “Nomes de lugares que incluem nomes de povoados e de traços geográficos tais como montanhas e rios, tendem, como fósseis, a sobreviver mesmo a uma total substituição da língua”<sup>25</sup>.

Dick (1990a, p.115) explicita, de acordo com Diégues Junior<sup>26</sup> (1960), a topografia mineira atuante no período setecentista para isolar e, simultaneamente, unir o povo, já que as montanhas de Minas Gerais limitaram seus habitantes a manter relação com o exterior, mas, ao mesmo tempo, uniu-os, independente das condições sociais, em um período em que predominava a ânsia pelo ouro. Nesse processo de compreensão do povoamento mineiro, por meio dos estudos topográficos, verifica-se a atuação da Toponímia:

Ora, se o estudo do relevo permite que se tenha uma panorâmica histórica das etapas sucessivas de povoamento, por outro lado a Toponímia está capacitada a demonstrar, do ponto de vista linguístico, os diversos estratos humanos que escalonaram no território em questão. (DICK, 1990a, p.118)

## 1.7 O estado da arte dos estudos toponímicos

O estudo aprofundado de um topônimo possibilita alcançar resultados que tornam a Toponímia ainda mais abrangente, uma vez que integra os aspectos históricos e culturais de um povo, conforme evidencia Dick (1990b):

O conceito tradicional de Toponímia envolve o significado etimológico do próprio vocábulo (do gr. *Topos*, “lugar” e *onoma*, “nome”), qual seja, o estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana, antrópica, ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.).

<sup>24</sup> BYNON, Teodora. Can there ever be a Prehistorical Linguistics? In: *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995, p. 263

<sup>25</sup> Tradução de Seabra (2006, p.1957) para: “Place-names, which include the names of settlements and of geographical features such as mountains and rivers, tend like fossils to survive even total language replacement” (BYNON, 1995, p.263).

<sup>26</sup> DIÉGUES JUNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960. p. 268 -269.

Entretanto, uma análise mais profunda de seus objetivos, enquanto disciplina científica, confere outra dimensão a esse entendimento. Refletindo, de perto, a vivência do homem, como entidade individual, ou como membro de um grupo, a Toponímia ganha um alcance maior, na medida em que se delinea a sua função conservadora das tradições de um povo ou de registro de suas características mais evidentes. (DICK, 1990b, p.119)

Estudar os topônimos, portanto, possibilita resgatar aspectos socioculturais de uma comunidade e consolidar esse patrimônio imaterial, posto que, apoiando-se no léxico regional, como apresenta Seabra (2006, p.1956), a reflexão acerca do ato denominativo implica o modo de determinado grupo social estruturar a experiência de sua realidade. Diante dessa perspectiva, salienta Carvalho (2017) que realizou o estudo da hagiotoponímia de Minas Gerais:

[...] é possível afirmar que o ato de nomear reflete a cultura e a visão de mundo do denominador que são evidenciadas mediante escolhas dos nomes que identificam os referentes relacionados à realidade de cada grupo. É, pois, por meio do nome que o homem organiza o mundo, representando-o, de modo a categorizar a realidade na qual se encontra inserido. (CARVALHO, 2017, p.19)

A França é o berço dos estudos toponímicos, marcado por Auguste Longnon quando, por volta de 1878, iniciou os estudos na *École Pratique des Hautes-Études* e no Colégio de França, como apresenta Dick (1990b, p.VII): “Do curso então ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, após 1912, a obra que se chamou *Les noms de lieu de La France*, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados.” Mais tarde, Albert Dauzat, linguista francês, destacou-se nos estudos pioneiros da Onomástica com a atuação em vários congressos internacionais de Toponímia e Antroponímia, tendo o primeiro sido realizado em 1938, com a participação de vinte e um países.

Foi por meio das definições dadas por Dauzat, em 1951, que a Toponímia (assim como a Antroponímia), é reconhecida como ciência, “a ciência dos nomes de lugares”, propiciando o surgimento de várias pesquisas. Nos Estados Unidos e Canadá, por exemplo, produtivos estudos são realizados na área. Nos Estados Unidos destaca-se George Stewart que publicou *A classification of place names*. No Canadá o Grupo de Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica mostrou-se atuante nos estudos toponímicos, desde 1966, como informa Dick (1990b, p.2): “Através das publicações desse órgão, pode-se perceber a amplitude das questões toponímicas abordadas e a seriedade das pesquisas desenvolvidas nesse campo”.

No Brasil, destaca-se a obra *O Tupi na geografia nacional* (1901), de Theodoro Sampaio, elogiada por Levy Cardoso<sup>27</sup> por considerá-la clássica para a Toponímia brasileira.

---

<sup>27</sup> Autor da obra *Toponímia Brasileira*, 1961.

Mais tarde, o professor Carlos Drumond<sup>28</sup> publica *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*, revelando a importância de sua pesquisa, como explica Dick (1990b):

Carlos Drumond, por sua vez, dá destaque, na *Contribuição do Bororo à Toponímia brasílica*, a posição da Toponímia no Brasil, tradicionalmente incorporando realizações assistemáticas, mais a título de curiosidade, sem métodos apropriados, visando, em sua grande maioria, “por em destaque a ocorrência dos nomes de origem tupi”, para concluir que, em face dessas evidências, “na realidade, não possuímos ainda toponimistas”. (DICK, 1990b, p.4)

Orientada pelo Professor Carlos Drumond, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick iniciou os estudos toponímicos na Universidade de São Paulo (USP) que resultaram no trabalho de Doutorado intitulado *A motivação toponímica: Princípios teóricos e modelos taxionômicos* (1980). Desde então, o trabalho fornece base teórica e metodológica para a produção de muitos estudos toponímicos no Brasil.

Coordenado por Dick, o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP) e o Atlas Toponímico do Brasil (ATB), serviram como modelo para a consolidação de outros Atlas regionais por meio de estudos em universidades brasileiras:

- UEL: *Atlas Toponímico do Estado do Paraná* (ATEPAR);
- UFMS: *Atlas Toponímico do Estado do Mato grosso do Sul* (ATEMS);
- UFMT: *Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso* (ATEMT);
- UFAC: *Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira* (ATAOB); *Atlas Toponímico do Estado do Ceará* (ATEC).
- UFT: *Atlas Toponímico do Estado do Tocantins* (ATIT); *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins* (ATITO);
- UFMG: *Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais* (ATEMIG).

O Projeto ATEMIG, coordenado pela Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, na Faculdade de Letras da UFMG, desde 2005, possibilita o estudo de topônimos dos 853 municípios mineiros revelando a produtividade dos estudos toponímicos. Vários trabalhos realizados na Faculdade de Letras da UFMG, vinculados ao projeto ATEMIG, contribuem significativamente aos estudos do léxico toponímico em Minas Gerais, evidenciando, inclusive, o estudo descritivo de algumas taxes como a *Hagiotoponímia em Minas Gerais* (Carvalho, 2014)<sup>29</sup>, que objetivou o estudo toponímico relativo aos nomes de santos e de santas,

<sup>28</sup> Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

<sup>29</sup> CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 822 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: < <http://150.164.100.248/poslin/defesas/1480D.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018

assim como invocações à Virgem Maria, em território mineiro, revelando aspectos de relevância histórica e sociocultural de um povo. Além de contemplar o *corpus* de dados contemporâneos, a pesquisa contemplou, também, o *corpus* de dados históricos e, por meio de análise comparativa dos *corpora*, como apresenta a autora, percebeu-se que o processo designativo a partir de hagiotopônimos se deu diacronicamente no estado. Há, ainda, outros trabalhos realizados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que, contemplando a perspectiva diacrônica, revelam produtivos estudos, como a tese intitulada *Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*, de Glauciane Santos, defendido em 2017 (UFMG)<sup>30</sup>. A pesquisa teve como objetivo estudar os logradouros, da cidade de Ponte Nova (MG), motivados por nomes próprios de pessoas e, inclusive, possibilitou a apresentação de uma nova proposta de classificação para os antropotopônimos. Outro trabalho que compreendeu a investigação toponímica é a tese intitulada *A zootoponímia em Minas Gerais*, de Cassiane Josefina de Freitas (2018)<sup>31</sup>, que objetivou realizar o estudo descritivo linguístico e cultural dos topônimos de índole animal presentes no estado de Minas Gerais. Em 2018, também, foi defendida na Faculdade de Letras da UFMG, a tese intitulada *Litotoponímia mineira*, de Maryelle Joelma Cordeiro<sup>32</sup>, que realizou o estudo linguístico e cultural dos litotopônimos no estado mineiro, ou seja, topônimos de origem mineral. Tanto o trabalho de Freitas (2018) quanto o de Cordeiro (2018), utilizaram dados contemporâneos e históricos, o que permitiu realizar a análise toponímica diacronicamente no estado de Minas Gerais. Evidenciamos, desse modo, a produtividade dos estudos toponímicos no estado mineiro na área de variação e mudança linguística e propomos, assim, seguir esse viés. A abordagem diacrônica é justificável nesta pesquisa por contemplar topônimos históricos como objeto de estudo e se torna possível, porque se trata do estudo descritivo de uma taxa isolada, a geomorfotoponímia.

O Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*<sup>33</sup>, ao qual este trabalho está associado,

<sup>30</sup> FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. *Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*. 2017. 686 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1479D.pdf>> Acesso em: ago. 2018.

<sup>31</sup> FREITAS, Cassiane Josefina de. *A zootoponímia em Minas Gerais*. 2018. 504 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1761D.pdf>> Acesso em: fev. 2019.

<sup>32</sup> CORDEIRO, Maryelle Joelma. *Litotoponímia mineira*. 2018. 535 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1556D.pdf>> Acesso em: fev. 2019.

<sup>33</sup> Coordenado pela Professora Doutora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e subcoordenado pela Professora Doutora Márcia Maria Duarte dos Santos, realizado entre 2014 e 2016, no Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais (CRCH-UFMG).

contemplou o estudo de topônimos coletados em documentos cartográficos que compõem as Comarcas<sup>34</sup> da Capitania de Minas Gerais no século XVIII e início do XIX: Paracatu, Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio e Vila Rica. A descrição do Projeto é apresentada no segundo capítulo deste estudo, intitulado “A Cartografia Histórica de Minas Gerais”.

---

<sup>34</sup> As Comarcas, divisões judiciárias das Capitâneas, e importantes referências territoriais para as atividades administrativas exercidas por seus governadores, no território Colonial da América portuguesa, foram criadas para o exercício da justiça, pelo Ouvidor, nomeado pela Coroa. Essas circunscrições, embora ligadas à organização judiciária portuguesa, estendida à sua Colônia americana, tornaram-se importantes referências territoriais para as atividades administrativas exercidas pelos governadores da Capitania. (SANTOS, FARIA, COSTA, 2017. Disponível em: <<http://www.repositoriotoponomia.com.br/mapas> > Acesso em: nov. 2017).

*“Lindos campos batidos de sol  
Ondulando no verde sem fim  
Em montanha que à luz do arrebol  
Têm perfume de rosa e jasmim...”*

(Renato Teixeira. Fragmento da música “Ó Minas Gerais”. Disponível em: < <https://www.lettras.mus.br/renato-teixeira/710315/>> Acesso em: nov. 2018).

## 2 A CARTOGRAFIA HISTÓRICA DE MINAS GERAIS

### 2.1 A Capitania de Minas Gerais

Na primeira metade do século XVI, os espanhóis encontraram enorme quantidade de tesouro mineral, conforme apresenta Renger (2007, p.106) “as notícias da descoberta dessas riquezas minerais impressionaram e causaram inveja na Corte portuguesa”. Diante desse cenário, os portugueses imaginaram que poderiam, também, encontrar tesouros de metais no interior da América portuguesa. Apesar de, primeiramente, explorarem o pau-brasil, o interesse por metais preciosos aumentou conforme os bandeirantes adentraram o território que, futuramente, receberia a designação “Minas Gerais”, e encontraram tesouro mineral. Partindo do litoral baiano ou subindo pelo Rio Doce, em conformidade ao que apresentam Costa et al. (2004, p.99), alguns bandeirantes se destacaram como Francisco Bruza Espinosa (1553), Martim de Carvalho (1567), Sebastião Fernandes Tourinho (1572), Antônio Dias (1572) e Marcos de Azevedo (1596 e 1611).

Pedro Taques de Almeida Paes Leme apresenta em seu livro intitulado “Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania” as informações que descrevem o primitivo período da colônia:

Depois que Pedro Álvares Cabral Senhor de Azurara e Adiantado Mor da Beira, saindo de Lisboa para a Índia no ano de 1500, descobriu a Terra de Santa Cruz, que a ambição do comércio perverteu no de Brasil, pelo interesse do pau assim chamado, fundou a Vila da Capitania de São Vicente, primeira povoação em toda América Portuguesa, Martim Afonso de Souza pelos anos de 1531 como donatário, de 100 léguas de costa por doação do Senhor Rei Dom João, o III, intentou antes de se recolher ao Reino no ano de 1534 conseguir descobrimento de Minas de ouro, de prata, ou de pedrarias no Sertão da costa Sul da mesma Capitania o que se não verificou pela destruição que na Tropa o bárbaro Gentio Carijó, matando 20 homens Europeus do corpo dela. (Arquivo da Câmara de S.P.L. ttº1585, que acaba em 1586. Pág. 12 ver). Fundou-se depois a Cidade da Bahia pelo primeiro Governador dela, Tomé de Souza no ano de 1549, e lhe foram sucedendo no lugar outros Governadores gerais do Estado até Luiz de Brito de Almeida em 1572: No seu tempo fez uma entrada no Sertão Sebastião Friz Tourinho, natural da Capitania do Espírito Santo, e recolhendo-se deu conta haver descoberto uma pedraria de Esmeraldas, e outra de Safiras. Ao Governador Geral mandou fazer entrada a este Sertão pelo Capitão Antônio Dias Adorno, escoltado por 150 portugueses e 400 índios e com efeito achou na Serra da parte de Leste Esmeraldas, e em outra parte do Sueste Safiras. Destas pedras, que trouxe Adorno, estavam algumas ainda imperfeitas ou pouco maduras, e o Governador as enviou ao Senhor Rei D. Sebastião; porém pela fatalidade da Monarquia, que passou ao domínio de outro Príncipe, senão tratou mais destes descobrimentos. (Vasconcelos na crônica do Brasil L. 1, pág. 34 e seg.) (LEME, 1980, p.31)

O primeiro Regimento das Minas, editado por Felipe II em 1603, vigorou durante todo o século XVII e foi “consequência de todo o esforço obstinado de D. Francisco de Souza”, de acordo com Costa et al. (2004, p.99). Conforme explicam os autores, D. Francisco de Souza

foi o 12º Governador-Geral do Brasil e são significativas as suas buscas pelo ouro no território brasileiro. Como não encontrou a riqueza que buscava no nordeste do Brasil, acreditou que a encontraria mais no interior, nas nascentes do Rio São Francisco. Em 1599 foi, pessoalmente, procurar o ouro em São Paulo (Jaraguá, Bitiruna, Monserrate e Biroçoiaba). Completam os estudosos:

D. Francisco era obstinado em achar minas de que o rei da Espanha precisava para o financiamento de suas guerras (era o período da União das Coroas Ibéricas, entre 1580 e 1640), mas também ambicionava ganhar o título de Marquês das Minas, que Felipe II prometera a quem achasse as minas no Brasil. Em 1602, D. Francisco foi substituído no Governo-Geral por Diogo Botelho, mas conseguiu convencer o rei não só da existência das famosas minas, mas também em dividir o governo do Brasil em dois, formando a Repartição Sul. Foi nomeado Governador desta região, cargo no qual permaneceu até 1611, ocupando-se em procurar as minas de metais preciosos nas nascentes do Rio São Francisco. Apesar de ter morrido frustrado, sem ter conseguido sua tarefa, foi inegável o grande impulso que deu às futuras descobertas. (COSTA et al., 2004, p.99)

A legislação facultava a qualquer pessoa buscar e descobrir minas “inclusive em terrenos alheios, condicionado unicamente ao pagamento do Quinto”, assim como definiu que as minas eram propriedade real.

O Regimento de 13 de agosto de 1679, segundo a instrução de Regimento de D. Rodrigo Castelo Branco, copiada e apresentada por Leme (1980, p.57-113), promoveu ações de controle na região das Minas. Dom Rodrigo de Castelo Branco era Provedor e administrador Geral das Minas da repartição Sul, como se fazia referência, e o Regimento deveria ser usado em relação ao descobrimento dos metais nobres, exemplificado a seguir no artigo quarto:

Ordeno que nos ditos Minaerais, que se descobrirem, não valha a oitava de ouro mais que um cruzado, e o que se averiguar que a vendeu, ou comprou por mais, será degredado para os Reinos de Angola por tempo de cinco anos, e seus bens serão tomados para a Real Coroa, e depois de trazido o Ouro à Casa do Quinto, e pagando a Sua Alteza o que lhe toca, poderão vender pelo preço que quiserem, visto os descaminhos, que tenho averiguado há em se não pagarem os Quintos. (LEME, 1980, p.75)

O território mineiro se tornou bastante atrativo por meio da descoberta de ouro na região. Perceptível pelo topônimo que designa esse vasto território, Minas Gerais construiu sua história por meio dos inúmeros achados de ouro. Um solo fértil e digno de prestígio que alimentava a busca desenfreada por tamanha riqueza:

É certo que outros pequenos achados foram se sucedendo, mas a revelação da descoberta do ouro em larga escala situa-se entre 1697 e 1704. Nesse período são descobertas as minas do Sertão dos Cataguases (Oliveira, 1999, p. 277), do Caeté, do Rio das Velhas – cuja principal mina é a do Sabarabuçu -, do Serro do Frio e do rio das Mortes. São essas minas os núcleos primários de irradiação do processo de territorialização de Minas Gerais. (RESENDE, 2007, p. 29)

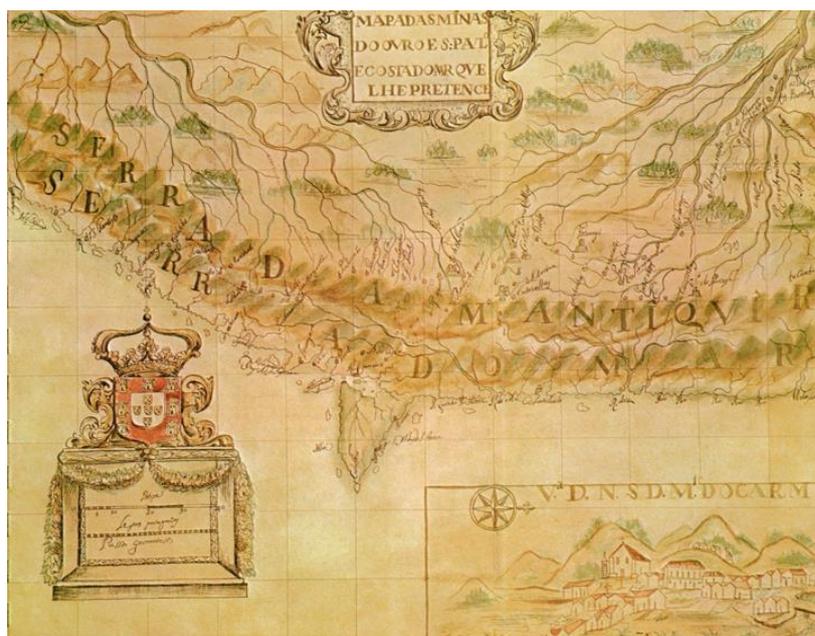
A Coroa portuguesa demonstrou maior interesse pelo território mineiro em fins do século XVII, marcado por achados de ouro “nos rios e córregos do Rio Piranga (Duarte Lopes), de Ouro Preto (Manoel Garcia, Antônio Dias e Pe. João de Faria), e de Sabará (Borba Gato)” (COSTA et al., 2004, p.100).

Paulistas e portugueses buscavam os tesouros minerais e, conforme eram descobertos, mais atrativo e populoso o território mineiro se tornava. Arraiais surgiam na mesma proporção das descobertas de riquezas no solo, originando povoados que cresciam de modo desorganizado. Esse fato demandava, conseqüentemente, maior controle fiscal e administrativo para manter a organização Colonial desejada pela Coroa portuguesa. Joaquim Ribeiro Costa (1993, p.15), ao abordar esse assunto, contempla o seguinte comentário: “criou-se então o problema de ordem pública ao lado do de ordem fiscal [...] a exigir desde logo o estabelecimento de núcleos com autoridades encarregadas de atender a um e outro”.

Problemas de jurisdição marcaram o período Colonial, até meados do século XX, por meio da tentativa de estabelecer limites no território mineiro, como explicita Moraes (2007, p.76). O território que hoje figura Minas Gerais pertencia à jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro até se desmembrar em 1709 com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do ouro:

Figurando como um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas, esse novo recorte territorial marcou a tentativa de, ao mesmo tempo, instaurar a ordem, apaziguar os paulistas e estabelecer o maior controle sobre a região das minas. (MORAES, 2007, p.76)

Mapa 1 - MAPPA das Minas do Ouro e São Paulo e costa do mar que lhe pertence. [ca. 1714/1717]: Evidencia a extensa área territorial, enunciada no título da representação, antes da formação da Capitania de Minas Gerais (1720).



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

Evidenciamos nesse mapa apresentado a extensa área do período Colonial, do norte de Santa Catarina ao sul da Bahia, conforme apresentam Santos, Seabra e Costa (2016), no Atlas digital<sup>35</sup> quando tratam da formação do território mineiro e do léxico toponímico: “Nele, destaca-se o norte e nordeste, e, principalmente, o centro -sul e a banda oriental, respectivamente, dos territórios da Capitania de São Paulo e a de Minas Gerais que seriam criadas em 1720”. No mapa é representada, também, a vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, a primeira vila de Minas Gerais, criada em 1711. Além dela, Vila Rica e Sabará foram criadas no mesmo ano. Essas vilas, primitivas, correspondem às regiões dos primeiros achados de ouro.

A dificuldade da Coroa portuguesa em controlar e estabelecer a ordem político-administrativa do território mineiro, à medida em que aumentava o povoamento dos sertões, tornou necessário o estabelecimento de novo recorte territorial, as comarcas:

Cada comarca tinha seu ouvidor, mas havia também os ouvidores gerais, a mais alta autoridade judiciária nas capitanias. Além da função judiciária de segunda instância, o ouvidor exercia também a de corregedor, auditor e fiscal da Câmara, provedor da fazenda Real e juiz da Coroa. Como o cargo de superintendente das minas passou a ser função anexa à Ouvidoria, os ouvidores eram também responsáveis por dirimir disputas nas lavras. Das sentenças do juiz ordinário, cabia apelação ao ouvidor da comarca, podendo ainda recorrer para a relação do Rio de Janeiro e desta para o Desembargo do Paço, de Lisboa. (MORAES, 2007, p.77)

Desse modo, Sabará (ou Rio das Velhas), Rio das Mortes e Vila Rica, foram as primeiras comarcas criadas, tendo os limites estabelecidos em 1714. Segundo Moraes (2007, p.78), como os primeiros achados se concentravam naquela região essas primeiras comarcas tinham suas sedes muito próximas entre si.

A comarca do Serro Frio foi criada em 1720 e a comarca de Paracatu em 1815. A criação dessas últimas comarcas correspondeu à necessidade de maior controle político-administrativo: “por constituírem populosos enclaves mineradores no sertão” (MORAES, 2007, p.78). Isso se justifica porque, por exemplo, Vila do Príncipe (sede de Serro Frio) era um dos acessos para a Bahia e Paracatu era acesso para Goiás, “caminhos que passavam por sertões tão dilatados, cuja geografia facilitava o contrabando do ouro e dos diamantes”, completa a estudiosa. Além disso, a Comarca do Serro Frio foi criada no mesmo ano em que D. João V criou a Capitania<sup>36</sup> de Minas Gerais, desmembrada da de São Paulo. O objetivo era tornar o governo

<sup>35</sup> SANTOS, M. M. D. dos, SEABRA, M. C. T. C de, COSTA, A. G. *Atlas: Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*, 2016.

<sup>36</sup> As Capitanias, circunscrições que fizeram parte da estrutura político-administrativa da América portuguesa até o final do período Colonial, foram criadas pela Coroa, a partir da terceira década do século XVI, para promover o povoamento, a colonização, a defesa e a evangelização da população autóctone daquele seu extenso domínio. Essas circunscrições eram administradas, inicialmente, por um tipo tradicional de senhorio, suporte para honras nobiliárquicas, com percepção de rendas, entre outros privilégios e obrigações, concedidas pelo Monarca aos

português cada vez mais próximo, acalmar as rivalidades entre paulistas e emboabas e, também, porque a população das Minas do Ouro atingira a marca dos 250.000 habitantes em 1720, conforme apresentam Costa et al. (2002, p.27). Transcorreu-se quase cem anos até a criação da Comarca de Paracatu, em 1815. A nova divisão se deu com a interiorização do povoamento da Capitania, o que conduziu à configuração do território<sup>37</sup>. Desse modo, a Comarca de Sabará se subdividiu para criar a Comarca de Paracatu, como é apresentado a seguir:

Mapa 2 – Minas Gerais nos Setecentos e nos Oitocentos Colonial e Joanino: a criação da Comarca de Paracatu, em 1815, revela a interiorização da ocupação do território.



Fonte: Adaptado de Santos, Seabra e Costa. (2016)

Durante o período Colonial foi necessário, também, o estabelecimento de vilas, assim como a demarcação de seus respectivos termos<sup>38</sup> “consubstanciando arraiais e freguesias em vastas porções territoriais, submetidos a aparatos regulatórios da vida cotidiana urbana e rural” (MORAES, 2007, p.78).

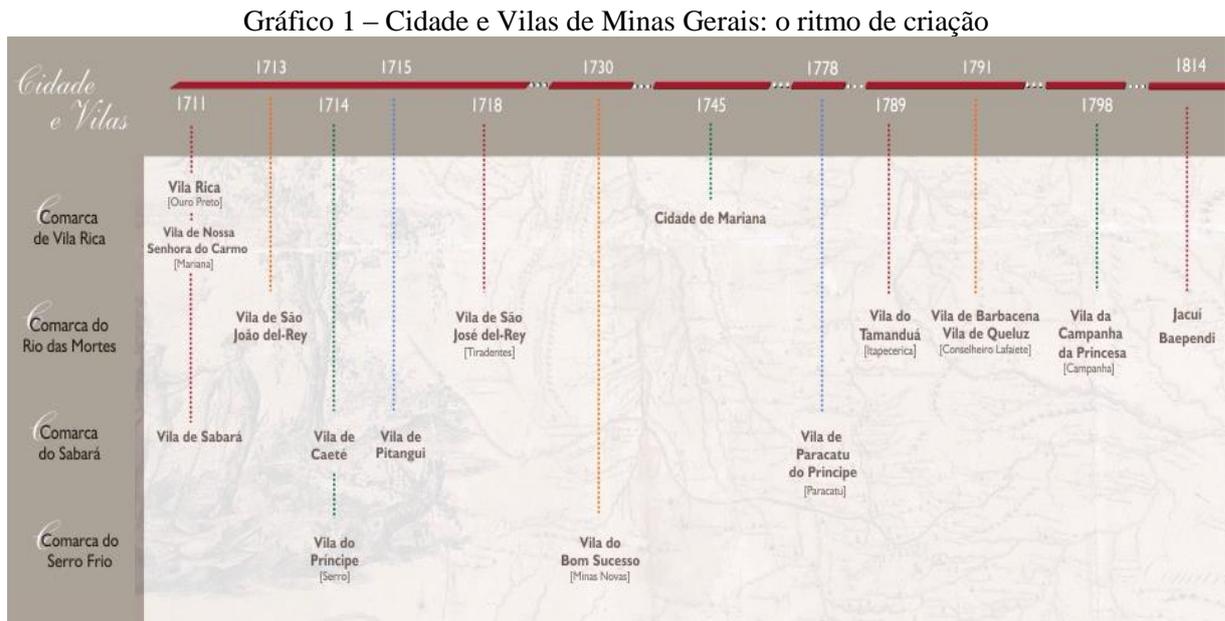
O estabelecimento e manutenção das vilas incluía além dos interesses econômicos: “o elemento humano para o exercício das funções públicas e um nível de cultura suficiente para a formação do espírito comunitário”, afirma Joaquim Ribeiro Costa (1993, p.16), “com base nos princípios morais que deviam informar a vida social do Brasil desde o início de sua colonização”. Contudo, devido à ausência dessas e outras condições, de ordem política, apenas 15 vilas e 1 cidade (Mariana) foram criadas durante o período Colonial setecentista na Capitania

denominados donatários e capitães-governadores das Capitânicas. (SANTOS, FARIA, COSTA, 2017. Disponível em <<http://www.repositoriotoponimia.com.br/creditos>>. Acesso em: jul. 2018).

<sup>37</sup> Para compreender a correspondência entre o território que as Comarcas compreendiam e o atual território mineiro, é necessário explicitarmos as divisões regionais do estado de Minas Gerais. Para isso, explicamos sobre o assunto e apresentamos a correspondência mencionada no subtópico intitulado “As Comarcas e o atual território mineiro” deste capítulo.

<sup>38</sup> Termo era o espaço territorial de jurisdição de uma vila ou cidade. (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p.124, v. 2)

de Minas Gerais. A vila de Baependi e São Carlos do Jacuí foram criadas em 1814, ou seja, transcorreu-se o período de treze anos sem criação de novas vilas na Capitania mineira. A criação dessas últimas vilas citadas corresponde ao período Colonial, todavia, diferenciado do período anterior devido a presença da Corte no Brasil (1808). Os intervalos entre as criações das vilas são evidenciados por meio do seguinte gráfico:



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

Mariana, além de ser a primeira vila a ser criada, foi a única a receber o título de cidade durante todo o período Colonial (23/04/1745). De acordo com Joaquim Ribeiro Costa (1993, p.54), o que justifica os foros de cidade a Mariana foi a criação da Diocese, cuja sede, não podia ser em uma vila.

Figura 4– Vista de Mariana no período Joanino: Aquarela esboçada por J. E. Pohl<sup>39</sup> e completada e corrigida por Thomas Ender<sup>40</sup>, ambos participantes da Missão Austríaca<sup>41</sup>.



Fonte: Costa et al. (2004, p.96)

Traços do relevo compõem o cenário das atividades de extração, tendo em vista que metais eram encontrados em rios e ribeirões e nas encostas como informam Romeiro e Botelho (2004, p.237) e, inclusive por isso, muitos povoados surgiam nesses locais.

<sup>39</sup> Johann Emanuel Pohl era naturalista austríaco, formado em medicina e botânico. Escreveu a obra “Viagem no Interior do Brasil. Empreendida nos Anos de 1817 a 1821 e Publicada por Ordem de Sua Majestade o Imperador da Áustria Francisco Primeiro” durante a expedição científica ao Brasil, em 1817. Maiores informações em: POHL, Johann Baptist Emanuel. *Viagem no interior do Brasil: empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco Primeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

<sup>40</sup> Thomas Ender (1793-1875) foi um pintor também austríaco. Durante os dez meses em que esteve no Brasil Ender enveredou-se pelas paisagens brasileiras, retratando por meio de suas pinturas panoramas do litoral e cenas urbanas. Maiores informações sobre Thomas Ender e suas obras são apresentadas no site *Enciclopédia Itaú Cultural*. Disponível em < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/> > Acesso em: 3 de nov. 2018.

<sup>41</sup> A Missão correspondeu a de Pohl, Ender e outros estudiosos ao Brasil motivada pelo casamento da arquiduquesa Leopoldina (1797-1826) da Áustria com o Príncipe Regente Pedro de Alcântara (1798-1834), para que registrassem informações sobre o Brasil.

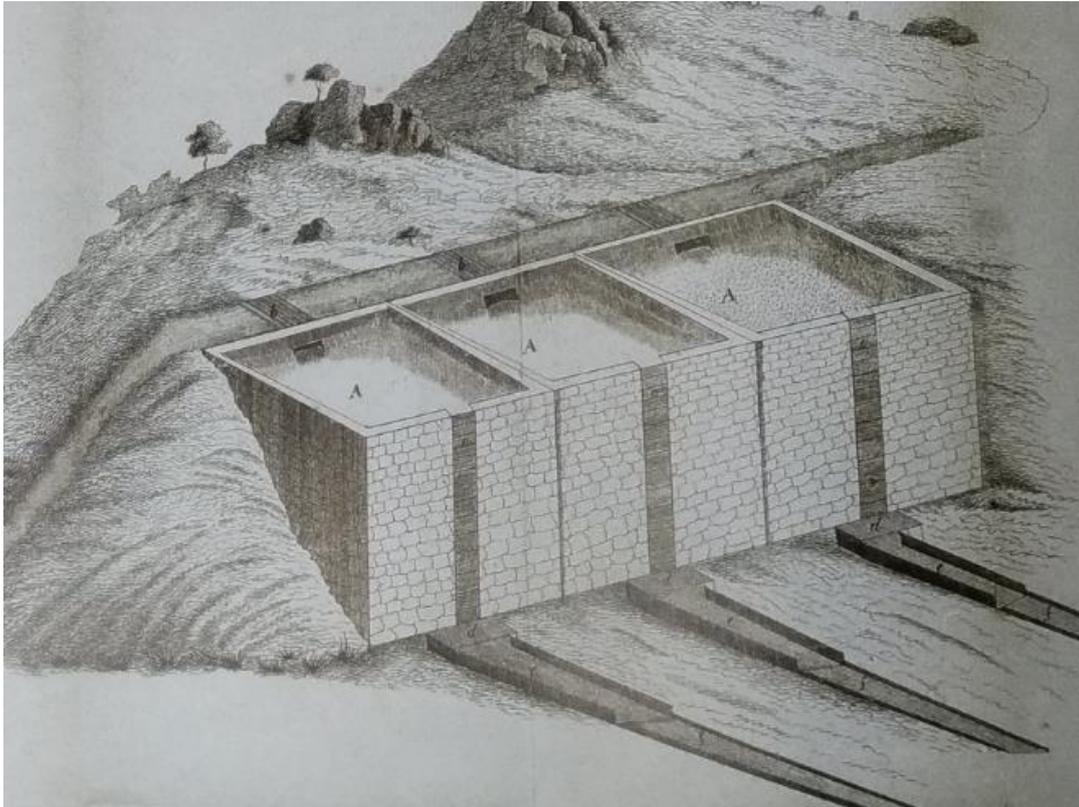
Figura 5– Lavras de ouro e diamante em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX: a imagem evidencia a presença de traços do relevo como integrantes desse cenário.



Fonte: Costa et al. (2004, p.101)

A imagem apresentada, a seguir, evidencia *mondéos*, ou tanques de decantação, construídos nas encostas, utilizados na concentração do ouro:

Figura 6– *Mondéos* ou tanques de decantação: essa atividade corresponde à técnica de extração do ouro e diamantes nos séculos XVIII e XIX.



Fonte: Costa et al. (2004, p.106)

### 2.1.1 As Comarcas e o atual território mineiro

Para compreender a relação entre o território que as Comarcas compreendiam e o atual território mineiro é necessário explicitarmos a atual divisão regional do estado de Minas Gerais. Porém, como a atual divisão foi publicada recentemente, em 2017, achamos pertinente apresentar, também, a divisão anterior, publicada em 1990:

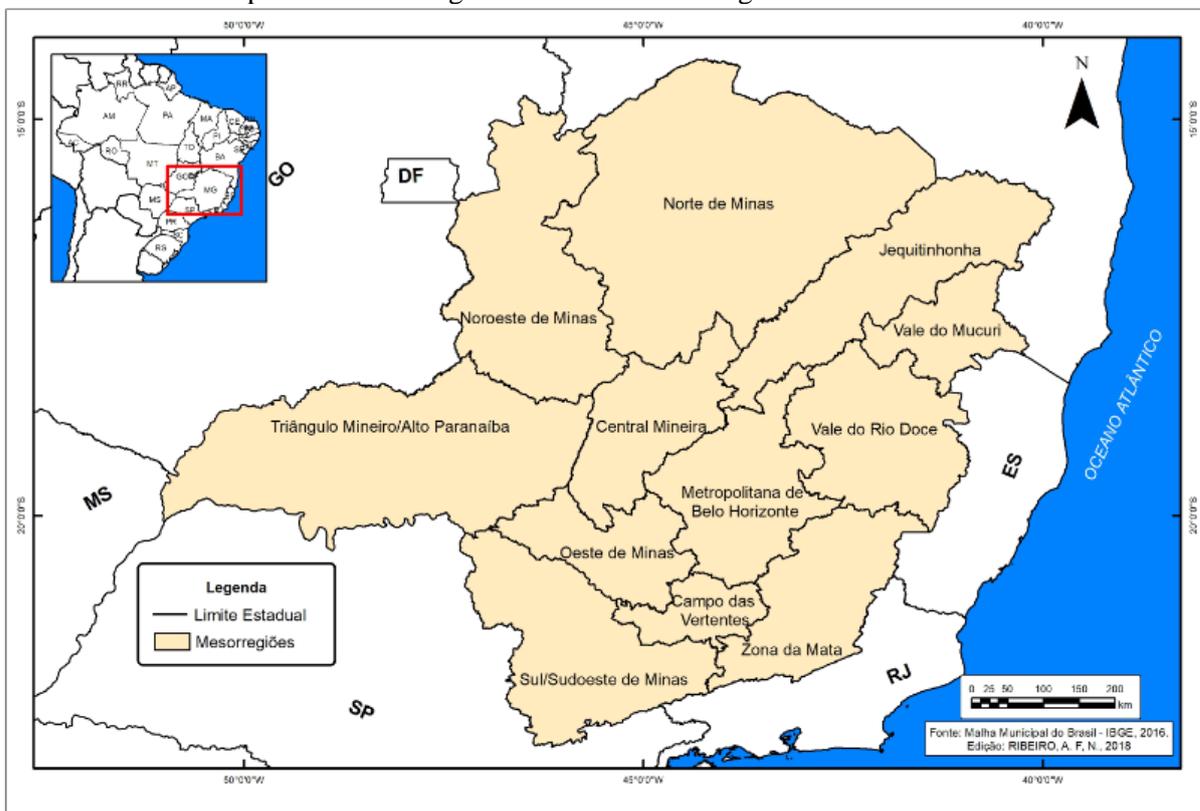
- **As mesorregiões e as microrregiões de Minas Gerais**

Em 1989 foi aprovada, pela Presidência do IBGE (resolução PR-51 de 31/07/89), publicada em 1990, a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões<sup>42</sup>. Desse modo, conforme estabelecido pelo IBGE, o território de Minas Gerais estava dividido regionalmente em 12 mesorregiões e 66 microrregiões:

<sup>42</sup> FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro, 1990. v. 1. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

- ✓ **Mesorregiões:** Campo das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Zona da Mata.
- ✓ **Microrregiões:** Barbacena, Lavras, São João Del Rei, Bom Despacho, Curvelo, Três Marias, Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Pedra Azul, Belo Horizonte, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas, Sete Lagoas, Paracatu, Unaí, Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas, Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Oliveira, Piumhi, Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia, Nanuque, Teófilo Otoni, Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Mantena, Peçanha, Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá, Viçosa.

Mapa 3 – Divisão regional de 1990: Mesorregiões de Minas Gerais.



Logo, as comarcas da Capitania de Minas Gerais correspondem às seguintes mesorregiões mineiras<sup>43</sup>:

- a) Paracatu (corresponde às mesorregiões: Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas, secundariamente Norte de Minas e Central Mineira).
- b) Rio das Mortes (corresponde às mesorregiões: Sul/Sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, secundariamente Oeste de Minas, Metropolitana de Belo Horizonte e Zona da Mata).
- c) Sabará (corresponde às mesorregiões: Metropolitana de Belo Horizonte, Central Mineira, secundariamente Noroeste de Minas, Norte de Minas e Oeste de Minas).
- d) Serro Frio (corresponde às mesorregiões: Norte de Minas, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, secundariamente Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Central Mineira).
- e) Vila Rica (corresponde às mesorregiões: Zona da Mata, Metropolitana de Belo Horizonte, secundariamente Vale do Rio Doce).

- **Regiões Geográficas, Imediatas e Intermediárias, de Minas Gerais**

A atual Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) apresentou um novo quadro regional, conforme é explicado no site do IBGE<sup>44</sup>:

A revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que nesse estudo recebem respectivamente os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, seguiu uma metodologia comum para todo o território nacional e integrou análises e expectativas de órgãos de planejamento estaduais por meio de uma parceria mediada pela *Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES)*. A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas 2017 pretende subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos. (IBGE, 2017)

---

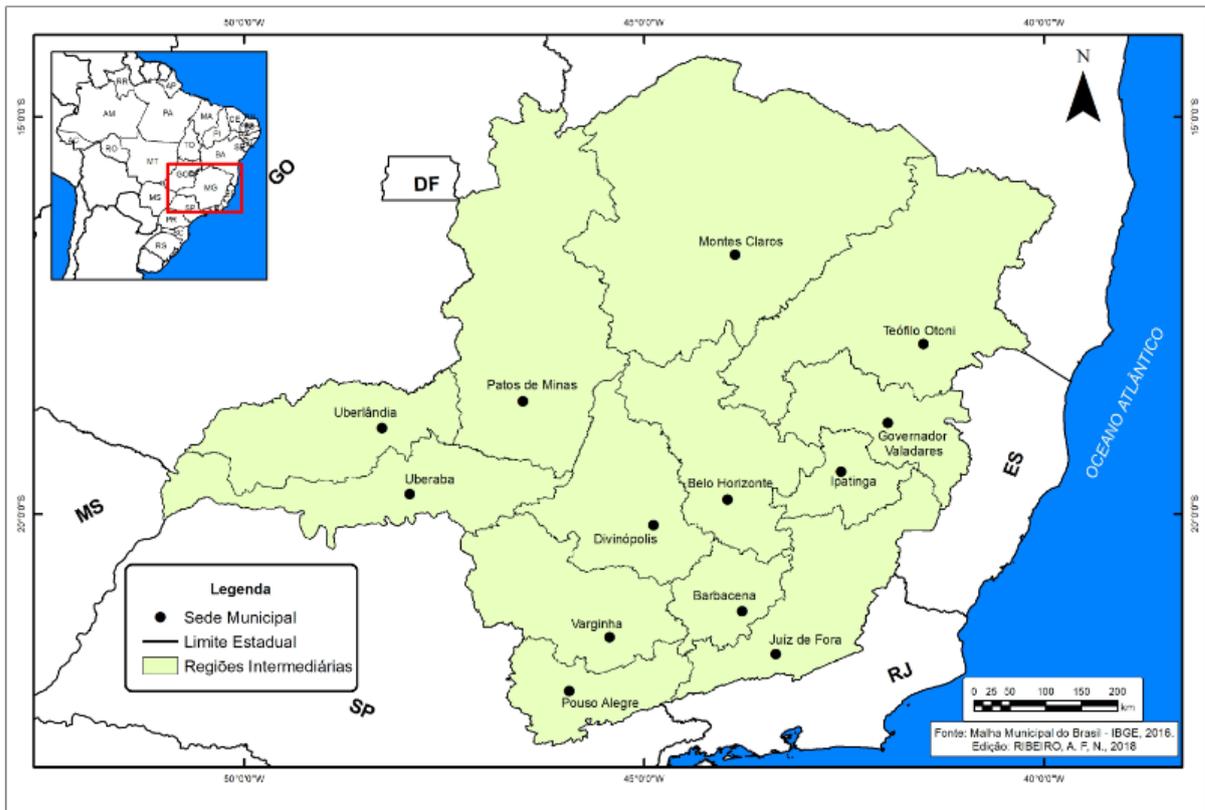
<sup>43</sup> Essa relação e outras informações sobre as comarcas da Capitania de Minas Gerais constam em: SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C.; COSTA, A. (Orgs.). *Minas Gerais – Patrimônio toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. (Folheto). In: SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C.; COSTA, A. G. (Orgs.). *Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseum/crch/toponimia/index.html>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>44</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio>> Acesso em: out. 2018.

Desse modo, atualmente há 13 regiões geográficas intermediárias e 70 regiões geográficas imediatas em Minas Gerais:

- ✓ **Regiões Geográficas Intermediárias:** Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Barbacena, Varginha, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Divinópolis.
- ✓ **Regiões Geográficas Imediatas:** Belo Horizonte, Sete Lagoas, Santa Bárbara – Ouro Preto, Curvelo, Itabira, Montes Claros, Janaúba, Salinas, Januária, Pirapora, São Francisco, Espinosa, Teófilo Otoni, Capelinha, Almenara, Diamantina, Araçuaí, Pedra Azul, Águas Formosas, Governador Valadares, Guanhães, Mantena, Aimorés – Resplendor, Ipatinga, Caratinga, João Monlevade, Juiz de Fora, Manhuaçu, Ubá, Ponte Nova, Muriaé, Cataguases, Viçosa, Carangola, São João Nepomuceno – Bicas, Além Paraíba, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, São João del Rei, Varginha, Passos, Alfenas, Lavras, Guaxupé, Três Corações, Três Pontas – Boa Esperança, São Sebastião do Paraíso, Campo Belo, Piumhi, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Itajubá, São Lourenço, Caxambu – Baependi, Uberaba, Araxá, Frutal, Iturama, Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, Unai, Patrocínio, Divinópolis, Formiga, Dolores do Indaia, Pará de Minas, Oliveira, Abaeté.

Mapa 4 – Atual divisão regional: Regiões Intermediárias de Minas Gerais



Atualmente, de acordo com a nova divisão regional apresentada, temos a seguinte relação:

- a) Paracatu (corresponde às regiões geográficas intermediárias Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas. Secundariamente Divinópolis, Belo Horizonte e Barbacena).
- b) Rio das Mortes (corresponde às regiões geográficas intermediárias Varginha, Pouso Alegre. Secundariamente Divinópolis, Belo Horizonte e Juiz de Fora).
- c) Sabará (corresponde às regiões geográficas intermediárias Belo Horizonte, Divinópolis. Secundariamente Patos de Minas e Montes Claros).
- d) Serro Frio (corresponde às regiões geográficas intermediárias Montes Claros, Teófilo Otoni, Belo Horizonte).
- e) Vila Rica (corresponde às regiões geográficas intermediárias Belo Horizonte, Juiz de Fora. Secundariamente Ipatinga)

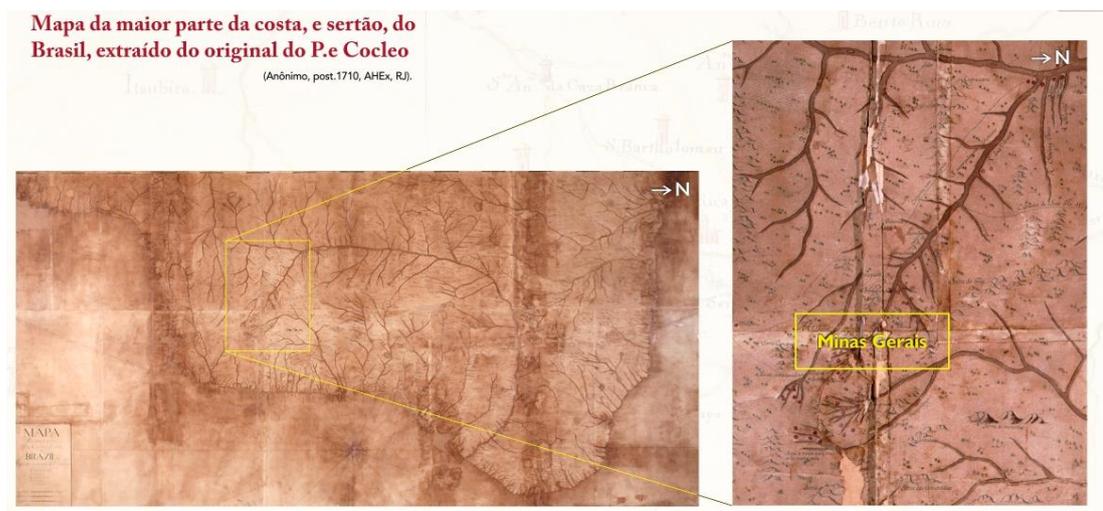
### 2.1.2 O topônimo “Minas Gerais”

O território que hoje figura como “Minas Gerais” era aludido à região das minas de forma generalizada, sendo seus moradores os que, verdadeiramente, criaram o topônimo, segundo Barbosa (1995, p.203). A motivação do nome está associada ao ouro e outros metais encontrados na região. Porém, antes da consolidação do nome “Minas Gerais”, o território apresentava outras denominações: “Assistente nas minas”; “morador nas minas”; “caminho para as minas”; “minas dos Cataguás” ou “minas dos Cataguases”; ou, simplesmente, “as minas”. Barbosa (1995, p.203) completa ao explicitar que a designação “Minas Gerais” foi oficializada em 1732, dado que passou a ser usada nas cartas régias e tornou-se corrente.

A necessidade de produção cartográfica aumentou depois da criação da Capitania mineira em 1720, já que era necessário definir com maior clareza seus contornos (COSTA, et al. 2004, p.112). Portanto, evidenciamos a urgência da produção cartográfica nesse contexto.

Segundo Renger (2007, p.111), diante da descoberta das minas, possivelmente, muitos mapas foram produzidos, porém poucos se conservaram: “A maioria dos mapas históricos de Minas Gerais é composta de peças manuscritas e únicas, espalhadas em arquivos brasileiros e portugueses”. Acredita-se que a obra do padre Jacobo Cocleo<sup>45</sup>, que constam as Minas achadas em 1699, seja o documento cartográfico mais antigo que registra a designação “Minas Gerais”.

Mapa 5 - Mapa extraído do original do P.e Cocleo. (Anônimo, post. 1710, AHEx, RJ). Acredita-se que este seja o primeiro mapa com o registro da designação “Minas Gerais”.



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

<sup>45</sup> De acordo com Renger (2007, p.111), Jacobo Cocleo (Jacques Cocle) foi um jesuíta que nasceu em 1628, na França, e veio para o Brasil em 1660 para missionar no Ceará.

O “Mapa da maior parte da costa, e sertão, do Brasil...”, apresentado acima, corresponde ao período de grande produção documental – roteiros, descrições e mapas – por ser necessário o conhecimento e delimitação do território da América portuguesa. Ao analisar o mapa, observamos a representação de extenso território, segundo Santos, Seabra e Costa<sup>46</sup> “tendo como limite, ao norte, o Maranhão e, ao sul, a região de Laguna, em Santa Catarina, abarcando, no interior, as Minas Gerais”. Como explicam os estudiosos, o paradeiro do mapa de autoria do Padre Cocleo é desconhecido, mas acredita-se que sua criação seja entre 1694 e 1710, considerando informações que contém a data da morte do autor: “a cópia que se conhece atualmente deste documento deve ter sido realizada após o final da primeira década dos Setecentos”.

Há, também, outros documentos cartográficos produzidos após a consolidação da Capitania mineira e que registram em seus respectivos títulos a designação “Minas Gerais”: os mapas 1777a, 1777b, 1778a, b, c, d, e, 1779 e de 1793, produzidos por Rocha; o mapa de 1804; realizado por Miranda, o mapa de 1821, realizado por Eschwege, o mapa produzido entre 1791 e 1798, anônimo, o mapa de 1808 ou 1809, anônimo, e o mapa de 1767, também anônimo. Inclusive, esses documentos cartográficos citados compõem o acervo utilizado como fonte de informação para o desenvolvimento deste trabalho e serão apresentados de modo mais detalhado no tópico deste capítulo intitulado “O Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*”.

## 2.2 A Cartografia nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino

Os empreendimentos marítimos impulsionaram o progresso da Cartografia portuguesa aproximadamente a partir do segundo quartel do século XV, conforme informa Santos (2007, p.51): “A liderança de Portugal se torna incontestável com o prosseguimento das expedições, em direção ao oriente e ao ocidente, respectivamente no Índico, no Pacífico, e nas costas atlânticas da América”.

Enquanto os séculos XV e XVI foram caracterizados por meio de uma cartografia litorânea, que teve cosmógrafos como principais agentes, consoante ao que apresenta Bueno (2007, p.32-33), o século XVII se configurou como um período de transição, já que o século seguinte seria marcado pela cartografia dos engenheiros militares. Essa transição se refere à interiorização da conquista, ou seja, era necessário mapear o território além da faixa costeira. O investimento em engenheiros militares é justificável por apresentarem formação científica

---

<sup>46</sup> SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. *Atlas: Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*, 2016.

em Academias, isto é, melhor formação profissional conduziria a melhores produtos cartográficos, correspondendo ao conhecimento acadêmico, domínios e técnicas cartográficas necessárias para isso.

Por meio das iniciativas de Manoel de Azevedo Fortes, nomeado engenheiro-mor do reino em 1719, buscando-se suprir a carência de engenheiros militares nacionais, verificou-se aumento considerável de profissionais portugueses e brasileiros atuantes na segunda metade do século XVIII (BUENO, 2007, p.37). As iniciativas de Manoel de Azevedo Fortes se referem ao projeto cultural que permitiu aprimoramentos técnicos e ações voltadas para o ensino necessários para a produção cartográfica, inclusive, uma das iniciativas corresponde à publicação de tratados com esse objetivo. Ainda que o projeto cultural do engenheiro-mor tenha se revelado bastante positivo, o rei, D. João V, contratou os jesuítas astrônomos João Batista Carbone e Domingos Capassi para realizar o projeto do Novo Atlas do Brasil que objetivava a produção de documentos cartográficos do território da América portuguesa. Os jesuítas, que ficaram conhecidos como padres matemáticos, chegaram ao Rio de Janeiro em 1730. Forneceram um conjunto de vinte mapas de várias capitanias e da costa do Brasil:

Ainda que o resultado do projeto do *Novo Atlas do Brasil* tenha ficado aquém das expectativas, esse trabalho forneceu aos portugueses dados concretos sobre as coordenadas geográficas – latitude e longitude -, astronômica e observadas *in loco*, das principais vilas do Sul e das zonas interiorizadas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, em relação ao Meridiano do Rio de Janeiro então definido, viabilizando futuras negociações com Castela por ocasião dos Tratados de Madri (1750) e Santo Idefonso (1777). (BUENO, 2007, p.38)

Renger (2007, p.123) completa ao apresentar alguns cartógrafos sucessores do trabalho dos padres matemáticos “como José Joaquim da Rocha, Antônio Pinto de Miranda e seu filho de criação, Luis Caetano de Miranda, com seus trabalhos em Minas, entre muitos outros”.

A ocupação dos sertões na América portuguesa é caracterizada pela abertura de caminhos e bandeiras em busca dos tesouros de metais nobres, como apresentamos no tópico anterior deste trabalho. Portanto, além dos documentos cartográficos produzidos por engenheiros militares, é necessário evidenciarmos os documentos produzidos por sertanistas:

Do conjunto produzido entre último quartel dos Seiscentos e o início dos Setecentos e pertencente a fase que antecedeu ao período dos padres matemáticos, fazem parte os documentos cartográficos denominados *Cartas Sertanistas*. Esses mapas, *traçados à pena e a lápis, sobre folhas de papel grosseiro fabrico, foram datados entre 1721 e 1724*, encontram-se sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (COSTA, 2007, p.117)

Desse modo, a Cartografia, compreendida como “arte ou ciência de compor cartas geográficas” (CUNHA, 2010, p.132), teve papel fundamental durante o período Colonial, pois, era necessário conhecer o território para dominá-lo e administrá-lo. Tratando-se da conquista

dos sertões, de meados do século XVII até o final do século XVIII, esses documentos não eram muitos, devido à carência de profissionais qualificados para a produção e a necessidade de mantê-los em sigilo, assim, muitos perderam-se com o passar do tempo (COSTA, 2007, p.117). O estado da arte da Cartografia portuguesa, referente às colônias, eram documentos sigilosos por compreenderem os interesses do reino e, por isso, ficavam sob a responsabilidade de poucos homens de autoridade e confiança. Santos (2007, p.55) explicita o fato de os mapas da colônia americana serem concebidos, fundamentalmente, como documentos:

Como tais, eles registram informações sobre resultados de ações ou para seu planejamento e são considerados documentos afeitos às estratégias e às táticas políticas e militares, às ações e às decisões administrativas, civis e eclesiásticas etc. Dessa forma, os documentos são cercados de cuidados para a manutenção de sigilo e reserva, a propósito tanto de sua elaboração como de seu uso e conservação. (SANTOS, 2007, p.55)

No século XVIII, o aperfeiçoamento técnico e de métodos cartográficos “conferiu a cartografia um rigor científico nunca antes observado” (COSTA, 2007, p.117), completa o autor:

A partir do final da terceira década dos Setecentos, esses avanços foram aplicados pelos padres matemáticos e por engenheiros militares, na produção de mapas para regiões de maior interesse para o governo português. Consideradas as questões políticas e econômicas, esse mapeamento foi direcionado para a porção sul do território da América portuguesa e para a sua já conhecida região das minas. (COSTA, 2007, p.117)

Conforme aumentava o povoamento desenfreado das terras mineiras, tornou-se necessário maior controle da Coroa portuguesa no território. Os mapas eram, portanto, valiosos instrumentos de domínio e controle administrativo, como explica Otávio Brito, na apresentação da obra “Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província” (COSTA et al., 2002):

A história da ocupação territorial e da exploração econômica das Minas Gerais se confunde com o nascimento da cartografia da região. Tratava-se de conhecer para melhor dominar e administrar a área que, a partir do século XVIII, se configurava como a mais populosa e rica do império português. (BRITO, 2002)

Alguns autores, inclusive alguns já citados neste trabalho, se destacaram:

Alguns dos grandes momentos da cartografia que abrangem o território mineiro na sua totalidade podem ser associados, no período Colonial, à produção do Pe. Jacobo Cocleo (ca. 1700), dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi (ca. 1734/35), de José Joaquim da Rocha (1778), de Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1798) e do Barão d’Eschwege (1821). (COSTA, A. G. et al., 2002, p.53)

É reconhecível a relação entre o mapa, o espaço representado, assim como o contexto histórico em que o mapa foi produzido. Desse modo, cartografia e história estão indissociavelmente ligadas:

O estudo da cartografia da região das minas dos Setecentos e dos Oitocentos não pode ser desvinculado de sua dimensão histórica e simbólica. Um mapa é sempre representação de um espaço, e é claro que mantém uma íntima relação com a área que ele delimita, mas, como é sempre idealização do autor, só pode ser compreendido dentro de sua linguagem simbólica. Também não existe, nem nunca existiu, uma linguagem cartográfica única, universal e imutável. Todo mapa é um conjunto de signos, símbolos, que só podem ser compreendidos a partir dos elementos da própria cultura na qual ele foi formulado. Por isto, cartografia e história estão indissociavelmente ligadas, pois só a segunda nos permite decodificar os signos de que a primeira se utilizou. (COSTA, et al. 2004, p.13)

É pertinente explicitarmos a ressalva de que a Cartografia adquire amplo alcance, em razão do mapa ser compreendido como um signo de outras naturezas. Essa afirmação se fundamenta na perspectiva de que os mapas são produzidos de acordo com a intenção, objetivos e interesses de quem os propõem e na adequada decodificação de quem os “recebe” para que a comunicação se efetive. Esse cenário torna os signos<sup>47</sup> usados importantes peças na comunicação desejada. Esse assunto será explicado no capítulo intitulado “Procedimentos metodológicos” ao apresentarmos os acidentes geográficos compreendidos nos mapas usados neste trabalho.

De acordo com Menezes e Fernandes (2013, p.18) a Cartografia é, ao mesmo tempo, uma ciência, uma arte e uma técnica, tendo em vista todas as atividades que compreende, desde o levantamento de campo ou da pesquisa bibliográfica até a impressão definitiva e à publicação do mapa elaborado. Logo, os mapas são importantes fontes de informações que podem ser usadas em diversos campos do conhecimento, de acordo com os objetivos do pesquisador, como discorrem Menezes e Fernandes:

Para um elevado número de aplicações, é indiscutível a importância da estrutura de representação da informação geográfica, em essência dos mapas e da Cartografia. Com eles se pode representar todos os tipos de informações geográficas, bem como a estrutura, função e relações que ocorram entre eles. Pela caracterização de suas aplicações, pode-se utilizá-los em quaisquer campos do conhecimento que permitam vincular a informação à superfície terrestre. (MENEZES, FERNANDES, 2013, p.21)

O mapa apresentado a seguir tem autoria desconhecida e é o documento cartográfico mais antigo de representação da Capitania de Minas Gerais do qual se tem conhecimento atualmente:

---

<sup>47</sup> Compreendemos signo como “um elemento A – de natureza diversa, substituto de B”, de acordo com Dubois et al. (1978, p. 541). No signo cartográfico, o “elemento A”, pode corresponder a sinais gráficos, ícones, ou símbolos que, conformando uma feição cartográfica, refere-se a um acidente geográfico da área representada – o “elemento B”. (SANTOS, SEABRA, MENEZES, 2017)

Mapa 6 - “Carta geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes”: produzido em 1767 e de autoria não declarada, é o mapa mais antigo, que se tem conhecimento atual, de representação do território referente a Capitania de Minas Gerais.



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

Por ser um mapa que não apresenta condições satisfatórias de legibilidade, esteve um tempo em restauração, afastado do alcance do público. O original está sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), segundo Santos e Costa (2016, p.49). De acordo com a pesquisa realizada pelos estudiosos, a “Carta geográfica”, como foi denominada no texto dos autores, provavelmente, foi destinada ao monarca de Portugal “tendo em vista as ilustrações que a adornam, o cuidado expresso na composição dos signos cartográficos e o belo trabalho de desenho e aquarela realizado pelo autor”. Completam os estudiosos:

Nas figuras do cartucho do título, consta o brasão português, ladeado por bandeiras, encimado por uma coroa e inserido em um escudo cujo formato é intrincado, de acordo com os padrões artísticos da época. Quanto à ilustração do cartucho da escala, além de uma árvore que compõe, também, a do título, vê-se um religioso, próximo a um indígena, mostrando a este a imagem dele, indígena, em um espelho. Os três são observados, ainda, por um indígena, diferenciado pelo uso de um pequeno cocar e um

botoque, sugerindo a representação de um índio arredio aos contatos com os luso-brasileiros. (SANTOS, COSTA, 2016, p.49)

Nesse mapa, observamos o movimento de interiorização do povoamento na Capitania mineira motivado por interesse pelo ouro conforme era encontrado no território. De acordo com a análise de Santos, Seabra e Costa (2016), no mapa pode ser vista a configuração da Capitania que seria mantida até 1815:

Nessa data foi incorporada a área conhecida, atualmente, como mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, anteriormente assinalada à Capitania de Goiás. A medida definiu, grosso modo, a forma do Estado, que, contudo, seria representada após a independência do país. (SANTOS, SEABRA, COSTA, 2016).

### **2.3 O Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino***

O projeto intitulado “Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino” foi desenvolvido no Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH), localizado no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizado entre o final de 2014 e início de 2016.

Coordenado e organizado pela Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra<sup>48</sup> e pela Profa. Dra. Márcia Maria Duarte dos Santos<sup>49</sup>, o projeto contou com a colaboração do Prof. Antônio Gilberto Costa<sup>50</sup> e Najla Miranda Moucharek<sup>51</sup>, além de uma equipe interdisciplinar em seu desenvolvimento. Tratam-se de estudantes de diferentes áreas científicas, como da Letras, Geografia e Direito, graduandos da UFMG. Além desses, em 2016, integraram à equipe as pesquisadoras Amanda Estela Guerra<sup>52</sup> e Maria Dulce de Faria<sup>53</sup>, na produção do Repositório de Dados que constitui um dos produtos desse projeto.

O desenvolvimento do projeto dispôs do apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)<sup>54</sup> para alcançar os objetivos propostos, assim como das instituições da UFMG (Pró-Reitorias de Pesquisa, Extensão, Recursos Humanos e a Rede de Museus e Espaços de Ciência

<sup>48</sup> Professora Associada da Faculdade de Letras (FALE-UFMG), Coordenadora do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GRUMEL-UFMG); Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG-MG).

<sup>49</sup> Professora aposentada do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC-UFMG e, atualmente, pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH-UFMG).

<sup>50</sup> Professor Titular do Departamento de Geologia do Instituto de Geociências (IGC-UFMG), Coordenador do Centro de Referência em Cartografia Histórica (CRCH-UFMG) e Diretor do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB-UFMG).

<sup>51</sup> Designer, Doutoranda Virginia Tech., EUA.

<sup>52</sup> Geógrafa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

<sup>53</sup> Bibliotecária da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)

<sup>54</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq - Processo nº 408869/2013-5.

e Cultura, o Museu de História Natural e Jardim Botânico, o Grupo Mineiro de Estudos do Léxico, a Faculdade de Letras, o Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências).

Felizmente, eu tive a oportunidade de fazer parte dessa equipe no desenvolvimento da pesquisa. Naquele período, eu era graduanda do curso de Letras pela UFMG e participava do projeto como bolsista de Iniciação Científica. Certamente, a minha participação na pesquisa foi positiva ao permitir-me adquirir valiosos aprendizados, reflexões e, acima de tudo, despertar o encantamento por uma pesquisa incrivelmente enriquecedora. Acredito na possibilidade de evidenciar, por meio deste trabalho, parte desse encantamento. Conforta-me saber que a pesquisa não se esgota, abre caminhos para a realização de tantos outros trabalhos. Mergulhei na língua dos mapas e descobri que, por meio dos seus registros, guardam histórias de Minas Gerais dignas de valiosos estudos.

### 2.3.1 Desenvolvimento

Neste tópico, trataremos do desenvolvimento do Projeto e resultados que constam no Repositório de Dados (SANTOS, SEABRA, COSTA, 2017), tendo em vista que a amostra de mapas estudados e os dados apresentados no Repositório são fonte de informação para este trabalho.

Os mapas são instrumentos de pesquisa por constituírem fonte de informação aos estudos, inclusive, à Toponímia. Como apresentam Santos e Seabra (2017):

A proeminência dos mapas, por sua vez, entendidos como fontes primárias e históricas de informação, muitas vezes, diz respeito à especificidade das mensagens que propiciam a comunicação de atributos espaciais de uma forma eficaz, como nenhum outro sistema de comunicação linguístico, ou não linguístico, é capaz de realizar. Esses atributos relacionam-se ao conhecimento da distribuição de fatos, fenômenos e eventos, dos padrões que podem formar, e de suas relações em um determinado espaço geográfico. (SANTOS, SEABRA, 2017)

O projeto objetivou, desse modo, contemplar a proeminência cartográfica na realização da pesquisa. Por meio dos registros cartográficos, buscou-se resgatar o patrimônio toponímico de Minas Gerais no período Colonial e Joanino (século XVIII e início do XIX).

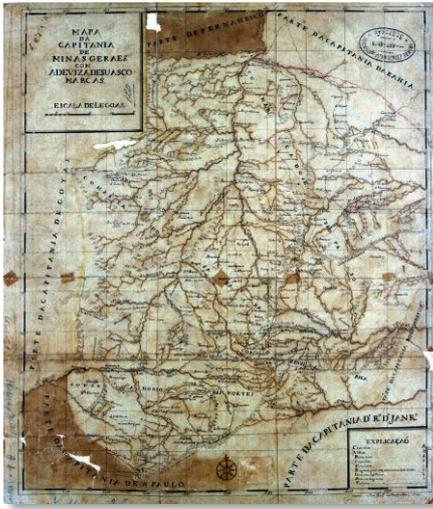
Os *corpora* do projeto se constituem de 15 mapas que representam o território mineiro no período dos Setecentos e dos Oitocentos Colonial e Joanino. Tratam-se de 8 mapas da capitania e 7 de suas comarcas. Os documentos cartográficos, apresentados a seguir, pertencem a acervos de museus, de arquivos e bibliotecas no Brasil e em Portugal<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> As características apresentadas nos quadros 1 e 2, assim como as imagens dos mapas, foram extraídas do Repositório de Dados (SANTOS, FARIA, COSTA, 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/mapas>> Acesso em: out. 2018).

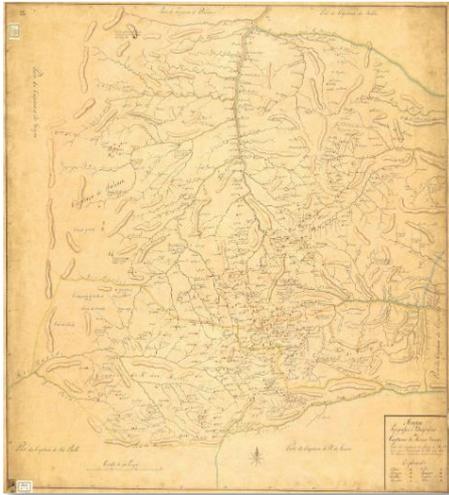
Quadro 1 – Os mapas da Capitania de Minas Gerais e suas respectivas características: o acervo da pesquisa é composto por 8 mapas da Capitania de Minas Gerais, além dos mapas das Comarcas apresentados no quadro seguinte.

Mapas	Características
	<p><b>CARTA geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes (1767)</b></p> <p>Escala gráfica: 18 legoas [légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 15,1 cm]. Meridiano de origem: [Santo Antão, referente à ilha homônima do arquipélago de Cabo Verde - 25,37°W de Greenwich]. Não apresenta legenda, não indica os limites, nem registra os nomes das Comarcas. Assinala limites da Capitania de Minas Gerais. Apresenta ilustrações nos cartuchos do título e da escala. Acondicionado em <i>pass-partout</i> e poliéster, medindo 185 cm x 140,3 cm. Existe cópia em <i>ozalid</i>.</p>
	<p><b>ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Capitania de Minas Geraes (1777)</b></p> <p>Escala 30 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 12,5 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias -18,16°W de Greenwich]. Apresenta legenda, mostra rosa dos ventos, indica as divisões das Comarcas e as suas denominações. Designa as Capitánias limítrofes de Minas Gerais. Apresenta ilustrações no cartucho do título, bem como, no que contém a legenda e a escala</p>



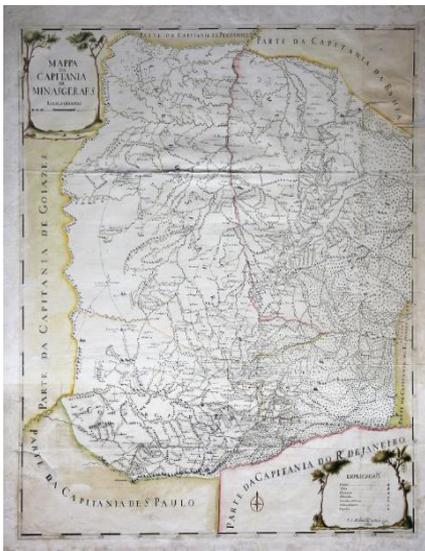
**ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Capitania de Minas Geraes com a Deviza de suas Comarcas (1778)**

Escala 40 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 7,8 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Apresenta legenda, mostra rosa dos ventos, indica limites e nomeia as Capitancias fronteiriças de Minas Gerais. Assinala as divisões das Comarcas e registra as denominações. Emoldurado, com *passe-partout* e vidro, medindo 83,5 cm x 66,6 cm.



**MAPA topografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes [entre 1791 e 1798]**

Escala de 30 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 11,4cm]. Meridiano de origem: [Praia, referente à capital de Cabo Verde, situada na Ilha de Santiago - 23°34' W de Greenwich]. Apresenta legenda. Assinala as divisões das Comarcas e registra as denominações. Indica limites e nomeia as Capitancias fronteiriças de Minas Gerais. Abaixo do título lê-se: “Toda esta Capitania he coberta de mattas, e só nas Comarcas do Rio das Mortes, Sabará, e Serro tem manxas de campo”.



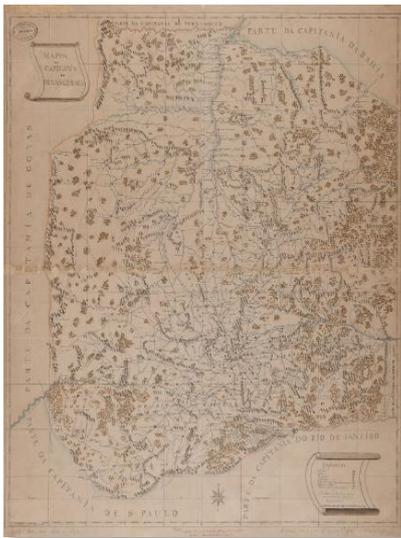
**ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Capitania de Minas Geraes (1793)**

Escala 30 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 11,3 cm]. Meridiano de origem: [Paris, referente ao observatório homônimo - 20° 00'00"E de Greenwich]. Apresenta legenda, mostra rosa dos ventos, indica as divisões e registra as denominações das Comarcas, assinala limites e nomeia as Capitancias fronteiriças de Minas Gerais. Apresenta ilustrações nos cartuchos que contêm o título e a escala, e a legenda.



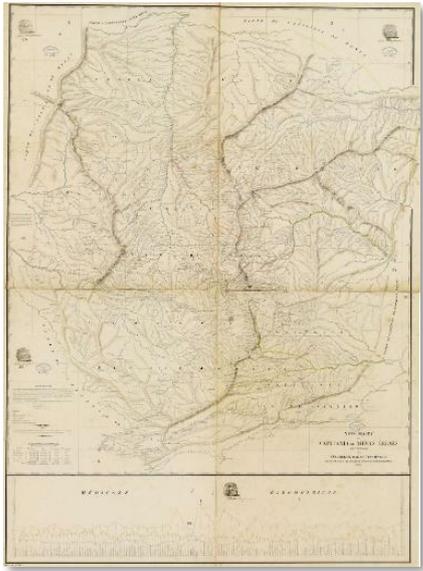
**MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes (1804)**

Escala 20 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 7,5 cm]. Meridiano de origem: [Praia, referente à capital de Cabo Verde, situada na Ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde - 23,57°W de Greenwich]. Apresenta legenda, mostra rosa dos ventos, assinala as divisões das Comarcas e registra as suas denominações. Mostra ilustrações no cartucho do título e legenda, destacando-se a que se encontra nos limites da Capitania de Minas com a de Goiás. Abaixo da legenda, lê-se: “Toda esta Capitania he coberta de Mattas e so nas Comarcas do R<sup>o</sup> das Mortes e Sabará, e Serro tem algumas manxas de campo”.



**TAVARES, Antonio Vilella de Castro. MAPPA da Capitania de Minas Geraes (1870) Reprodução da cópia manuscrita de [1808 ou 1809].**

Reprodução da cópia manuscrita de [1808 ou 1809]. Escala 20 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 8,6cm]. Meridiano de origem: Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich. Registrado na porção inferior da representação, à esquerda: “Longitude Occidental da Ilha de Ferro”. Contém legenda. Apresenta as divisões das Comarcas e as suas denominações. No cartucho da legenda, registra a nota explicativa: “Todas as Parochias e as Capellas são denominadas –Arrayaés”. Na margem inferior, encontra-se anotado: “Archivo Militar 22 de julho de 1870 Confere / Archivo Militar 2<sup>a</sup> secção 22 de julho de 1870. / O tem<sup>e</sup> C M. F. C. De Oliveir<sup>a</sup>. Soares / Chefê”.

	<p><b>ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Novo Mappa da Capitania de Minas Geraes (1821)</b></p> <p>Trata-se da cópia de uma folha do "Novo Mappa da capitania de Minas Geraes do Barão de Eschwege. (Dados retirados do Projecto SIDCARTA (<i>Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o Espólio da Engenharia Militar Portuguesa</i>). Escala 1 grau de latitude = [111, 111 Km = 11,20 cm]. Meridiano de origem: [Rio de Janeiro, referência Pão de Açúcar - 43,16°W de Greenwich]. Contém legenda e não apresenta escala.</p>
---	--

Fonte: Adaptado de Santos, Faria e Costa. (2017)

Além dos mapas da Capitania de Minas Gerais, apresentados no quadro anterior, 7 mapas das Comarcas mineiras compõem o acervo cartográfico da pesquisa. O mapa da Capitania de Minas de Gerais, de 1821, produzido por Eschwege, foi usado para realizar a coleta de topônimos referente à Comarca de Paracatu.

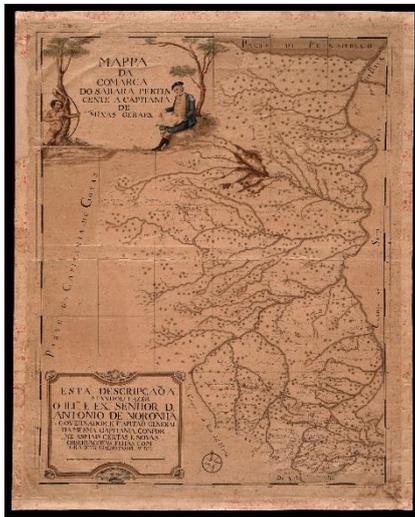
Quadro 2 – Os mapas das Comarcas de Minas Gerais e suas respectivas características.

Mapas	Características
	<p><b>ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca Rº das Mortes (1777b)</b></p> <p>Escala 30 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 16,3 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Apresenta legenda, indica limites de Comarcas e Capitánias, registra as denominações, mostra rosa dos ventos. Apresenta ilustrações emoldurando os cartuchos do título, da legenda e da escala.</p>



**ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca do Rº das Mortes (1778b)**

Escala 30 legoas = [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 16,3 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Não contém legenda. Indica as Comarcas e Capitania limítrofes, denominando-as. Assinala limites e nomeia as circunscrições político-administrativas, fronteiriças. Apresenta ilustrações nos cartuchos do título e escala. Emoldurado, em cima da cercadura do mapa, com *passe-partout* e vidro, medindo 81 x 102 cm.



**ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca do Sabara (1777c)<sup>56</sup>**

Escala 30 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m=13,2 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Não contém legenda. Registra os topônimos das circunscrições político-administrativas - Comarcas e Capitania. Apresenta rosa dos ventos. Apresenta os cartuchos do título e da escala com ilustrações, destacando-se as do primeiro. No cartucho de escala, acima de sua indicação, está escrito: “Esta descrição a mandou fazer o Ill<sup>mo</sup>. E Ex<sup>mo</sup>. Senhor D. Antonio De Noronha Governador, e Capitão General da mesma Capitania, Conforme as mais certas e novas observaçoens feitas com grade trabalho do seu autor”.

<sup>56</sup> SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG). (Inédito).



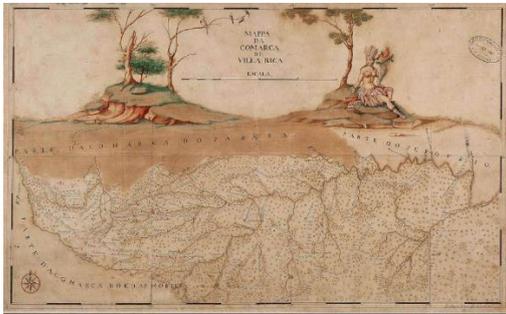
**ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca do Sabara (1778c)**

Escala 1 grau de latitude [111, 111 km = 7,8 cm]. Registra um petipé graduado, sem indicação das medidas correspondentes, traçado no canto inferior esquerdo, em um cartucho ilustrado. Acima do petipé, encontra-se a anotação: “Escala de legoas”. Meridiano de origem: Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias – 18,16°W de Greenwich. Não contém legenda. Assinala os limites da Comarca e nomeia as circunscrições – Comarcas e Capitánias fronteiriças. Mostra rosa dos ventos. Apresenta os cartuchos do título e da escala com ilustrações, destacando-se as do primeiro.



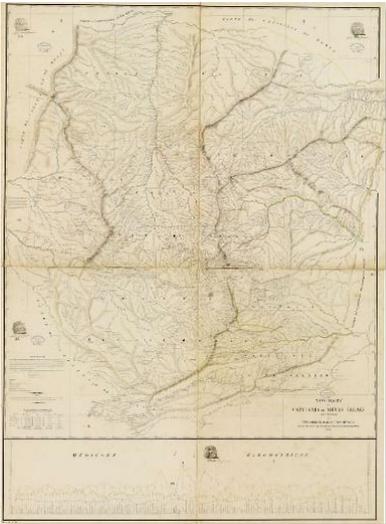
**ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca do Serro Frio (1778d)**

Registra um petipé graduado, sem a indicação das medidas correspondentes, traçado no canto superior da folha, abaixo do título, em um cartucho ilustrado. Acima do petipé, encontra-se a anotação: “Escala de legoas”. 1 grau de latitude [111,111 Km = 15,2 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Não apresenta legenda. Apresenta rosa dos ventos, assinala os limites e registra os topônimos de circunscrições político-administrativas limítrofes.



**ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca de Villa Rica (1778e)**

Escala 20 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 21,8cm]. Meridiano de origem: [Ferro, referente à ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Assinala os limites e registra os topônimos de circunscrições político-administrativas limítrofes. Apresenta rosa dos ventos. Contém ilustração no cartucho do título. Emoldurado, medindo 81,6 x 102 cm.

	<p><b>ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Comarca de Villa Rica (1779)</b></p> <p>Escala 20 legoas [Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m = 21,9 cm]. Meridiano de origem: [Ferro, ilha homônima do arquipélago das Canárias - 18,16°W de Greenwich]. Não contém legenda. Assinala os limites e registra os topônimos de algumas circunscrições político-administrativas limítrofes. Contém ilustração no cartucho do título e da escala.</p>
	<p><b>ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Comarca de Paracatu. In: Novo Mappa da Capitania de Minas Geraes (1821)</b></p> <p>Utilizou-se o mapa da Capitania realizado por Eschwege (1821).</p>

Fonte: Adaptado de Santos, Faria e Costa. (2017)

Primeiramente, foi realizado o levantamento dos topônimos coletados nos mapas contemplados no projeto. Esses topônimos (2.500<sup>57</sup>) foram organizados em planilhas do aplicativo *Excel* divididas em dois períodos - Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino-, assim como em Comarcas - Rio das Mortes, Vila Rica, Sabará, Serro Frio e Paracatu. Por meio da sistematização dos dados, ao categorizá-los linguística e geograficamente, constituiu-se o banco de dados.

Organizados por meio da entrada lexical (topônimo atual) o banco de dados fornece informações de cada topônimo: atualização geográfica (meso e microrregião), registro lexical (topônimos históricos conforme constam registrados em cada mapa) e classificação toponímica (natureza, motivação e origem linguística). A atualização geográfica foi feita de acordo com as circunscrições políticas, regionais e municipais, em vigor na época da realização da pesquisa e,

<sup>57</sup> Este número se refere a primeira versão da pesquisa, utilizada no projeto. Em versão atual, usada neste trabalho, foram quantificados 2.341 topônimos.

portanto, foi considerada a divisão regional em meso e microrregiões. É necessário mencionar, também, que a atualização geográfica do topônimo, para a identificação do topônimo atual correspondente ao histórico, baseou-se na posição geográfica histórica e atual, tendo em vista propriedades topológicas e mesmo euclidianas, a par da posição segundo pontos cardeais. A classificação toponímica corresponde ao procedimento teórico e metodológico de Dick (1990 a,b) que permite classificar os topônimos de acordo com a natureza (física ou antropocultural) em 27 taxonomias segundo padrões motivadores no ato denominativo, como foi apresentado no primeiro capítulo teórico deste trabalho.

O banco de dados permitiu a conferência do material, inclusive, verificar variações toponímicas diacronicamente.

Os dados foram quantificados e analisados quantitativa e qualitativamente, explicitando resultados por meio de gráficos e diagramas. Os resultados da pesquisa são apresentados por meio dos produtos do trabalho, conforme mostramos a seguir.

### **2.3.2 Produtos**

Os resultados obtidos por meio da análise dos dados do projeto são evidenciados em diferentes produtos:

- **Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais (2016)**

Publicado em 2016, trata-se de um Atlas digital que apresenta as tendências gerais observadas na Toponímia de Minas Gerais no século XVIII e início do século XIX.

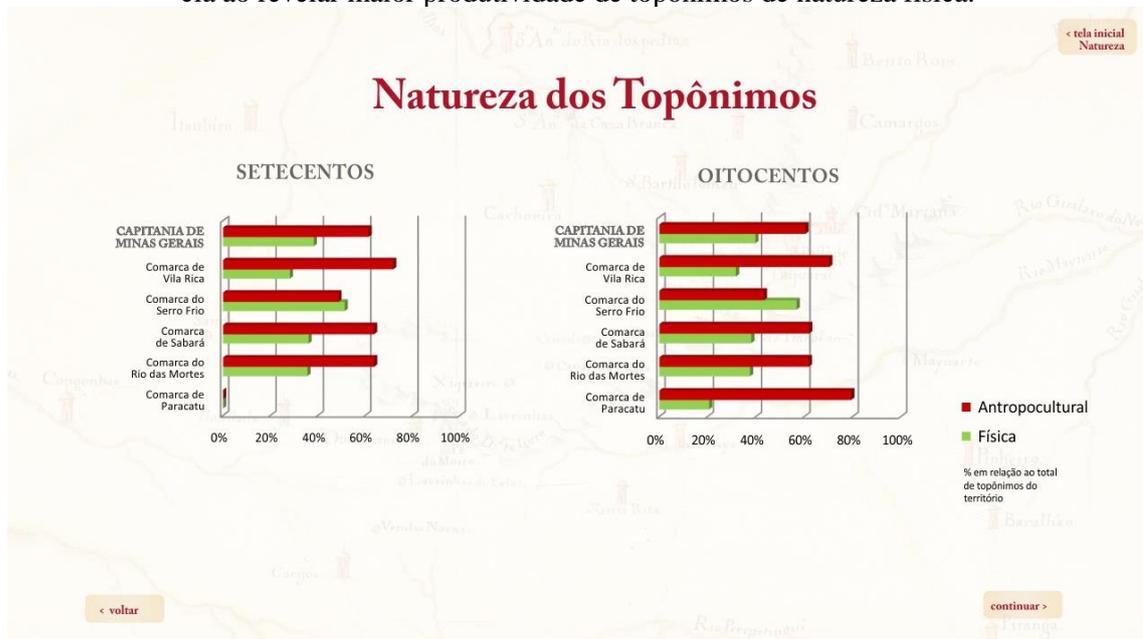
Figura 7 – Tela inicial do Atlas digital: o suporte digital em que foi criado permite ao pesquisador fácil consulta ao material disponibilizado.



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

O Atlas apresenta mapas, diagramas, gráficos e quadros acompanhados de textos explicativos que revelam a análise dos dados, como exemplificado a seguir:

Figura 8 – Natureza dos topônimos: os resultados da pesquisa evidenciaram predominância dos topônimos de natureza antropocultural, com exceção da Comarca do Serro Frio que contraria essa tendência ao revelar maior produtividade de topônimos de natureza física.

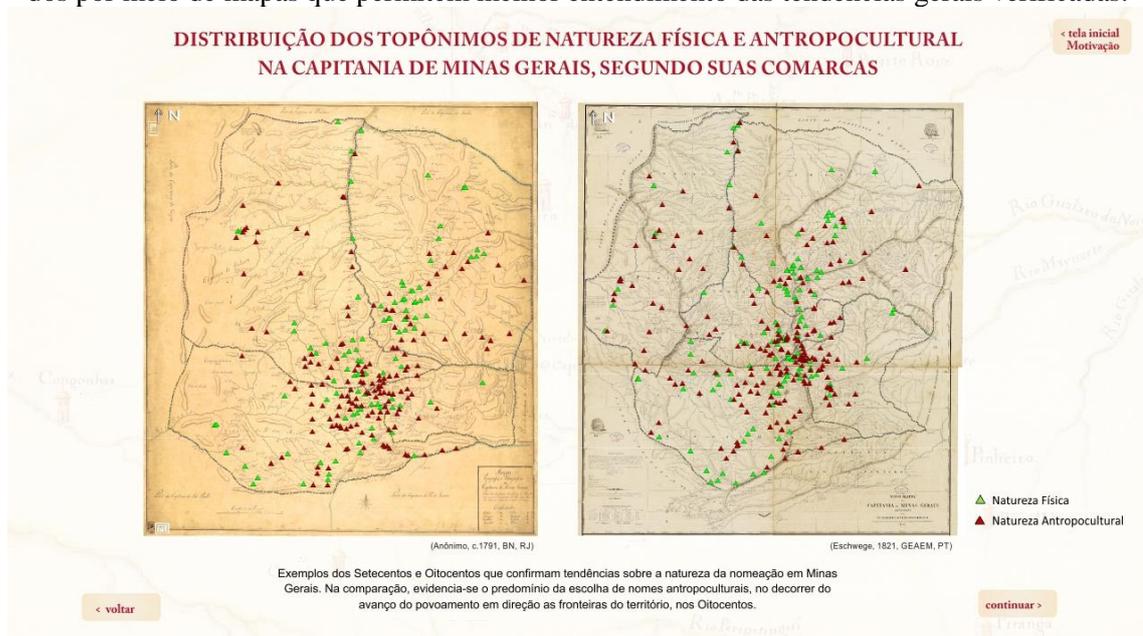


Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

De modo geral, apresentamos alguns resultados evidenciados no Atlas:

- a) Em relação à origem linguística: predominância de topônimos de origem portuguesa e raras ocorrências de topônimos de origem africana (verificou-se três ocorrências – *Cangica*, *Macacos* e *Quilombo*), presença de topônimos de origem indígena (Tupi), principalmente, em topônimos compostos por base de língua portuguesa, como em “Barra do Curumataí”.
- b) As taxonomias mais produtivas de natureza física: hidrotopônimos, litotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos e zootopônimos. As taxonomias mais produtivas de natureza antropocultural: predominam os hagiopônimos seguidos dos hierotopônimos, antropotopônimos e sociotopônimos.

Figura 9– Distribuição dos topônimos de natureza física e antropocultural: os resultados são evidenciados por meio de mapas que permitem melhor entendimento das tendências gerais verificadas.



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

O Atlas acompanha, também, um folheto e de dez marcadores de páginas, “apresentam verbetes das povoações que se tornaram vilas nos períodos Colonial e Joanino, a par do nome Minas Gerais, e de exposições temporárias sobre os temas focados”, como salientam os autores (SANTOS et al., 2016, p.270).

- **Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas (2017)**

Em 2017, foi publicado o Repositório de Dados<sup>58</sup>. De modo bastante explicativo, nele encontramos várias informações sobre a pesquisa, como os mapas e suas propriedades:

Figura 10– Tela inicial do Repositório de Dados: o banco de dados do projeto está disponível na aba “Repositório”.



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2017)

<sup>58</sup> SANTOS, SEABRA, COSTA (2017). Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/home>> Acesso em: out. 2018.

Figura 11– Tela Fonte de dados: nesta página é possível visualizar os mapas usados na pesquisa, tanto da Capitania quanto das Comarcas de Minas Gerais, de modo ampliado.

**Repositório de Dados**

Home Apresentação Prefácio Fonte de dados Repositório Créditos Contato

## Mapas

### Capitania

As Capitânicas, circunscrições que fizeram parte da estrutura político-administrativa da América portuguesa até o final do período Colonial, foram criadas pela Coroa, a partir da terceira década do século XVI, para promover o povoamento, a colonização, a defesa e a evangelização da população autóctone daquele seu extenso domínio. Essas circunscrições eram administradas, inicialmente, por um tipo tradicional de senhorio, suporte para honras nobiliárquicas, com percepção de rendas, entre outros privilégios e obrigações, concedidas pelo Monarca aos denominados donatários e capitães-governadores das Capitânicas[i].

Entretanto, já em meados do Quinhentos, com a nomeação do primeiro Governador-Geral do Brasil, como delegado proeminente do Monarca, marca-se um longo processo de unificação e de organização administrativa do território colonial que se consolida no Setecentos. Nesse processo, mantém-se a circunscrição denominada Capitania, mas seu estatuto se transforma. De início, muitas das prerrogativas expressas nas cartas de doação daquelas circunscrições foram abolidas. Finalmente, por meio de compra e de confisco, entre outros procedimentos, as donatarias foram restituídas à Coroa, algumas no século XVI, mas a maioria, no século XVII. Na recomposição dessas circunscrições e, ou no caso da criação de novas, as Capitânicas passaram a ser governadas por Capitães que serviam e militavam por soldo, nomeados periodicamente pelo Monarca e escolhidos no quadro da administração da Metrópole, ou no de suas Colônias, obedecendo a disposições jurídicas comuns.

No *hinterland* da América portuguesa, Minas Gerais já foi criada sob o signo de Capitania Real, em 1720, desmembrada da Capitania de São Paulo e Minas, essa, instituída em 1709[iii]. Representações conhecidas desse território e suas referências cartográficas são apresentadas a seguir:

Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

Além disso, o Repositório disponibiliza acesso ao banco de dados da pesquisa. De modo bastante funcional, o usuário/pesquisador pode usufruir do sistema de busca por meio de filtros:

Figura 12– Banco de dados do Repositório digital: o sistema permite realizar a busca avançada por meio de filtros.

**Repositório**

Digite aqui sua busca

AGRUPAMENTO	ENTRADA LEXICAL	TOPÔNIMOS DE MINAS GERAIS COLONIAL							Imprimir
		CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA					CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA		
		Estado	Mesorregião	Microrregião	Acidente Geográfico	Natureza	Motivação	Origem	
Comarca de Sabará Oitocentos	Abaeté	Minas Gerais	Central Mineira	Três Marias	Sede municipal	Antropocultural	Etotopônimo	Índigena	
Comarca de Sabará Oitocentos	Acurui	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Itabirito	Física	Hidrotopônimo	Índigena	
Comarca de Sabará Oitocentos	Andirola	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	Sede distrital, município de Esmeraldas	Física	Fitotopônimo	Índigena	
Comarca de Sabará Oitocentos	Antônio Dias	Minas Gerais	Vale do Rio Doce	Ipatinga	Sede municipal	Antropocultural	Antropotopônimo	Portuguesa	
Comarca de Sabará Oitocentos	Aranha	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	Sede distrital, município de Brumadinho	Antropocultural	Antropotopônimo	Portuguesa	
Comarca de Sabará Oitocentos	Arraial de Curimatá	Minas Gerais	Central Mineira	Curvelo	Povoado, município de Augusto de Lima	Física	Hidrotopônimo	Índigena	

Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2017)

Os resultados da pesquisa realizada foram, também, divulgados por meio de outros produtos, como publicações em periódicos e apresentações em eventos científicos: “Revelando

o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e do Joanino: dos Registros Cartográficos Históricos a um Atlas Digital”, (2016)<sup>59</sup>; “Toponímia de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino, em um Repositório de Dados Digital” (2016)<sup>60</sup>.

### 2.3.3 Autores dos mapas

Doze mapas usados na pesquisa têm autoria declarada: José Joaquim da Rocha (dez mapas), Caetano Luís de Miranda e Guilherme (Barão de Eschwege) que correspondem à produção de um mapa respectivamente, cada um. Explicitam Santos, Seabra e Costa (2017):

Esses autores serviram aos governantes mineiros: o primeiro e o terceiro, como militares, e o segundo, como funcionário da Intendência dos Diamantes. Rocha, Miranda, Eschwege e outros autores que não se identificaram, segundo Santos, Seabra e Costa (2016), estavam ligados às atividades de planejamento e de administração do território mineiro, e tiveram acesso ao contexto de produção cartográfica da época e ao conhecimento geográfico que os realizadores demonstram em seus mapas. (SANTOS, SEABRA, COSTA, 2017)

Salientamos que o Capitão Antônio Vilella de Castro Tavares não foi considerado como um dos autores, porque foi copista do mapa da Capitania de Minas Gerais considerado neste trabalho, de 1808 ou 1809. A cópia do mapa, realizada pelo Capitão, remete a 1870, conforme apresentado anteriormente no quadro 1 (intitulado “Os mapas da Capitania de Minas Gerais e suas respectivas características”).

#### José Joaquim da Rocha

José Joaquim da Rocha nasceu em São Miguel da Vila de Souza (ao sul de Aveiro, no Bispado da Extremadura), por volta de 1740, como apresenta Furtado (2009, p.161). A historiadora informa que Rocha chegou às Minas Gerais quando Luís Diogo Lobo da Silva era governador (1763-1768), onde permaneceu até a sua morte em 1804. Serviu no Brasil como engenheiro militar. Inicialmente, servia o Regimento de Cavalaria Regular de Minas Gerais e fornecia dados geográficos sobre o território, assim como produzia mapas e plantas. Autor da maioria dos mapas estudados nesta pesquisa, era grande conhecedor do território da Capitania mineira em fins do século XVIII. Segundo Resende (1995, p.17), tratava-se de um perito “como

<sup>59</sup> SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C. Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial e do Joanino: dos Registros Cartográficos Históricos a um Atlas Digital. *Caletrosópio*, v. 4, p. 547-557-557, 2016.

<sup>60</sup> SANTOS, M. M. D.; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa ; GUERRA, A. E. ; FARIA . Toponímia de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino, em um Repositório de Dados Digital. In: III Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2016, Belo Horizonte. *Anais do III Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. v. 1. p. 269-283.

se dizia à época, em assuntos estratégicos e de segurança da Capitania”. Completa a autora em seu estudo crítico:

Como cartógrafo, José Joaquim da Rocha exercia, portanto, atividade precipuamente militar, enquadrada, na Colônia, no prosseguimento de ações estratégicas para o domínio do espaço territorial das Minas, tarefa indispensável à sua administração e controle. Traçar estratégias militares ou avaliar as dificuldades de domínio sobre o território conquistado foram tarefas para as quais, desde, pelo menos, o século XV, a confecção de mapas mostrara, continuamente, a sua utilidade. (RESENDE, 1995, p.20)

As memórias históricas sobre a Capitania, escritas por José Joaquim da Rocha, foram destinadas aos governadores da Capitania. A primeira memória, intitulada “Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais” (1778-1780) foi dedicada ao governador Dom Rodrigo José de Meneses. A segunda memória, intitulada “Geografia: a descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais”, finalizada em 1783, conforme explica Furtado (2009, p.163), apresentava algumas pequenas diferenças em relação à primeira memória e foi dedicada ao governador da capitania Dom Luís da Cunha Meneses. Em relação à terceira memória, intitulada “Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais” (1788) foi destinada ao governador visconde de Barbacena. Porém, há indícios de que José Joaquim da Rocha tenha envolvimento com o levante, em relação ao processo da Inconfidência mineira, por meio de relatos de encontros com os inconfidentes e, inclusive, o acesso do Alferes Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) ao mapa de população (censo), de toda a capitania, cujo autor era Joaquim José da Rocha, em conformidade ao que explica a historiadora:

O mapa configurava uma informação estratégica vital para o planejamento do levante, pois informava em detalhes a disposição do povoamento, das Minas Gerais, cuja população, de acordo com o mesmo documento, ‘era perto de 400 mil pessoas, divididas pelas suas respectivas classes, brancos, pardos e negros, machos e fêmeas’. (FURTADO, 2009, p.162)

Neste trabalho não objetivamos discorrer sobre o assunto do levante, por ser um tema que extrapola nossos objetivos. Esteja ou não confirmado o envolvimento de José Joaquim da Rocha no movimento, o conhecimento que o engenheiro militar apresentava em relação ao território de Minas Gerais é perceptível ao analisarmos as memórias e mapas produzidos pelo autor.

É importante mencionar que o estudo crítico de Resende (1995) não considerou todos os mapas de Rocha, já que a estudiosa não teve acesso, na época de realização do seu trabalho, aos outros mapas do autor. Além dos mapas da capitania de Minas Gerais (realizados em 1777, 1778 e 1793) e os mapas das respectivas comarcas, ele produziu um mapa das cabeceiras do julgado do rio das Velhas, em 1796, e um mapa do rio Doce, em 1798. (FURTADO,

2009, p.170). Em relação aos mapas de Rocha usados neste trabalho evidenciamos que o mapa da Capitania, produzido em 1793, corresponde ao período em que Rocha era Sargento Mor<sup>61</sup>.

### **Caetano Luiz de Miranda**

Caetano Luiz de Miranda não integrava o corpo dos engenheiros portugueses que, durante o período dos Setecentos e início dos Oitocentos Joanino, realizaram grande quantidade de mapas, porém, segundo Cintra e Santos (2011, p.69-70), as características técnicas do mapa intitulado “Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais” (1804), de sua autoria, revelam uma obra técnica e não um simples mapa de um prático conhecedor do território:

O mapa de Miranda não apresenta o meridiano de origem das medidas de longitude, nem a projeção cartográfica, fato comum na época. Entretanto, ao se explorar a “Carta Geográfica”, pode-se identificar a existência de operações cartográficas e dados técnicos (gradação das coordenadas, título, autor, data de realização, orientação, legenda, escala e notas explicativas) que o classificam como uma obra técnica e não um simples mapa de um prático conhecedor de um território, nem na de um simples esboço. (CINTRA, SANTOS, 2011, p.69)

Miranda nasceu em 1774 no arraial Santo Antônio do Tijuco e faleceu em 1837, na mesma localidade (região denominada Serro Frio). Foi funcionário da Intendência dos Diamantes e, entre as funções que exercia no cargo de escriturário, não se encontra a de fazer mapas e outras iconografia: “ainda que tenha feito um desenho panorâmico de uma lavra de diamantes, denominada ‘Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha...’, datado de 1803, entre outras figuras” (CINTRA, SANTOS, 2011, p.70). Miranda é autor de outros trabalhos cartográficos como o intitulado “Viagem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro ate a Villa do Bom Sucesso em Minas Novas”, de 1814. Não se sabe de sua formação que poderia justificar a habilidade para a realização de documentos cartográficos. Os estudiosos (CINTRA, SANTOS, 2011, p.70) mencionam o talento que pode ter sido herdado do pai, Antônio Pinto de Miranda, autor do mapa intitulado “Planta do Arraial do Tijuco”, de 1784<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Em 1778 José Joaquim da Rocha teve baixa do serviço militar e em 1782 recebeu o título de Sargento Mor concedido por D. Rodrigo José de Menezes.

<sup>62</sup> Representação cartográfica (se encontra grafado “Teiuco”, no lugar de “Tejuco”) pertence ao AHEx, RJ.

### **Barão Wihelm Ludwing von Eschwege**

A produção cartográfica manteve a sua importância e preocupação no século XIX, já que a população na capitania mineira continuava a crescer e, em mesma proporção, crescia a necessidade da administração Colonial. Como mencionam Costa et al. (2002, p.63), D. Manoel de Portugal e Castro (1814-1821), o último Governador de Minas Gerais, lamentou a falta de mapas mais precisos. Acrescentam os autores:

Efetivamente, em 1811, o metalurgista e mineralogista alemão, Barão Wihelm Ludwig von Eschwege, foi enviado à Capitania com a tarefa de reanimar a decadente mineração de ouro em Minas Gerais. [...] Em todas as suas viagens levava um barômetro para fazer determinações altimétricas e de coordenadas pelo método do cronômetro, documentando o seu itinerário em mapas de viagem, muitos deles ainda com observações geológicas. Alguns destes mapas foram publicados nas suas obras sobre o Brasil. Entretanto a maior obra cartográfica de Eschwege continua inédita. Trata-se do Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais, terminado em 1821, ano de sua volta a Portugal. (COSTA et al., 2002, p.63)

Desse modo, Barão de Eschwege (1777-1855) trabalhou em Minas Gerais como geólogo, engenheiro de minas e também como empresário no setor de siderurgia e mineração e, ainda, como cartógrafo (SANTOS, CINTRA, RENGGER, 2013, p.13).

*“Agora, vez, era que podia ter saudade de lá, saudade firme. Do chapadão – de onde tudo se enxerga”.*

(João Guimarães Rosa. O recado do Morro. In: Corpo de Baile, 1960, p.285).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O *corpus* deste trabalho é constituído por topônimos históricos coletados em mapas de Minas Gerais produzidos nos Setecentos ao Oitocentos Colonial e Joanino, sendo o mapa mais antigo de 1767, anônimo, e o mais recente de 1821, realizado por Eschwege<sup>63</sup>, o que permite realizar uma análise diacrônica dos dados ao verificar variações e mudanças na nomeação das localidades mineiras. Adotar o viés histórico e diacrônico na pesquisa toponímica inclui a percepção de resgate cultural que representa a realidade de mundo vivenciada por um povo em determinado período histórico da língua.

Diante da perspectiva de que o ato denominativo contempla um fator motivacional (DICK, 1990a, p.38), conforme apresentado e explicado no primeiro capítulo deste trabalho, o procedimento metodológico desenvolvido por Dick (1990b, p.31-34), que permite classificar os topônimos em 27 taxonomias, mostra-se adequado para o estudo toponímico por corresponder à realidade brasileira ao associar o topônimo ao ambiente que nomeia, relacionado tanto aos aspectos físicos da paisagem, quanto aos aspectos socioculturais.

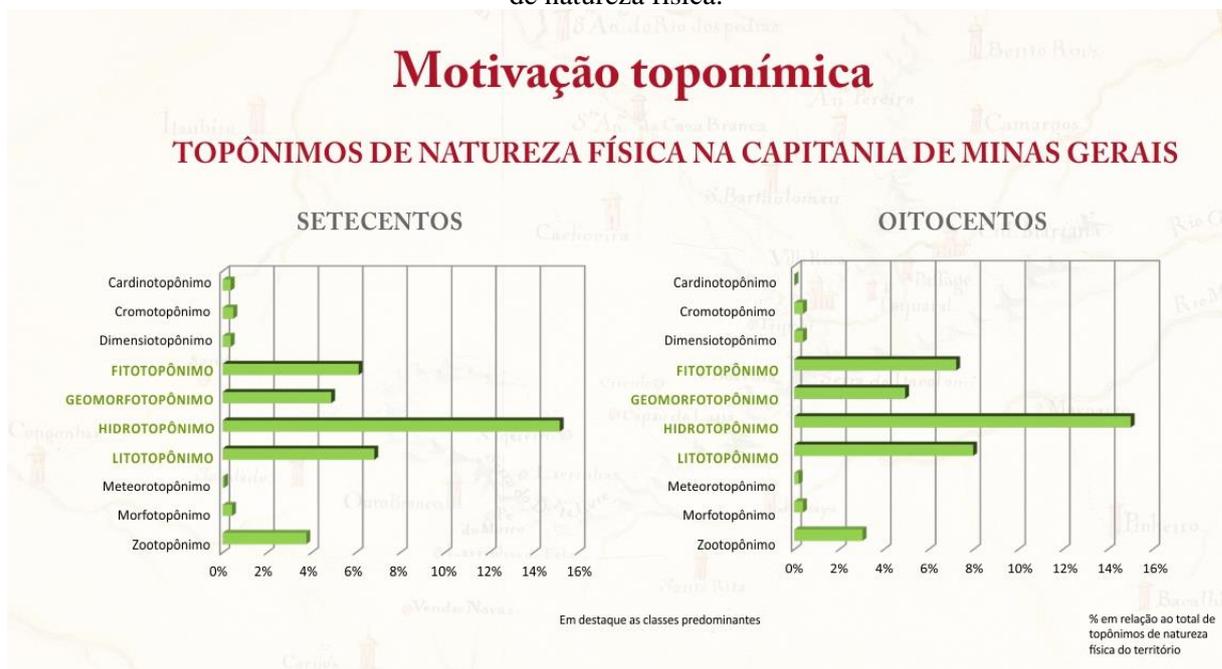
Estudar os topônimos históricos, todavia, inclui analisar o esvaziamento semântico do topônimo, em alguns casos, conseqüente da distância cronológica transcorrida desde o ato de nomeação, como foi apresentado e explicado no primeiro capítulo teórico deste trabalho de acordo com os pressupostos teóricos de Dick (1990b, p.20). Apesar dos geomorfotopônimos apresentarem, normalmente, caráter transparente (SEABRA, 2006, p.1957) que facilita a sua compreensão, estudar um topônimo exige o devido cuidado para que não conduza à interpretação equivocada e, por isso, a busca por informações históricas são necessárias para alcançar o seu significado, principalmente, tratando-se de topônimos históricos. Devido a essa necessidade, adotamos o uso de fichas lexicográficas nesta pesquisa por compreender a metodologia adequada de acordo com os objetivos propostos. As fichas permitem sistematizar informações geográficas, linguísticas e enciclopédicas que evidenciam, inclusive, informações que possam explicar e justificar a motivação do nome. Esse procedimento metodológico foi desenvolvido por Dick (1990), adaptado por Seabra (2004, p.48), assim como teve algumas adaptações para este trabalho, conforme será apresentado no subtópico intitulado “As fichas lexicográficas” neste capítulo.

---

<sup>63</sup> Os mapas usados nesta pesquisa foram apresentados no capítulo anterior, uma vez que este trabalho seja um desdobramento do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*.

A escolha por estudar os geomorfotopônimos históricos, objetos de estudo deste trabalho, justifica-se pela ausência de estudo dessa taxa em Minas Gerais, principalmente, que compreenda o viés diacrônico. Os resultados verificados por meio do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino* evidenciaram a taxa dos geomorfotopônimos como uma das mais produtivas entre as de natureza física ao considerar todas as ocorrências toponímicas dos *corpora*, como é ilustrado a seguir:

Gráfico 2 – Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: a quarta taxa mais produtiva entre as de natureza física.



Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2016)

O interesse por estudar os geomorfotopônimos surgiu por meio da hipótese de que o ambiente físico pode influenciar no ato denominativo de um local, descrevendo-o, conforme apresenta Dick (1990b, p.47) a respeito da relação entre o topônimo e o ambiente. Pensar nessa influência conduz ao objetivo de evidenciar a presença dos traços topográficos relacionados ao relevo em Minas Gerais e interpretá-los como fator que motivou a nomeação do local, assim como buscar a sua relação com o contexto histórico vivenciado no período Colonial e Joanino, tendo em vista que foi um período de construção do território, cujo relevo poderia servir como marco e referência e, posteriormente, na definição de caminhos para os habitantes das Minas. Desse modo, seguimos os objetivos:

- a) Fazer o levantamento toponímico dos geomorfotopônimos que constam do Repositório de Dados;

- b) Sistematizar os topônimos coletados em fichas que permitam classificá-los e possam facilitar a análise (considerando informações geográficas, linguísticas e enciclopédicas);
- c) Realizar análises quantitativas e qualitativas:
- verificar as denominações mais e menos frequentes;
  - verificar a Comarca mais e menos produtiva em relação à presença de geomorfotopônimos;
  - analisar a origem linguística dos topônimos e a estrutura morfológica para verificar a influência linguística no território mineiro no século XVIII e início do XIX;
  - verificar os acidentes geográficos mais e menos frequentes e a mudança de tais acidentes no *corpus* da pesquisa ao interpretá-los no período histórico contemplado;
  - evidenciar os elementos topográficos associados ao relevo verificados no *corpus* e relacioná-los ao ambiente nomeado, assim como ao contexto histórico;
  - observar variações e mudanças toponímicas verificadas no *corpus* da pesquisa assim como em relação à denominação atual.

Espera-se, dessa forma, estudar e evidenciar a presença geomorfotoponímica em território mineiro referente ao século XVIII e início do século XIX e contribuir com os estudos do léxico toponímico de Minas Gerais.

### 3.1 Formação do *corpus* toponímico

Como trabalho de desdobramento do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino* é pertinente reiterar que os geomorfotôponimos foram coletados do banco de dados do Projeto citado, disponível no Repositório de Dados (SANTOS, SEABRA, COSTA, 2017), conforme apresentado no capítulo anterior. O levantamento toponímico foi facilitado por meio do sistema de busca avançada disponibilizado no site do Repositório de Dados, como mostraremos nas figuras 13 e 14.

O sistema escolhido filtrou os dados a partir da seleção do campo “motivação, topônimo histórico”, da operação “é igual a”, e do valor “geomorfotopônimo”, consideradas as opções possíveis. Automaticamente, uma lista de topônimos foi gerada, acompanhados de suas respectivas informações. Como a lista está organizada pela entrada toponímica atual (corresponde à denominação atual em território mineiro), ao clicar sobre o topônimo a janela se desdobra e aparecem os topônimos históricos (geomorfotopônimos históricos conforme foi

selecionado na busca), referentes àquela localidade, verificados nos mapas históricos contemplados na pesquisa. É possível, inclusive, imprimir a página para melhor visualização e estudo do material.

Figura 13– Tela do sistema de busca avançada: seleção dos campos “motivação, topônimo histórico” da operação “igual a”, e valor “geomorfotopônimo” para a busca desejada.

Repositório

Motivação (Topônimo Histó) É IGUAL A Geomorfotopônimo

Buscar + Adicionar Filtro Busca simples

TOPÔNIMOS DE MINAS GERAIS COLONIAL

AGRUPAMENTO	ENTRADA LEXICAL	CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA			CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA			
		Estado	Mesorregião	Microrregião	Acidente Geográfico	Natureza	Motivação	Origem
Comarca de Sabará Oitocentos	Abaeté	Minas Gerais	Central Mineira	Três Marias	Sede municipal	Antropocultural	Etnotopônimo	Indígena
Comarca de Sabará Oitocentos	Acurui	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Ouro Preto	Sede distrital, município de Itabirito	Física	Hidrotopônimo	Indígena
Comarca de Sabará Oitocentos	Andróbora	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	Sede distrital, município de Esmeraldas	Física	Fitotopônimo	Indígena
Comarca de Sabará Oitocentos	Antônio Dias	Minas Gerais	Vale do Rio Doce	Ipatinga	Sede municipal	Antropocultural	Antropotopônimo	Portuguesa
Comarca de Sabará Oitocentos	Aranha	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	Sede distrital, município de Brumadinho	Antropocultural	Antropotopônimo	Portuguesa
Comarca de Sabará Oitocentos	Arraial de Curimatá	Minas Gerais	Central Mineira	Curvelo	Povoado, município de Augusto de Lima	Física	Hidrotopônimo	Indígena

Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2017)

Figura 14– Tela do sistema de busca, geomorfotopônimo: exemplo gerado por meio dos filtros utilizados, em que se destaca o topônimo “Morro Grande”.

Repositório

Motivação (Topônimo Histó) É IGUAL A Geomorfotopônimo

Buscar + Adicionar Filtro Busca simples

TOPÔNIMOS DE MINAS GERAIS COLONIAL

AGRUPAMENTO	ENTRADA LEXICAL	CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA			CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA			
		Estado	Mesorregião	Microrregião	Acidente Geográfico	Natureza	Motivação	Origem
Comarca de Sabará Oitocentos	Barão de Cocais	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Itabira	Sede municipal	Antropocultural	Axiotopônimo	Port. + Controvertida
TOPÔNIMOS HISTÓRICOS								
Mapa	Comarca	Quadricula	Acidente Geográfico	Topônimo Histórico	Natureza	Motivação	Origem	
ESCHWEGE, 1821	Rio das Velhas	19 <sup>o</sup> a 20 <sup>o</sup> / 2 <sup>o</sup> a 1 <sup>o</sup> W	Freguezias, Capelas, e Arraiaes	S. João	Antropocultural	Hagiotopônimo	Portuguesa	
MAPPA da Capitania ..., [1808 ou 1809]	Rio das Velhas	20 <sup>o</sup> a 21 <sup>o</sup> / 26 <sup>o</sup> a 27 <sup>o</sup> W	Parochias	<b>Morro Grande</b>	Física	Geomorfotopônimo	Portuguesa	
MIRANDA, 1804	Sabará	19 <sup>o</sup> a 20 <sup>o</sup> / 340 <sup>o</sup> a 341 <sup>o</sup> W	Arraial Freguezia	S. João	Antropocultural	Hagiotopônimo	Portuguesa	
Comarca de Sabará Oitocentos	Mateus Leme	Minas Gerais	Metropolitana de Belo Horizonte	Belo Horizonte	Sede municipal	Antropocultural	Antropotopônimo	Portuguesa

Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2017). (Apresenta marcação na ilustração, pela autora, para evidenciar o geomorfotopônimo “Morro Grande”).

Os dados que compõem o *corpus* deste trabalho serão apresentados e analisados no capítulo seguinte intitulado “Apresentação e análise dos dados”. Primeiramente, os

apresentamos de modo descritivo por meio de fichas lexicográficas, cujo procedimento metodológico será apresentado no tópico a seguir. No capítulo seguinte apresentamos, também, a análise quantitativa dos dados e discussão dos resultados.

### 3.2 As fichas lexicográficas

A ficha lexicográfica, sugerida por Dick (1990) e adaptada por Seabra (2004), permite apresentar de forma sistemática informações sobre um topônimo, como explicita Seabra (2004, p.47), “a ficha lexicográfica pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, objetivando explicitá-lo e classificá-lo”. Organizadas com fins didáticos apresentam a seguinte estrutura:

Quadro 3– Estrutura da ficha lexicográfica

<b>TOPÔNIMO:</b>	<b>TAXONOMIA:</b>
<b>MESORREGIÃO:</b>	<b>MICRORREGIÃO:</b>
<b>ACIDENTE:</b>	
<b>ORIGEM:</b>	
<b>HISTÓRICO:</b>	
<b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA:</b>	
<b>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:</b>	
<b>CONTEXTO:</b>	

Fonte: Seabra. (2004, p.48)

Porém, algumas adaptações na ficha, que correspondem aos nossos objetivos de pesquisa, são necessárias: excluímos a categoria “taxonomia”, uma vez que esta pesquisa contempla apenas uma taxa específica (geomorfotopônimos); a categoria “mesorregião” e “microrregião” foi complementada para incluir a classificação de acordo com a atual divisão regional de Minas Gerais; a saber, região geográfica intermediária e imediata, o campo “contexto” desdobrou-se em um quadro que acompanha a ficha e, por isso, levou-nos a intitulação “quadro-contexto”, conforme explicaremos no tópico “informações operacionais” deste capítulo. A estrutura da ficha lexicográfica e o respectivo quadro-contexto que a acompanha, serão apresentados, a seguir, por meio de quadros.

Desse modo, adotamos a seguinte estrutura de ficha para esta pesquisa:

Quadro 4- Estrutura da ficha lexicográfica adotada nesta pesquisa

<b>TOPÔNIMO HISTÓRICO</b>
<b>TOPÔNIMO ATUAL</b>
<b>CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA</b> <b>REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:</b> <b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:</b> <b>MESSORREGIÃO:</b> <b>MICRORREGIÃO:</b> <b>ACIDENTE:</b> <b>ORIGEM:</b> <b>HISTÓRICO:</b> <b>ESTRUTURA MORFOLÓGICA:</b> <b>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:</b>

Fonte: Adaptado de Seabra. (2004, p.48)

Quadro 5 - Contexto cartográfico do topônimo histórico

<i>Topônimo histórico</i>					<i>Nº de ocorrências:</i>
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Apresentamos, a seguir, em “definições operacionais”, a explicação sobre a estrutura da ficha lexicográfica, primeiramente, e sobre o quadro-contexto cartográfico em seguida:

### 3.2.1 Definições operacionais:

#### 1) Ficha-lexicográfica

**TOPÔNIMO HISTÓRICO:** Nome do lugar pesquisado de acordo com os registros nos mapas históricos considerados nesta pesquisa. A entrada lexical da ficha corresponde, portanto, ao topônimo histórico. O topônimo atual, que corresponde ao geomorfotopônimo histórico, aparece centralizado no campo superior da ficha. É necessário esclarecer que cada ficha corresponde a uma localidade que apresenta geomorfotopônimo histórico em sua evolução toponímica, segundo os registros nos mapas consultados neste trabalho.

O geomorfotopônimo histórico que ocupa a entrada da ficha corresponde à ocorrência mais antiga verificada no *corpus* da pesquisa e todos os topônimos são registrados exatamente como constam nos mapas consultados, ou seja, respeitamos a grafia utilizada pelo

cartógrafo. Tendo em vista apresentar os dados diatopicamente de acordo com a circunscrição referente ao período estudado, as fichas foram organizadas por Comarcas da Capitania mineira, seguindo-se a ordem alfabética: Comarca do Rio das Mortes, Comarca do Sabará, Comarca do Serro Frio e Comarca de Vila Rica. A Comarca de Paracatu não foi considerada neste trabalho, porque não encontramos geomorfotopônimos compreendidos nessa circunscrição (utilizamos o mapa do Eschwege, de 1821, como foi explicado no capítulo anterior). As fichas são apresentadas em ordem alfabética dos topônimos históricos.

No campo superior direito da ficha, apresentamos uma imagem do registro toponímico. Tratam-se de recortes, extraídos dos mapas considerados neste trabalho, usados como ilustração do registro toponímico que corresponde à primeira denominação verificada. Porém, o registro mais antigo de alguns topônimos – “Baenpendy”, “Beturuna”, “Campanha do R. Verde”, “Capela dos Morrinhos”, “Chapada” e “Morrinhos”, correspondem ao mapa de 1767, anônimo, cuja qualidade visual não é adequada. Nesses casos optamos por usar recortes dos mapas de 1777a e 1777b, produzidos por Rocha, por apresentarem melhor legibilidade. Por meio dessas imagens ilustrativas é possível observar a grafia usada pelo cartógrafo ao registrar o topônimo e a presença de signos cartográficos usados para identificar o acidente geográfico.

**CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA:** Corresponde à divisão territorial, de acordo com o IBGE, dos 853 municípios mineiros em 11 regiões geográficas intermediárias e 70 regiões geográficas imediatas<sup>64</sup>. Como essa divisão é recente (2017) apresentamos, também, a divisão regional anterior, em que os municípios eram organizados em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. Cada ficha apresenta a classificação geográfica referente ao topônimo atual no território de Minas Gerais.

**ACIDENTE:** Corresponde à natureza do topônimo, como explica Seabra:

Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes. (SEABRA, 2004, p. 49)

É necessário lembrar que os acidentes geográficos compreendem caráter mutável, diante da propriedade não permanente de um lugar, principalmente, tratando-se do viés diacrônico, como apresentamos no primeiro capítulo teórico - ao explicarmos o uso da expressão “acidente geográfico” neste trabalho. Nesta pesquisa, os topônimos analisados são de natureza

---

<sup>64</sup> As divisões regionais atual e anterior do território mineiro foram apresentadas no segundo capítulo deste trabalho, intitulado “A Cartografia Histórica de Minas Gerais”.

humana – correspondem às sedes de municípios, distritos e subdistritos (em relação aos topônimos atuais).

**ORIGEM:** Neste campo é apresentada a origem etimológica do topônimo de acordo com as informações contidas no campo “informações enciclopédicas”. Para isso, indicamos a origem (neste trabalho, portuguesa ou indígena) seguida da procedência linguística verificada em dicionários etimológicos. Em caso de origem desconhecida ou não encontrada, usamos o símbolo (n/e).

Os símbolos usados são apresentados por Viaro (2011) para indicar:

$x < y$  (x provém de y)

Usamos o símbolo para indicar a procedência linguística, como nos exemplos:

*Baependi*: (indígena < Tupi);

*Campo Bello*: *Campo* (português < latim) + *Belo* (português < latim)

**HISTÓRICO:** Neste campo da ficha objetivamos apresentar a formação administrativa da localidade desde a sua formação até a sua condição (ou *status*) atual. Apoiamo-nos no *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, de Waldemar de Almeida Barbosa (1995), como principal referência para consolidar as informações deste campo.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Corresponde à classe gramatical, gênero e número do topônimo, proposto por Seabra (2004, p.51-53). Neste trabalho utilizamos as seguintes estruturas (os exemplos retirados do *corpus* deste trabalho são apresentados nas estruturas em que ocorrem):

1) **Nomes simples:**

a) Nm [Ssing] → Nome masculino [Substantivo singular]

b) Nf [Ssing] → Nome feminino [Substantivo singular]

*Campanha*

c) Nm [Spl] → Nome masculino [Substantivo plural]

*Morrinhos*

d) Nf [Spl] → Nome feminino [Substantivo plural]

e) Nm [ADJpl] → Nome masculino [Adjetivo plural]

*Serranos*

f) Nf [ADJpl] → Nome feminino [Adjetivo plural]

## 2) Nomes compostos:

### 2.1. Masculinos

- a) NCm [Ssing + ADJsing] → Nome composto masculino [Substantivo singular + Adjetivo singular]  
*Campo Bello*
- b) NCm [Ssing + {Prep + Ssing}] → Nome composto masculino [Substantivo singular + {preposição + Substantivo singular}]  
*Morro de Mateu*
- c) NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}] → Nome composto masculino [Substantivo singular + {preposição + artigo + substantivo singular}]  
*Morro do Xapeo*
- d) NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing + ADJsing}] → Nome composto masculino [Substantivo singular + {preposição + artigo + substantivo singular + adjetivo singular}]

### 2.2. Femininos

- a) NCf [Ssing + ADJsing] → Nome composto feminino [Substantivo singular + Adjetivo singular]  
*Vargem-Bonita*
- b) NCf [Ssing {Prep + Ssing}] → Nome composto feminino [Substantivo singular + {preposição + substantivo singular}]  
*Campanha de Toledo*
- c) NCf [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}] → Nome composto feminino [Substantivo singular + {preposição + artigo + substantivo singular}]  
*Campanha da Princesa*
- d) NCf [Ssing + {Prep + Asing + Ssing + ADJsing}] → Nome composto feminino [Substantivo singular + {preposição + artigo + substantivo singular + adjetivo singular}]  
*Campanha do R.º verde*

É pertinente esclarecer que respeitamos a estrutura morfológica da língua indígena (no caso desta pesquisa, Tupi) para classificar os topônimos indígenas. Para isso, respaldamos em Sampaio (1901):

- 1) Topônimos formados por aglutinação: consideramos os substantivos compostos formados por aglutinação, conforme explica Sampaio (1901, p.27): “se formam por aglutinação de outros substantivos, de adjectivos e de verbos. Por exemplo, [...] de *ybytyra*, monte, e do verbo *poca*, partir, arrebentar, *ybytypoca*, vulcão, serro arrebentado”.
- 2) Desconsideramos o gênero diante da ausência dos termos *apygaua* (macho) e *cunha* (femea) anteposto ou posposto ao nome, como explica Sampaio:

São invariáveis na sua terminação para os generos os nomes tupis. Quando se quer distinguir os sexos, antepõem-se ou pospõem-se aos substantivos os nomes: *apygaua*, macho, e *cunhã*, femea, dizendo-se então, por exemplo: *yaguara-apygaua*, cão, *yaguara-cunha*, cadella. (SAMPAIO, 1901, p.27)

- 3) Desconsideramos, também, o número diante da ausência de *etá*: “o plural dos nomes se forma com o suffixo *etá*, que quer dizer *muitos*. Assim: *oca*, casa, *ocaetá*, as casas [...] Mas, geralmente, os nomes tupis são invariáveis para o numero” (SAMPAIO, 1901, p.28).
- 4) Em relação aos adjectivos, esclarece Sampaio (1901, p.29): “Os adjectivos seguem o substantivo e são invariáveis no genero e no numero: ex.: *poranga*, bello, bella, no singular e no plural”.
- 5) Não há artigos no tupi, de acordo com Sampaio (1901, p.30).

Usamos, portanto, a seguinte estrutura para os nomes indígenas neste trabalho, uma vez que, diante das ocorrências toponímicas verificadas, não houve necessidade de outra estrutura:

NC [S+ ADJ] → Nome composto [Substantivo + Adjectivo]

*Buturuna* (*Serra negra* ou *Monte negro*)

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Neste campo, é possível apresentar informações relativas ao topônimo que explicam e esclarecem informações apresentadas em outros campos da ficha, como a origem e a motivação do nome. Desse modo, explicitamos neste campo as definições do respectivo topônimo de acordo com as obras consultadas:

**Dicionário etimológico:**

- *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (2010).
- *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*, de Rosário Farâni Mansur Guérios (1981).

**Dicionário atual da língua portuguesa:**

- *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2009).

#### **Dicionário indígena:**

- *O Tupi na geografia nacional*, Teodoro Sampaio (1901).
- *Dicionário Tupi Antigo: A língua indígena clássica do Brasil*, Eduardo de Almeida Navarro (2013).

#### **Dicionários antigos da língua portuguesa:**

- *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*, de Raphael Bluteau (1712-1728).
- *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva (1813).
- *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

#### **Dicionários regionais:**

- *Dicionário de vocábulos brasileiros*, de Beaurepaire-Rohan (1956).
- *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, de Waldemar de Almeida Barbosa (1995).
- *Dicionário da terra e da gente do Brasil*, de Bernardino José de Souza (2004).

#### **Dicionários geográficos e geológico-geomorfológicos:**

- *Melhoramentos: dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos*, de Gilberto Giovannetti (1996).
- *Novo dicionário geológico-geomorfológico*, de Antonio José Teixeira Guerra (2001).
- *Novo dicionário de geografia*, Claudio Ferreira Terezo (2008).

### **2) Quadro-contexto cartográfico:**

O quadro-contexto corresponde ao campo “contexto” do modelo de ficha-lexicográfica apresentado por Seabra (2004), ou seja, o campo indica as referências ao topônimo em contextos orais e escritos. Nesta pesquisa, usamos apenas o contexto escrito, mapas de Minas Gerais dos séculos XVIII e início do XIX, conforme já apresentado. Como este trabalho contempla registros cartográficos como fonte de pesquisa, foi necessário adequar a ficha para que

os topônimos históricos fossem apresentados conforme constam registrados nos mapas. Transformamos, portanto, o campo “contexto” em um desdobramento da ficha ao adotar uma estrutura em que podemos sistematizar os topônimos históricos por meio de classificações e informações que correspondem aos objetivos propostos nesta pesquisa, como é evidenciado por meio do exemplo seguinte:

Quadro 6 – Exemplo de quadro-contexto cartográfico

<i>Noruega</i>						<i>Nº de ocorrências: 03</i>					
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia						
CARTA geographica (1767)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Arraial	<i>Catas altas da Noroega</i>	Sociotopônimo						
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<b><i>Noruega</i></b>	Geomorfotopônimo						
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Catas Altas da Noruega</i>	Sociotopônimo						
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capela	<b><i>Noruega</i></b>	Geomorfotopônimo						
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Catas Altas</i>	Sociotopônimo						
ROCHA (1793)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Catas Altas</i>	Sociotopônimo						
MIRANDA (1804)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Arraial	<i>Catas altas</i>	Sociotopônimo						
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Capellas	<b><i>Noruega</i></b>	Geomorfotopônimo						
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Catas altas da Noruega</i>	Sociotopônimo						

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

O quadro-contexto integra informações geográficas, apresentadas primeiramente, e linguísticas, conforme evidenciamos a seguir ao explicar cada campo do quadro:

**REFERÊNCIA CARTOGRÁFICA:** Corresponde à referência ao mapa cujo topônimo foi coletado. Indicamos o autor, seguido da data em que o mapa foi produzido. Utilizamos para o conjunto dos mapas realizados por Rocha a letra “a” como referência aos mapas da Capitania (de 1777 e 1778). As outras letras se referem às comarcas: “b” (mapa da Comarca do Rio das Mortes); “c” (mapa da Comarca do Sabará); “d” (mapa da Comarca do Serro Frio); “e”

(mapa da Comarca de Vila Rica)<sup>65</sup>. Em relação aos mapas que não têm autoria declarada, apresentamos o primeiro título do mapa seguido da data em que foi produzido, entre colchetes [ ] para os mapas em que a data é estimada, como em: “MAPA topografico [entre 1791e 1798]”. Usamos a data do mapa manuscrito original [1808 ou 1809] como referência ao mapa copiado por Tavares em 1870, mas a informação completa consta no último tópico deste trabalho, “Referências”, cujas referências cartográficas foram apresentadas separadas das demais obras usadas neste trabalho. Neste campo do quadro-contexto apresentamos os mapas segundo a ordem cronológica em que foram produzidos.

**ESCALA GEOGRÁFICA:** Corresponde à circunscrição política, administrativa e judiciária do território. A Capitania, maior circunscrição, estava dividida em Comarcas, conforme explicamos no capítulo anterior ao apresentarmos a formação das Comarcas na Capitania mineira.

**COMARCA:** Este campo permite evidenciar em qual Comarca o topônimo está inserido: Rio das Mortes, Sabará, Serro Frio ou Vila Rica.

**ACIDENTE GEOGRÁFICO:** Explicamos este campo, anteriormente, na apresentação sobre a estrutura da “ficha lexicográfica”, já que a ficha, também, apresenta este campo. Porém, na ficha lexicográfica, apresentamos o acidente geográfico que o topônimo atual nomeia. No “quadro-contexto”, por se referir aos registros toponímicos históricos, apresentamos o acidente geográfico que o topônimo histórico nomeava conforme o respectivo registro cartográfico. Esses acidentes são de natureza humana, referentes a povoados, aldeias e guardas militares, por exemplo. Tais acidentes geográficos serão explicados no próximo tópico deste capítulo, intitulado “informações operacionais sobre os mapas usados no trabalho”.

**REGISTRO TOPONÍMICO:** Indica o registro do topônimo histórico no mapa em que foi coletado. Por meio deste campo é possível averiguar a evolução histórica do topônimo e analisar quando há substituição total do topônimo por outro, ou substituição parcial, variações ou ainda quando o topônimo é mantido sem sofrer alterações em seu registro. Como exemplo, observamos no quadro-contexto apresentado anteriormente três ocorrências do topônimo histórico “Noruega”, assim como observamos outras designações, como “Catas altas” e “Catas altas da Noruega”. Apesar desses últimos topônimos mencionados não pertencerem a taxonomia dos geomorfotopônimos, é pertinente explicitá-los para que seja possível analisar a

---

<sup>65</sup> Os mapas e indicação de referência foram apresentados nos quadros 1 e 2, no segundo capítulo teórico deste trabalho, ao discorrermos sobre o desenvolvimento do Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*.

evolução toponímica diacronicamente de acordo com as ocorrências verificadas nos registros cartográficos.

TAXONOMIA: Corresponde à classificação toponímica proposta por Dick (1990b, p.31-34), como apresentamos no primeiro capítulo teórico deste trabalho. Neste campo, os geomorfotopônimos constam registrados em **negrito** para que sejam evidenciados, já que são nossos objetos de pesquisa.

### 3.3 Informações operacionais sobre os mapas utilizados no trabalho

De acordo com Santos (2017), sobre as propriedades dos mapas apresentadas no Repositório de Dados, é pertinente considerar os elementos das operações cartográficas usadas pelos autores dos mapas estudados para que sejam compreendidos aspectos quantitativos e qualitativos dos dados identificados nas representações, assim como aspectos metodológicos compreendidos neste trabalho. Para isso, evidenciamos primeiramente os critérios de escala e escolha do acervo cartográfico usado no Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino* que justificam, também, o uso neste trabalho. Em seguida, explicamos as legendas e os acidentes geográficos verificados nos mapas estudados, tendo em vista que o entendimento desses elementos seja necessário para compreender o alcance e as limitações da análise e resultados dos dados encontrados, que serão apresentados no capítulo seguinte intitulado “Apresentação e análise dos dados”.

#### 3.3.1 Critérios de escolha dos mapas

Dois critérios considerados essenciais e quatro desejáveis justificam a escolha dos mapas. Os critérios essenciais se referem à necessidade de contemplar mapas da mesma espécie ou natureza e pertencer ao período Colonial e Joanino. Para isso, foram usadas escalas geográficas que correspondem às circunscrições territoriais de Capitania e Comarcas, justificáveis por objetivar a análise de variações diatópicas dos aspectos linguísticos na Capitania mineira. Em outras palavras, apesar das diferenças de escalas geográficas (Capitania e Comarcas), os mapas tratam dos mesmos acidentes geográficos. As diferenças foram positivas já que permitiram abarcar topônimos diferentes em relação aos mesmos acidentes geográficos.

Em relação às escalas cartográficas, os mapas que representam a Capitania de Minas Gerais variam na razão de 4 por 1 e os mapas que representam as Comarcas mineiras variam na razão de 3 por 1. Nessa relação, a maior e a menor escalas encontradas são, respectivamente,

1: 600 000 e 1: 1 700 000. É necessário salientar que as escalas dos mapas contemplados nesta pesquisa foram determinadas para ter a referência do nível de generalização das informações representadas, ou seja, o número de acidentes geográficos representados e topônimos coletados em cada mapa.

Com exceção do mapa de 1821, realizado por Eschwege, que representa a Capitania mineira e não apresenta escala, evidenciamos dois outros que não apresentam medidas em léguas:

Nos casos distinguidos para o cálculo da escala, beneficiando-se do fato de o espaço de representação ter sido determinado pelas coordenadas geográficas, mediu-se a distância entre graus consecutivos, cujo valor foi comparado com a medida padrão atribuída a um grau – 111,111km em latitude. Nos casos predominantes, nos quais se encontram indicadas medidas em léguas para as graduações representadas, optou-se por empregar o valor da légua brasileira, para os termos das comparações necessárias, dentre os valores coevos atribuídos à légua, com vistas ao cálculo das escalas. A medida em questão, segundo Fortes (1722), foi definida pela metrópole portuguesa para sua colônia na América, cujo valor, nos períodos estudados, desta feita, de acordo com Marques (2001), correspondia a 3000 braças, ou 6,522km. (SANTOS, 2017)

Os critérios desejáveis de escolha dos mapas se referem à necessidade de que apresentassem os limites das Comarcas – por meio dos mapas da Capitania mineira -, tivessem legendas, fossem de escalas variadas e de diferentes autores.

É importante salientar, de acordo com Santos (2017), que os estudos preliminares sobre os mapas evidenciaram que as duas últimas características da categoria de critérios desejáveis não seriam consideradas na escolha de mapas, já que, para atender ao viés diacrônico, foi necessário usar mapas com escalas cartográficas semelhantes. Em relação ao uso de mapas de um mesmo autor e realizados em datas próximas (mapas produzidos por Rocha – 1777, 1778, 1779 - das Comarcas e da Capitania), a autora explica que, segundo os objetivos da pesquisa realizada, a distinção entre os mapas não faria tanta diferença na quantificação dos dados, para identificação das tendências gerais, mas seria significativa na análise qualitativa “talvez pudessem representar exemplos notáveis ou, simplesmente, atualizados, sob o ponto de vista linguístico e geográfico”, o que justifica a inclusão de mapas do mesmo autor e realizados em datas próximas, na pesquisa.

Apesar do mapa “da CARTA Geographica da Capitania de Minas Geraes, e Partes Confinantes” (1767) não apresentar legenda e a divisão das Comarcas, a escolha por sua inclusão na pesquisa é justificável por ser o mapa mais antigo de representação da Capitania de Minas Gerais no período Colonial, conhecido na atualidade, assim como por apresentar maior escala em relação aos outros mapas considerados na pesquisa. Entretanto, é necessário mencionar que esse mapa não corresponde ao nível de generalização que a escala sugere, já que

apresentou o menor número de topônimos em relação aos outros mapas usados na pesquisa. Tratando-se de Cartografia História, nem sempre a relação entre escala cartográfica e detalhamento de informações representadas no mapa é verdadeira “pois o nível do conhecimento, a propósito do espaço geográfico representado, e a questão de sua ocupação e de seu povoamento, também são fatores intervenientes na relação explicitada”, explica a autora (SANTOS, 2017).

### 3.3.2 Legendas

Um acidente geográfico<sup>66</sup> é representado cartograficamente por meio de signos, ou seja, de sinais gráficos, ícones ou símbolos. Diante dessa perspectiva apresentamos a definição de “signo” citada por Santos, Seabra e Menezes (2017) ao discorrerem sobre os signos cartográficos: “um elemento A – de natureza diversa, substituto de B” (DUBOIS<sup>67</sup>, 1978, apud SANTOS, SEABRA, MENEZES, 2017). O elemento A, portanto, se refere ao signo cartográfico e o elemento B se refere ao acidente geográfico representado. No acervo cartográfico considerado neste trabalho, foram usados, de modo geral, signos-símbolos. Estes correspondem a “convenções abstratas que guardam certa relação com a realidade” (CINTRA, SANTOS, 2011, p.79).

É necessário esclarecer, de acordo com Santos (2007, p.59), que a função de comunicação se efetivará se o destinatário ou usuário do mapa reconhecer a expressão empregada pelo elaborador da representação cartográfica, ou seja, seja capaz de apreender o seu significado. No projeto desenvolvido, foram considerados signos que representam acidentes de natureza humana referentes ao período e contexto histórico em que os mapas foram produzidos. Esses acidentes geográficos compreendem, segundo Santos et al. (2016, p.276):

- a) assentamentos da população, povoações correspondentes as diferentes hierarquias: político-administrativas e eclesiásticas;
- b) locais onde estão assinaladas as presenças de guardas, quartéis, destacamentos e, ou patrulhas militares, registros ou postos reais;
- c) outros sítios, assim chamados, genericamente, nas representações;
- d) áreas habitadas pelos gentios e suas aldeias.

Para decodificar os signos que representam os acidentes geográficos nos mapas, evidencia-se a presença de legendas e/ou notas explicativas nos documentos cartográficos:

---

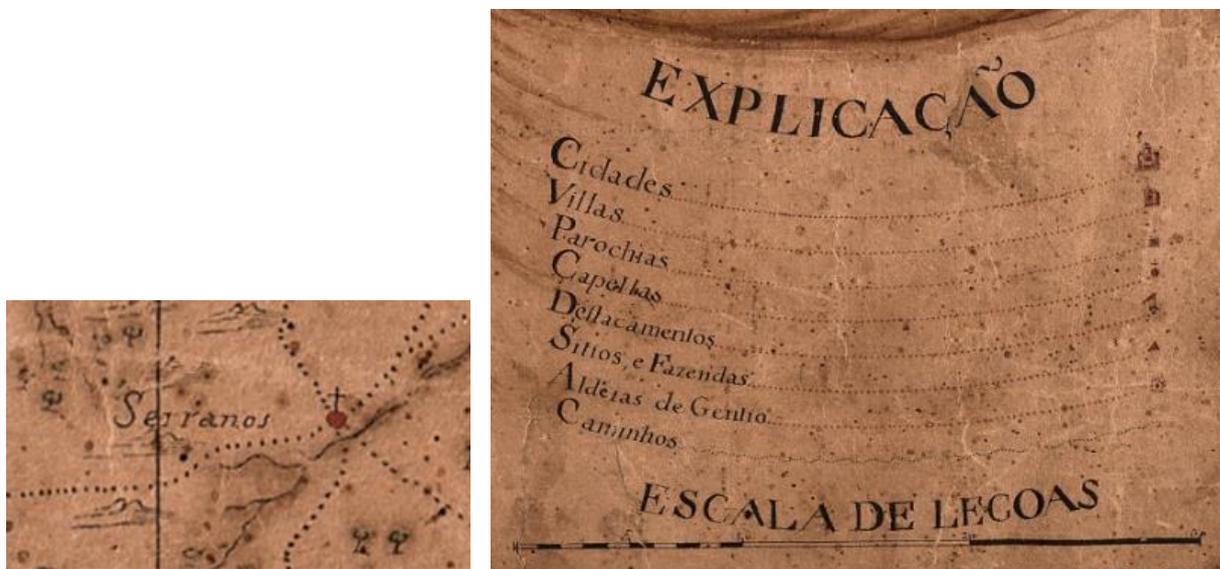
<sup>66</sup> Conforme apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “A Onomástica e seus desdobramentos”, compreendemos “acidente geográfico”, neste trabalho, como “qualidade ou propriedade não permanente de um sujeito” (HOUAISS, 2004), no caso, um lugar. Evidenciamos, portanto, que a localização se mantém fixa, mas o acidente geográfico é mutável.

<sup>67</sup> DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 541.

A introdução de notas, explicações, notas explicativas de sinais, explicações e breves, declaração do mapa, explicação da planta etc., como parte de um documento cartográfico, usando palavras ou expressões da cartografia produzida do período colonial ao imperial, referente à América portuguesa e ao Brasil, corresponde a um procedimento utilizado para se evitar a polissemia, no processo de decodificação cartográfica, e garantir a efetividade da comunicação. (SANTOS, 2007, p.59)

Inclusive, o uso de legendas/explicações demonstra que o cartógrafo reconhecia a importância da interpretação do documento cartográfico, principalmente tratando-se dos engenheiros-militares, consoante ao que apresenta Santos (2007, p.60).

Figura 15– Recorte de “Serranos”: Observamos que o autor do mapa emprega o signo cartográfico (signo-símbolo) que o relaciona ao acidente geográfico “capella”, (decodificado por meio da legenda do mapa) nomeado “Serranos”.



Fonte: Rocha (1777a). (Santos, Faria e Costa, 2017)

Na figura 15, apresentada acima, exemplificamos um dos acidentes geográficos estudados no Repositório de Dados: no exemplo, se refere ao acidente “capela”. As legendas e notas explicativas são recursos que possibilitam a decodificação dos signos cartográficos, conforme evidenciamos, também, na figura 15.

Sete mapas considerados na pesquisa não apresentam legenda. Seis deles se referem às Comarcas mineiras no período dos Setecentos. Desse modo, não apresentam legenda o mapa da Capitania - de 1767, anônimo -, e os seguintes mapas de autoria de José Joaquim da Rocha:

- Mapa da Comarca do Sabará (1777c);
- Mapa da Comarca do Sabará (1778c);
- Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1778b);
- Mapa da Comarca do Serro Frio (1777d);

- Mapa da Comarca de Vila Rica (1778e);
- Mapa da Comarca de Vila Rica (1779).

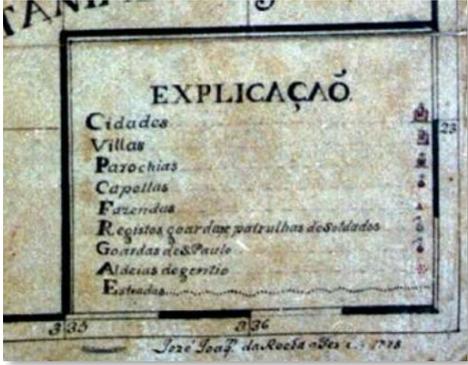
Para decodificá-los foram usadas as legendas dos mapas de autoria do mesmo cartógrafo, José Joaquim da Rocha:

- Mapa da Capitania de Minas Gerais (1777a);
- Mapa da Capitania de Minas Gerais (1778a);
- Mapa da Capitania de Minas Gerais (1793);
- Mapa da Comarca do Rio das Mortes (1777b).

Tratando-se, portanto, dos mapas não legendados de autoria do cartógrafo Rocha, foi possível determinar com maior facilidade os acidentes geográficos representados por meio dos outros mapas legendados, já que, como são da autoria do mesmo cartógrafo, além de compreenderem datas próximas em que foram produzidos, empregam os mesmos signos e, conseqüentemente, respectivos significados. Como explica a autora (SANTOS, 2017), “esses documentos fazem parte de um conjunto articulado de mapas da Capitania de Minas Gerais e de suas Comarcas, de um mesmo autor (ROCHA, 1777a, b, e c; 1778a, b, c, d, e)”.

Quadro 7 – Mapas legendados de José Joaquim da Rocha: os mapas legendados foram usados para decodificar os signos cartográficos em mapas não legendados.

Legenda/Explicação	Mapa
	<p style="text-align: center;"><b>ROCHA (1777a)</b></p>

	<p><b>ROCHA (1778a)</b></p>
	<p><b>ROCHA (1793)</b></p>
	<p><b>ROCHA (1777b)</b></p>

Fonte: Adaptado de Santos, Faria e Costa. (2017)

O mapa de 1767, anônimo, porém, trouxe maior dificuldade em relação a essa decodificação. Alguns acidentes geográficos são registrados pelo cartógrafo por meio de signos linguísticos como, por exemplo, “Capela dos Morrinhos” (Arinos) e “V<sup>a</sup> do Fanado” (Minas Novas). Nesses casos foi possível identificar o acidente geográfico, capela e vila, porque acompanham o topônimo: ou como termo genérico (indicam o acidente geográfico, apenas) ou como termo específico composto (revelam uma toponimização). Diante desse cenário, poderíamos afirmar que a escolha do cartógrafo por registrar o acidente geográfico por meio do topônimo seja um modo de identificação do acidente, devido à ausência de legenda/explicação para a

decodificação. Contudo, isso não acontece de modo efetivo, porque o autor não recorreu a esse recurso em todas as localidades representadas no mapa. Explicitamos a importância do topônimo em cartas e mapas, de acordo com Menezes e Fernandes:

A toponímia é, portanto, um elemento essencial para as cartas ou mapas, pois permite fazer a associação entre nomes e posição geográfica, ou seja, a identificação da área de ocorrência do acidente e dele próprio pelo seu nome associado ao mapa. (MENEZES, FERNANDES, 2013, p.189)

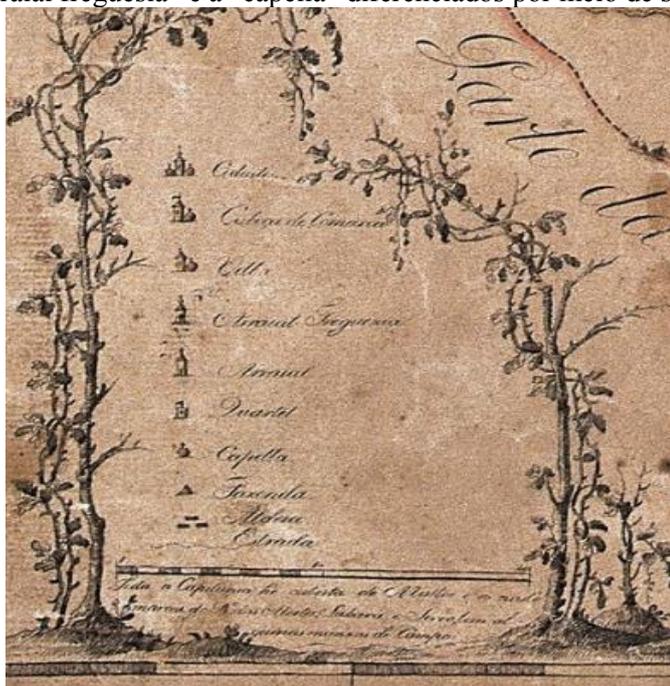
Nos casos em que não há registro do acidente geográfico pelo cartógrafo por meio de signo linguístico, a presença de notas explicativas do autor, no mapa, condicionou a decodificação das aldeias de gentio. Em relação aos outros signos empregados pelo cartógrafo, usou-se outros mapas da época que apresentam legenda, conforme já explicitado, para decodificá-los. Não foram consideradas paróquias e freguesias neste mapa, já que não caberia decodificá-las em um mapa em que não há legenda e/ou nota explicativa. Considerou-se, portanto, o termo genérico “arraial” para identificar os povoados. O significado dos acidentes geográficos empregados nos mapas e usados neste trabalho são apresentados a seguir.

### **3.3.3 Acidentes geográficos**

Os cartógrafos fazem referência aos acidentes geográficos que se relacionam ao espaço geográfico representado nos documentos, segundo a escala escolhida e o tipo do mapa. Apesar das representações estudadas nesta pesquisa serem da mesma espécie e natureza e suas escalas não interferirem fundamentalmente nos acidentes que distinguem, algumas singularidades foram verificadas por Santos et al. (2016, p.277). Em relação aos arraiais os cartógrafos Rocha, Miranda, o autor do mapa produzido entre 1793 e 1798, já que não tem autoria declarada, assim como o autor do mapa produzido em 1808 ou 1809, também de autoria anônima, destacam os elementos da classe genérica “arraial”:

De modo geral, representam os arraiais paróquias e os arraiais capelas, como exemplifica Rocha (1777a; 1778 a; 1793). No mapa de Miranda (1804), nota-se o uso do termo freguesia, que também era utilizado, na época, para designar as paróquias e representar mais um elemento da classe chamada, genericamente, de arraiais. (SANTOS et al., 2016, p.277)

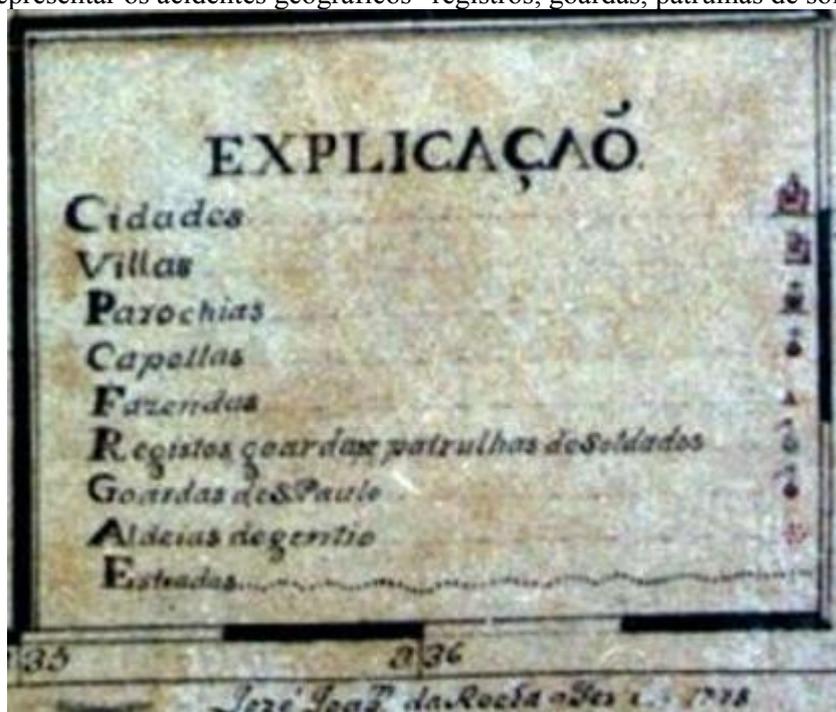
Figura 16– Legenda do mapa da Capitania de Minas Gerais feito por Miranda (1804): destaque para o “arraial”, o “arraial freguesia” e a “capella” diferenciados por meio de signos-símbolos.



Fonte: Faria e Santos. (2017)

No mapa de 1821, realizado por Eschwege, porém, não é possível identificar as categorias de arraiais, já que o cartógrafo, apesar de reconhecê-las – cita os elementos na legenda –, as associa ao mesmo signo. Outro exemplo é identificado em Rocha (1778a), ao apresentar os registros, as guardas e as patrulhas de soldados com o mesmo signo.

Figura 17– Legenda/Explicação do mapa de Rocha (1778a): Rocha emprega o mesmo signo-símbolo para representar os acidentes geográficos “registros, goardas, patrulhas de soldados”.



Fonte: Faria e Santos. (2017)

Na figura 16, apresentada anteriormente, evidenciamos uma exceção realizada pelo autor do mapa de 1804, Miranda, uma vez que são distinguidas as vilas que são sedes de Comarca de outras que não o são, ao contrário dos autores dos outros mapas, que integram o acervo cartográfico usado neste trabalho, que não distinguem as vilas sedes de Comarcas.

Ainda que os cartógrafos possam apresentar diferenças para representar os acidentes geográficos, como os exemplos apresentados anteriormente revelam, tratam-se dos mesmos acidentes representados. Portanto, é fundamental tal interpretação para melhor entendimento deste trabalho. Para isso, buscamos o contexto histórico referente às datas de produção dos mapas para explicarmos os acidentes representados:

[...] na América portuguesa, de modo geral, as povoações eram chamadas de arraiais, vilas ou cidades. Na medida em que os arraiais cresciam, urbana, demográfica e economicamente, podiam aspirar à condição de arraial-freguesia, com a instalação de uma paróquia, ou de uma capela curada, ou seja, aquelas que possuíam um sacerdote ou cura (de almas). Tanto os arraiais como as freguesias formavam parte de uma unidade de jurisdição maior, uma paróquia, que se caracterizava pela possibilidade dos paroquianos arcarem com os tributos necessários para a manutenção de um pároco. Os arraiais freguesias podiam se tornar vilas, onde se instalavam as Câmaras, cujo espaço geográfico sob sua jurisdição era chamado termo, em que se encontravam freguesias e capelas. As Câmaras exerciam funções de justiça e administrativas e proporcionavam uma relativa autonomia política e administrativa aos assentamentos urbanos e sua área de jurisdição que passavam a contar com o pelourinho, símbolo desse poder. O título de cidade, por sua vez, estava associado, na ordem eclesiástica, a ser a sede de uma diocese, com um bispo à frente; por isso, na simbologia encontra-se

incluído um ícone representando a torre de uma igreja; a matriz no caso das vilas e a catedral no caso de uma cidade. (CINTRA, SANTOS, 2011, p.79)

A perspectiva diacrônica torna-se indispensável na pesquisa por permitir averiguar se a mudança toponímica está associada à mudança do acidente geográfico nomeado. Desse modo, para compreender tais acidentes, os apresentamos a seguir de modo mais detalhado e explicativo. Explicitamos, ainda, que para apresentá-los buscamos estabelecer dois campos: o primeiro corresponde aos assentamentos da população respeitando a hierarquia político-administrativa e eclesiástica dos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino. O segundo campo corresponde aos locais de controle fiscal e militar da Coroa portuguesa:

**a) Povoações correspondentes as diferentes hierarquias: político-administrativas e eclesiásticas**

- **Aldeias de gentio:**

Conforme é apresentado no Códice Costa Matoso (1999, p.101), o sentido original de “gentio” é idólatra, pagão ou bárbaro. Porém, nas colônias portuguesas passam a designar os naturais da terra, ameríndios ou africanos: “No Brasil o termo conserva este sentido genérico, embora mais comumente utilizado para designar os ameríndios não domesticados ou catequizados”.

Aldeia, de acordo com Cunha (2010, p.23) significa “pequena povoação”. Compreendemos, portanto, as aldeias de gentio como povoações de índio. É pertinente explicitar, também, que a justaposição dos termos, “aldeia” e “gentio”, indicam a catequização ou domesticação dos indígenas.

- **Arraial:**

O povoamento do território que futuramente figuraria como Minas Gerais crescia conforme o ouro era encontrado, principalmente, nas últimas décadas do século XVII e início do XVIII. O interesse pelas riquezas minerais atraía aventureiros de todas as partes da Colônia e do Reino, como apresenta Moraes (2007, p.64). Porém, o objetivo de enriquecimento fácil induzia a perspectiva de algo temporário, isto é, ao adquirir a riqueza desejada retornariam ao seu local de origem. A autora evidencia, de acordo com os relatos do naturalista francês Saint-Hilaire (1936, p.30)<sup>68</sup>, a mudança de sentido do termo “arraial”:

---

<sup>68</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Santa Catarina* (1820). São Paulo: Companhia editora nacional, 1936, p. 30.

O sentido costumeiro que o termo ‘arraial’ tinha em Portugal – o de acampamento militar, também empregado para os locais de quermesses e feiras, de caráter precário porque provisório – sofreu alterações em seu significado à luz das especificidades do processo de povoamento das Minas. (MORAES, 2007, p.63)

Os aventureiros se fixavam no território conforme encontravam ouro, sendo assim, o que seria um acampamento provisório e temporário se tornava algo fixo de acordo com a quantidade de ouro que encontravam em determinados locais. Analisamos a mudança semântica do termo “arraial” ao compreendê-lo no contexto do povoamento em Minas Gerais durante o século XVIII, interpretando-o como povoado. Saint-Hilaire evidencia, por exemplo, a diferença em Santa Catarina: “Nota-se que na província de Santa Catarina não se usa, como em Minas, o termo arraial para designar os povoados, mas freguesias” (SAINT-HILAIRE<sup>69</sup>, 1936, apud MORAES, 2007, p.64), justificável porque, segundo o naturalista, em Santa Catarina não existiam minas a explorar. Esse cenário evidencia que o léxico está explicitamente relacionado ao ambiente em que se insere.

Normalmente os povoados eram formados próximos de rios e encostas, por ser o local em que o ouro era encontrado, além de locais de encruzilhadas de caminhos, pousos de viajantes e outros.

- **Paróquia/Freguesia**

A paróquia está associada à circunscrição do poder eclesiástico. Romeiro e Botelho (2004, p.229) definem como “divisão territorial de uma diocese, mantida sob a jurisdição de um sacerdote”. Completam as autoras ao apresentarem a definição de Bluteau<sup>70</sup>: “a paróquia, freguesia, igreja paroquial [é] governada por pároco ao qual estão submetidos os fregueses [que] os autores eclesiásticos dizem paroquianos”. Paróquia e Freguesia, portanto, normalmente compreendem o mesmo sentido.

É pertinente evidenciar que havia um controle sobre a vida religiosa que se estendia sobre a vida civil, por meio do número de fregueses presentes nas missas dominicais (os párocos faziam essa listagem), por exemplo, “já que nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados nas paróquias”. (ROMEIRO, BOTELHO, 2004, p.230).

---

<sup>70</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa/Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

- **Capela**

Alguns fieis tinham o desejo de erguer um local de culto em sua sesmaria, conforme explicam Romeiro e Botelho (2004, p.230). Com a permissão do bispo, poderia ser local particular (ermida) ou público (capela):

Para a construção da capela, visitada regularmente por um padre, a diocese exigia a doação ao santo de devoção de um patrimônio em terras nas quais, aos poucos, poderia surgir um povoado, para o qual era então nomeado um cura (capelão) residente. (ROMEIRO, BOTELHO, 2004, p.230)

Algumas paróquias se originavam por meio do surgimento dessas capelas que eram mantidas por sua própria comunidade de fiéis. São apresentadas a seguir as diferenças entre capela curada, de missas, filial e capela-mor, valendo-se da ressalva de que tal distinção não é apontada pelos cartógrafos nos mapas usados neste trabalho:

*Capela curada* Capela que está servida por um cura (sacerdote auxiliar do pároco), com território desmembrado da paróquia e autonomia no exercício das funções pastorais. *Capela de missas* Encargo pio estipulado por um instituidor que vincula o rendimento de determinados bens e benefícios a uma capela em troca de um certo número de missas. [...] *Capela filial* Capela subordinada à jurisdição eclesiástica de uma paróquia. *Capela-mor* Capela principal de uma igreja, onde fica o altar-mor, geralmente separada da nave por uma balaustrada. (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p.82)

- **Vila**

As vilas figuravam como sedes de concelhos governados por câmaras que objetivavam a defesa dos territórios portugueses:

Era esse o modelo de administração local que a Coroa Portuguesa, desde o século XVI, buscou transferir, praticamente sem alterações, para suas colônias. As instituições municipais constituíam verdadeiros instrumentos para a construção e a defesa dos territórios portugueses de além-mar. (MORAES, 2007, p.60)

As vilas eram reconhecidas de modo prestigioso pelo *status* que compreendiam. Para que um núcleo urbano fosse elevado à categoria de vila era necessário que apresentasse condições adequadas de desenvolvimento, em termos econômicos e demográficos. Todavia, convém informar que nem sempre essa correspondência acontecia, já que o surgimento de vilas, muitas vezes, correspondia aos interesses estratégicos da Coroa portuguesa que deveria estar mais presente ao assumir a responsabilidade administrativa, judiciária, militar e fiscal, como explica Moraes (2007, p.60-61). Por outro lado, nem sempre o momento era o mais favorável para a ereção de vilas, o que pode ser exemplificado por meio do “Arraial do Tejuco”, que sediou a intendência dos Diamantes, apresentando condições suficientes para ser elevado à vila, mas não o foi.

As primeiras vilas foram criadas em 1711<sup>71</sup>. Passaram-se treze anos até a criação de outras em 1814, a Vila de Baependi e Jacuí, que correspondem ao período em que a Corte estava no Brasil (1808).

- **Cidade:**

As cidades correspondiam aos núcleos urbanos de maior importância religiosa, política ou militar: “As cidades, nesse sentido, eram aglomerações superiores às vilas por se asentarem em terras próprias, de modo a perpetuar em si o sentido de município romano, independente e livre” (MORAES, 2007, p. 60). A autora ressalta a necessidade de atribuir à vila o título de cidade, caso viesse receber uma diocese ou sede de bispado. Citamos como exemplo Mariana, a única a receber o título de cidade no período Colonial para atender às condições eclesiásticas de sede de bispado.

**b) locais onde estão assinaladas as presenças de guardas, quartéis, destacamentos e, ou patrulhas militares, registros ou postos reais;**

- **Passagem/Registro:**

Como já explicado neste trabalho, a presença da Coroa portuguesa na Capitania mineira era necessária para ter o controle fiscal, administrativo e político na Colônia, principalmente, no início do século XVIII quando o povoamento se intensificou de modo desorganizado, movido pelo interesse por achados de ouro e posteriormente outros metais na região. Para que a Coroa tivesse esse controle “das gentes e dos impostos” era necessário “vigiar e policiar o imbricado complexo de caminhos, trilhas e veredas” (RESENDE, 2007, p.31). Do ponto de vista de controle fiscal surgem as passagens e os registros:

Desse fato decorre o surgimento de uma rede de interditos que, nos caminhos das minas, visam reiterar os direitos reais sobre o território, seja para a cobrança de tributos, seja para combater a evasão fiscal. Do ponto de vista fiscal, instalam-se, ao longo dos caminhos, as “Passagens” e os “Registros” (espécie de alfândega), lugares, respectivamente, de cobrança dos direitos de passagem e dos direitos de entrada. Nas passagens, localizadas nas travessias dos rios “caudalosos”, paga-se a peagem ou pedágio, e nos Registros pagam-se os impostos de entrada sobre escravos, gado e cargas de secos e molhados. Todos esses tributos são recolhidos por meio de contratos arrematados, segundo os termos estabelecidos pela Real Fazenda. É também nos registros que se instalam, na segunda metade do setecentismo – segunda fase das Casas de Fundação -, os “fiés”: funcionários régios encarregados da permuta do ouro em pó por moedas. (RESENDE, 2007, p.31)

---

<sup>71</sup> Ver gráfico 1 deste trabalho, intitulado “Cidade e Vilas de Minas Gerais: o ritmo de criação”.

- **Guardas/destacamentos militares:**

Ainda dentro do mesmo contexto apresentado anteriormente, em relação às passagens e aos registros, para manter o controle fiscal foi necessária a instalação, juntos aos registros, de guardas militares que eram trocadas e revistas mensalmente, como apresenta Resende (2007, p. 31). Os destacamentos militares ou as guardas, de acordo com a estudiosa, possibilitavam controlar o caminho terreno e de passagem dos rios: “situados em pontos estratégicos do território, particularmente armados para fiscalizar e patrulhar os caminhos, enfrentando os inúmeros subterfúgios criados para ludibriar o fisco”.

Resende (2007, p.31) menciona o trabalho do cartógrafo e memorialista José Joaquim da Rocha, por fornecer em suas obras, produzidas na década de 1770, “dados importantes sobre o sistema de interditos fiscais e de vigilância nos caminhos”, isto é “localização das passagens, dos registros e da distribuição da força militar pelos caminhos e comarcas da Capitania”.

*“Assim amontanhados em minas, a gente vai mineirando*

*A gente vai cancionando o vento e poetando a dor*

*Afinando a viola, subindo a serra e descendo a serra*

*Ah! Mineiros de Minas gerais, de minha Minas Gerais”.*

(José Machado Veríssimo. Fragmento do poema “Pelas montanhas de Minas”. Disponível em: < <https://site-depoesias.com/poesias/40001> > Acesso em: nov. 2018).

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 Apresentação descritiva dos dados: as fichas lexicográficas**

Conforme apresentado no capítulo anterior, utilizamos neste trabalho o procedimento metodológico de fichas lexicográficas para apresentar os dados de modo sistemático e organizado. Como adaptação ao *corpus* desta pesquisa e tendo em vista os objetivos propostos, cada ficha acompanha o quadro-contexto cartográfico do topônimo. Desse modo, a apresentamos e descrevemos, a seguir, os dados que compõem o *corpus* desta pesquisa.

# COMARCA

## ~ Rio das Mortes ~

### 1- *Baependy*

#### TOPÔNIMO ATUAL: Baependi

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Pouso Alegre

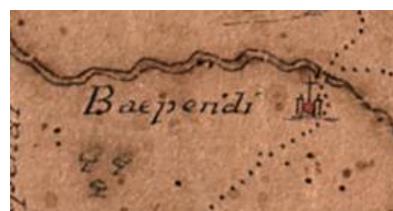
**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Caxambu – Baependi

**MESORREGIÃO:** Sul/ Sudoeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Andrelândia

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Indígena < tupi



**HISTÓRICO:** De acordo com o IBGE<sup>72</sup> no século XVII já havia relatos, feitos por sertanistas, em que constava o nome “Baependi”. Em 1681, conforme as informações apresentadas pelo IBGE, “Baependi” já possuía alguma criação. Segundo Barbosa (1995, p.38), de acordo com a tradição corrente, três sertanistas de Taubaté palmilharam a região em 1692: Antônio Delgado da Veiga, seu filho João da Veiga e Miguel Garcia. Na primeira metade do século XVIII, várias sesmarias foram concedidas na região já bastante conhecida. Explicita Barbosa (1995, p.39): “Logo após ter recebido a distinção de freguesia colativa, cogitou-se da construção de nova Matriz, em outro local, na margem esquerda do rio Baependi, onde está hoje a cidade. Em 1754, Luís Pereira Dias doava um terreno, para nele se edificar a Igreja Matriz”. De acordo com a obra intitulada “As denominações urbanas de Minas Gerais” (IGA/ALMG, 1997)<sup>73</sup>, o nome “Baependi” figura desde 1723.

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/baependi/historico>> Acesso em: dez. 2018.

<sup>73</sup> INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IGA/ALMG). As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/obras\\_referencia/arquivos/denominacoes.html](https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/denominacoes.html)> Acesso em: dez. 2018.

“Baependi” foi elevada à vila por alvará régio de 19 de julho de 1814 e elevada à cidade pela lei provincial Nº 759, de 2 de maio de 1856. É pertinente evidenciar, inclusive, como explicita Costa (1997, p.23), que foi uma das poucas vilas criadas depois de treze anos sem criação de vilas em Minas Gerais. Observa-se o registro da localidade em documentos cartográficos históricos que compõem este estudo, verificados entre 1767 e 1821.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NC [S + ADJ]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Evidenciamos, de acordo com Barbosa (1995, p.38), algumas variantes que figuraram a região no século XVIII: *Mapendi*, *Maipendi*, *Mbaipendi*. Os autores apresentam divergências para definir o topônimo. Navarro (2013, p. 547), define “Baependi” como: “no rio do baepina” (*mba’epin/a* + ‘y + *-pe*). *Baepina* (de *mba’epina*), nome de vários acidentes geográficos do Brasil, é definido pelo autor como: “coisa tosquiada, homem marinho, monstro marinho que os índios supunham existir”.

Barbosa (1995, p.38) apresenta a definição do topônimo de acordo com alguns estudiosos: 1. para Martius “Mbaê – cousa; PE – interrogativo; nde – tua; tradução: *quid tibi vis?*”; 2. para outros como Mons. Pereira Gomes Nogueira “que nação é a tua? (Pergunta que teria sido feita pelos descobridores a índios do local)”; 3. para Francisco Freire Alemão “caminho ruim”; 4. para Alfredo Carvalho “cousa aberta, limpa”; 5. para Diogo de Vasconcelos “pouso alegre, bom”; 6. para o dr. José Mendes de Almeida Júnior “muitos caminhos dependurados”. Neste estudo, apoiamo-nos na definição apresentada por Sampaio (1901, p.114), pois, compreende a realidade vivenciada no período de povoamento do território mineiro: “*mbaê-pindi*, cousa aberta, limpa, ou simplesmente a *aberta*, o *limpo*, allusão a um campo ou clareira na matta marginal do rio deste nome, facilitando a passagem do caminho aberto pelos Paulistas, descobridores das Minas Geraes” completa o autor “nos antigos documentos e roteiros se lê *Maependi*”, assim como a explicação de João Mendes de Almeida Júnior, apud Vergílio Corrêa Filho<sup>74</sup>, citado por Costa (1997, p.109-110): “muitos caminhos dependurados, de *mbae*, pender, dependurar, pé, caminhos, *ndi*, muitos, alus. a ser o lugar quase que excessivamente composto de ladeiras com bastante declive”.

<sup>74</sup> IBGE – Revista Brasileira de Geografia – edições diversas.

<i>Baependy</i>				<i>Nº de ocorrências: 09</i>	
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia
CARTA geographica (1767)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Arraial	<i>Baependy</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Paróquia	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	$\mathcal{R}^\circ$ <i>Baependi</i>	Hidrotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Arraial	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Parochias	<i>Baependi</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Villas	<i>Baependy</i>	Geomorfotopônimo

## 2- *Beturuna*

### TOPÔNIMO ATUAL: Ibituruna

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Varginha

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Lavras

**MESORREGIÃO:** Oeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Oliveira

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Indígena < tupi



**HISTÓRICO:** “Ibituruna” foi o primeiro povoado fundado em Minas Gerais, em 1674, pelo bandeirante Fernão Dias Paes Leme, e por isso a localidade é conhecida como o “Berço da Pátria Mineira”, conforme é apresentado pelo IBGE<sup>75</sup>: “Este, ao transpor o rio Grande, estabelece o arraial, deixando no local um marco (pedra que marcava a sesmaria) até hoje existente e muito visitado pelos turistas”. Como afirma Barbosa (1995, p.150-151), “Ibituruna” é uma das poucas localidades de Minas Gerais que manteve o nome primitivo, já que o nome aparece desde a primeira bandeira de Fernão Dias Pais. De acordo com o estudioso, por meio da Lei n° 2150, de 30 de outubro de 1875, foi criada a freguesia denominada “São Gonçalo da Ibituruna”, instituída canonicamente em 1877. Segundo informação apresentada pelo IGA/ALMG (1997), a adoção do nome se deu entre 1675-1769. Teve o nome reduzido para “Ibituruna” em 1923, distrito do município de Bom Sucesso, tornando-se município desmembrado apenas em 1962 por meio da Lei n° 2764, de 30 de dezembro.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NC [S+ ADJ]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Segundo Navarro (2013, p.566), “Ibituruna” de *ybytyra + un + -a*: Serra escura. O nome deve remontar ao século XVII: “[...] olhando para o Sul vimos ao longe uma Serra que nos disseram ser da *Ibituruna*”.

Barbosa (1995, p.150) explicita duas traduções ao topônimo “Ibituruna”: 1. Apresentada por Diogo de Vasconcelos, significa *Serra Negra*. 2. De acordo com Martius, significa *nuvem negra*.

<sup>75</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ibituruna/historico>> Acesso em: dez. 2018.

Sampaio (1901, p.117) apresenta “buturuna” como “monte negro, montanha escura, serra negra” em São Paulo e Minas Gerais, assim como apresenta Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.229) ao definir o topônimo como “o monte negro”.

Explicita Vasconcelos (1974, p.79), ao tratar “Ibituruna” como “o mais antigo lar da pátria mineira”: “Situada em posição felicíssima, nem perto nem longe das grandes águas, no centro de matas férteis de caça e mel, foi a Ibituruna propícia ao desporto de todos os viandantes no período do povoamento”.

<i>Beturuna</i>					<i>Nº de ocorrências: 05</i>
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
CARTA geographica (1767)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Arraial	<i>Beturuna</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Buturuna</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Buturuna</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Boturuna</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Paróquia	<i>Beroruna</i>	Geomorfotopônimo

### 3- *Campanha do R. Verde*

#### TOPÔNIMO ATUAL: Campanha

##### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Varginha

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Três Corações

**MESORREGIÃO:** Sul/Sudoeste de Minas

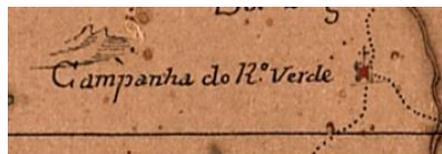
**MICRORREGIÃO:** Varginha

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Campanha do R. Verde:* *campanha* (português < latim) + *rio* (português < latim) + *verde* (português < latim)

*Campanha da Princesa:* *campanha* (português < latim) + *princesa* (português < castelhano < francês)



**HISTÓRICO:** Barbosa (1995, p. 70) informa que, em 1737, Cipriano José da Rocha, Ouvidor de São João del-Rei, abriu caminho a partir de São João junto com outros aventureiros para explorar clandestinamente as famosas minas do Rio Verde. Na carta aludida, o Ouvidor informa que fundou o arraial denominado “S. Cipriano”, porém “Campanha” foi o nome que prevaleceu na região. Foi elevado à Freguesia, em 1739, com o título de “Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde”, paróquia declarada colativa em 1752 e elevado à vila, pelo alvará régio de 20 de outubro de 1798, com a denominação de “Vila da Campanha da Princesa”. “Campanha” foi elevada à cidade pela Lei n° 163, de 9 de março de 1840, quando se deu a adoção do nome atual.

##### ESTRUTURA MORFOLÓGICA:

*Campanha do R. Verde:* Ncf [Ssing + {Prep + Asing + Ssing + ADJsing}]

*Campanha da Princesa:* Ncf [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}]

*Campanha:* Nf [Ssing]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** De acordo com Barbosa (1995, p.70), como o Ouvidor Cipriano José da Rocha apresenta, o nome “S. Cipriano” não prevaleceu na região, porque “as terras destas minas é (sic) uma dilatada Campanha...”, o que motivou, portanto, a denominação do local “Campanha”.

Trata-se de um topônimo frequente no território brasileiro, como apresenta Machado (1984, p. 327). Encontrado em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe.

#### **Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

Cunha (2010, p. 119), define *campanha* como: ‘campo’ XVII. Do latim tardio *Campānia*. *Campo* é definido como: ‘planície’ ‘terreno plano’ ‘terreno para plantio ou exercícios’ XIII. Do latim *campus*. De acordo com o mesmo dicionarista *rio* (2010, p.565) do latim *rīvus* -ī (século XIII) e *verde* (2010, p.673) do latim *viridis* (século XIII). *Princesa*: *pryncesa*, século XV, do castelhano *princesa*, derivado do francês *princesse*. (CUNHA, 2010, p.521).

#### **Dicionários antigos da língua portuguesa:**

Bluteau (1728, p.83): “(Termo militar.) O que na guerra se executa no espaço de hum anno, como quando se diz, essa campanha não nos succedeo mal.” Há ainda, outras entradas lexicais de *campanha*, contempladas no dicionário de Bluteau (1728, p.83-4), que se referem ao campo militar: “(Outro termo militar.) O campo, ou os campos, por onde anda o exercito.”

A mesma definição é apresentada por Antônio de Moraes Silva (1789, p.332) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

#### **Dicionário atual da língua portuguesa:**

Em Houaiss (2009, p. 378), verificamos a definição de *campanha* relacionada ao campo militar na última acepção do verbete. O autor apresenta como primeira acepção: “campo de grande extensão; planície”, definição, inclusive, que compreende o sentido mais adequado ao topônimo estudado.

#### **Dicionários regionais:**

Souza (2004, p.74) apresenta em sua obra *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil, Campanha* evidenciando: “Geralmente é usado no sentido de campo extenso, campo grande que se desenrola a perder de vista”.

#### **Dicionário geográfico:**

Giovannetti (1996, p.24-25) define *campanha* como: “Denominação dada no sul rio-grandense a uma *região* bem definida, na qual predomina a criação de gado realizada em grandes propriedades chamadas de *fazendas* ou *estâncias*”.

Ver ficha *Campo Bello*

<i>Campanha do R Verde</i>				<i>Nº de ocorrências: 04</i>	
<i>Campanha da Princesa</i>				<i>Nº de ocorrências: 02</i>	
<i>Campanha</i>				<i>Nº de ocorrências: 03</i>	
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro topônimo</b>	<b>Taxonomia</b>
CARTA geographica (1767)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Arraial	<i>Campanha do R Verde</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Campanha do R Verde</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Campanha do R verde</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Campanha</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Campanha do R verde</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parroqhias	<i>Campanha</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Parochias	<i>Campanha</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Villa	<i>V.ª da Campanha da Princesa</i>	Poliotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Villas	<i>Campanha da Princesa</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Villas	<i>Campanha da Princesa</i>	Geomorfotopônimo

## 4- Campanha de Toledo

### TOPÔNIMO ATUAL: Toledo

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Pouso Alegre

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Pouso Alegre

**MESORREGIÃO:** Sul/Sudoeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Pouso Alegre

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Campanha de Toledo:* *Campanha* (português < latim) + *Toledo* (português < espanhol < latim)

**HISTÓRICO:** Barbosa (1995, p.354) explicita a região que, primitivamente, ficou conhecida por “Campanha do Toledo”, devido às atividades de mineração realizadas por Simão de Toledo Piza. A antiga designação pode ser verificada no documento cartográfico de Eschwege (1821), que compõe este estudo. Conforme informações apresentadas pelo IBGE<sup>76</sup>, por muito tempo a localidade permaneceu como território de litígio entre as Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais. Inclusive, podemos observar no mapa de 1821, realizado por Eschwege, que a localização de “Campanha de Toledo” consta na divisa entre as duas Capitânicas. Acrescenta Barbosa (1995, p.354) que em 1841 foi autorizada a construção da capela dedicada a S. José. O curato foi elevado à freguesia em 1854 com a denominação de “São José da Campanha do Toledo”. O distrito, que pertencia ao município de Jaguari, foi criado em 1851 com o nome de “São José do Toledo” e teve mais tarde o nome reduzido para “Toledo”, já pertencendo ao município de Extrema, por meio do decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro. O município foi criado por meio da Lei nº 1039 (12/12/1953), desmembrado do de Extrema.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Ncf [Ssing {Prep + Ssing}]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

**Dicionário etimológico da língua portuguesa:**



<sup>76</sup>IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/toledo/historico>> Acesso em: dez. 2018.

Cunha (2010, p. 119), define *campanha* como: ‘campo’ XVII. Do latim tardio *Campānia*. *Campo* é definido como: ‘planície’ ‘terreno plano’ ‘terreno para plantio ou exercícios’ XIII. Do latim *campus*.

Guérios (1981, p.237) apresenta *Toledo* como um sobrenome de origem toponímica espanhola, do latim *Toletus*.

Ver *Campanha do R. Verde*.

<i>Campanha de Toledo</i>					<i>Nº de ocorrências: 01</i>
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro toponímico</b>	<b>Taxonomia</b>
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Destacamentos de Soldados	<i>Toledo</i>	Antropotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Destacamentos, e Postos Reaes	<i>Campanha de Toledo</i>	Geomorfotopônimo

## 5- *Campo Bello*

### TOPÔNIMO ATUAL: **Campo Belo**

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Varginha

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Campo Belo

**MESORREGIÃO:** Oeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Campo Belo

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Campo Bello:* *Campo* (português < latim) + *Belo* (português < latim)

**HISTÓRICO:** Segundo Barbosa (1995, p. 72), em 1802 a ermida de Bom Jesus do “Campo Belo” foi usada filial da matriz de Tamanduá. Dezoito anos depois o povoado que se formou ao redor da ermida foi elevado à freguesia. A Lei n° 2221, de 13 de junho de 1876, eleva Campo Belo à vila e a Lei n° 3196, de 23 de setembro de 1884, eleva à categoria de cidade.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + ADJsing]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** De acordo com o IBGE<sup>77</sup> a região onde está localizado “Campo Belo” compreendia “um campo alegre e formoso, cercado por mato fechado. Esse campo e esse mato eram cortados pela estrada real que demandava à povoação de Candeias, servindo aquela clareira de refúgio ao viajante cansado”, o que justifica o nome “Campo Belo” pelo deslumbre da beleza do local. Como explicita Machado (1984, p.328), Campo Belo é um topônimo frequente no Brasil: “As paisagens locais (naturalmente por contraste com as vizinhas) devem justificar o nome”.

#### **Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

Cunha (2010, p. 119), define *campo* como: ‘planície’ ‘terreno plano’ ‘terreno para plantio ou exercícios’ XIII. Do latim *campus*. O mesmo dicionarista (2010, p.86) apresenta o adjetivo *belo* do latim *bellus* (*bel* XIII, *bello* XVI).

#### **Dicionários antigos da língua portuguesa:**



<sup>77</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campo-belo/historico>> Acesso em: dez. 2018.

- Bluteau (1728, p.86): “Pedaço de terra cultivada”.
- Luiz Maria da Silva Pinto (1832): “Terra baixa, e plana. Terra fôra da cidade”. (primeira acepção)

#### **Dicionário atual da língua portuguesa:**

Houaiss (2009, p.379) apresenta várias acepções para *campo*. Apresentamos as primeiras: “1 terreno plano, extenso, com poucos acidentes e poucas árvores, campina 2 terreno plano e extenso destinado à agricultura ou às pastagens”.

#### **Dicionários regionais:**

Souza (2004, p.78) apresenta *campo* como um designativo de extensos tratos de terra “onde predominam as gramíneas, cobertos de ervas, desde a cor parda até a verde, ora num horizontalismo golpeante, ora no ondulamento acidentado de planalto desgastado pelos agentes exógenos”. De acordo com o autor, essas regiões brasileiras próprias para a pastorícia recebem vários apelidos regionais e, além dos nomes que indicam características da geobotânica brasileira, apresentam variantes como *mimosos*, *cerrados*, *chapadas*, etc.

Beaurepaire-Rohan (1956, p.64) define *campo* como: “nome que dão aos descampados mais ou menos acidentados, formando extensas pastagens apropriadas à criação de gados. A vegetação consiste em gramíneas rasteiras e outras plantas herbáceas”. Como explicita o autor, *campo* corresponde ao que em português é denominado *campina* (Aulete).

#### **Dicionário geográfico:**

Observamos que *campo* compreende, em sua definição, um ambiente composto por diferentes fatores físicos, tanto os que se associam à topografia do relevo, quanto os que se associam à botânica, e por isso não excluimos a possibilidade de classificá-lo como fitotopônimo se levarmos em consideração a formação vegetal presente nesse ambiente, como podemos verificar por meio da definição apresentada por Giovannetti (1996, p.25): “formação vegetal dominada pelas gramíneas, apresentando também árvores e *arbustos* esparsos na *paisagem*”. Porém, neste trabalho, evidenciamos a presença de traços topográficos físicos, associados ao relevo, como característica do *campo*, o que justifica sua classificação como geomorfotopônimo, apoiando-nos na definição apresentada por Terezo (2008, p.39), uma vez que define *campo* como “terra plana” e completa apresentando outras características (climáticas, da flora e da fauna): “Terras planas ou quase planas, em regiões temperadas, tropicais ou subtropicais,

de clima semi-árido ou sub-úmido, cobertas de vegetação em que predominam as gramíneas, às vezes com a presença de arbustos e de espécies arbóreas esparsas, habitadas por animais corredores e pássaros de visão apurada e coloração protetora”. Essa perspectiva revela que as paisagens são formadas por diferentes fatores indissociáveis, por isso, um dado aspecto físico de uma região normalmente indica a presença de outros aspectos a ele associados.

<i>Campo Bello</i>					<i>Nº de ocorrências: 01</i>
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro topônimo</b>	<b>Taxonomia</b>
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Campo Bello</i>	Geomorfotopônimo

## 6- *Ibitipoca*

### TOPÔNIMO ATUAL: Conceição da Ibitipoca

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Juiz de Fora

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Juiz de Fora

**MESORREGIÃO:** Zona da Mata

**MICRORREGIÃO:** Juiz de Fora

**ACIDENTE:** Sede distrital, município de Lima Duarte

**ORIGEM:** Indígena

*Ibitipoca:* Indígena < tupi

**HISTÓRICO:** Barbosa (1995, p. 90) explicita ser “Conceição da Ibitipoca” um dos lugares antigos de Minas, distrito do município de Lima Duarte. De acordo com Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.162-163) “Conceição da Ibitipoca” foi incorporada ao município de Rio do Peixe (atual Lima Duarte) por meio da Lei nº 2.906 (23/09/1882).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NC [S +ADJ]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Segundo Sampaio (1901, p.129) *Ibitipoca*: “ant. *ybytu-poca*, c. *ybytú-poca* rompe nuvem”. Interpretamos *Ibitipoca* como “montanha partida” ou “montanha estourada”, conforme apresentam os seguintes autores: Navarro (2013, p. 566), define *Ibitipoca* como: “de *ybytyra* – montanha + *pok* –estourar + suf. –a: montanhas estouradas (i.e., com grutas)”. Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.229) apresenta *Ibitipoca* como a montanha partida, ou furada (*ybyty-poca*).



### *Ibitipoca*

Nº de ocorrências: 01

Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo

## 7- *Ibitipoca*

### TOPÔNIMO ATUAL: Conceição do Ibitipoca

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Juiz de Fora

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Juiz de Fora

**MESORREGIÃO:** Zona da Mata

**MICRORREGIÃO:** Juiz de Fora

**ACIDENTE:** Sede municipal

**ORIGEM:** Indígena

*Ibitipoca*: Indígena < tupi

#### HISTÓRICO:

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NC [S + ADJ]

#### INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

Ver ficha anterior



<i>Ibitipoca</i>		<i>Nº de ocorrências: 06</i>			
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capela	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topográfico [entre 1791e 1798]	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Capellas	<i>Ibitipoca</i>	Geomorfotopônimo

## 8- *Morro do Xapeo*

### TOPÔNIMO ATUAL: Santana dos Montes

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Barbacena

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Conselheiro Lafaiete

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Conselheiro Lafaiete

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Morro do Xapeo:* *Morro* (português < incerto) + *Chapéu* (português < francês).

**HISTÓRICO:** De acordo com Barbosa (1995, p.303), em 1749 Antônio Duarte Correia e Manuel André erigiram a capela primitiva de “Santana do Morro do Chapéu”. Segundo o autor, o distrito (criado em 1840 por meio da Lei n° 184), foi elevado à categoria de freguesia por meio da Lei n° 2085 (24/12/1874). A localidade figurou como “Morro do Chapéu” (1923) e “Catauá” (1943), até em 1948 seguir figurando “Santana dos Montes”, denominação atual. De acordo com Barbosa, o município foi criado por meio da Lei n° 2764 (30/12/1962).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Como apresenta Machado (1984, p.1025), atualmente, há vários topônimos constituídos pelo vocábulo *morro*: “São Paulo (Morro Agudo), Santa Catarina (Morro da Fumaça), Minas Gerais (Morro da Garça, Morro do Pilar)”. Conforme informações apresentadas pelo IBGE<sup>78</sup> a origem do nome atual do município “está na veneração que o povo tinha à Senhora de Santana, sua padroeira, e aos muitos morros que circundam o município, formando uma cadeia de montanhas, em formato de um chapéu”.

#### Dicionário etimológico da língua portuguesa:

De acordo com Cunha (2010, p.437), *morro* é definido como: “‘monte pouco elevado’ ‘colina, outeiro’ XVI. De origem incerta”. O mesmo autor (2010, p.145) apresenta a definição



<sup>78</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-dos-montes/historico>> Acesso em: dez. 2018.

de *chapéu*: “‘peça destinada a cobrir a cabeça’ –*peeo* XV. Do a. fr. *chapel* (hoje *chapeau*), deriv. do lat. pop. \**cappellus*, dim. de *cappa*.”

### **Dicionários antigos da língua portuguesa:**

Encontramos os seguintes registros do item lexical *morro* nos dicionários mais antigos da língua portuguesa:

- Raphael Bluteau (1728, p.587): “Os que fazem vallados chamão *Morro* à terra, que topão dura, a modo de piçarra, ou rocha.”
- Antonio de Moraes Silva (1789, p.320): “Terra dura a modo de piçarra. Monte não mui alto”.
- Luiz Maria da Silva Pinto (1832): “Terra dura e levantada como piçarra. Monte pouco alto”.

### **Dicionários atual da língua portuguesa:**

Assim como explicita Houaiss (2009, p.1320) *morro* apresenta duas definições que compreendem a área da geografia “1. Pequena elevação em uma planície; monte de poucas dimensões; colina; outeiro 2. Pedra rija e saliente; pedreira”. O dicionarista apresenta, ainda, o topônimo *Morro do Chapéu*, que figura em território mineiro e baiano, com a seguinte definição: “cimo cujas saliências são semelhantes às abas de um chapéu; cuscuzeiro”.

### **Dicionários regionais:**

Complementa Souza (2004, p.221) em relação ao topônimo evidenciado, de acordo com Diogo de Vasconcelos (p. 319 da *História Média de Minas Gerais*): “Morro do Chapéu é corrupção do indígena *chá- ver* e *pé-caminho*. Queria dizer morro de ver o caminho, isto é, de onde os bandeirantes, sertanistas ou índios, se orientavam em rumo de qualquer parte do sertão”.

### **Dicionário geológico-geomorfológico e geográfico:**

Segundo Guerra (2001, p.440) *morro* é apresentado como: “monte pouco elevado, cuja altitude é aproximadamente de 100 a 200 metros. Termo descritivo para o geomorfólogo, e muito usado pelos topógrafos”.

Giovannetti (1996, p.139) define *morro* como: “pequeno *monte*”. *Monte*, por sua vez, é definido pelo geógrafo (1996, p.139) como: “elevação do *relevo* em relação ao nível do *solo* que

o cerca”. Para Terezo (2008, p.111) *morro* é: “elevação que apresenta encostas suaves, com declividade menor do que 15%, e altitudes que variam entre 100 e 300m”.

<i>Morro do Xapeo</i>					<i>Nº de ocorrências: 03</i>
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Morro do Xapeo</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capela	<i>Morro do Xapeo</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Capellas	<i>Morro do Chapeo</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>S<sup>ta</sup> Ana</i>	Hagiotopônimo

## 9- *Noruega*

### TOPÔNIMO ATUAL: **Catas Altas da Noruega**

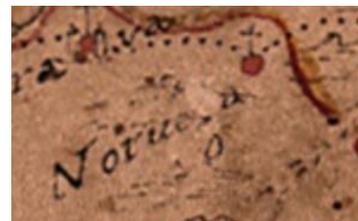
#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Barbacena

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Conselheiro Lafaiete

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Conselheiro Lafaiete



**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português < latim < norueguês

**HISTÓRICO:** Conforme informa o IBGE<sup>79</sup>, por volta de 1690 a região que figura atualmente “Catas Altas da Noruega” começou a ser povoada por membros das Bandeiras de Miguel Garcia e do Coronel Salvador Furtado de Mendonça enquanto exploravam a região da Serra de Itaverava. Segundo Barbosa (1995, p. 86), de acordo com Cônego Trindade, a capela primitiva foi erigida em 1727: “O patrimônio foi constituído por Sebastião Pedrosa, em 11 de fevereiro de 1744”. O curato foi elevado à freguesia em 1840 (Lei n° 184, 3/04/1840) e o município foi criado pela Lei n° 2764 (30/12/1962) desmembrado do de Conselheiro Lafaiete.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nf [Ssing]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Conforme apresenta Sabater (2004, p.431) em relação ao topônimo “Noruega”: “El topónimo se documenta em el siglo X em la forma *Noregr*, abreviación del noruego antiguo *Norrevegr*, compuesto de *norre*, ‘norte’, y *verg*, ‘vía, camino’, luego Noruega era ‘el caminho del norte’<sup>80</sup>. O autor completa explicando a forma medieval latinizada que deu origem à forma italiana, francesa, castelhana e portuguesa: “Nótese que la forma medieval latinizada era *Norvegia*, que há dado el italiano *Norvegia*, el francés *Norvège* y el castellano y portugués *Noruega*”<sup>81</sup>.

#### **Dicionários antigos da língua portuguesa:**

<sup>79</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/catas-altas-da-noruega/historico>> Acesso em: dez. 2018.

<sup>80</sup> “O nome do lugar é documentado no século X na forma *Noregr*, abreviação do antigo norueguês *Norrevegr*, composto por *norre*, ‘norte’ e *verg*, ‘via, caminho’, logo Noruega era ‘o caminho do norte’”. (Tradução nossa)

<sup>81</sup> “Observe que a forma medieval latinizada era *Norvegia*, que deu o italiano *Norvegia*, o francês *Norvège* e o castelhano e português *Noruega*”. (Tradução nossa).

Raphael Bluteau (1728, p.748): Noroêga: “Reyno da Europa Septentrional, sogeito aos Reys de Dinamarca. [...] He região ampla, mas montuosa, & esteril pela muita pedra, por grandes areaes, charnecas, matos, & grande rigor do frio”.

**Dicionário atual da língua portuguesa:**

Segundo Houaiss (2009, p.1362), *Noruega* é: “terra úmida e sombria na encosta sul de montanha que recebe pouco sol”.

**Dicionários regionais:**

Complementa Souza (2004, p.230) ao explicitar *Noruega* como um termo usado nos estados do Sul que, opondo-se aos terrenos em que “bate o sol”, constituem-se terrenos sombrios e úmidos por nomearem a encosta meridional das serras. João Ribeiro<sup>82</sup> (apud Souza, 2004, p.230) apresenta: “Os nossos lavradores chamam Noruega ao terreno que não é *soalheiro* e apanha pouco sol. *Noruegas* são baixadas, grotas, úmidas, que servem a poucas plantas. A palavra veio de Portugal, mas lá é desconhecida agora”. Souza (2004, p.230) informa, ainda, de acordo com Taunay, que em São Paulo *noruega* nomeia um vento frio e áspero “provavelmente uma alusão ao clima frio da Noruega”. Descrição parecida é apresentada por Beau-repaire-Rohan (1956, p.172-3) que completa afirmando que “os terrenos de *noruéga* são sombrios, frescos e até frios, e poucos idoneos para certas culturas”.

Em relação à atual denominação da localidade, mas que já figurava desde os setecentos “Catas Altas da Noruega”, conforme apresentado pelo IBGE, “Catas” se refere às lavras realizadas na região.

<i>Noruega</i>		<i>Nº de ocorrências: 03</i>			
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
CARTA geographica (1767)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Arraial	<i>Catas altas da Noroega</i>	Sociotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Noruega</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Catas Altas da Noruega</i>	Sociotopônimo

<sup>82</sup> Obra intitulada “Curiosidades Verbais”, p.62, conforme explicita Souza (2004, p.230).

ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capela	<i>Noruega</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topográfico [entre 1791e 1798]	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Catas Altas</i>	Sociotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Catas Altas</i>	Sociotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Vila Rica (Oitocentos)	Arraial	<i>Catas altas</i>	Sociotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Capellas	<i>Noruega</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Catas altas da Noruega</i>	Sociotopônimo

## 10- Serranos

### TOPÔNIMO ATUAL: Serranos

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Pouso Alegre

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Caxambu-Baependi

**MESORREGIÃO:** Sul/Sudoeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Andrelândia

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Serranos:* (Português < latim)



**HISTÓRICO:** Como é explicitado pelo IBGE<sup>83</sup>, segundo a tradição os tropeiros do Serro, que faziam o comércio entre as vilas de São João D'el Rey e Ouro Preto, iniciaram nas proximidades da vila de Aiuruoca um acampamento de tropeiros, que mais tarde transformou-se no município de Serranos. De acordo com Barbosa (1995, p.340) a primeira capela construída foi dedicada ao Menino Deus e a N. Sr<sup>a</sup> do Bom Sucesso, em 1725. O arraial de “Bom Sucesso dos Serranos” foi elevado à freguesia em 1840 e já figurava como Serranos na divisão administrativa de 1911. O município de “Serranos” foi criado em 1953 por meio da Lei n° 1039 (12/12/1953), com elevação à categoria de cidade.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nm [ADJpl]

#### INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

##### Dicionário etimológico da língua portuguesa:

O vocábulo *serra* é definido por Cunha (2010, p.592) como ‘montanha’ XIII ‘instrumento cortante’ XV. Do latim *sērra* –ae. *Serrano* é definido como ‘montanhês’ XIV, *sserana* forma do século XIV.

##### Dicionários antigos da língua portuguesa:

Raphael Bluteau (1728, p.612): “Montanhez, habitador das serras, dos montes”, assim como apresentam Moraes Silva (1789, p.693) e Pinto (1832).

<sup>83</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranos/historico>> Acesso em: dez. 2018.

**Dicionário atual da língua portuguesa:**

De acordo com Houaiss (209, p.1736), *serrano*: “relativo a, pertencente a, próprio de ou originário das serras; montês, montesino, serrão”.

**Dicionários regionais:**

Definição parecida é apresentada por Souza (2004, p.297) “o habitante das serras, o montanhês”.

**Dicionário geológico-geomorfológico e geográfico:**

Segundo Guerra (2001, p.570) *serra* é um termo usado para descrever a paisagem física de terrenos acidentados com fortes desníveis: “no Brasil, elas designam, às vezes, acidentes variados, como escarpas de planaltos”.

Giovannetti (1996, p.193) define *serra* como: “conjunto de pequenas *montanhas*, *morros* ou encostas de uma *escarpa*”. Definição parecida é apresentada por Terezo (2008, p.142): “Termo usado na descrição da paisagem física de terrenos acidentados com fortes desníveis. Conjunto de montanhas, morros ou encosta de uma escarpa”.

<i>Serranos</i>						<i>Nº de ocorrências: 08</i>					
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia						
ROCHA (1777a)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						
ROCHA (1777b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						
ROCHA (1778b)	Comarca	Rio das Mortes (Setecentos)	Capela	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						
MAPA topográfico [entre 1791e 1798]	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						
ROCHA (1793)	Capitania	Rio das Mortes (Setecentos)	Capellas	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						
MIRANDA (1804)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Capella	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Capellas	<i>Serranos</i>	Geomorfotopônimo						

ESCHWEGE (1821)	Capitania	Rio das Mortes (Oitocentos)	Freguezias, Ca- pellas, e Ar- raiaes	<i>Serranos</i>	Geomorfotopô- nimo
--------------------	-----------	--------------------------------	--	-----------------	-----------------------

## COMARCA

## ~Sabará~

1- *Morrinhos*

## TOPÔNIMO ATUAL: Arinos

## CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Patos de Minas

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Unai

**MESORREGIÃO:** Noroeste de Minas

**MICRORREGIÃO:** Unai

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Morrinhos*: (Português < incerto)

**HISTÓRICO:** A origem do povoado remete aos primeiros moradores do arraial que foi designado “Morrinhos”, conforme é apresentado pelo IBGE<sup>84</sup>: “sabe-se que seus primeiros moradores foram o major Saint-Clair Fernandes Valadares, Cel. Martinho Joaquim Estrella, e outros, todos fazendeiros, comerciantes, agricultores e com outras atividades, tidos, também, como iniciadores da povoação que chamaram arraial de Morrinhos”, assim como explicita Barbosa (1995, p.36), ao informar que a denominação primitiva da localidade era “Morrinhos”: “foi o arraial elevado a distrito, no município de Paracatu, em 1846 [...] Foi o distrito transferido para o município de São Romão, pela Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923, que mudou sua denominação para Arinos”. O município foi criado por meio da Lei nº 2764 (30/12/1962).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nm [Spl]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**



<sup>84</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/arinos/historico>> Acesso em: dez. 2018.

**Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

De acordo com Cunha (2010, p.437), *morro* é definido como: “‘monte pouco elevado’ ‘colina, outeiro’ XVI. De origem incerta”.

O topônimo atual *Arinos* é uma homenagem ao Escritor mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, conforme apresenta Costa (1997, p.107).

Ver *Morro do Xapeo*

<i>Morrinhos</i>					<i>Nº de ocorrências: 04</i>
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia
CARTA geographica (1767)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Capela dos Morrinhos</i>	Hierotopônimo/ Geomorfotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>S. Anna</i>	Hagiotopônimo
ROCHA (1778c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>S. Anna</i>	Hagiotopônimo

## 2- *Morro da Garça*

### TOPÔNIMO ATUAL: Morro da Garça

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Belo Horizonte

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Curvelo

**MESORREGIÃO:** Central Mineira

**MICRORREGIÃO:** Curvelo

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

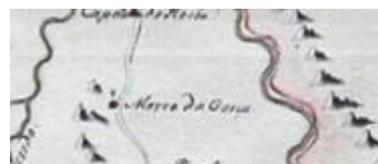
**ORIGEM:** Português

*Morro da Garça:* *Morro* (português < incerto) + *Garça* (português < latim)

**HISTÓRICO:** Segundo Barbosa (1995, p.212-213), o povoamento da região do Morro da Garça é antigo: “havendo indícios de se ter originado esse povoamento da Bahia”. Barbosa menciona a fazenda da Garça (arrematou-a João Jorge Rangel, obtendo sesmaria em 1738) e explicita que o nome “Morro da Garça” é anterior, já que consta na correspondência sobre os motins do sertão. De acordo com Chaves et al. (2007, p.44)<sup>85</sup> a fazenda ficava no sopé de uma elevação rochosa com cerca de 1000 metros de altitude: “Na imensidão plana do cerrado, esse morro serviu ao longo dos últimos três séculos como um guia para viajantes, tropeiros e ‘comitivas’ de gado”, inclusive, a Fazenda da Garça era parada de descanso para os viajantes. A capela primitiva dedicada a N. Sr<sup>a</sup>. das Maravilhas data de 1720, segundo tradição registrada por Cônego Rolim, porém, para Pe. João Batista Boaventura Leite, possivelmente vem de 1791, como evidencia Barbosa (1995, p. 212-213). O município foi criado por meio da Lei nº 2764 (30/12/1962), com território desmembrado do de Curvelo.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Como apresenta Chaves et al. (2007, p.43) Morro da Garça “constitui uma estrutura de morfologia circular de 1,6 km de diâmetro, realçada cerca de 350 m acima de uma região extremamente plana no centro-norte de Minas Gerais. Tal feição ressaltada na paisagem tem servido ao longo dos últimos séculos como um guia de



<sup>85</sup> CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro ; BENITEZ, Leila ; ANDRADE, Kerley Wanderson ; QUEIROGA, Gláucia Nascimento . Estratigrafia e Evolução Geomorfológica do Grupo Bambuí na Região de Morro da Garça (MG). *Geonomos*, v. 15, p. 43-52, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/CHIP7/Downloads/97-330-1-PB.pdf > Acesso em: nov. de 2018.

referência para tropas e viajantes e, ao seu sopé desenvolveu-se a cidade de Morro da Garça.” Os autores evidenciam a notoriedade nacional que a cidade de Morro da Garça recebeu ao ser contemplada no conto “O Recado do Morro”, de João Guimarães Rosa, devido às peculiaridades geológicas e geomorfológicas que destacaram o morro da Garça como uma espécie de cartão postal da região<sup>86</sup>. A cidade de Morro da Garça está localizada no centro geodésico de Minas Gerais.

#### **Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

De acordo com Cunha (2010, p.437), *morro* é definido como: “‘monte pouco elevado’ ‘colina, outeiro’ XVI. De origem incerta”.

O mesmo dicionarista apresenta *garça* com a seguinte definição: “ave pernalta aquática”, século XII, do latim lusitano *gartia*. (CUNHA, 2010, p.310).

*Ver Morro do Xapeo*

<i>Morro da Garça</i>					<i>Nº de ocorrências: 01</i>
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia
ROCHA (1793)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Morro da Garça</i>	Geomorfotopônimo

<sup>86</sup> Sugerimos a leitura do texto dos autores CHAVES, M. L. S. C.; BENITEZ, L.; ANDRADE, K. W.; FILHO, I. M. Morro da Garça: Geologia e a visão mística de Guimarães Rosa no Centro Geodésico de Minas Gerais. Disponível em: <[http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Morro\\_da\\_Garca\\_MG.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/propostas/Morro_da_Garca_MG.pdf)> Acesso em: nov. 2018.

### 3- *Morro de Mateu Lemes*

#### TOPÔNIMO ATUAL: Mateus Leme

##### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Belo Horizonte

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Belo Horizonte

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Belo Horizonte

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

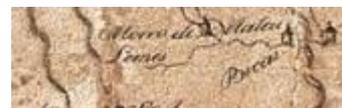
**ORIGEM:** Português

*Morro de Mateu:* *Morro* (português < incerto) + *Mateus* (português < hebraico)

**HISTÓRICO:** Segundo Barbosa (1995, p.199), o povoado de Mateus Leme surgiu no século XVIII, dado que: “a igreja do Rosário, geralmente uma capela construída quando o arraial já possui desenvolvimento, teve provisão datada de 29 de março de 1832”. Porém, segundo informações do IBGE<sup>87</sup>, há fontes documentais sobre o povoado que se referem ao século XVII: “Já em 1710, uma carta Sesmaria refere-se ao local (Morro do Mateus Leme), comprovando a sua origem bem remota; outras fontes documentais, dos anos 1739 e 1745, referem-se ao arraial.” O município foi criado por meio do decreto-lei nº 148 (17/12/1938).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + {Prep + Ssing + Spl}]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** Explicita Barbosa (1995, p.199) de acordo com Francisco de Assis Carvalho Franco, em *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*: “Dos vários Mateus Leme que existiram, parece que o iniciador do povoamento, no local que conservou seu nome, foi o paulista que, depois de minerar por aqui, passou-se para Bahia, onde combateu índios ferozes, desde 1715 até depois de 1717”. O topônimo, portanto, é homenagem ao Bandeirante Paulista, genro de Borba Gato, como completa Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.278). Segundo informações do IBGE: “A denominação primitiva do município, Arraial do Morro de Mateus Leme, já aponta suas origens históricas. Mateus Leme, bandeirante de linguagem paulista cuja vida e trajetória pelas regiões mineradoras é ainda mal definida, foi o iniciador do povoamento local ao instalar-se próximo a uma serra que tornou o nome,



<sup>87</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mateus-leme/historico>> Acesso em: dez. de 2018.

presumivelmente nos primeiros anos do século XVIII”. De acordo com Guérios (1981, p.173), *Mateus*, do hebraico, *Leme* (1981, p.159) é sobrenome português de origem flamenga.

*Ver Morro do Xapeo*

***Morro de Mateu Lemes***

***Nº de ocorrências: 01***

<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro toponímico</b>	<b>Taxonomia</b>
ROCHA (1777a)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo
ROCHA (1777c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Registos, goardas e patrulhas de Soldados	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo
ROCHA (1778c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Mate.s Leme</i>	Antropotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Arraial	<b><i>Morro de Mateu Lemes</i></b>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Capellas	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Matheus Leme</i>	Antropotopônimo

## 4- *Morro Grande*

### TOPÔNIMO ATUAL: Barão de Cocais

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Belo Horizonte



**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Santa Bárbara – Ouro Preto

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Itabira

**ACIDENTE:** Atual sede municipal

**ORIGEM:** Português

*Morro Grande:* *Morro* (português < incerto) + *Grande* (português < latim)

**HISTÓRICO:** A denominação primitiva da localidade era “São João do Morro Grande”, conforme apresenta Barbosa (1995, p.41-42): “Nos princípios do século XVIII, alguns sertanistas se deslocaram pelo sertão a dentro, na ânsia de encontrar novas minas e, no local a que chamaram Macacos, acharam boa pinta. Aí edificaram suas casas e fizeram suas roças. Uma capela foi logo construída, sob invocação de S. João Batista. O local ficava no sopé de um morro muito grande, extenso, assim, o arraial passou a ser designado como São João Batista do Morro Grande”. Em 1938, quando a localidade ainda era distrito de Santa Bárbara, teve a denominação reduzida a “Morro Grande”. A alteração do nome para “Barão de Cocais”, como seguiu figurando, deu-se em 1943 por meio do decreto-lei nº 1058 (31/12/1943).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + ADJsing]

#### INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

##### Dicionário etimológico da língua portuguesa:

De acordo com Cunha (2010, p.437), *morro* é definido como: “‘monte pouco elevado’ ‘colina, outeiro’ XVI. De origem incerta”. O mesmo dicionarista define *grande* como: “‘vasto, comprido, desmedido, numeroso’, XIII” Do latim *grandis*. (CUNHA, 2010, p.322).

A denominação atual, *Barão de Cocais*, é homenagem a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, “Barão de Cocais e um dos vultos da Revolução de 1842”, como explica Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.112).

Ver *Morro do Xapeo*

<i>Morro Grande</i>				<i>Nº de ocorrências: 03</i>	
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
ROCHA (1777a)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Parochias	<i>Morro Grande</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Paróquia	<i>São João do Morro Gr. de</i>	Hagiotopônimo
ROCHA (1778c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Morro Gr<sup>de</sup></i>	Geomorfotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>S. João</i>	Hagiotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Parochias	<i>S. João</i>	Hagiotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Arraial Freguezia	<i>S. João</i>	Hagiotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Parochias	<i>Morro Grande</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>S. João</i>	Hagiotopônimo

## 5- *Morro Vermelho*

### TOPÔNIMO ATUAL: Morro Vermelho

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Belo Horizonte

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Belo Horizonte

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Belo Horizonte

**ACIDENTE:** Humano/ Sede distrital, município de Caeté

**ORIGEM:** Português

*Morro Vermelho:* *Morro* (português < incerto) + *Vermelho* (português < latim)

**HISTÓRICO:** Conforme explicita Barbosa (1995, p.213-4), a capela de Morro Vermelho foi elevada à freguesia em 1880, por meio da Lei nº 2709 (30/11/1880). Atualmente, é distrito do município de Caeté. De acordo com o IGA/ALMG<sup>88</sup>, a adoção do nome “Morro Vermelho” se deu em 1840, inclusive, quando o município foi emancipado (Lei 171, de 23/3/1840), mas antes, figurou como “Vila Nova da Rainha”.

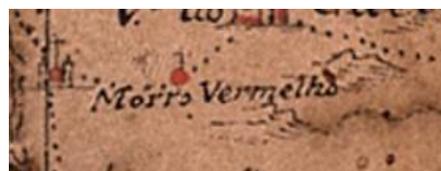
**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + ADJsing]

#### INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

##### **Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

Segundo Cunha (2010, p.437), o vocábulo *morro* apresenta origem incerta e significa “‘monte pouco elevado’ ‘colina, outeiro’.” O mesmo autor (2010, p.674) apresenta *vermelho* como adjetivo ‘da cor do sangue’ XIII, do latim *věrmĩcŭlus*.

Ver *Morro do Xapeo*



<sup>88</sup> INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (IGA/ALMG). As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1997. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/obras\\_referencia/arquivos/denominacoes.html](https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/denominacoes.html)> Acesso em: dez. 2018.

<i>Morro Vermelho</i>				<i>Nº de ocorrências: 08</i>	
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro topônimo</b>	<b>Taxonomia</b>
ROCHA (1777a)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Morro Vermelho</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Morro Verm.º</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778c)	Comarca	Sabará (Setecentos)	Capela	<i>Morro Verm.º</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topográfico [entre 1791e 1798]	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Morro Vermelho</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Capellas	<i>Morro Vermelho</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Arraial	<i>Morro Verm.º</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Capellas	<i>Morro Vermelho</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Morro Vermelho</i>	Geomorfotopônimo

## 6- *Varge-bonita*

### TOPÔNIMO ATUAL: Não encontrado

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA: N/E

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA: N/E

MESORREGIÃO: N/E

MICRORREGIÃO: N/E

ACIDENTE: N/E

ORIGEM: Português

*Vargem-bonita*: *Vargem* (português < obscuro) + *Bonita* (português < castelhano)



#### HISTÓRICO:

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: NCf [Ssing + ADJsing]

#### INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

##### Dicionário etimológico da língua portuguesa:

De acordo com Cunha (2010, p. 669), *vargem* origina-se de *várzea* por influência de vocábulos terminados em *-agem*, 1813. O item lexical *várzea*, segundo o autor, é definido como “planície fértil e cultivada, em um vale”. Século XV, de origem obscura. O item lexical *bonito* é apresentado pelo mesmo autor (2010, p.97) como: “belo, formoso”, XVI, provavelmente do castelhano *bonito*, de *bueno*, como salienta o dicionarista.

##### Dicionários antigos da língua portuguesa:

Identificamos que o item lexical *várzea* é definido como *planície*, *campo*, pelos autores:

- Raphael Bluteau (1728, p. 368): “Varzea, ou varzia, ou vargem, se chama hum espaço de terra cultivada, em campo, ou em qualquer outra parte baixa, toda direita, sem ladeira, nem alto”.
- Antonio de Moraes Silva (1789, p.833): “Vargem, campo, planície cultivada, semeada”
- Luiz Maria da Silva Pinto (1832): “Planície cultivada. Campo plano”.

##### Dicionário atual da língua portuguesa:

Apresentado como variante de *varge*, *várgea*, assim como sinonímia de *planície* e *vale*, por Houaiss (2009, p.1924), o item lexical *várzea* é definido na primeira acepção do verbete: “grande extensão de terra plana, barga, planície, vale. 1.1. campo extenso, sem árvores e cultivado.”. Completa o autor ao evidenciar a definição diante da marca de uso da geomorfologia brasileira: “terreno baixo e mais ou menos plano, à margem de um rio ou ribeirão”.

#### **Dicionários regionais:**

Definição parecida é apresentada por Souza (2004, p.335) “terra cha, planície, campina cultivada, sentido em que também as empregamos no Brasil”. O autor evidencia, ainda, a acepção “aplicando-se principal e peculiarmente aos terrenos baixos e planos que marginam os rios e ribeirões, em geral de solo aluvial fertilíssimo”.

#### **Dicionário geológico-geomorfológico:**

Antonio José Teixeira Guerra (2001, p. 633) define *várzea* como: “Terrenos baixos e mais ou menos planos que se encontram junto às margens dos rios. Constituem, a rigor, na linguagem geomorfológica, o leito maior dos rios.”

<i>Varge-bonita</i>				<i>Nº de ocorrências: 02</i>	
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro topônimo</b>	<b>Taxonomia</b>
MAPA topográfico [entre 1791e 1798]	Capitania	Sabará (setecentos)	Registos	<i>Destacam.<sup>to</sup> Diamantino da Varge bonita q. guarda estes rios</i>	Sociotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Sabará (Setecentos)	Guardas Militares	<i>Varge-bonita</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Quartel	<i>Destacam<sup>to</sup> da Varge bonita</i>	Sociotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Sabará (Oitocentos)	Registos, Guardas e Destacamentos	<i>Vargem-Bonita</i>	Geomorfotopônimo

## COMARCA

## ~Serra Fria~

1- *Chapada***TOPÔNIMO ATUAL: Chapada do Norte****CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA****REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Teófilo Otoni**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Capelinha**MESORREGIÃO:** Jequitinhonha**MICRORREGIÃO:** Capelinha**ACIDENTE:** Sede municipal**ORIGEM:** Português*Chapada:* (português < desconhecido)

**HISTÓRICO:** Barbosa (1995, p.88) informa que quando se repartiu o ribeirão do Bom Sucesso em 1728 dois arraiais foram formados: Itaipava e Paiol. A descoberta de ouro em uma chapada sobre o rio Capivari, algum tempo depois, atraiu o povo e, assim, formou-se o novo arraial denominado “Chapada”. Com a criação do município em 1962 (por meio da Lei n° 2764 de 30/12/1962) a localidade seguiu figurando como “Chapada do Norte”.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nf [Ssing]

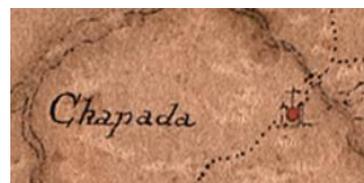
**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** De acordo com Machado (1984, p.400), *Chapada* é um topônimo frequente no Brasil. Em Portugal significa planície no alto de elevação, no Brasil refere-se à terra muito plana e elevada, sobretudo no Centro-oeste, Meio-Norte e Nordeste.

**Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

De acordo com Cunha (2010, p.145) *chapada* é: “planalto”, XVI, de uma base \**klappa*, de origem desconhecida.

**Dicionários antigos da língua portuguesa:**

Item lexical não registrado por Raphael Bluteau (1728), nem por Antonio de Moraes Silva (1789) e Luiz Maria da Silva Pinto (1832).



**Dicionário atual da língua portuguesa:**

Houaiss (2009, p.447) define *chapada* como: “area de terra elevada, de dimensões consideráveis, com topo relativamente plano, altiplano, planalto”. Na acepção que inclui a marca de uso brasileira o autor apresenta: “4 B explanada do alto de um morro 5 GEO B grande extensão de terreno sedimentar da região Centro-Oeste (e tb. do Nordeste) situada a um mínimo de 600m de altitude < c. d os Guimaraes >.”

**Dicionários regionais:**

Beaurepaire-Rohan (1956, p.87) define *chapada* como: “planície no alto de uma montanha”. O autor completa ao dizer que “[...] No *Planalto* de uma região podem-se observar montanhas e serras, a *chapada* é, pelo contrário, uma perfeita planície, ainda que de extensão limitada.” Verifica-se, portanto, que *chapada* é um termo que apresenta mais de um sentido no Brasil, como informa Souza em seu *Dicionário da Terra e da gente do Brasil* (2004, p.105). Segundo o estudioso, nos estados do Nordeste, por exemplo, “as chapadas são planaltos com diversas vegetações”, porém, de acordo com Luetzelburg: “o sertanejo nordestino compreende por *chapada* todo e qualquer planalto ou serra de elevação mediana, de fraco declive, coberto de vegetação xerófila”. Rodolfo Garcia, citado pelo autor, informa que no Maranhão *chapada* significa “qualquer planície de vegetação rasa, sem arvoredos”. Por fim, o autor cita Macedo Soares que apresenta o sentido geral do termo: “esplanada no alto do morro, do monte, da serra”.

**Dicionário geológico-geomorfológico e geográfico:**

*Chapada* é uma denominação usada no Brasil em referência às grandes superfícies “por vezes horizontais, e a mais de 600 metros de altitude que aparecem na Região Centro-Oeste do Brasil” (GUERRA, 2001, p.134). De acordo com o autor, segundo o ponto de vista geomorfológico, a *chapada* é um planalto sedimentar típico “pois trata-se de um acamamento estratificado que, em certos pontos, está nas mesmas cotas da superfície em erosão, talhadas em rochas pre-cambrianas”.

Definição parecida é apresentada por Terezo (2008, p.44) e Giovannetti (1996, p.31): “denominação brasileira para uma série de *planaltos* areníticos e escarpados, com *altitudes* superiores a 600 metros”. Completa Giovannetti: “As características do terreno permitem a retenção de águas *pluviais* em suas encostas, influenciando as *condições climáticas* da região. Entre as principais chapadas brasileiras figuram as do Araripe, Apodi, Diamantina, Mangabeiras, Paracis e Veadeiros”.

<i>Chapada</i>					<i>Nº de ocorrências: 09</i>
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro topônimo</b>	<b>Taxonomia</b>
CARTA geographica (1767)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Arraial	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parochias	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parochias	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778d)	Comarca	Serro Frio (Setecentos)	Paróquia	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parroquias	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parochias	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Arraial	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Parochias	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Destacamentos, e Postos Reaes	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo

## 2- *Chapada*

### TOPÔNIMO ATUAL: São João da Chapada

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Teófilo Otoni

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Diamantina

**MESORREGIÃO:** Jequitinhonha

**MICRORREGIÃO:** Diamantina

**ACIDENTE:** Atual sede distrital, município de Diamantina

**ORIGEM:** Português

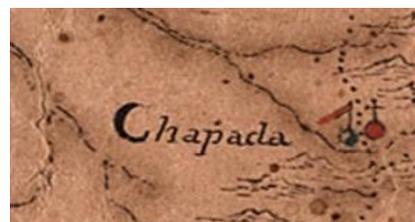
*Chapada:* (português < desconhecido)

**HISTÓRICO:** De acordo com Barbosa (1995, p.316-7), o povoamento surgiu em virtude da extração diamantífera. O povoado foi elevado a distrito, por meio da Lei n° 1103 (16/09/1861), nomeado Chapada. A Lei n° 1999 (14/09/1873) determinou a denominação que permaneceu figurando: “São João da Chapada”.

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nf [Ssing]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

Ver *Chapada* (Atual *Chapada do Norte*)



<i>Chapada</i>					<i>Nº de ocorrências: 14</i>
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
ROCHA (1777a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Destacamentos	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
		Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Registos, goardas patrulhas de Soldados	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778d)	Comarca	Serro Frio (Setecentos)	Registro e, ou Guardas	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo

		Serro Frio (Setecentos)	Capela	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Registos	<i>Xapada</i>	Geomorfotopônimo
		Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Xapada</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Guardas Militares	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
		Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Arraial	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Registos, Guardas e Destacamentos	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
		Serro Frio (Oitocentos)	Capellas	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Destacamentos, e Postos Reaes	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo
		Serro Frio (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Chapada</i>	Geomorfotopônimo

### 3- *Monte do Carmo*

#### TOPÔNIMO ATUAL: Não encontrado

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA: N/E

REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA: N/E

MESORREGIÃO: N/E

MICRORREGIÃO: N/E

ACIDENTE: N/E

ORIGEM: Português

*Monte do Carmo*: *Monte* (português < latim) + *Carmo* (português < latim)

HISTÓRICO: N/E

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}]

#### INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:

#### Dicionário etimológico da língua portuguesa:

De acordo com Cunha (2010, p.435) *monte* é: “elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia”, XIII, do latim *mons mōntis*.

*Carmo* é sobrenome português de origem religiosa, como apresenta Guérios (1981, p.86).

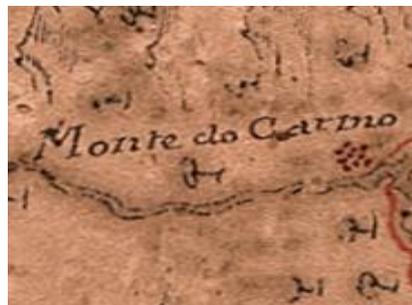
#### Dicionários antigos da língua portuguesa:

- Raphael Bluteau (1728, p.566): monte “Terra, ou penedia muito mais alta, que o nível ordinario da terra.
- Antonio de Moraes Silva (1789, p.315): monte “Porção, ou parte da terra, notavelmente levantada do olivel da outra que a rodeya”.
- Luiz Maria da Silva Pinto (1832): monte “Porção de terra levantada do nivel de outra”.

#### Dicionário atual da língua portuguesa:

Segundo Houaiss (2009, p.1315), *monte* é definido, na primeira acepção apresentada pelo autor (usa-se marca de uso da geografia) como: “parte de uma superfície que se eleva em relação ao espaço circundante; morro; serra”.

#### Dicionário geológico-geomorfológico e geográfico:



Guerra (2001, p.438) explica que *monte* é uma grande elevação do terreno, sem se considerar a sua origem, “apenas se leva em conta o aspecto topográfico, ao descrever-se a região onde aparecem estes tipos de acidentes de relevo”. O autor completa ao explicitar que esse termo genérico “se aplica às elevações que surgem na paisagem como formas isoladas”.

Terezo (2008, p.110) define *monte* como: “grande elevação do terreno, sem se considerar sua origem. Apenas se leva em conta o aspecto topográfico. Ao descrever-se a região onde aparecem estes tipos de acidentes de relevo”.

<i>Monte do Carmo</i>						<i>Nº de ocorrências: 01</i>					
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia						
ROCHA (1777a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Aldeias de Gentio	<i>Monte do Carmo</i>	Geomorfotopônimo						
ROCHA (1778a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Aldeias de Gentio	<i>Aldeia do Monte do Carmo</i>	Poliotopônimo						

## 4- *Morrinhos*

### TOPÔNIMO ATUAL: Matias Cardoso

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Montes Claros

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Janaúba

**MESORREGIÃO:** Norte de Minas

**MICRORREGIÃO:** Januária

**ACIDENTE:** Sede Municipal

**ORIGEM:** Português

*Morrinhos:* (português < incerto)



**HISTÓRICO:** Explicitamos as informações apresentadas pelo IBGE<sup>89</sup> sobre o paulista Mathias Cardoso de Almeida que comandava a Bandeira herdada do seu pai na região média do Rio São Francisco: “Ao chegar, por volta de 1660 na região do rio Verde Grande, Mathias Cardoso de Almeida e seu grupo aí se estabeleceu. Foram fundados alguns arraiais e algumas fazendas, dentre eles, o Arraial do Meio ou de Mathias Cardoso e a fazenda Jaíba de Antônio Gonçalves Figueira nas cabeceiras do rio das Rãs. Entretanto, pouco depois de estabelecidos os arraiais nas margens do rio Verde Grande tiveram que mudar suas localizações devido às inundações e à insalubridade da área. Fundou-se então, nas margens do rio São Francisco e amparado por algumas elevações rochosas, o povoado de Morrinhos, hoje cidade de Matias Cardoso”. O atual nome do município, portanto, é homenagem ao fundador do arraial, Matias Cardoso, como explicita Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.279). Matias Cardoso se tornou sede municipal por meio da Lei nº 10.704 (27/4/1992).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nm [Spl]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

Ver *Morro do Xapeo*

<sup>89</sup> IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matias-cardoso/historico>> Acesso em: dez. 2018.

<i>Morrinhos</i>				<i>Nº de ocorrências: 09</i>	
<b>Referência cartográfica</b>	<b>Escala geográfica</b>	<b>Comarca</b>	<b>Acidente geográfico</b>	<b>Registro topônimo</b>	<b>Taxonomia</b>
CARTA geographica (1767)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Arraial	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1777a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parochias	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778a)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parochias	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1778d)	Comarca	Serro Frio (Setecentos)	Paróquia	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
MAPA topografico [entre 1791e 1798]	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Parochias	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Capella	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Paróquia	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Morrinhos</i>	Geomorfotopônimo

## 5- *Morro do Pilar*

### TOPÔNIMO ATUAL: Morro do Pilar

#### CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Belo Horizonte

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Sete Lagoas

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Conceição do Mato Dentro

**ACIDENTE:** Sede municipal

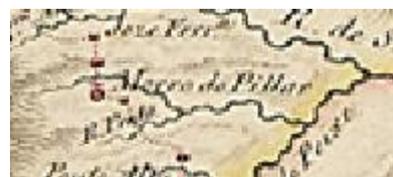
**ORIGEM:** Português

*Morro do Pilar:* *Morro* (português < incerto) + *Pilar* (português < latim)

**HISTÓRICO:** Conforme é apresentado na obra “Morro do Pilar: Histórias, costumes e tradições” (2014, p.69)<sup>90</sup>, de acordo com Monsenhor Matos (1921)<sup>91</sup>, que por volta de 1920 era vigário do município, no início da primeira década do século XVIII o bandeirante Antônio Soares recebeu de Arthur de Sá Meneses - na época era o governador-geral da Capitania de Minas Gerais -, autorização para promover expedição nas terras auríferas encontradas na região. Porém, seu irmão Gaspar Soares, que também integrava a expedição, descobriu ouro no Alto do Canga. Diante dos trabalhos de mineração, logo formou-se o arraial denominado Morro de Gaspar Soares, fundado em 1703, na época muito pequeno e pobre: “Nas imediações da casa do bandeirante foi erguida uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Pilar, a partir da qual se desenvolveu o povoado”. Segundo Barbosa (1995, p.213) o arraial Morro de Gaspar Soares foi um grande centro de mineração. Designado “Morro do Pilar” o distrito é criado por meio da resolução régia nº 7 (13/04/1818), e assim figura até ser elevado à categoria de município em 1953 (Lei 1039, de 12/12/1953).

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** NCm [Ssing + {Prep + Asing + Ssing}]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:** É pertinente explicitar, conforme é explicado na obra “Morro do Pilar: Histórias, costumes e tradições”. (2014, p.71), que a localização do primitivo arraial de Morro de Gaspar Soares não é a mesma onde hoje está localizado o município. A



<sup>90</sup> *Morro do Pilar: História, costumes e tradições/ Manabi S.A. Belo Horizonte, 2014. (Trata-se de uma publicação decorrente de Termo de Acordo celebrado entre o Ministério Público de Minas Gerais e a empresa Manabi S.A).*

<sup>91</sup> MATOS, C. A. V. Indagações e notícias sobre Morro de Gaspar Soares. Diamantina: G. A. Estrela Polar, 1921.

transferência do núcleo habitacional ocorreu em 1740: “o bandeirante Gaspar Soares extraia ouro nos morros e quando os trabalhos de mineração a talho aberto se aproximaram do arraial, transferiu Morro de Gaspar Soares para um plano mais baixo da colina, situando-se nos contrafortes da Serra do Espinhaço, no local onde hoje a cidade se encontra instalada”. Desse modo, a transferência do arraial facilitou o acesso às regiões de minério e pedras preciosas e passou a fazer parte do caminho oficial estabelecido pela Coroa Portuguesa no século XVIII (Estrada Real).

Segundo a mesma obra apresentada, a topografia de Morro do Pilar compreende: 5% plano, 60% ondulado e 35% montanhoso. O município apresenta altitude de 760 metros e integra a Serra do Cipó e região Sul da Serra do Espinhaço.

**Dicionário etimológico da língua portuguesa:**

*Pilar*, do latim vulgar \**pīlāre*, de *pīla*, ‘coluna’, conforme Cunha (2010, p.496).

Ver *Morro do Xapeo*

<i>Morro do Pilar</i>		<i>Nº de ocorrências: 01</i>			
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro toponímico	Taxonomia
ROCHA (1777c)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Gaspar Soares</i>	Antropotopônimo
ROCHA (1778d)	Comarca	Serro Frio (Setecentos)	Capela	<i>Gaspar Soares</i>	Antropotopônimo
MAPA topográfico [entre 1791e 1798]	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Gaspar Soares</i>	Antropotopônimo
ROCHA (1793)	Capitania	Serro Frio (Setecentos)	Capellas	<i>Gaspar Soares</i>	Antropotopônimo
MIRANDA (1804)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Arraial	<i>Gaspar Soares</i>	Antropotopônimo
MAPPA da Capitania [1808 ou 1809]	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Capellas	<i>Gaspar Soares</i>	Antropotopônimo
ESCHWEGE (1821)	Capitania	Serro Frio (Oitocentos)	Freguezias, Capellas, e Arraiaes	<i>Morro do Pilar</i>	Geomorfotopônimo

# COMARCA

## ~ Vila Rica ~

1- *Varge*

**TOPÔNIMO ATUAL:** Vargem

**CLASSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA**

**REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA:** Belo Horizonte

**REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA:** Santa Bárbara-Ouro Preto

**MESORREGIÃO:** Metropolitana de Belo Horizonte

**MICRORREGIÃO:** Ouro Preto

**ACIDENTE:** Povoado, subdistrito de Padre Viegas, município de Mariana

**ORIGEM:** Português

*Vargem:* (português < latim)

**HISTÓRICO:** N/E

**ESTRUTURA MORFOLÓGICA:** Nf [Ssing]

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

Ver *Vargem-bonita*.

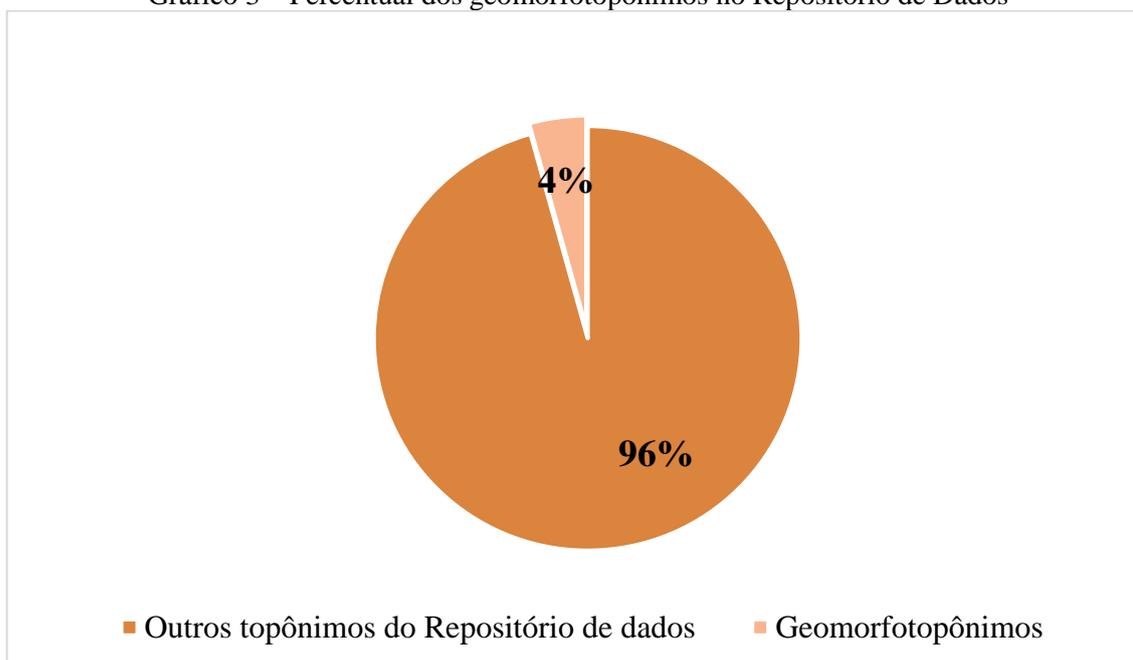


<i>Varge</i>		<i>Nº de ocorrências: 02</i>			
Referência cartográfica	Escala geográfica	Comarca	Acidente geográfico	Registro topônimo	Taxonomia
ROCHA (1778e)	Comarca	Vila Rica (Setecentos)	Capela	<i>Varge</i>	Geomorfotopônimo
ROCHA (1779)	Comarca	Vila Rica (Setecentos)	Capela	<i>Varge</i>	Geomorfotopônimo

## 4.2 Análise quantitativa e discussão dos resultados

Este trabalho contempla o *corpus* de geomorfotopônimos coletados do banco de dados publicado e disponível no Repositório de Dados, citado no capítulo anterior. O Repositório de Dados é composto por 2.341 topônimos, classificados em diferentes taxonomias toponímicas. O *corpus* desta pesquisa contém 101 geomorfotopônimos, considerando todas as ocorrências verificadas, ou seja, representa aproximadamente 4% do Repositório de Dados:

Gráfico 3 – Percentual dos geomorfotopônimos no Repositório de Dados



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

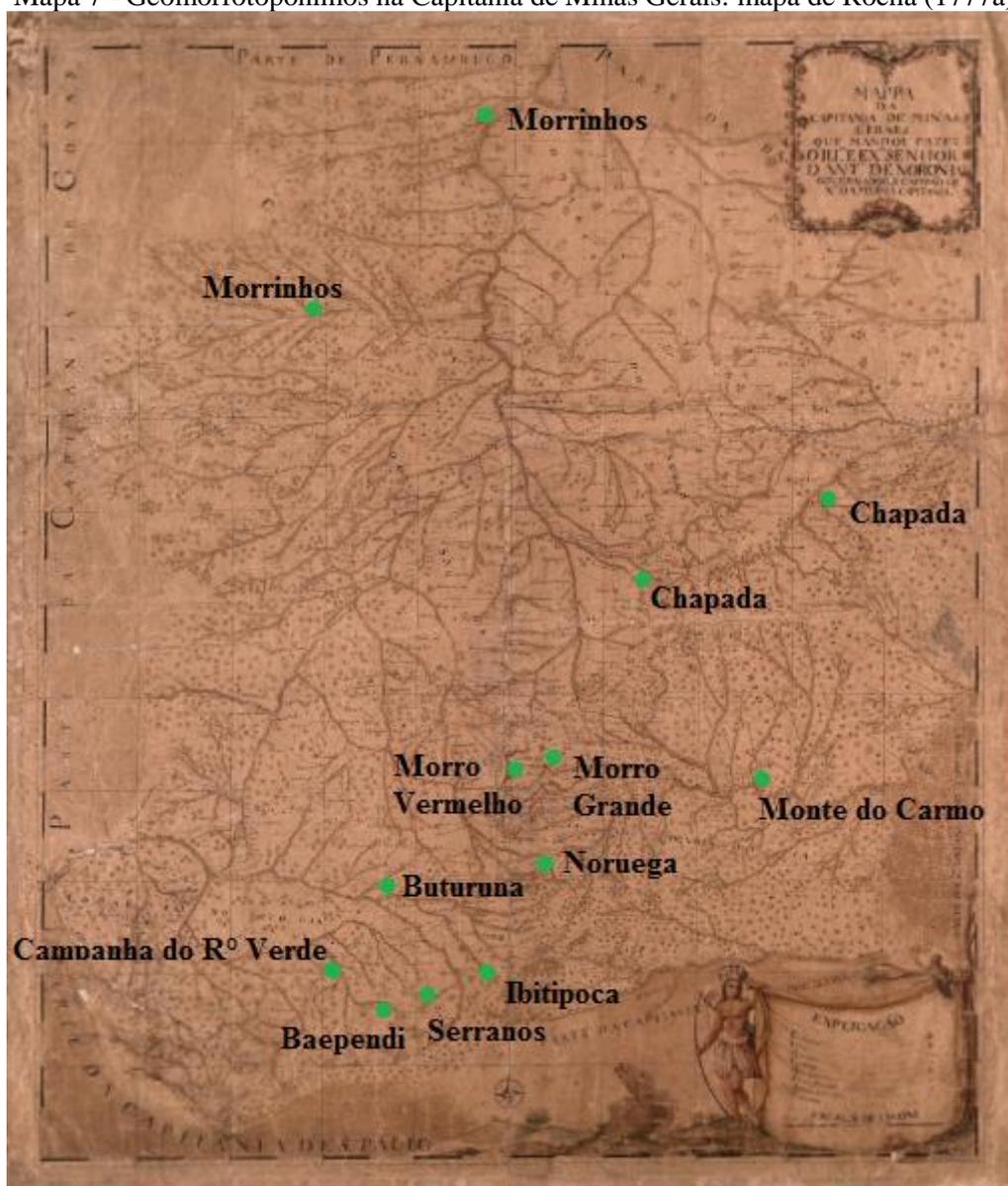
Temos de levar em consideração as escalas cartográficas dos mapas utilizados para coletar os geomorfotopônimos estudados neste trabalho, tendo em vista que o número de acidentes geográficos, assim como topônimos, representados, corresponde à escala cartográfica utilizada. Além disso, tratando-se de mapas do século XVIII e início do século XIX, ou seja, da Cartografia Histórica, nem sempre a relação entre escala cartográfica e detalhamento de informações representadas no mapa é verdadeira. Retomando o que foi apresentado no capítulo intitulado “Procedimentos metodológicos”, no tópico sobre os critérios de escolha dos mapas, o mapa da Capitania de Minas Gerais de 1767, anônimo, o mais antigo que integra o acervo cartográfico usado neste trabalho, por exemplo, apesar de apresentar maior escala cartográfica registrou o menor número de topônimos. Isso se justifica ao considerar que o conhecimento do espaço geográfico representado, referente à época de realização do mapa, era ainda insuficiente, tratando-se de um período em que o território mineiro estava em processo de ocupação e

povoamento. Portanto, como os geomorfotopônimos coletados correspondem a registros em mapas históricos, temos de incluir essas considerações ao analisar o número de geomorfotopônimos verificados, assim como os respectivos acidentes geográficos que nomeiam.

Ao analisar o *corpus* deste trabalho, entre os mapas que representam a Capitania de Minas Gerais, o mapa 1777a, realizado por Rocha; de 1808 ou 1809, anônimo -copiado por Tavares em 1870-, e de 1821, realizado por Eschwege, registraram maior número de geomorfotopônimos, nesta ordem: mapa de 1777a, com quatorze registros, mapa de 1808 ou 1809, com 13 registros, e mapa de 1821, com doze registros. É importante destacar que o topônimo “Chapada” (atual “São João da Chapada”) nomeia dois acidentes geográficos distintos, conforme explicamos no capítulo anterior ao discorrer sobre as legendas nos mapas e, portanto, somam duas ocorrências em cada mapa registrado. O mapa de 1767, anônimo, apresentou o menor número de geomorfotopônimos, seis registros, o que corresponde à consideração feita anteriormente, compatível a análise geral verificada por meio dos resultados apresentados no Repositório de Dados.

Apresentamos, a seguir, o mapa da Capitania de Minas Gerais (1777a), realizado por Rocha, para ilustrar a distribuição diatópica de geomorfotopônimos na Capitania mineira nos Setecentos e o mapa de 1821, realizado por Eschwege, para ilustrar os geomorfotopônimos na Capitania mineira nos Oitocentos:

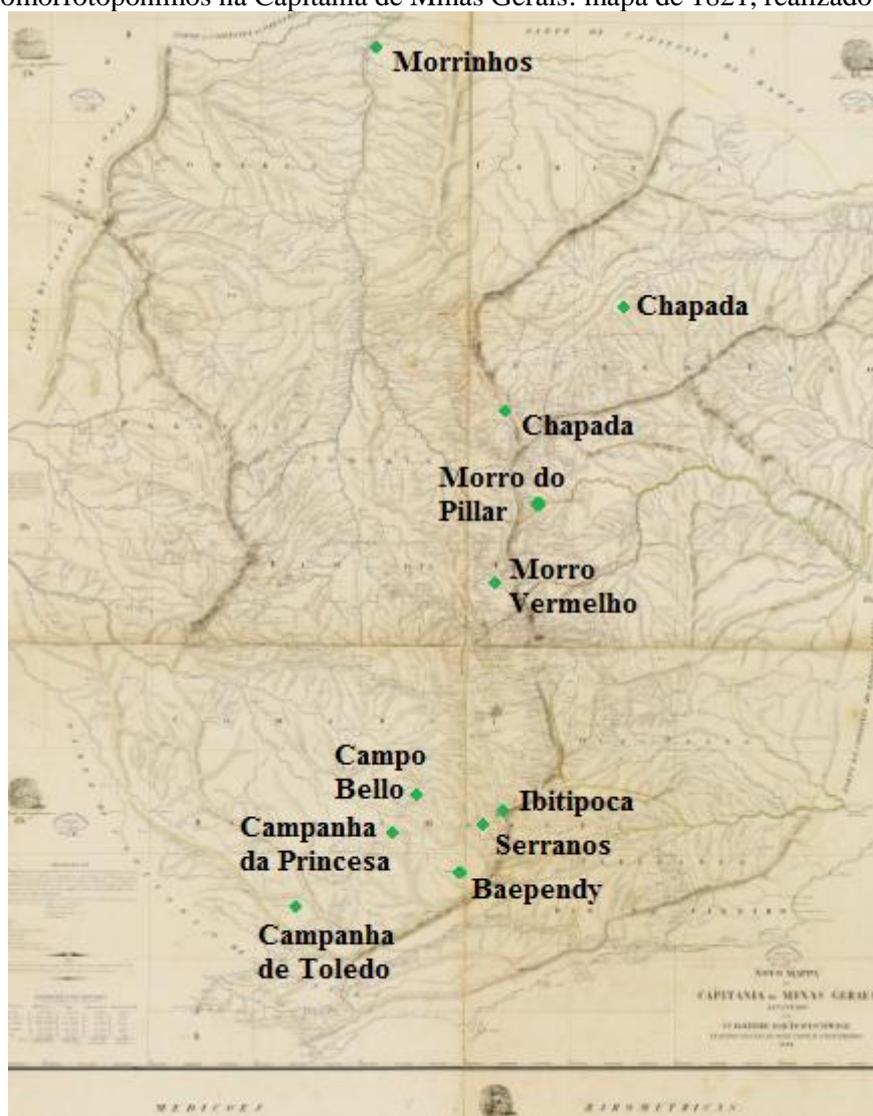
Mapa 7 - Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: mapa de Rocha (1777a)

**Legenda**

- Geomorfotopônimo

Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017). (Houve acréscimo de marcações no mapa, pela autora).

Mapa 8 - Geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais: mapa de 1821, realizado por Eschwege



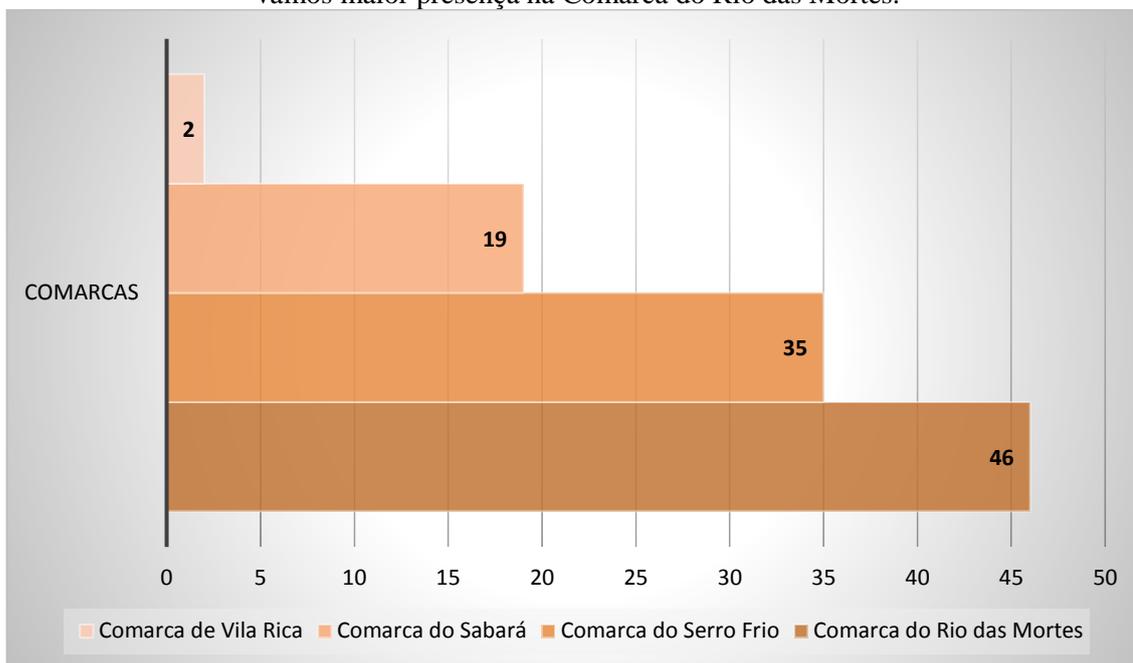
**Legenda**  
 ● Geomorfotopônimo

Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017). (Houve acréscimos de marcações no mapa, pela autora)

Em relação às Comarcas, observamos que a presença dos geomorfotopônimos foi majoritária na Comarca do Rio das Mortes, como pode ser observado nos mapas destacados anteriormente, e apresentou presença menos considerável na Comarca de Vila Rica com apenas duas ocorrências referentes à mesma localidade (Varge).

Explicitamos esse resultado por meio do gráfico:

Gráfico 4 – Distribuição dos geomorfotopônimos por Comarca da Capitania de Minas Gerais: observamos maior presença na Comarca do Rio das Mortes.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

A Comarca do Rio das Mortes era uma das mais populosas durante os Setecentos, devido ao ouro encontrado na região. Esses dados são verificados por meio de informações estatísticas apresentadas por Eschwege no mapa que produziu em 1821, referente à Capitania de Minas Gerais, e que, inclusive, integra o acervo cartográfico utilizado nesta pesquisa:

Figura 18– Informações estatísticas sobre a Capitania de Minas Gerais apresentadas por Eschwege no mapa produzido em 1821: evidencia a Comarca do Rio das Mortes como a mais populosa.

<i>ESTADISTICA DA CAPITANIA.</i>				
<i>Extrahida dos Mapas mais recentes em 1821.</i>				
Comarcas	Habitantes	Fogos	Leguas quadradas	Habitantes por leg. qua. <sup>da</sup>
<i>Ouro Preto</i>	<i>69:900</i>	<i>9:686</i>	<i>1:944</i>	<i>35,2</i>
<i>Rio das Mortes</i>	<i>209:663</i>	<i>27:600</i>	<i>3:240</i>	<i>64,7</i>
<i>Rio das Velhas</i>	<i>123:352</i>	<i>19:209</i>	<i>1:620</i>	<i>76,1</i>
<i>Serra do Frio</i>	<i>83:579</i>	<i>10:757</i>	<i>6:480</i>	<i>12,2</i>
<i>Paracatu</i>	<i>28:303</i>	<i>3:617</i>	<i>3:888</i>	<i>7,3</i>
<i>Somma</i>	<i>514:797</i>	<i>70:860</i>	<i>17:172</i>	<i>28,2</i>

Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

Furtado (2009, p.178)<sup>92</sup> ao discorrer sobre os mapas de Minas Gerais produzidos por José Joaquim da Rocha observa que, por meio das iluminuras, Rocha hierarquiza as comarcas a partir do nível de riqueza que cada uma ostenta: “Vila Rica e Rio das Mortes eram as regiões onde, por essa época, de forma mais efetiva, sedimentara-se uma civilização urbana mais próxima dos moldes europeus, sob a égide de portugueses e paulistas”.

Na Comarca do Rio das Mortes, evidenciamos as vilas “Campanha da Princesa” (atual “Campanha”) - e a “Baependi”, as únicas vilas verificadas no *corpus* deste trabalho. Além dessas, pertenciam a Comarca do Rio das Mortes as vilas: “São João D’el Rey”, “São José D’el Rey” (atual “Tiradentes”); “Tamanduá” (atual “Itapecerica”); “Barbacena” e “Queluz” (atual “Conselheiro Lafaiete”). Essas localidades se referem a povoados que representavam prestígio ao receberem o *status* de vila.

A Comarca do Sabará, ou do Rio das Velhas, apresentou 19 ocorrências de geomorfotopônimos. Trata-se de uma região bastante povoada no período dos Setecentos, como pode ser evidenciado, inclusive, por meio das informações estatísticas apresentadas por Eschwege (FIGURA 18).

Apesar da Comarca de Vila Rica ser considerada como o centro de produção aurífera, verificamos apenas duas ocorrências de geomorfotopônimos – referem-se a mesma localidade, “Varge” (atual “Vargem”). Evidenciamos que, apesar da riqueza encontrada na região, tornando-a opulenta, os traços topográficos associados ao relevo não serviram como principal fator motivacional na denominação das localidades nessa região. Uma explicação que possa justificar essa análise exigiria o desenvolvimento de uma pesquisa descritiva e sistemática sobre a toponímia da região, assim como, talvez, contemplar maior número de topônimos, considerando, também, os acidentes geográficos físicos que não foram considerados neste trabalho.

Em relação à Comarca do Serro Frio, apesar de ser uma das mais extensas, era a menos povoada das Comarcas da Capitania mineira. Desse modo, os resultados evidenciados neste trabalho em relação a essa Comarca contrariam a tendência esperada, se avaliados valendo-se dessa perspectiva, já que a região se mostrou produtiva em relação à presença de geomorfotopônimos, registrando 35 ocorrências. Esse resultado remonta à presença da topografia do relevo como fator motivacional significativo em relação à denominação das localidades na

---

<sup>92</sup> Sugerimos consulta ao texto de Furtado para maiores informações sobre o assunto, já que a estudiosa discorre sobre a interpretação a respeito das imagens representadas nos cartuchos dos mapas das Comarcas de Minas Gerais produzidos por José Joaquim da Rocha. Referência completa: FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material/ Universidade de São Paulo, Museu Paulista. v. 1 (1992). v. 17, n.2 jul./dez. 2009. p. 155-187.

região. Trata-se de um resultado verossímil às tendências gerais apontadas no Atlas digital (SANTOS, SEABRA, COSTA, 2016), ao revelar maior presença de taxes de natureza física na Comarca do Serro Frio, contrariando a tendência geral verificada, conforme apresentamos na figura 8 - sobre a natureza dos topônimos estudados no Projeto.

#### 4.2.1 A relação entre os geomorfotopônimos históricos de Minas Gerais e o ambiente

A relação apresentada a seguir mostra as ocorrências de cada geomorfotopônimo. Organizados em ordem alfabética, cada quadro corresponde a uma base toponímica:

##### 1- Baenpendy

<b>Topônimo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Comarca</b>
<i>Baenpendy</i>	1	Rio das Mortes
<i>Baependy</i>	1	Rio das Mortes
<i>Baependi</i>	5	Rio das Mortes
<i>Baependi</i>	1	Rio das Mortes
<i>Baependi</i>	1	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>9</b>	

##### 2- Beturuna

<b>Topônimo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Comarca</b>
<i>Beturuna</i>	1	Rio das Mortes
<i>Buturuna</i>	2	Rio das Mortes
<i>Boturuna</i>	1	Rio das Mortes
<i>Beroruna</i>	1	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>5</b>	

##### 3- Campanha

<b>Topônimo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Comarca</b>
<i>Campanha do R. Verde</i>	1	Rio das Mortes
<i>Campanha do R. Verde</i>	3	Rio das Mortes
<i>Campanha</i>	3	Rio das Mortes
<i>Campanha da Princesa</i>	2	Rio das Mortes
<i>Campanha de Toledo</i>	1	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>10</b>	

#### 4- Campo

Topônimo	Ocorrências	Comarca
<i>Campo Bello</i>	1	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>1</b>	

#### 5- Chapada

Topônimo	Ocorrências	Comarca
<i>Chapada</i>	21	Serro Frio
<i>Xapada</i>	2	Serro Frio
<b>Total de ocorrências</b>	<b>23</b>	

#### 6- Ibitipoca

Topônimo	Ocorrências	Comarca
<i>Ibitipoca</i>	7	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>7</b>	

#### 7- Monte

Topônimo	Ocorrências	Comarca
<i>Monte do Carmo</i>	1	Serro Frio
<b>Total de ocorrências</b>	<b>1</b>	

#### 8- Morro

Topônimo	Ocorrências	Comarca
<i>Morro do Xapeo</i>	2	Rio das Mortes
<i>Morro do Chapéo</i>	1	Rio das Mortes
<i>Morro da Garça</i>	1	Sabará
<i>Morro de Mateu Lemes</i>	1	Sabará
<i>Morro Grande</i>	2	Sabará
<i>Morro Gr<sup>de</sup></i>	1	Sabará
<i>Morro Vermelho</i>	5	Sabará
<i>Morro Verm.<sup>o</sup></i>	3	Sabará
<i>Morro do Pillar</i>	1	Serro Frio
<i>Morrinhos</i>	13	Sabará (4) Serro Frio (9)
<b>Total de ocorrências</b>	<b>30</b>	

### 9- Noruega

<b>Topônimo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Comarca</b>
<i>Noruega</i>	3	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>3</b>	

### 10- Serranos

<b>Topônimo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Comarca</b>
<i>Serranos</i>	8	Rio das Mortes
<b>Total de ocorrências</b>	<b>8</b>	

### 11- Vargem

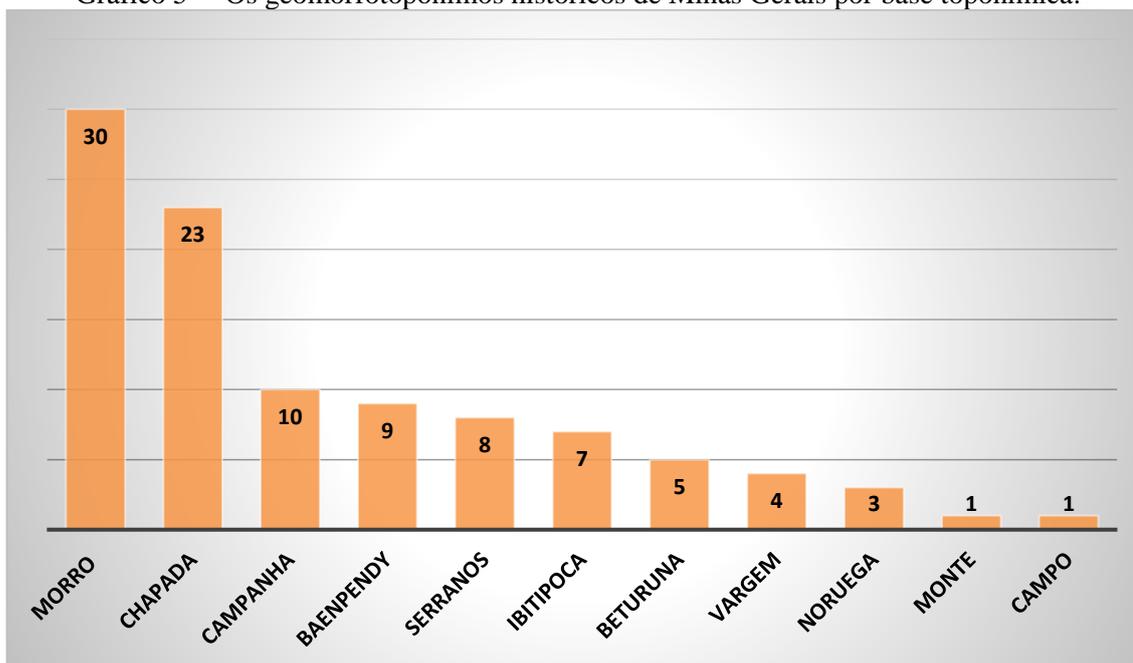
<b>Topônimo</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>Comarca</b>
<i>Varge</i>	2	Vila Rica
<i>Varge-bonita</i>	1	Sabará
<i>Vargem-Bonita</i>	1	Sabará
<b>Total de ocorrências</b>	<b>4</b>	

Total de topônimos: 101 ocorrências

Bases toponímicas: 11

Por meio da análise dos dados, observamos a presença produtiva do topônimo “Morro” no território que atualmente figura “Minas Gerais”. Verificamos 30 ocorrências do topônimo “Morro” (e “Morrinhos”) e 23 ocorrências de “Chapada”. Esse resultado é apresentado por meio do gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Os geomorfotopônimos históricos de Minas Gerais por base toponímica.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Porém, é necessário esclarecer que as ocorrências verificadas, muitas vezes, referem-se a mesma localidade registrada em mapas diferentes. Ou seja, ainda que possam nomear acidentes geográficos diferentes, se referem a mesma localidade, dado que os acidentes geográficos são mutáveis, mas a localidade (a localização) se mantém. Como exemplo, citamos o topônimo “Chapada” que apresentou 23 ocorrências no *corpus* analisado neste trabalho. Essas 23 ocorrências se referem a duas localidades que atualmente designam “Chapada do Norte” e “São João da Chapada” e, também, ao Registro/Guarda militar/Destacamento/Posto Real no período de produção dos mapas analisados. As 29 ocorrências do topônimo “Morro”, ao contrário, referem-se a várias localidades: “Morro do Xapeo” (atual “Santana dos Montes”); “Morrinhos” (atual “Arinos”); “Morrinhos” (atual “Matias Cardoso”); “Morro da Garça”, “Morro de Mateu Leme” (atual “Mateus Leme”); “Morro Grande” (atual “Barão de Cocais”); “Morro Vermelho” e “Morro do Pilar”. Diante dessa perspectiva, evidenciamos o topônimo “Morro” como o mais produtivo no território mineiro no período dos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino, de acordo com os dados analisados neste trabalho.

Esse resultado é compatível com a afirmação de Dick ao evidenciar (1990a, p.125) a preferência pelos termos “morros” e “montes” em Minas Gerais. Embora “monte” tenha se revelado pouco produtivo nesta pesquisa – verificamos apenas o topônimo “Monte do Carmo”, não identificado atualmente, nomeava aldeia de gentio- , o termo compreende estreita relação com “morro”, apoiando-nos em Giovannetti (1996, p.139) para justificar essa afirmação: o

geógrafo define “morro” como: “pequeno *monte*” e o termo “monte”, por sua vez, é definido como: “elevação do *relevo* em relação ao nível do *solo* que o cerca”. (GIOVANNETTI, 1996, p.139). Complementa Terezo (2008, p.110) ao definir *monte* como: “grande elevação do terreno, sem se considerar sua origem. Apenas se leva em conta o aspecto topográfico. Ao descrever-se a região onde aparecem estes tipos de acidentes de relevo”. É interessante evidenciarmos, inclusive, que “Morro do Xapeo” figura atualmente “Santana dos Montes”. Ou seja, embora o topônimo atual seja motivado por um termo de natureza religiosa, “Santana”, não podemos deixar de considerar o segundo termo que o integra, “Montes”, e levar em consideração a possível presença de tais traços do relevo no ambiente nomeado, assim como o associarmos a sua antiga denominação “Morro do Xapeo”.

A presença dos “morros” é verossímil ao contexto em que os mapas usados neste trabalho foram produzidos. Tratava-se de um período de povoação do território que hoje figura como “Minas Gerais”. Por ser uma região que estava em processo de ocupação, uma vez que o “sertão” apresentava ainda terras pouco exploradas, alguns traços do relevo, assim como os rios, serviam como orientação aos sertanistas, aos bandeirantes e, antes deles, aos índios. Os morros eram, muitas vezes, importantes referências nas rotas e caminhos que abriam. Conforme apresentamos no campo intitulado “Informações enciclopédicas” da ficha do topônimo histórico “Morro do Xapeo”, apresenta Souza (2004, p.221) em relação ao topônimo citado: “[...] queria dizer morro de ver o caminho, isto é, de onde os bandeirantes, sertanistas ou índios, se orientavam em rumo de qualquer parte do sertão”. Essas considerações revelam a relação entre o topônimo e o ambiente nomeado, o que inclui, também, o contexto vivenciado na provável época da nomeação. Refletem, pois, a realidade de mundo vivenciada por um povo em determinada época.

Não é difícil notar a presença dos morros em uma paisagem. O escritor mineiro João Guimarães Rosa – nasceu em Cordisburgo, MG – retratou traços do relevo em seu conto intitulado “O recado do Morro”<sup>93</sup> ao fazer referência a região do Morro da Garça: “Lá – estava o Morro da Garça: solitário, escaleno e escuro, feito uma pirâmide”. (ROSA, 1960, p.246). Esse formato de pirâmide descrito pelo escritor pode ser identificado por meio da imagem da localidade atual, apresentada a seguir:

---

<sup>93</sup> ROSA, João Guimarães. O recado do Morro. In: *Corpo de Baile: (sete novelas)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 239-288.

Figura 19 - Morro da Garça: o aspecto do relevo em forma de pirâmide se destaca na paisagem.



Fonte: <<http://trip-suggest.com/brazil/minas-gerais/morro-da-garca/>> Acesso em: nov. de 2018.

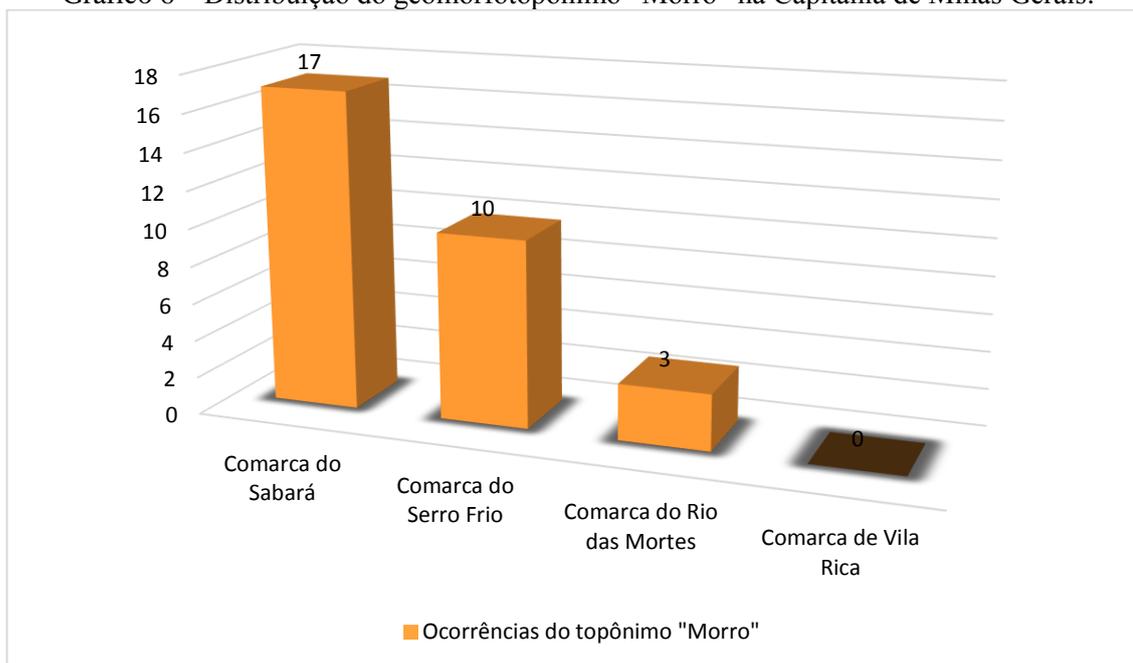
Conforme apresentamos na ficha lexicográfica do topônimo “Morro da Garça”, Barbosa (1995, p.212-213) menciona uma fazenda, denominada Fazenda da Garça, e explicita que o nome Morro da Garça é anterior, já que consta na correspondência sobre os motins do sertão. De acordo com Chaves et al. (2007, p.44)<sup>94</sup>, a fazenda ficava no sopé de uma elevação rochosa com cerca de 1000 metros de altitude: “Na imensidão plana do cerrado, esse morro serviu ao longo dos últimos três séculos como um guia para viajantes, tropeiros e ‘comitivas’ de gado”, inclusive, a Fazenda da Garça era parada de descanso para os viajantes.

Observamos que o geomorfotopônimo “Morro” se revelou mais produtivo na Comarca do Sabará:

---

<sup>94</sup> CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro ; BENITEZ, Leila ; ANDRADE, Kerley Wanderson ; QUEIROGA, Gláucia Nascimento . Estratigrafia e Evolução Geomorfológica do Grupo Bambuí na Região de Morro da Garça (MG). *Geonomos*, v. 15, p. 43-52, 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/CHIP7/Downloads/97-330-1-PB.pdf>> Acesso em: nov. de 2018.

Gráfico 6 – Distribuição do geomorfotopônimo “Morro” na Capitania de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Além do gráfico, a presença do geomorfotopônimo “Morro” pode ser verificada por meio dos mapas 7 e 8 apresentados no início deste capítulo que ilustram a presença dos geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais.

Em relação ao termo “chapada”, que foi o segundo topônimo mais produtivo verificado por meio da análise dos dados deste trabalho, conforme apresentado no gráfico 5, o geógrafo Ab’Sáber (1964, p.150) o aponta como um dos termos que integram a “linguagem geográfica popular do Brasil”, como apresentamos no capítulo teórico intitulado “A Onomástica e seus desdobramentos”.

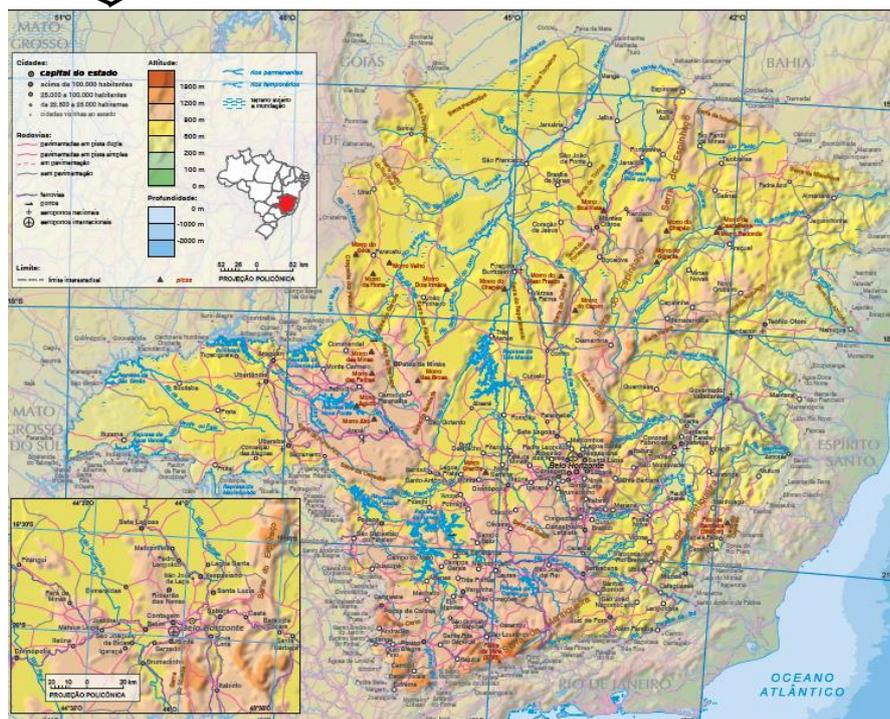
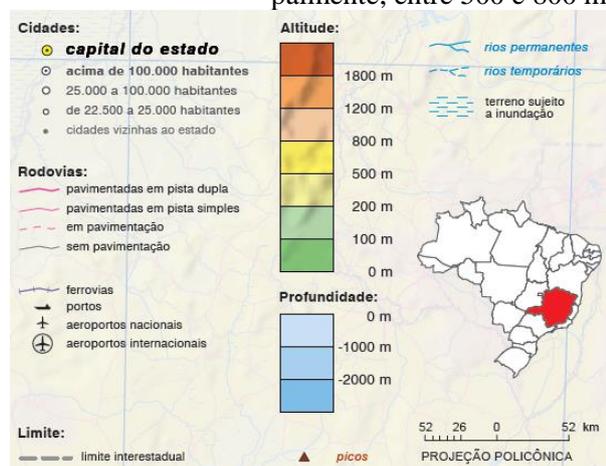
“Chapada” é uma denominação usada no Brasil em referência às grandes superfícies “por vezes horizontais, e a mais de 600 metros de altitude que aparecem na Região Centro-Oeste do Brasil” (GUERRA, 2001, p.134). De acordo com o autor, diante do ponto de vista geomorfológico, a chapada é um planalto sedimentar típico “pois trata-se de um acamamento estratificado que, em certos pontos, está nas mesmas cotas da superfície em erosão, talhadas em rochas pre-cambrianas”.

Todas as ocorrências verificadas do geomorfotopônimo “Chapada” constam na Comarca do Serro Frio, como foi evidenciado por meio dos mapas 7 e 8 no início deste capítulo.

No mapa que será apresentado a seguir, observamos que o atual território mineiro apresenta altitudes que variam, principalmente, entre 500 e 800 metros e averiguamos que os

geomorfotopônimos, principalmente os morros e as chapadas, estão associados ao ambiente que nomeiam:

Mapa 9 – A altitude de Minas Gerais: o território mineiro atual apresenta altitudes que variam, principalmente, entre 500 e 800 metros.



Fonte: <<https://mapas.ibge.gov.br/>> Acesso em: nov. 2018 (Adaptado pela autora).

O termo “campanha” foi verificado no *corpus* deste trabalho em “Campanha”, “Campanha do R.º verde” e “Campanha da Princesa”, que se referem a mesma localidade atualmente denominada “Campanha”, e “Campanha de Toledo”, que nomeava Destacamentos/Posto Reaes referente ao atual município mineiro denominado “Toledo”.

O termo “campo” foi verificado no topônimo “Campo Bello”, que integra o *corpus* deste trabalho. Os termos “campo” e “campanha” estão associados, já que se referem a um tipo

de terreno plano. Souza (2004, p.74) apresenta em sua obra *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* a seguinte consideração sobre o termo “campanha”: “Geralmente é usado no sentido de campo extenso, campo grande que se desenrola a perder de vista”. “Campo”, por sua vez, é definido por Terezo (2008, p.39) como “terra plana”. O geógrafo completa apresentando outras características (climáticas, da flora e da fauna) que constam na ficha lexicográfica do geomorfotônimo.

A semelhança do relevo entre “Campanha”, “Campo Belo” e “Toledo” são verificadas por meio das seguintes imagens dos municípios atuais:

Figura 20 – Semelhança verificada entre as formas do relevo das localidades mineiras atuais: “Campanha”, “Toledo” e “Campo Belo”

**Campanha, MG**



**Toledo, MG**



**Campo Belo, MG**



Fonte: Campanha: Disponível em <<http://www.acicampanha.com.br/conheca-campanha-mg>>Toledo: Disponível em <<http://www.toledomg.com.br/?op=cidade>>. Campo Belo: Disponível em <<http://maiscampobelo.blogspot.com/2013/09/>> Acesso em: nov. 2018.

Todas as ocorrências dos geomorfotônimos de base toponímica “Campanha” e “Campo” foram verificados na Comarca do Rio das Mortes.

A relação entre os topônimos considerados nesta pesquisa e os traços do relevo que caracterizam o ambiente nomeado podem ser verificadas, também, por meio das representações do relevo feitas pelos cartógrafos autores dos mapas em que os geomorfotônimos deste trabalho foram coletados. Esse assunto será apresentado no tópico seguinte.

#### 4.2.2 Análise da representação do relevo nos mapas

Os mapas que compõem o acervo cartográfico usado neste trabalho apresentam modos de representação das formas do relevo. Observamos que, nos mapas que integram a amostra referente aos Setecentos, os autores utilizaram signos-símbolos para indicarem a posição das formas do relevo representadas, como é evidenciado por meio dos seguintes recortes:

Figura 21 – Representação do relevo no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1767, anônimo (primeira imagem) e no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1777, realizado por Rocha (segunda imagem).



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

No mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1777, realizado por Rocha, observamos a riqueza de detalhes ao representar os morros e as serras:

Figura 22 – Representação do “Morro Desempenhado” e “Serra da Canastra” no mapa de Rocha (1777b)



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

Enquanto o “Morro Desempenhado” indica um tipo de relevo “isolado” na paisagem, a “Serra da Canastra” remonta ao conjunto de traços topográficos semelhantes, inclusive,

em conformidade com a definição do termo “serra” apresentada por Giovannetti (1996, p.193): “conjunto de pequenas *montanhas*, *morros* ou encostas de uma *escarpa*”.

Esse método de representação do relevo permite ter conhecimento da presença de tais traços na região. Entretanto, apesar dos detalhes e qualidade artística, essas representações eram insuficientes para ter referências exatas em relação à altitude e declividade. Sobre essa forma de representação do relevo, salienta Santos:

Intentava-se, nessa cartografia, com pobres resultados, representar a orientação, nem sempre bem-definida, bem como a configuração de formas de relevo, sem proporcionar a percepção de volume. As propriedades referentes à altitude e à declividade poucas vezes são consideradas (SANTOS, 2007, p.66).

É necessário explicitarmos que representar o relevo em mapas era um desafio no período considerado, tendo em vista, além do desconhecimento das exatas altitudes das formas topográficas, já que o território estava, ainda, em processo de descobrimento, problemas em representar tais formas. Explica Raisz (1953, p.125) ao tratar sobre a representação do relevo por meio da Cartografia:

La representación del relieve del terreno, montañas, mesetas, escarpaduras, etc., es uno de los grandes problemas de la cartografía práctica. La dificultad principal estriba en que estamos habituados a ver las montañas desde abajo y non resulta extraña su vista vertical desde arriba. Cuando se mira directamente hacia abajo desde un aeroplano no se aprecian ni las montañas de bastante elevación, como puede fácilmente comprobarse com una fotografía aérea de eje vertical.

La representación de las montañas há sido el último perfeccionamento de la Cartografía. Hasta mediados del siglo XVIII, se figuraban las cordilleras dibujando una serie de montañas como en un cuadro<sup>95</sup>. (RAISZ, 1953, p.66)

Verificamos que, no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1804, realizado por Miranda, e o mapa da Capitania de Minas Gerais de 1808 ou 1809, anônimo -copiado por Tavares em 1870 -, o relevo é representado por meio de signo-símbolos, consoante ao recurso usado nos Setecentos:

---

<sup>95</sup>A representação do relevo do terreno, montanhas, escarpas, etc., é um dos grandes problemas da cartografia prática. A principal dificuldade é que estamos acostumados a ver as montanhas de baixo e sua visão vertical de cima não é estranha. Quando você olha diretamente para baixo a partir de um avião, você não pode ver as montanhas de altitude bastante elevada, como pode ser facilmente visto com uma fotografia aérea de eixo vertical. A representação das montanhas foi a última perfeição da Cartografia. Até meados do século XVIII, as cadeias montanhosas eram desenhadas por meio de uma série de montanhas, como em uma pintura. (RAISZ, 1953, p.66) (Tradução nossa)

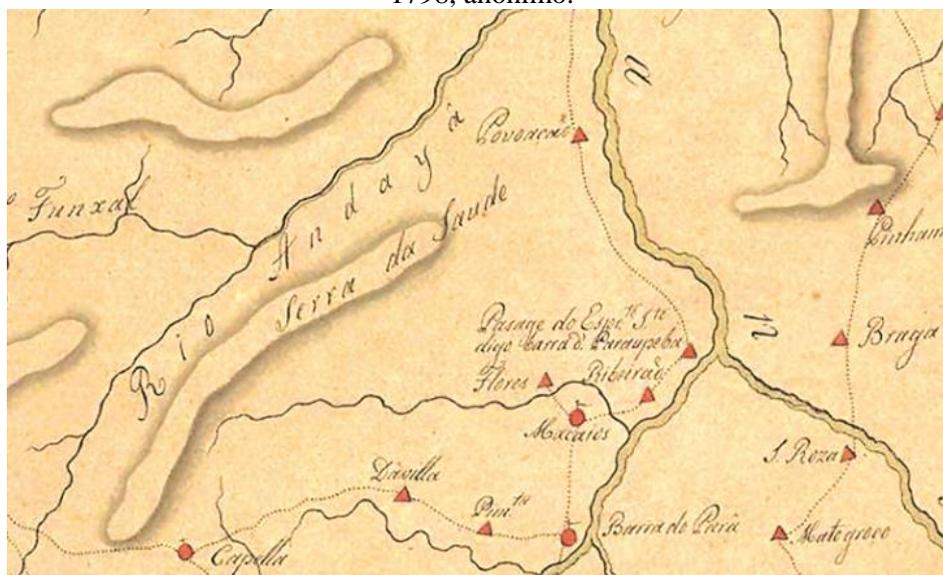
Figura 23 – Representação do relevo no mapa de 1808 ou 1809, anônimo (primeira imagem) e no mapa de 1804, realizado por Miranda (segunda imagem).



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

No mapa da Capitania de Minas Gerais produzido entre 1791 e 1798, anônimo, notamos que a representação do relevo se difere da encontrada nos mapas apresentados anteriormente, como é evidenciado por meio do seguinte recorte:

Figura 24 – Representação do relevo no mapa da Capitania de Minas Gerais produzido entre 1791 e 1798, anônimo.



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

Esse tipo de representação do relevo corresponde à abordagem da Cartografia europeia nos Oitocentos, desenvolvida em fins do século XVIII, por meio do uso de sombreamento e hachuras. Desse modo, “as novas abordagens da cartografia dizem respeito à diminuição de uso de signo-símbolos e ao crescente emprego da visão vertical para o desenho dos

signos” (SANTOS, 2007, p.67). Raisz (1953, p.125-126-127) explica sobre o método de sombreamento com traços:

Muy conocido es el método de representar el relieve del terreno mediante sombreado formado de trazos cortos, paralelos y muy próximos entre sí. A fines del siglo XVIII introdujo el comandante Lehmann un sistema científico para el sombreado, en el que las pendientes están indicadas con trazos paralelos cuya dirección es la que seguiria el agua corriendo libremente por la superficie de que se trate. Aunque el número de trazos por centímetro sea siempre el mismo, cuando la pendiente es mayor se hacen más gruesos los trazos. [...]El sistema de Lehmann fué adoptado por casi todos los servicios geográficos militares en el siglo XIX y constituyó el médo popularizado de representación de relieves, hasta 1870, en que la impresión de mapas em colores hizo posible tal representación con curvas de nivel de modo claro y sencillo<sup>96</sup>. (RAISZ, 1953, p.125-6-7).

O mapa da Capitania de Minas Gerais de 1821, realizado por Eschwege, é o que melhor representa a abordagem do relevo na Cartografia referente aos Oitocentos por meio dos métodos de sombreamento e hachuras:

Figura 25 – Representação do relevo no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1821, realizado por Eschwege.



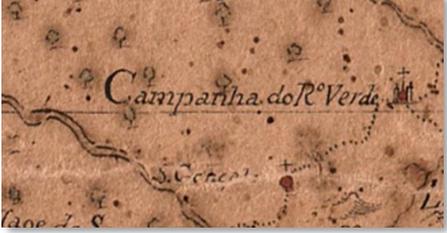
Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

<sup>96</sup> Muito bem conhecido é o método de representar o relevo do terreno por sombreamento formado por traços curtos, paralelos e muito próximos uns dos outros. No final do século XVIII, o comandante Lehmann introduziu um sistema científico para sombreamento, no qual as encostas são indicadas como linhas paralelas, que é a que segue a água correndo livremente na superfície em questão. Embora o número de traços por centímetro seja sempre o mesmo, quando o declive é maior, os traços se tornam mais espessos. [...] O sistema Lehmann foi adotado por quase todos os serviços geográficos militares no século XIX e foi o meio mais popular de representação de relevos, até 1870, quando a impressão de mapas de cores possibilitou tal representação com curvas nível de forma clara e simples. (RAISZ, 1953, p.125-6-7) (Tradução nossa)

Apresentamos, a seguir, recortes dos mapas produzidos por Rocha (1777a, 1777b e 1779) e do mapa de 1821, realizado por Eschwege, para evidenciarmos a representação do relevo nos locais nomeados por geomorfotopônimos que compõem o *corpus* deste trabalho. Seleccionamos alguns topônimos que correspondem a uma base toponímica para exemplificar. Os mapas produzidos por Rocha caracterizam a representação cartográfica do relevo nos Setecentos e o mapa de Eschwege caracteriza a representação cartográfica do relevo nos Oitocentos:

Quadro 8 – Relação entre os geomorfotopônimos e a representação do relevo feita pelos cartógrafos autores do acervo cartográfico usado neste trabalho.

Topônimo	Representação do relevo nos mapas de José Joaquim da Rocha, (1777a e b, 1778a, 1779)	Representação do relevo no mapa de 1821, realizado por Eschwege
Serranos		
Ibitipoca		

<p><b>Beturuna</b></p>		<p>O topônimo não foi registrado neste mapa</p>
<p><b>Baependy</b></p>		
<p><b>Morro</b></p>		
<p><b>Chapada</b></p>		
<p><b>Campanha</b></p>		

<p><b>Campo</b></p>	<p>O topônimo não foi registrado neste mapa</p>	
<p><b>Monte</b></p>		<p>O topônimo não foi registrado neste mapa</p>
<p><b>Vargem</b></p>		<p>O topônimo não foi registrado neste mapa</p>

Fonte: Adaptado de Santos, Faria e Costa. (2017)

Desse modo, ainda que não seja possível saber a exata altitude ou declividade por meio dos signos-símbolos usados por Rocha, assim como diferenciá-los precisamente, identificamos a presença de traços do relevo nos locais nomeados por geomorfotopônimos e, inclusive, podemos estabelecer relações entre o topônimo e tais signos-símbolos que permitem reafirmar que o topônimo está associado ao ambiente que nomeia e, conseqüentemente, justificar a motivação do nome. Observamos, portanto, por meio dos signos-símbolos usados por Rocha, que há elevação do terreno nas regiões onde situam “Morro Grande”, “Chapada”, “Serranos”, “Ibitipoca” (“Montanha Estourada”) e “Beturuna” (“Monte Negro”). Como, também, identificamos a ausência de tal elevação do terreno, associados a uma planície, nas regiões onde situam “Campanha do R<sup>o</sup> Verde”, “Vargem” e “Baenpendy” (“Campo aberto”). Escolhemos os mapas de Rocha para representar os Setecentos por ser o autor da maioria dos mapas contemplados nesta

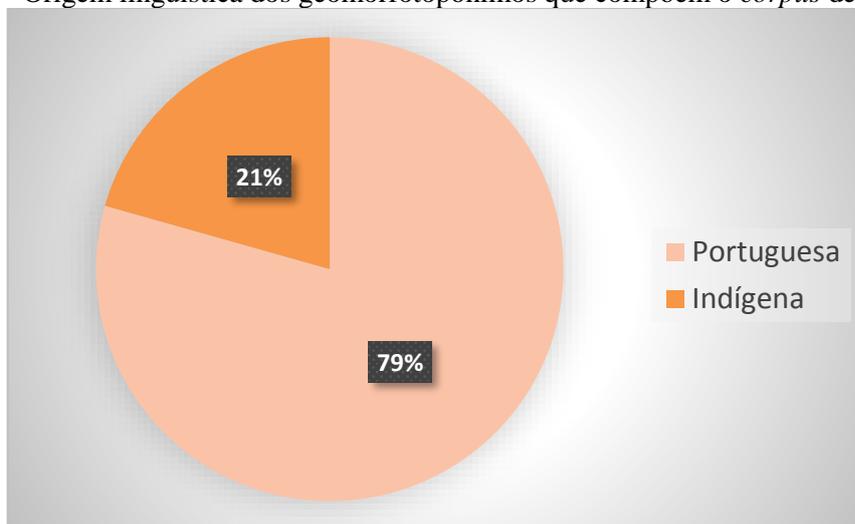
pesquisa e, também, por registrar a maioria dos geomorfotopônimos coletados. Além disso, os mapas produzidos por Rocha apresentam boa legibilidade, o que permitiu melhor análise dos signos-símbolos.

Por meio do método de sombreamento e hachuras, observamos que Eschwege, também, representou as formas de relevo nas regiões onde estão situados os geomorfotopônimos no mapa realizado em 1821. Notamos que os traços são mais próximos uns dos outros, destacando-se na imagem, em algumas regiões, como em que situam “Morro Vermelho” e “Chapada”, o que indica maior altitude. Verificamos, também, a ausência dessas formas, ou a presença de traços mais distantes uns dos outros, menos espessos, revelando menor altitude, principalmente onde situam “Baependy” e “Campanha de Toledo”.

#### 4.2.3 Análise da origem linguística

A análise quantitativa dos dados desta pesquisa apontou 21 ocorrências de topônimos de origem indígena e 81 ocorrências de topônimos de origem portuguesa, conforme é evidenciado por meio do seguinte gráfico:

Gráfico 7 – Origem linguística dos geomorfotopônimos que compõem o *corpus* desta pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Esse resultado revela-se compatível ao período histórico em que os topônimos objetos deste trabalho estão inseridos, por estar associado à colonização portuguesa. Ou seja, a presença majoritária de topônimos de origem portuguesa no território, que hoje denomina “Minas Gerais”, indica o domínio e ocupação dos portugueses na Colônia.

As ocorrências de topônimos indígenas verificadas no *corpus* da pesquisa se referem ao tupi: “Baependy”, “Beturuna” e “Ibitipoca”, como apresentamos nas fichas

lexicográficas dos respectivos geomorfotopônimos. A presença de topônimos de origem tupi corresponde, primeiramente, ao contexto de que ao chegarem à Colônia, os europeus se depararam com uma realidade desconhecida que precisavam identificar:

Sabe-se que a preocupação européia maior era identificar os objetos da terra - animais (zoologia) e vegetais (botânica), cursos d'água (hidrografia), topografia do terreno (geomorfologia), sítios auríferos e diamantíferos (litoímia) – pelos nomes próprios dados pelos naturais da região. Designativos portugueses ou mesmo europeus (cf. Léry, 1547) apareciam nesse contexto à medida que a necessidade, o medo ou o temor do sobrenatural lhes impunha a reverência a Deus, a devoção aos santos e anjos, o respeito, obediência e lealdade aos seus reis e à sua realeza. (DICK, 2006, p.94)

Como o europeu se deparou com uma realidade diferente da sua, apropriou-se dos termos indígenas e, por isso, inclusive, o léxico do português brasileiro contempla vários termos indígenas, principalmente em campos da flora e da fauna. Consoante ao que explica Sampaio (1901, p.12), os portugueses difundiam o tupi por meio da língua Geral que, naquele período de povoamento dos sertões, era a língua mais usada:

As levas que partiam do litoral a fazer descobrimentos falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias que espalhadas nos sertões, falando tamem o tupi e encarregando-se naturalmente de difundil-o. (SAMPAIO, 1901, p.12)

Apesar da presença tupi na toponímia mineira durante o período Colonial, a língua portuguesa prevaleceu no território:

Mais para o Sul, penetrando já na região mineira, entre a zona littoral e a Serra do Espinhaço, que foi o paiz dos botocudos, dos purys e de numerosas tribus *tapuyas*, já a raridade dos nomes selvagens na geographia local resalta logo. Prevalescem denominações portuguezas entre alguns nomes tupis. Difficilmente se encontrará ahi um nome *tapuya*, *botocudo*, *pury* ou *camacan*, designando um monte, um rio ou um povoado. *Jequitinhonha*, *Chopotó*, *Pujichá*, *Norek* são bem poucos vestígios da lingua dos primitivos denominadores acaso salvos do dilúvio tupi ou portuguez que o bandeirante ou missionario estendeu por toda a parte.

Levando a pesquisa para as regiões do Sul, e do centro, na larga superficie pela mór parte deserta, como na mais densamente povoada, observa-se logo que o tupi é a lingua dominante na geographia. Em Minas Geraes o portuguez leva vantagem ao tupi. (SAMPAIO, 1901, p.16)

Desse modo, o resultado apresentado no gráfico 7 evidencia a presença majoritária de topônimos de origem portuguesa, revelando a influência civilizadora dos portugueses no território mineiro. A presença mais efetiva do domínio da Coroa portuguesa por meio da língua se intensifica, principalmente, depois da reforma Pombalina, a partir da segunda metade do século XVIII, segundo atuação do ministro Marquês de Pombal, como apresenta Kantor (2009, p.50): “Uma das medidas mais impressionantes foi a proibição do uso das línguas nativas e da ‘língua geral’, com a correspondente exigência de que todos falassem português”. Completa Naro em relação ao predomínio da língua portuguesa (2007):

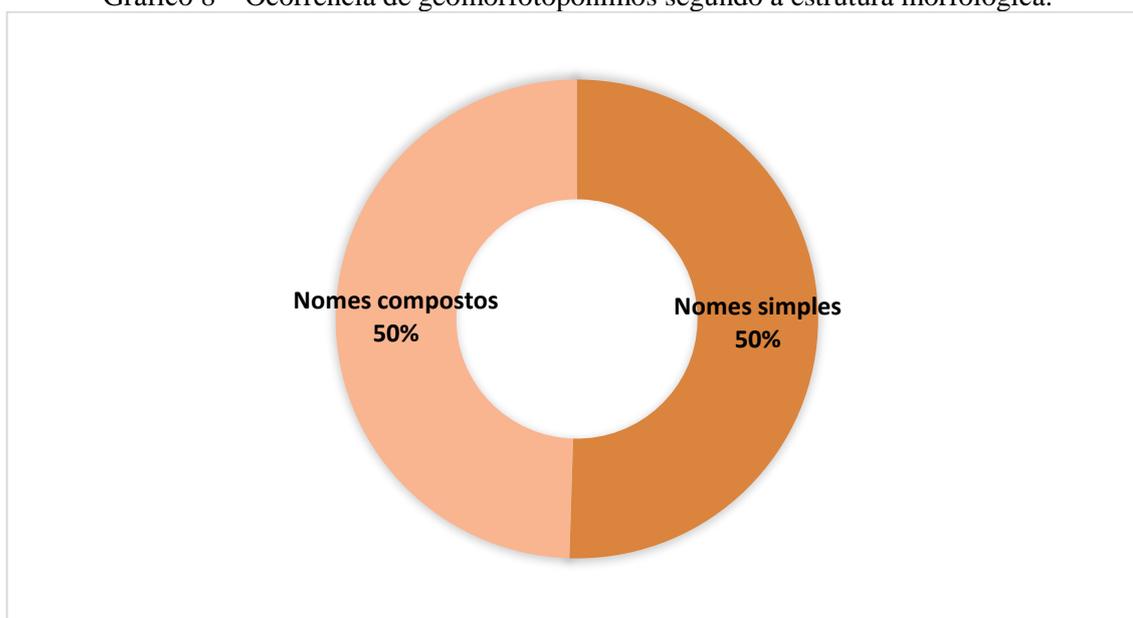
Todos os grupos étnicos – índios de diversas tribos, europeus e africanos – sabiam se comunicar usando esse sistema tupi, sem dúvida com conhecimentos mais ou menos profundos, segundo as circunstâncias individuais de cada um. A partir do século XVIII, entretanto, a língua portuguesa começa a se espalhar entre a população brasileira até chegar à situação atual de seu predomínio maciço mesmo entre populações com pouca ou nenhuma ascendência lusa (cf., também, Rodrigues, 1983). (NARO, 2007, p.28)

Diante dessa realidade, ressaltamos a importância da toponímia, porque, ainda que em menor número, a presença dos topônimos de origem indígena resgatam o passado de Minas Gerais ao evidenciarem alguma influência da língua tupi no território. Ou seja, explicitamos a referência a alguns aspectos da topografia do relevo por meio de termos indígenas, provavelmente, porque tais traços já poderiam ter sido batizados primordialmente por índios, ainda que não fossem necessariamente os habitantes da respectiva região, e serviram como identificação e referência para os europeus. É possível pensar que tais nomes sobreviveram por meio da toponímia, principalmente, porque os geomorfotopônimos indígenas contemplados neste estudo seguiram figurando a localidade atual considerando alterações ortográficas ou mudança parcial do nome, como será apresentado no tópico intitulado “Análise da variação e mudança toponímica” deste capítulo.

#### **4.2.4 Análise da estrutura morfológica**

Por meio da análise dos dados deste trabalho, observamos que há 51 ocorrências de geomorfotopônimos formados por nomes simples e 50 ocorrências de geomorfotopônimos formados por nomes compostos, o que evidencia equilíbrio entre as duas categorias, conforme mostramos no seguinte gráfico:

Gráfico 8 – Ocorrência de geomorfotopônimos segundo a estrutura morfológica.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Os geomorfotopônimos formados por nomes simples que integram o *corpus* deste trabalho são:

“Campanha” (03 ocorrências); “Morrinhos” (12 ocorrências); “Chapada” ~ “Xapada” (23 ocorrências); “Noruega” (03 ocorrências); “Serranos” (08 ocorrências) e “Varge” (02 ocorrências).

Observamos, portanto, que a maioria corresponde à estrutura de nome simples singular feminino. Os topônimos que correspondem à estrutura de nome simples masculino plural são “Morrinhos”, que alude a um conjunto de morros e “Serranos”, que alude aos habitantes de uma respectiva região caracterizada pela presença de serras.

Em relação aos nomes compostos, verificados no *corpus* deste trabalho, observamos que 35 ocorrências contêm um adjetivo como segundo elemento da composição e 15 ocorrências constituem sintagma por meio de preposição:

Quadro 9 – Relação entre geomorfotopônimos que integram nome composto por adjetivo e que integram nome composto preposicionado.

<b>Geomorfotopônimo que integra nome composto por adjetivo</b>	<b>Geomorfotopônimo que integra nome composto preposicionado</b>
Baependy (09 ocorrências)	Campanha do R. Verde (04 ocorrências)
Beturuna (05 ocorrências)	Campanha da Princesa (02 ocorrências)
Ibitipoca (07 ocorrências)	Campanha de Toledo (01 ocorrência)
Campo Bello (01 ocorrência)	Monte do Carmo (01 ocorrência)
Morro Grande (03 ocorrências)	Morro do Xapeo (03 ocorrências)
Morro Vermelho (08 ocorrências)	Morro da Garça (01 ocorrência)
Varge-bonita (02 ocorrências)	Morro de Mateu Lemes (01 ocorrência)
	Morro do Pillar (01 ocorrência)
	Capela dos Morrinhos (01 ocorrência)

Fonte: Dados da pesquisa. (2018)

Desse modo, notamos que os geomorfotopônimos compostos por um adjetivo são caracterizados por meio de aspectos que os singularizam, seja pela forma, como em “Morro Grande”, cor, como em “Monte Negro (Beturuna)” e “Morro Vermelho”, seja pela apreciação do relevo/paisagem, como em “Campo Bello” e “Varge-bonita”.

Em relação aos geomorfotopônimos formados por sintagma preposicionado, evidenciamos que a preposição precede aspectos que servem de identificação e referência. “Morro do Xapeo”, por exemplo, evidencia um traço que identifica o morro ao evidenciar que tem o formato de chapéu. Em “Morro do Pillar”, evidenciamos a devoção religiosa, uma vez que o termo “Pillar” faça referência a Nossa Senhora do Pilar. Portanto, os topônimos fornecem pistas que podem descrever traços de uma paisagem e aspectos culturais do povo que habitava a região. Tratando-se de topônimos históricos devemos considerar a possibilidade desse resgate histórico e cultural.

Em relação aos “morros”, que inclusive é o topônimo mais frequente do *corpus*, conforme já apresentado, verificamos que a maior parte é formada por sintagma preposicionado. Alguns geomorfotopônimos remetem à posse e referência do local, como em “Campanha de Toledo” e “Morro de Mateu Lemes”. Mateus Leme se refere ao bandeirante paulista, genro de Borba Gato que, de acordo com Barbosa (1995, p.199), iniciou o povoado que manteve o seu nome. Segundo o mesmo autor, Barbosa (1995, p.354), Toledo se refere a Simão de Toledo Piza e explicita que a região primitiva ficou conhecida por “Campanha do Toledo” devido às atividades de mineração realizadas por ele. É interessante ressaltar que os dois

geomorfotopônimos em questão são os únicos dos dados apresentados que não são formados pela estrutura {preposição + artigo}. A ausência de artigo definido pode ser justificada por precederem um antropônimo.

Braga (2012) apresenta, em seu trabalho de Dissertação, intitulado “Ausência/ presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba - MG”<sup>97</sup> a perspectiva de Bechara (1978), Cunha e Cintra (2001) e Mira Mateus et al. (1883) para o português de Portugal sobre o uso de artigos diante de nomes próprios. Segundo os pressupostos apresentados por Braga (2012), de acordo com os gramáticos normativos, a estudiosa expõe a seguinte conclusão:

o ponto mais convergente com relação ao tratamento dado ao uso de artigo definido diante de antropônimos, segundo esses autores normativos, tanto no que se refere ao português brasileiro quanto ao português de Portugal, está no fato de que quando se referem a pessoas, o artigo não deveria ser empregado, uma vez que este é individualizante. (BRAGA, 2012, p.41).

A autora apresenta, também, pesquisas desenvolvidas sobre o assunto, que se referem a Moisés (1995), Silva (1996), Callou e Silva (1997), Callou (2000), Mendes (2000), Amaral (2003), Alves (2008) e Almeida Mendes (2009). Mendes (2000)<sup>98</sup>, em seu trabalho intitulado “A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?”, utilizou além dos dados de língua oral contemporânea, também, os de língua escrita pretérita referentes a 17 documentos notariais e eclesiásticos dos séculos XVIII e XIX. A autora chega à conclusão de que a ausência de artigo definido diante de nome próprio, em Barra Longa, remonta a uma estrutura pretérita latina.

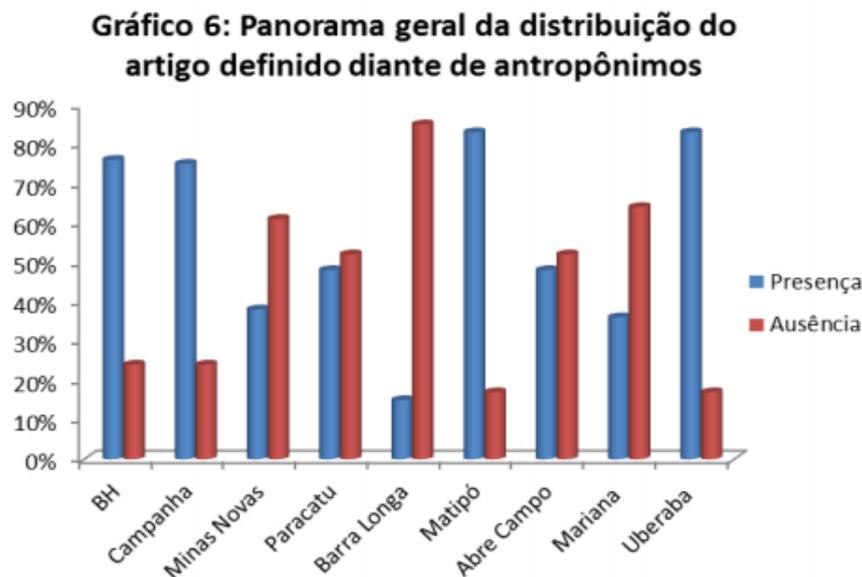
Com base nos resultados dos trabalhos desenvolvidos em Minas Gerais, Braga (2012, p.106) evidencia o fenômeno de variação intralinguística da ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos em nove pontos do estado, verificado por meio do seguinte gráfico:

---

<sup>97</sup> BRAGA, Luciene Maria. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba – MG*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, 2012. pdf. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15418/1/d.pdf>> Acesso em: nov. de 2018.

<sup>98</sup>MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* (Dissertação). UFMG, 2000.

Gráfico 9 – Presença e ausência de artigo definido diante de antropônimo em nove pontos de Minas Gerais, segundo pesquisas realizadas sobre o tema.



Fonte: Braga. (2012, p.106)

Por meio do gráfico apresentado por Braga (2012, p.106), observamos, portanto, a variação do fenômeno em questão. Porém, tratando-se de topônimos e, principalmente, que se referem aos Oitocentos, não é possível confirmar, por meio deste trabalho, a hipótese de que a ausência de artigo definido nos geomorfotopônimos citados foi condicionada pela precedência de antropônimo, assim como categorizar possíveis fatores que justificam o fenômeno. Para obtermos resultados efetivos precisaríamos de maior quantidade de dados e enfoque no fenômeno evidenciado. De todo modo, a presença desses dois geomorfotopônimos no *corpus* da pesquisa não devem ser desconsiderados, porque lançam luz sobre o tema em questão.

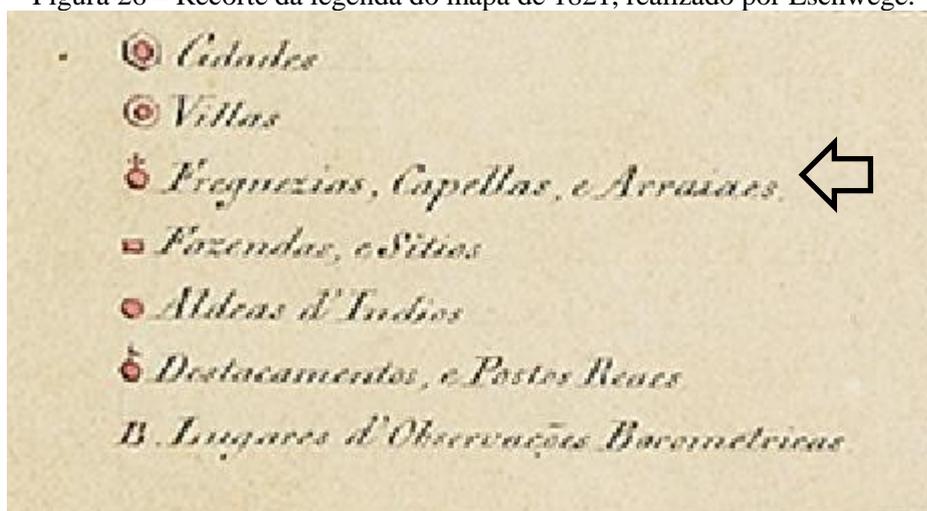
#### 4.2.5 Análise dos acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos

Consoante ao que apresentamos no terceiro capítulo deste trabalho, intitulado “Procedimentos metodológicos”, no tópico em que tratamos sobre as informações operacionais dos mapas usados neste trabalho, os acidentes geográficos representados nos mapas correspondem à realidade de mundo vivenciada na época em que foram produzidos, ou seja, Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino. Logo, como apresentamos nas fichas lexicográficas desta pesquisa, referente à análise descritiva dos dados, cada geomorfotopônimo nomeia um acidente geográfico representado no mapa por meio de signos cartográficos ou pelos próprios topônimos. Retomando o que foi explicado no capítulo sobre os procedimentos metodológicos, a

decodificação de tais acidentes geográficos foi realizada por meio das legendas e notas explicativas presente em alguns mapas, assim como esses mapas serviram de fonte para a decodificação dos acidentes em mapas não legendados. Contudo, é necessário explicitar novamente que, em relação a alguns acidentes geográficos, os cartógrafos apresentam divergências. É o caso dos Registros, Destacamentos, Guardas militares e Postos Reais que variam de acordo com o cartógrafo. Em alguns mapas, os acidentes em questão estão associados ao mesmo signo-símbolo e, em outros, de modo distinto. Para fins de quantificação, por causa dessa problemática, optamos por considerá-los em conjunto, com o mesmo significado. Qualitativamente, acreditamos que tal recurso não prejudica os dados da pesquisa, dado que os acidentes geográficos em questão correspondem ao mesmo contexto e objetivos de controle fiscal na Colônia realizado pela Coroa portuguesa, inclusive porque, normalmente, esses acidentes compartilhavam a mesma localização, ou seja, os destacamentos ou guardas militares eram instalados junto aos registros, conforme explica Resende (2007, p. 31) e foi apresentado no capítulo anterior. Neste trabalho, referimo-nos a esses acidentes geográficos pelos termos “registros/destacamentos”.

Em relação ao mapa da Capitania de Minas Gerais de 1821, produzido por Eschwege, o mapa mais recente do acervo cartográfico, ressaltamos que o autor associou freguesias, capelas e arraiais ao mesmo signo-símbolo, ou seja, não distinguiu os elementos da classe “arraial”, como pode ser verificado por meio da legenda no mapa:

Figura 26 – Recorte da legenda do mapa de 1821, realizado por Eschwege.



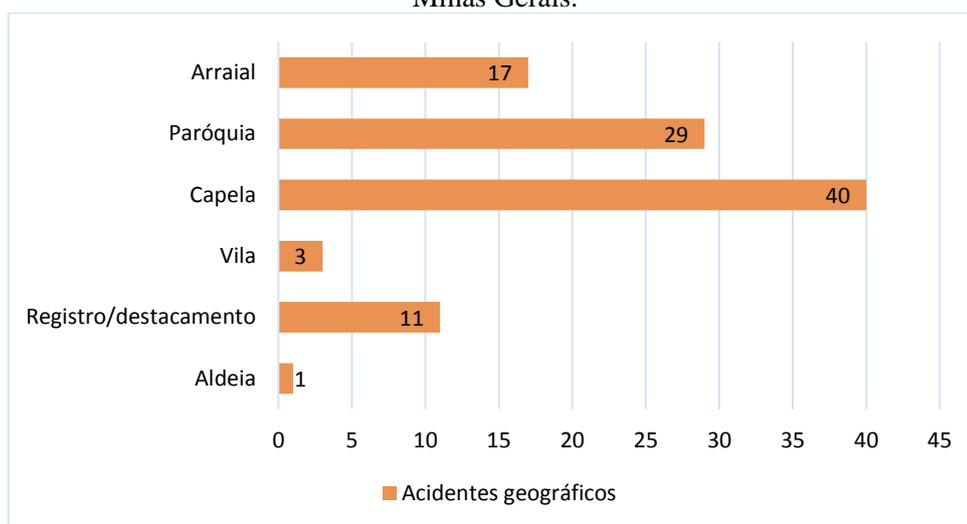
Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017). (Houve acréscimo de seta na ilustração, pela autora)

Para quantificarmos os dados adotamos o mesmo recurso em relação ao mapa da Capitania de Minas Gerais de 1767, anônimo, uma vez que, por não apresentar legenda e/ou notas explicativas, não foi possível distinguir os arraiais paróquias, freguesias e capelas,

considerando-os, todos, como arraiais, por ser o termo genérico. Apesar de Eschwege apresentar legenda, não distingue tais elementos dos acidentes geográficos referentes aos povoados e, por isso, os consideramos como arraiais para a quantificação dos dados.

Dessa forma, obtemos o seguinte resultado:

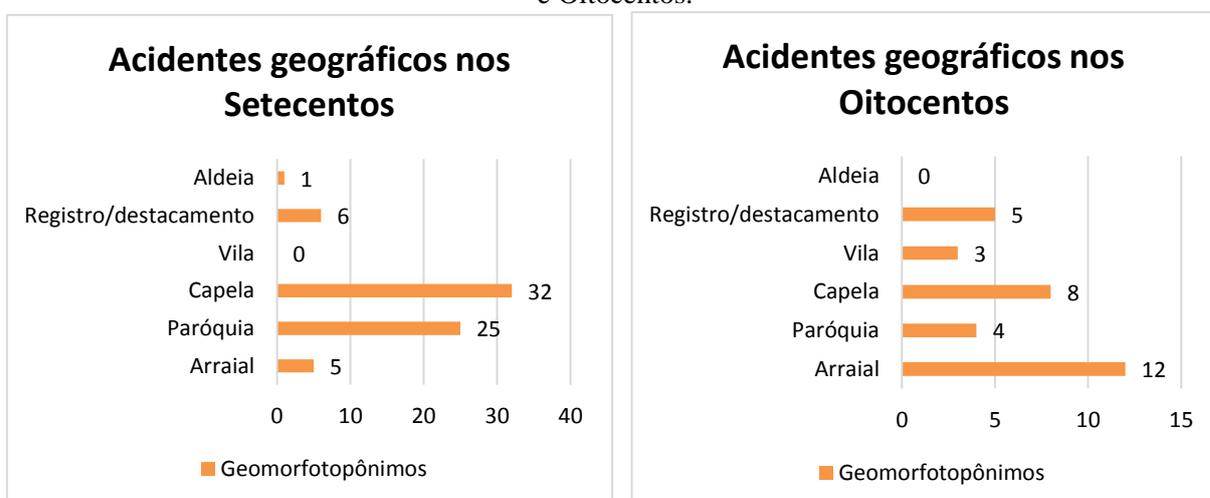
Gráfico 10 – Ocorrências de acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos na Capitania de Minas Gerais.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

É interessante notar o predomínio de geomorfotopônimos que nomeiam capelas e paróquias. Ao analisarmos esses dados nos dois períodos considerados na pesquisa, ou seja, Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino, alcançamos o seguinte resultado:

Gráfico 11 – Ocorrência dos acidentes geográficos nomeados por geomorfotopônimos nos Setecentos e Oitocentos.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

De acordo com o resultado apresentado, é pertinente explicitar, primeiramente, que o número de acidentes geográficos verificados nos Setecentos é maior do que nos Oitocentos devido ao conjunto cartográfico usado na pesquisa, isto é, utilizamos 12 mapas que se referem aos Setecentos e apenas 3 que se referem aos Oitocentos. Logo, o número de geomorfotopônimos coletados nos Oitocentos, assim como os respectivos acidentes geográficos nomeados, é consideravelmente maior nos Setecentos: verificamos 69 ocorrências de geomorfotopônimos coletados em mapas dos Setecentos e 32 ocorrências de geomorfotopônimos coletados em mapas dos Oitocentos. Tendo em vista essa consideração, por meio de análise diacrônica, destacamos:

- **Quanto aos arraiais:**

O número de arraiais verificados é maior nos Oitocentos, em relação aos Setecentos. Esse resultado deve ser avaliado valendo-se da ressalva apontada anteriormente sobre o mapa de 1821, realizado por Eschwege, já que todos os geomorfotopônimos registrados nesse mapa, referentes aos povoados, foram contabilizados como arraiais e, sem distinção dos elementos, por isso, aumentou-se o número de arraiais referentes aos Oitocentos. Esses arraiais são nomeados pelos seguintes geomorfotopônimos: “Campo Bello”, “Ibitipoca”, “Serranos”, “Morro Vermelho”, “Chapada”, “Morrinhos” e “Morro do Pillar”.

Concluimos que os geomorfotopônimos nomeiam principalmente capelas, tanto nos Setecentos, quanto nos Oitocentos (tendo em vista a ressalva sobre os arraiais), seguido dos arraiais paróquias. Esse resultado se revela verossímil ao contexto histórico considerado, por ser um período de povoamento do território mineiro, assim como evidencia que os traços geográficos que se associam ao relevo da região correspondem à motivação primitiva no ato de denominação, já que nomeavam as primeiras povoações mineiras verificadas neste trabalho.

O mapa, a seguir, ilustra a presença das capelas e paróquias na Capitania de Minas Gerais em 1777, pelo cartógrafo José Joaquim da Rocha, nomeadas por geomorfotopônimos:

Mapa 10 - Geomorfotopônimos que nomeiam capelas e paróquias representados no mapa realizado por Rocha (1777a).



**Legenda**

- **Paróchias**
- **Capellas**
- **Aldeias de gentio**

Fonte: Santos, Seabra e Costa. (2017). (Houve acréscimo de marcações no mapa, pela autora)

É pertinente apontar que o topônimo “Capela dos Morrinhos”, atual “Arinos”, foi classificado como hierotopônimo<sup>99</sup> e geomorfotopônimo, por corresponder ao mapa de 1767 – um dos mapas não legendados. Portanto, não é possível ter certeza se o termo “Capela” corresponde ao acidente geográfico que nomeia ou foi toponimizado, o que confirmaria o seu registro como topônimo. O cartógrafo pode ter optado por registrá-lo justamente para identificá-lo como capela e, inclusive, por isso foi classificado na pesquisa como nomeação do acidente geográfico

<sup>99</sup> Topônimos relacionados aos nomes sagrados de diferentes crenças. (DICK, 1990b, p.33).

capela. Porém, como o autor do mapa não seguiu esse recurso em relação às outras localidades representadas no mapa, não podemos categorizar a hipótese.

- **Quanto às vilas:**

As vilas que integram o *corpus* deste trabalho se referem a duas localidades atuais: “Baependi” e “Campanha”. Verificamos três ocorrências: uma ocorrência da vila de “Baependi” registrada no mapa de 1821, realizado por Eschwege, e duas ocorrências da Vila “Campanha da Princesa” registradas no mapa de autoria desconhecida, de 1808 ou 1809, copiado por Tavares em 1870, e o mapa de 1821, cujo autor é Eschwege. Observamos, portanto, que essas vilas se referem aos Oitocentos.

“Baependi” foi elevada à vila por alvará régio de 19 de julho de 1814. Segundo Costa (1997, p.23), foi uma das poucas vilas criadas depois de treze anos sem criação de vilas em Minas Gerais, além da vila de Jacuí, criada no mesmo ano. O ano de criação dessas vilas compreende o período posterior à vinda da família Real à Colônia portuguesa, que ocorreu em 1808. Como as vilas figuravam sedes de concelhos governados por câmaras que objetivavam a defesa dos territórios portugueses, compreendiam prestigioso *status*, conforme apresentamos no capítulo anterior ao explicarmos os acidentes geográficos representados nos mapas. Esse *status* é explicitado, inclusive, pelos cartógrafos que, além do uso de signo cartográfico para representar as vilas, muitas vezes, registravam o acidente, também, por meio do topônimo. Por causa do prestígio que recebia e uso frequente, ao servir como referência do local, em muitos casos, toponimizava-se, como ocorreu com o topônimo “Vila Rica”, criada em 1711, atual “Ouro Preto”. Por esse motivo, todos os topônimos que apresentam o registro de “vila” como parte do próprio topônimo, constam registrados como poliotopônimos<sup>100</sup> no Repositório de Dados que foi fonte de informação para este trabalho.

Na ficha lexicográfica do topônimo histórico “Campanha do R<sup>o</sup>. verde”, por exemplo, verificamos um registro de poliotopônimo registrado no mapa de 1804, realizado por Miranda. Trata-se do topônimo “V.<sup>a</sup> da Campanha da Princesa”, que foi elevada à vila, pelo alvará régio de 20 de outubro de 1798. É pertinente evidenciar, dessa forma, que a mudança parcial do nome se associa à mudança do acidente geográfico nomeado. Destacamos a presença do termo “vila” como parte integrante do topônimo e que, inclusive, correspondia ao *status* de prestígio na época.

---

<sup>100</sup> Topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. (DICK, 1990b, p.33).

Ao analisarmos os geomorfotopônimos que nomeiam vilas no *corpus* estudado, percebemos que, ainda que tenham sofrido mudanças parciais observadas na evolução toponímica, que será comentado no tópico seguinte deste capítulo, mesmo diante da alteração do acidente geográfico que nomeiam, passando de arraial para vila, o traço topográfico associado ao relevo nos geomorfotopônimos em questão – “Baependy” e “Campanha do R<sup>o</sup> Verde”- foram mantidos, o que mostra a relevância de tais traços registrados pela Toponímia.

- **Quanto aos registros/destacamentos**

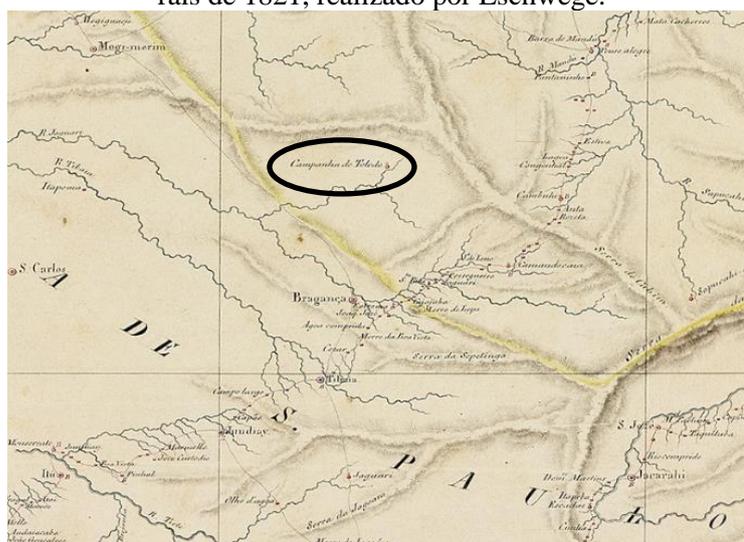
Verificamos 11 ocorrências de geomorfotopônimos que nomeiam registros/destacamentos no *corpus* da pesquisa, 6 deles referentes aos mapas dos Setecentos e os outros 5 referentes aos Oitocentos. São eles:

- “Campanha de Toledo”, registrado no mapa de Eschwege (1821), nomeia “Destacamentos, e Postos Reaes”.
- “Vargem-Bonita”, registrado no mapa anônimo [1808 ou 1809] nomeia “Registros, Guardas e Destacamentos” e “Varge-bonita”, registrado no mapa de Rocha (1793), nomeia “Guardas Militares”;
- “Chapada” (atual “Chapada do Norte”), registrado no mapa de Eschwege (1821), nomeia “Destacamentos, e Postos Reaes”.
- “Chapada” (atual “São João da Chapada”). No caso deste geomorfotopônimo, em particular, é necessário explicitar que nomeia dois acidentes geográficos na maioria dos mapas usados neste trabalho. Normalmente, nomeia uma capela e um destacamento que, ao que tudo indica, compartilhavam a mesma localização ou eram muito próximos, já que os cartógrafos registraram um único topônimo, “Chapada”, em referência aos dois signos cartográficos. A localidade em questão consta no mapa da Capitania de Minas Gerais, produzido por Rocha (1777a), que foi apresentado como mapa 7, deste capítulo, nomeando destacamento. Em relação aos outros mapas, além de nomear capela, nomeia:
  - ✓ Em Rocha, (1778a), nomeia “Registos, goardas patrulhas de Soldados”
  - ✓ Em Rocha, (1778d), nomeia “Registro e, ou Guardas”
  - ✓ Em anônimo, Capitania [entre 1791 e 1798], nomeia “Registos” por meio da variante “Xapada”.
  - ✓ Em Rocha, (1793), nomeia “Guardas Militares”
  - ✓ Em anônimo, Capitania [1808 ou 1809], nomeia “Registros, Guardas e Destacamentos”
  - ✓ Em Eschwege, Capitania (1821), nomeia “Destacamentos, e Postos Reaes”.

Observamos que 5 ocorrências de geomorfotopônimos que nomeiam registros/destacamentos nos Setecentos se referem a mesma localidade, “Chapada”. Sendo assim, podemos afirmar que há maior presença do acidente geográfico nos Oitocentos em relação aos Setecentos, uma vez que se referem a localidades distintas, apesar de não representarem número significativo de ocorrências. Consideramos que a maior presença desse acidente geográfico nos Oitocentos seja interpretada diante da necessidade de ter maior controle fiscal do ouro e outros metais, assim como de mercadorias diversas, pelos caminhos da Capitania de Minas Gerais em consequência do crescimento populacional nos Sertões.

Retomando o que apresentamos no capítulo sobre os procedimentos metodológicos deste trabalho, os registros eram espécies de alfândegas (RESENDE, 2007, p.31) e os destacamento ou guardas militares eram instaladas juntos aos registros para facilitar o controle do caminho terreno e de passagem dos rios: “situados em pontos estratégicos do território, particularmente armados para fiscalizar e patrulhar os caminhos, enfrentando os inúmeros subterfúgios criados para ludibriar o fisco”. (RESENDE, 2007, p. 31). Notamos, desse modo, ao analisar os dados deste trabalho, que os geomorfotopônimos que nomeiam os registros/destacamentos constam localizados em pontos estratégicos. Por exemplo, o destacamento “Campanha de Toledo” está localizado próximo ao limite entre a Capitania mineira e paulista, como evidenciado por meio do recorte do mapa de 1821, realizado por Eschwege:

Figura 27 – Localização do destacamento “Campanha de Toledo” no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1821, realizado por Eschwege.



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017). (Houve acréscimo de círculo na ilustração, pela autora)

É interessante pensar que os traços do relevo foram usados como referência e identificação em pontos estratégicos dos caminhos e, por isso, serviram como fator motivacional no

ato de nomeação dos registros/destacamentos. No caso de “Campanha de Toledo”, atual “Toledo”, o nome histórico pode ser considerado um resgate, já que, ao ser reduzido parcialmente, perdeu o traço topográfico que o identificava. Em relação a “Varge-bonita”, a localidade não foi identificada atualmente. É possível, portanto, que tenha desaparecido juntamente com o acidente geográfico que nomeava, já que, os registros/destacamentos normalmente assumiam caráter efêmero.

- **Quanto às Aldeias de Gentio**

Verificamos um geomorfotopônimo que nomeia aldeia de gentio. Trata-se do topônimo “Monte do Carmo”, representado no mapa de 1777a, realizado por Rocha. A localização do geomorfotopônimo foi evidenciada no mapa 10 deste capítulo. A mesma localidade é representada, também, no mapa de 1778a, realizado por Rocha, porém, registrado como “Aldeia do Monte do Carmo”. Como o cartógrafo indica o acidente geográfico por meio de signo-símbolo decodificado por legenda no mapa, a presença do termo “aldeia” como parte do topônimo justifica sua classificação toponímica como poliotopônimo no Repositório de Dados.

A única aldeia de gentio nomeada por um geomorfotopônimo no *corpus* deste trabalho apresenta origem linguística portuguesa, como foi exposto na ficha lexicográfica do topônimo. Essa realidade remonta à catequização dos habitantes nativos da região, assim como, o predomínio da língua portuguesa na Capitania mineira. Além disso, supomos que “Monte do Carmo” indica a presença do monte que, certamente, servia como identificação e referência do local como, também, a presença religiosa trazida pelos europeus por meio do termo “Carmo”, referente à Nossa Senhora do Carmo. É possível pensar que o monte em questão estava sob a proteção divina de Nossa Senhora do Carmo.

#### **4.2.6 Análise da variação e mudança toponímica**

O topônimo sobrevive como um fóssil, ou seja, perpetua-se no tempo, ao contrário do que acontece com as palavras do vocabulário comum da língua, já que dependem do seu uso para se manterem:

Se no âmbito do vocabulário comum a manutenção de uma unidade lexical na língua é estreitamente dependente do seu uso frequente e regular, na toponímia isso não acontece, pois, uma vez incrustado em um sistema toponomástico, o topônimo perpetua-se e projeta-se no tempo, adquirindo autonomia e, conseqüentemente, não mais ficando à mercê do uso da unidade lexical que lhe deu origem na língua. (ISQUERDO, 2012, p.117)

Porém, embora o topônimo possa sobreviver na língua como um fóssil, é necessário chamar a atenção para as variações e mudanças que podem sofrer no decorrer do tempo. Explicita Dauzat<sup>101</sup>, 1926, (apud Seabra 2016, p.3):

Acreditava-se, antigamente, que os nomes de lugares eram menos sujeitos aos acidentes do que os nomes comuns, por que pareciam menos expostos às influências ocasionadas pelo contato com outros elementos do vocabulário e, também, por que, em princípio, eles não se deslocavam. Mas, o estudo atento dessas palavras prova o contrário, ou seja, elas são mais acessíveis às alterações que os nomes comuns: não estão elas isoladas na língua, incompreendidas, privadas do sustento que oferece a seus membros toda família de palavras? Além disso, encontram-se menos profundamente ancoradas na consciência popular, experimentando alterações de ordem gráfica.<sup>102</sup>

Tendo em vista a possibilidade de variações e mudanças, por meio do viés diacrônico, propomos analisar a evolução toponímica dos geomorfotopônimos, objetos desta pesquisa, de acordo com os registros nos mapas usados como fonte de coleta dos topônimos. Objetivamos, portanto, averiguar se os geomorfotopônimos sofreram transformações, ou foram substituídos por outros, total ou parcialmente, ou permaneceram figurando a localidade atual. Para realizar essa análise utilizamos o respaldo teórico de Seabra (2016) e Dauzat (1926). De acordo com os linguistas, a variação corresponde às transformações ocorridas no topônimo e a mudança corresponde às substituições. Em relação às mudanças, adotam-se os termos “mudança espontânea” e “mudança sistemática”:

A mudança espontânea se dá na língua após invasões ou conquistas de um território. Já a mudança sistemática independe de conquistas, evoca em geral o nome de um soberano ou autoridades de uma região e é imposta com o objetivo de homenagear alguém. (SEABRA, 2016, p.7)

Embora as fichas lexicográficas apresentadas neste trabalho contenham a evolução toponímica dos geomorfotopônimos e, inclusive, outras informações afins, explicitamos a seguir o quadro que evidencia a relação entre o topônimo atual e o histórico, de acordo com os registros nos mapas que compõem o acervo cartográfico usado neste trabalho, para analisar a evolução toponímica. Evidenciamos os geomorfotopônimos históricos destacados em negrito e as datas (entre parênteses) referentes aos mapas em que foram coletados:

<sup>101</sup> DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

<sup>102</sup> Tradução da autora (SEABRA, 2016, p.3) para “*On croyait jadis que les noms de lieux étaient moins sujets aux accidents que les noms communs, parce qu'ils paraissaient soustraits aux réactions réciproques provoquées par la solidarité des éléments de vocabulaire, et, pourrait-on ajouter, parce qu'en principe ils ne voyagent pas. L'étude attentive de ces mots prouve au contraire qu'ils sont plus accessibles aux altérations que les noms communs: ne sont-ils pas isolés dans la langue, vite incompris, privés du soutien qu'offre à ses membres toute famille de mots? En outre, moins profondément ancrés dans la conscience populaire, ils ont éprouvé davantage, à l'époque moderne, les contre-coups d'erreurs ou d'altérations d'origine graphique.*” (Dauzat, 1926, 58)

Quadro 10 – Relação entre o topônimo atual e o histórico de acordo com os registros cartográficos usados neste trabalho.

<b>Topônimo atual</b>	<b>Topônimo histórico</b>
Baependi	<b>Baependy</b> (1767) <b>Baependi, Baiependi</b> (1777) <b>Baependi, Baependí</b> (1778) R.º Baependi (entre 1791 e 1798) <b>Baependi</b> (1793, 1804, 1808 ou 1809) <b>Baependy</b> (1821)
Ibituruna	<b>Beturuna</b> (1767) <b>Buturuna</b> (1777) <b>Boturuna, Beroruna</b> (1778)
Campanha	<b>Campanha do R. Verde</b> (1767) <b>Campanha do Rº Verde</b> (1777) <b>Campanha, Campanha do R.º verde</b> (1778) <b>Campanha</b> (entre 1791 e 1798, 1793) V.ª da Campanha da Princesa (1804) <b>Campanha da Princesa</b> (1808 ou 1809 e 1821)
Toledo	Toledo (1778) <b>Campanha de Toledo</b> (1821)
Campo Belo	<b>Campo Bello</b> (1821)
Conceição da Ibitipoca	<b>Ibitipoca</b> (1821)
Conceição do Ibitipoca	<b>Ibitipoca</b> (1777, 1778, entre 1791 e 1798, 1793, 1808 ou 1809)
Santana dos Montes	<b>Morro do Xapeo</b> (1777, 1778) <b>Morro do Chapéo</b> (1808 ou 1809) S <sup>ta</sup> Ana (1821)
Catas Altas da Noruega	Catas altas da Noroega (1767) <b>Noruega</b> (1777, 1778, 1808 ou 1809) Catas Altas da Noruega (1777, 1821) Catas Altas (entre 1791 e 1798, 1793, 1804)
Serranos	<b>Serranos</b> (1777, 1778, entre 1791 e 1798, 1793, 1804, 1808 ou 1809, 1821)
Arinos	<b>Capela dos Morrinhos</b> (1767) <b>Morrinhos</b> (1777, 1778) S. Anna (1778, 1793)
Morro da Garça	<b>Morro da Garça</b> (1793)
Mateus Leme	Matheus Leme (1777, 1778, 1793, 1808 ou 1809, 1821) Mate.s Leme (entre 1791 e 1798) <b>Morro de Mateu Lemes</b> (1804)
Barão de Cocais	<b>Morro Grande, São João do Morro Gr.º</b> (1777, 1808 ou 1809) <b>Morro Grº</b> (1778) S. João (entre 1791 e 1798, 1793, 1804, 1821)
Morro Vermelho	<b>Morro Vermelho</b> (1777, entre 1791 e 1798, 1793, 1808 ou 1809, 1821) <b>Morro Verm.º</b> (1777, 1778, 1804)

Não encontrado	Destacam. <sup>10</sup> Diamantino da Varge bonita q. guarda estes rios (entre 1791 e 1798) <b>Varge-bonita</b> (1793) Destacam. <sup>10</sup> da Varge bonita (1804) <b>Vargem-Bonita</b> (1808 ou 1809)
Chapada do Norte	<b>Chapada</b> (1767, 1777, 1778, entre 1791e 1798, 1793, 1804, 1808 ou 1809, 1821)
São João da Chapada	<b>Chapada</b> (1777, 1778, 1793, 1804, 1808 ou 1809, 1821) <b>Xapada</b> (entre 1791 e 1798)
Não encontrado	<b>Monte do Carmo</b> (1777) Aldea do Monte do Carmo (1778)
Matias Cardoso	<b>Morrinhos</b> (1767, 1777, 1778, entre 1791e 1798, 1793, 1804, 1808 ou 1809, 1821)
Morro do Pilar	Gaspar Soares (1777, 1778, entre 1791 e 1798, 1793, 1804, 1808 ou 1809) <b>Morro do Pillar</b> (1821)
Vargem	<b>Varge</b> (1778, 1779)

Fonte: Dados da pesquisa. (2018)

De acordo com as informações apresentadas acima, partindo da análise do topônimo histórico até a denominação atual, exceto dos geomorfotopônimos não identificados atualmente (“Monte do Carmo” e “Varge-bonita”), obtemos a seguinte análise da evolução toponímica<sup>103</sup>:

### 1) Variação:

#### Gráfica/fonética:

Beturuna ~ Buturuna ~ Beroruna ~ Boturuna ~ Ibituruna

Campo Bello ~ Campo Belo

Gaspar Soares > Morro do Pillar ~ Morro do Pilar

Varge ~ Vargem

Vargem-Bonita ~ Varge-bonita

Baenpendy ~ Baependi ~ Baiependi ~ Baependí ~ Baependy > R<sup>o</sup> Baependi > Baependi

Chapada ~ Xapada > São João da Chapada

<sup>103</sup> Utilizamos o símbolo > para indicar mudança e o símbolo ~ para indicar variação. Como apresentamos a evolução toponímica completa, partindo do topônimo histórico que apresenta o registro mais antigo, até a denominação atual, há casos em que ocorreu variação e mudança. Nesses casos, destacamos por meio de grifo o fenômeno da variação, no primeiro tópic, para facilitar a compreensão da análise realizada.

Morro do Xapeo ~ Morro do Chapéu > S<sup>ta</sup> Ana > Santana dos Montes

## 2) Mudança espontânea:

### Por substituição parcial dos itens léxicos:

Morro do Xapeo ~ Morro do Chapéu > S<sup>ta</sup> Ana > Santana dos Montes

Campanha do R.<sup>o</sup> verde. > Campanha > V<sup>a</sup> da Campanha da Princesa > Campanha da Princesa  
> Campanha

Baenpendy ~ Baependi ~ Baiependi ~ Baependí ~ Baependy > R<sup>o</sup> Baependi > Baependi

Toledo > Campanha de Toledo > Toledo

Ibitipoca > Conceição do Ibitipoca

Catas Altas da Noroega > Noruega > Catas Altas da Noruega > Catas Altas > Catas Altas da  
Noruega

Matheus Leme > Morro de Mateu Lemes > Mateus Leme

Chapada > Chapada do Norte

Chapada ~ Xapada > São João da Chapada

## 3) Mudança sistemática:

Capela dos Morrinhos > Morrinhos > S. Anna > Arinos

Morro Grande ~ Morro Gr<sup>de</sup> > São João do Morro Gr. <sup>de</sup> > S. João > Barão de Cocais

Morrinhos > Matias Cardoso

## 4) Manutenção:

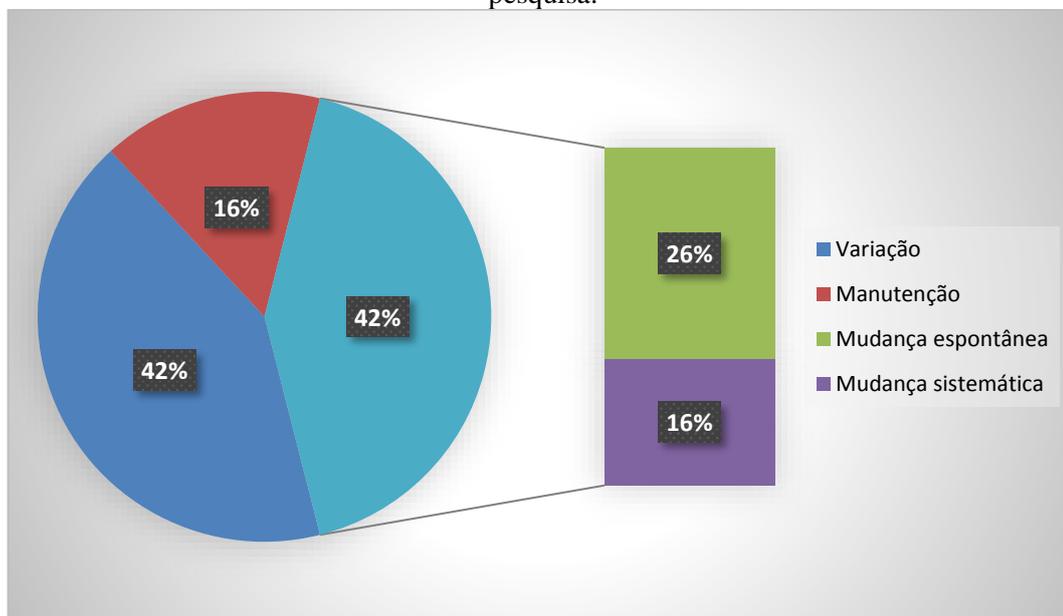
Serranos

Morro da Garça

Morro Verm.<sup>o</sup> ~ Morro Vermelho > Morro Vermelho

O resultado da análise é explicitado por meio do seguinte gráfico<sup>104</sup>:

Gráfico 12 – Variação, mudança e manutenção dos geomorfotopônimos que compõem o *corpus* desta pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Em relação aos geomorfotopônimos não encontrados atualmente, “Varge-bonita” e “Monte do Carmo”, que provavelmente desapareceram, não os consideramos na quantificação da mudança toponímica, considerando apenas a variação “Vargem-Bonita ~ Varge-bonita”. Casos de abreviação, também, não foram considerados na quantificação, como em “**Morro Verm.º** ~ Morro Vermelho > Morro Vermelho”, já que não implicam na análise feita. Todavia, ressaltamos que não devemos tratar tais abreviações com menor importância, o que fomenta a possibilidade dessa análise em futuras pesquisas. É necessário ressaltar, também, que em alguns casos observamos variação e mudança na evolução do topônimo e, por isso, consideramos os dois fenômenos na quantificação dos dados, como em:

Baenpendy ~ Baependi ~ Baiependi ~ Baependí ~ Baependy > Rº Baependi > Baependi

Chapada ~ Xapada > São João da Chapada

Os resultados da análise revelam maior número de variação e mudança espontânea. Tendo em vista que as variações são de caráter ortográfico/fonético e as mudanças espontâneas

<sup>104</sup> Neste gráfico, o fenômeno da mudança, indicado pela cor azul claro, subdivide-se em duas categorias: mudança espontânea (26%) e mudança sistemática (16%).

compreendem substituição parcial do topônimo, e não total, somados aos geomorfotopônimos que se mantiveram sem mudanças e/ou variações, explicitamos considerável permanência dos traços do relevo na Toponímia atual. Esse resultado remonta à afirmação de Bynon, apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, ao considerar que os nomes de povoados e de traços geográficos, como montanhas e rios, tendem a sobreviver mesmo a uma total substituição da língua (BYNON<sup>105</sup>, apud SEABRA, 2006, p.1957), provavelmente, por corresponderem a importantes referências locativas, o que contempla, inclusive, uma das características gerais dos topônimos devido à função referencial locativa. Constatamos que os casos em que houve substituição total do geomorfotopônimo contemplam mudanças sistemáticas, que correspondem a homenagens, conforme apresentamos nas fichas lexicográficas e reproduzimos aqui:

- Capela dos Morrinhos > Morrinhos > S. Anna > Arinos

O topônimo atual *Arinos*, (lei 843, 7/9/1923), é uma homenagem ao escritor mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, consoante ao que apresenta Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.107).

- Morro Grande ~ Morro Gr<sup>de</sup> > São João do Morro Gr. <sup>de</sup> > S. João > Barão de Cocais

A alteração do nome para *Barão de Cocais*, como seguiu figurando, deu-se em 1943 por meio do decreto-lei nº 1058 (31/12/1943). Trata-se de uma homenagem a José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, “Barão de Cocais e um dos vultos da Revolução de 1842”, como explica Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.112).

- Morrinhos > Matias Cardoso

Joaquim Ribeiro Costa (1997, p.279) informa que o topônimo atual, Matias Cardoso (lei nº 843, de 7/9/1923), é homenagem ao fundador do arraial.

Portanto, destacamos, mais uma vez, a importância do resgate do topônimo histórico como forma de conhecimento para a sociedade. A história de determinado lugar e, conseqüentemente, de determinado povo que o habitava, está presente no topônimo histórico que nomeava a localidade. Temos como claro exemplo “Barão de Cocais” que figurou como “Morro Grande” e, conforme apresentamos na ficha lexicográfica do geomorfotopônimo em questão, se relacionava ao ambiente nomeado:

---

<sup>105</sup> BYNON, Teodora. Can there ever be a Prehistorical Linguistics? *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995, p. 263.

Nos princípios do século XVIII, alguns sertanistas se deslocaram pelo sertão a dentro, na ânsia de encontrar novas minas e, no local a que chamaram Macacos, acharam boa pinta. Aí edificaram suas casas e fizeram suas roças. Uma capela foi logo construída, sob invocação de S. João Batista. **O local ficava no sopé de um morro muito grande, extenso**, assim, o arraial passou a ser designado como São João Batista do Morro Grande. A denominação de São João Batista do Morro Grande, aos poucos, passou a São João do Morro Grande; e foi reduzida a Morro Grande, pelo decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, quando ainda era distrito de Santa Bárbara. (BARBOSA, 1995, p.41-42) (Grifo nosso).

#### 4.2.6.1 As variações ortográficas

Os séculos de descobrimento e povoação do Brasil consideram a influência de diversas línguas, tendo em vista, inicialmente, a língua dos índios, habitantes nativos da região, e a língua dos colonizadores europeus. Em vista disso, por causa da realidade linguística vivenciada nos primeiros séculos do Brasil, é evidente apontarmos variações linguísticas, inclusive na Toponímia, já que o encontro de línguas condicionava vários fenômenos como variações fonéticas e ortográficas. Neste trabalho, apresentamos algumas dessas variações que foram verificadas por meio de análise do *corpus* da pesquisa.

- **Geomorfotopônimos de origem indígena**

As ocorrências de topônimos de origem indígena verificadas no *corpus* desta pesquisa correspondem à língua tupi: “Beturuna”, “Baependy” e “Ibitipoca”. Identificamos as seguintes variações:

Beturuna ~ Buturuna ~ Beroruna ~ Boturuna ~ Ibituruna

Baependy ~ Baependi ~ Baiependi ~ Baependí ~ Baependy

“Ibitipoca” não sofreu transformações na evolução toponímica verificada.

Analisar, criteriosamente, as variações que correspondem à língua tupi exigiria um trabalho específico, porém, apesar de não aprofundarmos nessa questão, é necessário ressaltar que essas variações correspondiam às várias alterações fonéticas diante do encontro de línguas – tupi e portuguesa –, consoante ao que explica Sampaio:

As duas línguas em níveis diferentes, se foram com efeito alterando, trocando entre si elementos, assimilando palavras, segundo a fonética peculiar a cada uma, até o aparecimento de um idioma geral, médio, uma língua *brasílica*, fallada pela maioria da população da colônia nos dois séculos que se seguiram ao descobrimento. (SAMPAIO, 1901, p.41)

Segundo Sampaio, os termos originais de “Baependi” – corresponde a forma atual da localidade - eram *mbaê-pindi*. Explica o estudioso:

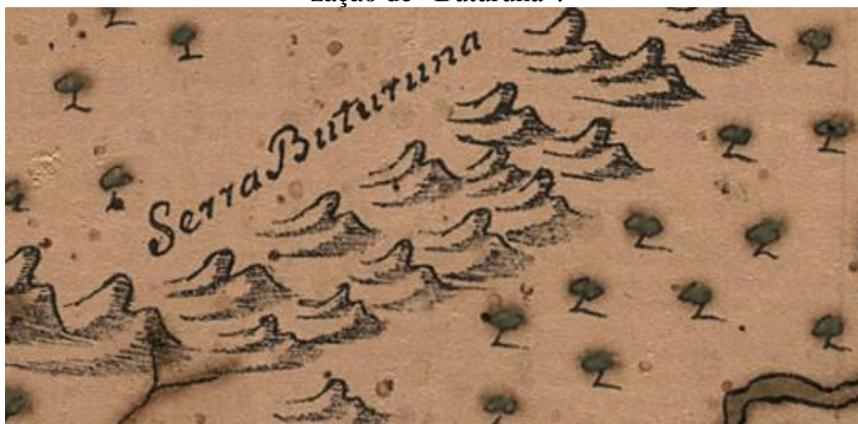
Quando, enfim, o tupi cede o passo ao portuguez e desaparece até dentre as populações do campo, o residuo que delle perdurou nas denominações dos utensis, das plantas, animaes e das localidades, trouxe já de época remota as alterações phonicas que bem evidenciam a força assimiladora, cedo exercida pela lingua culta que ficou predominando. Assim é que as consoantes duplas: *mb*, *nb*, *nt*, participantes de uma branda nazalação, se desdobram ou se reduziram a uma consoante simples, dizendo-se então: *baé* ou *maé* por *mbaé*; *boy* ou *moy* por *mboy*; *enè* por *ndè*; *nitio* ou *inti* por *ntio*. Os nomes geographicos: *Baependy*, *Maecurú*, *Boypeba*, *Mogy* ou *Moygy*, *Antimary*, são frisantes exemplos. (SAMPAIO, 1901, p.41)

Em relação à atual “Ibituruna” – como denomina a localidade atualmente –, observamos as formas variantes do radical “butur”, “ibitur” e “bitur”, como formas alteradas por metaplasmos de “ybytyra” que, segundo Sampaio, corresponde a “serro elevado”. Explica o autor:

A montanha, ou serro elevado se diz no tupi *ybytyra*, que como acima dissemos se decompõe em *yby-ityra*, isto é, *elevação da terra* ou *terra alta*. A alteração metaplastica desse vocábulo é a mesma dos seus elementos componentes (veja-se 76 e 80); por isso, é frequente encontrarem-se denominações de logares com as graphias do radical: *butur*, *ibitur*, *bitur*, fórmias alteradas de *ybytyra* [...]. Os nomes *Buturuna* ou *Voturuna* e *Ibituruna*, por exemplo, são identicos, encerrando os mesmos elementos correspondentes: *Ybytyra-una*, que quer dizer *monte negro*. (SAMPAIO, 1901, p.48)

É pertinente destacarmos, inclusive, a presença do registro “Serra Buturuna” no mapa de 1779, realizado por Rocha, que representa a Comarca de Vila Rica. Embora não se refira ao registro de nenhum geomorfotopônimo que integra o *corpus* deste trabalho, já que o topônimo mencionado nomeia um acidente geográfico de natureza física – serra –, é interessante observar a toponimização de “Buturuna”, diante da presença do termo “serra” em “Serra Buturuna”. Em outras palavras, ainda que “Buturuna” compreenda em seu significado “monte negro” ou “serra negra”, torna-se evidente que não se trata do acidente geográfico e sim do topônimo ou, caso contrário, a presença do termo “serra” em “Serra Buturuna” seria desnecessária.

Figura 28 – “Serra da Buturuna” registrada no mapa de 1779, realizado por Rocha: revela a toponimização de “Buturuna”.



Fonte: Santos, Faria e Costa. (2017)

- **Geomorfotopônimos de origem portuguesa**

Tendo em vista o predomínio da língua portuguesa na Colônia, principalmente, a partir do século XVIII, averiguamos ocorrências de geomorfotopônimos, referentes ao *corpus* deste trabalho, que evidenciam fenômenos ortográficos associados ao português de Portugal. Para realizar essa análise utilizamos o respaldo teórico apresentado por Maria Filomena Gonçalves, na obra intitulada “As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)”, uma vez que a autora apresenta ideias ortográficas contextualizadas histórico e culturalmente. Em relação ao século XVIII, a estudiosa explica:

As duas *formae mentis* setecentistas – o barroco e o neoclassicismo- parecem estar subjacentes ao estado das ideias ortográficas nesse século: a primeira, pela fantasia e exagerado capricho das formas; a segunda, pelo retorno à matriz clássica, quer formal quer temática, numa espécie de contradição aparente entre a revitalização do modelo dos Antigos, por um lado, e, por outro, a restituição da língua à sua autenticidade pela recuperação da vernaculidade espelhada nos clássicos portugueses do século XVI. (GONÇALVES, 2003, p.26)

Verificamos algumas ocorrências da consoante <l> dobrada, entre vogais, como em “Campo Bello” e “Morro do Pillar”. Além desses topônimos verificamos, também, a presença da consoante dobrada nos registros dos acidentes geográficos nos mapas legendados usados neste trabalho: “Capellas”, “Villas” e “Guardas Millitares”. Esse cenário remonta à aproximação das formas etimológicas “bellus” (do latim. *bel* XIII, *bello* XVI)<sup>106</sup>, “cappëlla” (do latim. *XIII*)<sup>107</sup> e “vïlla” (do latim. *XIII*)<sup>108</sup>. Verificamos, também, os registros em dicionários antigos da língua portuguesa, inclusive, contemplados nas fichas lexicográficas deste trabalho:

<sup>106</sup> Cunha (2010, p.86).

<sup>107</sup> Cunha (2010, p. 124).

<sup>108</sup> Cunha (2010, p.677).

“bêllo”<sup>109</sup>, “capella”<sup>110</sup> e “villa”<sup>111</sup>. Conforme apresenta Gonçalves (2003, p.40), o sistema etimológico integra um dos sistemas ortográficos que predominam nos Setecentos ou, ainda, o sistema ortográfico misto, caracterizado por Gonçalves como uma “espécie de zona intermédia entre os sistemas de etimologia (e pseudo-etimologia) mais rigorosa, e os sistemas derivados da assunção radical do princípio fonético” (GONÇALVES, 2003, p.54). Ou seja, ao mesmo tempo em que elimina algumas grafias greco-latinas (como “orthografia”) conservam grafemas duplos.

Constatamos, também, variação entre <ch> e <x>, verificadas por meio dos seguintes registros toponímicos: “**Ch**apada ~ **X**apada” e “**Ch**apéu ~ **X**apeo”, presente nos topônimos “Morro do **X**apeo” e “Morro do **Ch**apéu”. Gonçalves (2003, p.114) apresenta os testemunhos de alguns ortógrafos que explicitam a variação linguística existente nos Setecentos das grafias <x> e <ch>. Como “chapada” apresenta origem desconhecida, de acordo com Cunha (2010, p.145), acreditamos que a variação compreenda o fator fonético. Tendo em vista que “Chapéu” tem origem etimológica do francês “chapel” (hoje “chapeau”) <sup>112</sup>, Gonçalves evidencia o debate entre o princípio fonético e o etimológico por meio da exposição de Caetano de Lima (1736):<sup>113</sup>

Caetano de Lima (1736) faz uma interessante exposição sobre a grafia das palatais, visto tratar separadamente do dígrafo <ch>, com o valor de chiente surda, e de <ch>, de origem grega, no âmbito do tratamento de <h>: natural de Lisboa, Caetano de Lima (p.93) distingue, articulatoriamente, <ch> de <x>, com base em diferentes graus de << força >>: ao corresponder a uma africada palatal (*Chave, Chefe, Machado, Rochedo, Penacho, Capucho*, pp. 92-93), o dígrafo <ch> ‘requer tanta força na lingua Portugueza, como na ingleza v.g. *Cheeks* faces, e *Church* Igreja; e muita mais que em Francez. Nesta forma erraráo os Francezes, que pronunciarem *Chapeo*, em Portuguez tão brandamente, como elles dizem *Chapeau*’; descrito como fricativa palatal, o grafema simples <x> ‘tem a mesma pronuncia, que o CH dos Francezes, tanto no principio, como no meyo das palavras; e assim pronunciamos *Xadrez, Xarópe, Deixar, Paixaõ*, do mesmo modo que os Francezes pronunciaõ *Chapeau, Cheval, Achever, Achter*’ (pp. 106-107). Isto sugere duas interpretações: ou o ortografista ainda reconhecia a oposição entre a africada e a fricativa palatais, ou, induzido por uma consciência normativa, justificava a distinção gráfica por meio de uma oposição fónica, já anulada na pronúncia geral. (GONÇALVES, 2003, p.114-115).

Ainda em relação ao uso do <ch>, verificamos o registro do acidente geográfico “parochia” nos mapas legendados que compõem o acervo cartográfico desta pesquisa, com exceção do mapa produzido entre 1791 e 1798, anônimo, que registra “parroquias”. Observamos

<sup>109</sup> Morais (1789, p.275)

<sup>110</sup> Bluteau (1728, p.121) e Morais (1789, p.341).

<sup>111</sup> Bluteau (1728, p. 489) e Morais (1789, p.852).

<sup>112</sup> Cunha (2010, p.145).

<sup>113</sup> Luís Caetano de Lima (1671-1757): “é autor não só da *Orthographia da Lingua Portugueza* (Lisboa, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca), de 1736, como também de uma gramática francesa e de outra italiana [...]. Teatino e sócio fundador da Real Academia de História (1720), Caetano de Lima tem o perfil do estrangeirado; tendo viajado pela Europa, conhecia e falava com proficiência vários idiomas; defendia o ensino das línguas vivas, cujo conhecimento encarava como forma de modernidade e de progresso cultural”. (GONÇALVES, 2003, p.27)

que a presença de termos grafados com <ch> corresponde à tentativa de identificação da origem das palavras. No caso de “parochia”, notamos que se aproxima da forma etimológica: “parrochia”, século XIV, do latim tardio “parochia”<sup>114</sup>. Salienta Gonçalves (2003, p.134) em relação às grafias cultas, entre as quais se insere o <ch>:

Na verdade, a adopção dessas grafias reflecte tendências ou processos culturais mais profundos do que a simples imitação do latim ou do grego, pois tem subjacente uma dada concepção da ‘língua’, mais precisamente um ‘ideal linguístico’, traduzido, por exemplo, em expressões como ‘perfeição’, ‘beleza’ ou ‘pureza’ da língua; de facto, embora tenha evoluído em consonância com a reflexão filosófica-linguística das várias épocas, esse ‘ideal’ continuaria a rever-se no espelho latino até meados do século XIX, conforme atesta a concepção e a estrutura interna das gramáticas. [...] Feito este excuro, de regresso à doutrina dos ortografistas setecentistas, note-se que Caetano de Lima (1736) trata dos grupos greco-latinos <ch, ph, rt, th> no âmbito de <h>. O uso de tais grupos decorre da ‘força da derivação’, vale dizer, da identificação da origem das palavras, ao amparo da autoridade do P.<sup>o</sup> António Vieira, que adoptara essas grafias em palavras como Archanjo, Cherubim, Chimera, Chorografia, Christo, Chronica (...). (GONÇALVES, 2003, p.134)

Quanto às variantes “vargem ~ varge”, verificamos nos seguintes topônimos: “**Vargem-Bonita**”, “**Varge-bonita**” e “**Varge**”. Notamos que o fenómeno de desnasalização, que é constatado no português do Brasil atualmente, já estava presente em textos medievais portugueses, como explica Naro (2007, p.33) em relação a redução da nasal final:

De fato, essa primeira etapa – a desnasalização – existe na fala popular de Portugal [...] a regra atua tanto em nomes (*virgem* como *birge*) como em verbos (*vertem* como *bérte*). Essa regra é, aliás, bem antiga: a omissão da nasal final é frequente nos textos medievais portugueses e até em latim clássico a nasal final era fraca (Grandgent, 1962: 193). Omitia-se a nasal tanto em inscrições pre-clássicas como em inscrições plebeias tardias (Sturtevant, 1940:151), tendo sido restaurada apenas durante a fase da língua clássica escrita. (NARO, 2007, p.33)

Ainda que não se refira aos registos toponímicos, é pertinente evidenciar, também, a variação verificada no registro do acidente geográfico “arraial”: registrado como “Arraial” no mapa de 1804, realizado por Miranda, “Arrayaes” no mapa produzido entre 1791 e 1798, anônimo, e no mapa produzido em 1808 ou 1809, anônimo, e “Arraiaes” no mapa de 1821, produzido por Eschwege. Constatamos que a forma variante <ae> está associada à grafia histórica “vinculada ao plural latino em <-ALES>, identifica o plural nominal (*Animal-Animaes*), constituindo um exemplo de morfograma, vale dizer, uma grafia dotada de função distintiva no nível morfológico”. (GONÇALVES, 2003, p.83). O mesmo se verifica no registro do acidente geográfico “Postos Reaes” no mapa de 1821, realizado por Eschwege.

---

<sup>114</sup> Cunha (2010, p. 478).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do pressuposto de que os estudos toponímicos fornecem valiosas informações históricas e culturais de um povo, conforme estudos da área têm revelado, dedicamo-nos, por meio desta pesquisa, à investigação da influência dos traços do relevo no ato de nomeação dos acidentes geográficos de Minas Gerais representados em mapas produzidos nos Setecentos e Oitocentos Colonial e Joanino. Buscamos, portanto, compreender a relação entre os topônimos motivados por formas do relevo e o ambiente nomeado, o que inclui considerar o contexto histórico inserido, segundo a hipótese de que tais traços poderiam ser referência em caminhos ou despertar o interesse dos denominadores por apreciação à paisagem no período de povoamento do território.

No **Capítulo 1** deste trabalho, intitulado “A Onomástica e seus desdobramentos”, evidenciamos a relação entre o léxico e o ambiente, explicada por Sapir (1961), e discorremos sobre a Onomástica e seus desdobramentos, tendo como enfoque a área da Toponímia. Por meio dos pressupostos teóricos de Dick (1990a,b, 1999) e Seabra (2004, 2006), que fundamentaram este trabalho, explanamos sobre a estrutura do topônimo e a motivação toponímica, apresentando, inclusive, exemplos extraídos do Repositório de Dados - fonte de coleta dos geomorfotopônimos estudados nesta pesquisa.

No **Capítulo 2**, intitulado “A Cartografia Histórica de Minas Gerais”, abordamos sobre a Cartografia que representa o território mineiro durante o período Colonial (1720-1815) ao Joanino (1808-1821), uma vez que, tendo em vista que o objeto de pesquisa deste trabalho foi extraído de mapas produzidos no período citado, acreditamos na pertinência de contextualizar e compreender a Cartografia desse período. Para isso, contextualizamos a realidade vivenciada na Colônia portuguesa, o que inclui a formação das Comarcas e a Capitania de Minas Gerais, em 1720, justificáveis, inclusive, porque essas escalas geográficas foram consideradas na metodologia e análise dos dados. Essa contextualização foi interessante, porque justificou a importância e necessidade da produção cartográfica durante o período de povoamento dos sertões, já que os mapas eram valiosos instrumentos que auxiliavam nos interesses da Coroa portuguesa para manter a ordem política e administrativa na Colônia. Utilizamos como respaldo teórico Costa et al. (2002, 2004); Resende e Villalta (2007) e Costa, Bueno e Santos (2007) neste capítulo. Ademais, apresentamos, também, o Projeto *Registros Cartográficos Históricos: Revelando o Patrimônio Toponímico de Minas Gerais do Período Colonial ao Joanino*,

explicitando seu desenvolvimento e produtos, valendo-se da importância de apresentá-los, porque serviram como fonte de informação para realizar esta pesquisa.

No **Capítulo 3** deste trabalho, intitulado “Procedimentos metodológicos”, descrevemos, de modo criterioso, a formação do *corpus* usado para realizar a pesquisa, por meio das ferramentas disponíveis no Repositório de Dados – um dos produtos do Projeto citado e que fornece o banco de dados usado para a formação do *corpus* deste trabalho. Como utilizamos o procedimento metodológico de fichas lexicográficas, desenvolvidas por Dick (1990) e adaptadas por Seabra (2004), explicamos a estrutura da ficha, assim como as adaptações feitas para atenderem aos objetivos de análise dos dados deste trabalho. Criamos, inclusive, um quadro-contexto cartográfico que acompanha cada ficha e fornece informações geográficas e linguísticas sobre os topônimos estudados nesta pesquisa. Desse modo, cada campo que integra a ficha e o quadro foi explanado de modo sistemático. Apoiando-nos em Santos, Seabra e Costa (2016, 2017)<sup>115</sup> como respaldo teórico e metodológico do Projeto desenvolvido evidenciamos, também, informações operacionais sobre os mapas usados neste trabalho, diante da perspectiva de que o entendimento de tais informações fosse necessário para a compreensão metodológica, de análise dos dados e resultados encontrados, tais como acidentes geográficos, signos cartográficos, legendas e escalas geográficas e cartográficas.

No **Capítulo 4** deste trabalho, intitulado “Apresentação e análise dos dados”, expusemos os dados que integram o *corpus* usado na pesquisa, apresentando-os, primeiramente, de modo descritivo por meio de fichas lexicográficas. Reiteramos a importância das fichas, já que, além de descreverem os dados da pesquisa, compreendem, também, caráter de análise qualitativa, por meio da explanação dos significados dos topônimos e outras questões. No tópico intitulado “Análise quantitativa e discussão dos resultados” buscamos apresentar os resultados verificados por meio de quadros, gráficos e mapas, e discorrer sobre a análise dos dados, valendo-se do viés diacrônico para interpretar os resultados. Dessa forma, apontamos a seguir alguns resultados pertinentes verificados por meio dessa análise. As 101 ocorrências de geomorfotopônimos estudados neste trabalho representam 4% dos topônimos que integram o Repositório de Dados. Considerando-se esse percentual, verificamos:

---

<sup>115</sup> SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C.; COSTA, A. G. Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas). SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/home>> Acesso em: nov. 2018.

- Predomínio de geomorfotopônimos na Comarca do Rio das Mortes, que, inclusive, compreendia uma das Comarcas mais povoadas no período Colonial. Isso revela o interesse por traços do relevo na região em questão.
- Produtividade de geomorfotopônimos formados pelo termo “Morro” e “Morri-nhos”, principalmente, na Comarca do Sabará. Esse resultado é compreensível ao considerarmos que os morros orientavam os bandeirantes, sertanistas e índios, pelos sertões no período de povoamento da região.
- Averiguamos pistas da relação entre os topônimos estudados e o ambiente nomeado, inclusive, por meio da representação do relevo nos mapas em que os topônimos foram coletados, que lançam luz sobre tais interpretações.
- Verificamos que a estrutura morfológica dos topônimos constituídos por nomes compostos evidencia a presença de aspectos que remetem à apreciação da paisagem, como “Campo-Bello”, outros apresentam termos que especificam ou servem como referência, como “Morro do Xapeo” e “Campanha de Toledo”.
- Quanto ao resultado relacionado à origem linguística dos topônimos, verificamos que a presença majoritária de topônimos de origem portuguesa, 79% do total, revela-se compatível ao período de povoamento da Colônia, tendo em conta o domínio da Coroa portuguesa, mas reforçamos a importância dos topônimos verificados de origem indígena tupi, ainda que em menor número, já que marcam a presença tupi no território.
- Constatamos que a maior parte dos geomorfotopônimos nomeava arraiais, principalmente, capelas, o que indica que os traços geográficos que se associam ao relevo da região correspondem à motivação primitiva no ato de denominação, dado que nomeavam as primeiras povoações mineiras verificadas neste trabalho.
- Em relação à análise da variação e mudança toponímica, verificamos maior número de variação e mudança, compreendendo 42% cada fenômeno. Considerando-se que as variações são de caráter ortográfico/fonético e as mudanças espontâneas compreendem substituição parcial do topônimo, e não total, somados aos geomorfotopônimos que se mantiveram sem mudanças e/ou variações, explicitamos considerável permanência dos traços do relevo na Toponímia atual, o que indica a sua importância e relevância. Constatamos que os casos em que houve substituição total do geomorfotopônimo contemplam mudanças sistemáticas, que correspondem a homenagens, como o atual topônimo “Arinos” –

antigo “Morrinhos” -, que é uma homenagem ao escritor mineiro Afonso Arinos de Melo Franco.

De modo geral, é possível afirmar que a pesquisa realizada cumpriu os objetivos propostos e confirmou algumas hipóteses, como o interesse por traços do relevo que remontam à apreciação da paisagem. Ainda que em menor número, a presença de “Campo Bello” e “Vargem-Bonita” confirmam a hipótese. Além disso, verificamos que as formas de relevo eram importantes referências no período de povoamento do território que hoje figura “Minas Gerais”, como revela a produtividade do topônimo “Morro” na nomeação dos acidentes geográficos, principalmente, os primitivos povoados. Ressaltamos, ainda, a relação entre o topônimo e o ambiente nomeado, como verificamos por meio de imagens das localidades atuais, “Morro da Garça” e “Campanha”, por exemplo, por meio de informações históricas que justificam a motivação do nome e a representação das formas de relevo nos mapas que foram a fonte de coleta dos topônimos.

A permanência dos traços do relevo na toponímia atual, verificados por meio dos topônimos históricos estudados, valendo-se de variações e mudanças parciais na nomeação, indicam a importância da preservação toponímica, tratando-a como patrimônio imaterial de um povo. Ademais, evidenciamos o valor histórico e cultural do resgate toponímico, como o topônimo “Morro Grande”, por exemplo, tendo em vista que atualmente a localidade figura “Barão de Cocais”. Sobre a importância de preservação dos topônimos, salienta Miranda<sup>116</sup> ao considerar a atuação jurídica:

[...] segundo o ordenamento jurídico brasileiro, as denominações tradicionais dos lugares, enquanto signos da identidade e da memória de nossa sociedade, podem ser compreendidas e classificadas como partes integrantes do patrimônio cultural imaterial e, portanto, passíveis de tutela pelo poder público, nos termos preconizados pelo art. 216, § 1º. da Constituição da República. (MIRANDA, 2016)<sup>117</sup>

Concluimos, portanto, que a manutenção dos nomes primitivos na toponímia consolida a preservação da história e cultura local. Nos casos dos geomorfotopônimos verificados, mantêm viva a presença dos morros que desde o período de povoamento de Minas Gerais revela a sua importância. De modo geral, as presenças das formas do relevo marcam, ainda hoje, as

<sup>116</sup> Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, especialista em Direito Ambiental, secretário da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, professor de Direito do Patrimônio Cultural e membro do *Internacional Council of Monuments and Sites (ICOMOS) Brasil*.

<sup>117</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Ambiente Jurídico: Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados. *Revista Consultor Jurídico*. 8 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-out-08/ambiente-juridico-patrimonios-culturais-nome-lugares-tambem-preservedos>> Acesso em: dez. 2018.

paisagens mineiras. Como evidencia Seabra (2010, p.95)<sup>118</sup>, segundo Miranda (2016): “nome de lugar é voz, ferramenta e fundamento da experiência humana, já que é um signo linguístico que transmite informações e reflete a história dos povos”.

Por fim, retomamos o caminho traçado nesta pesquisa e expomos as principais considerações sobre a análise dos dados, por meio das Considerações Finais, aqui apresentadas. Em sequência, apresentamos as referências das obras usadas para o desenvolvimento deste trabalho. Reiteramos que a pesquisa não se esgota aqui, tendo em vista as possíveis limitações e lacunas, assim como, ao considerarmos que todo trabalho permite releituras que fomentam futuras pesquisas.

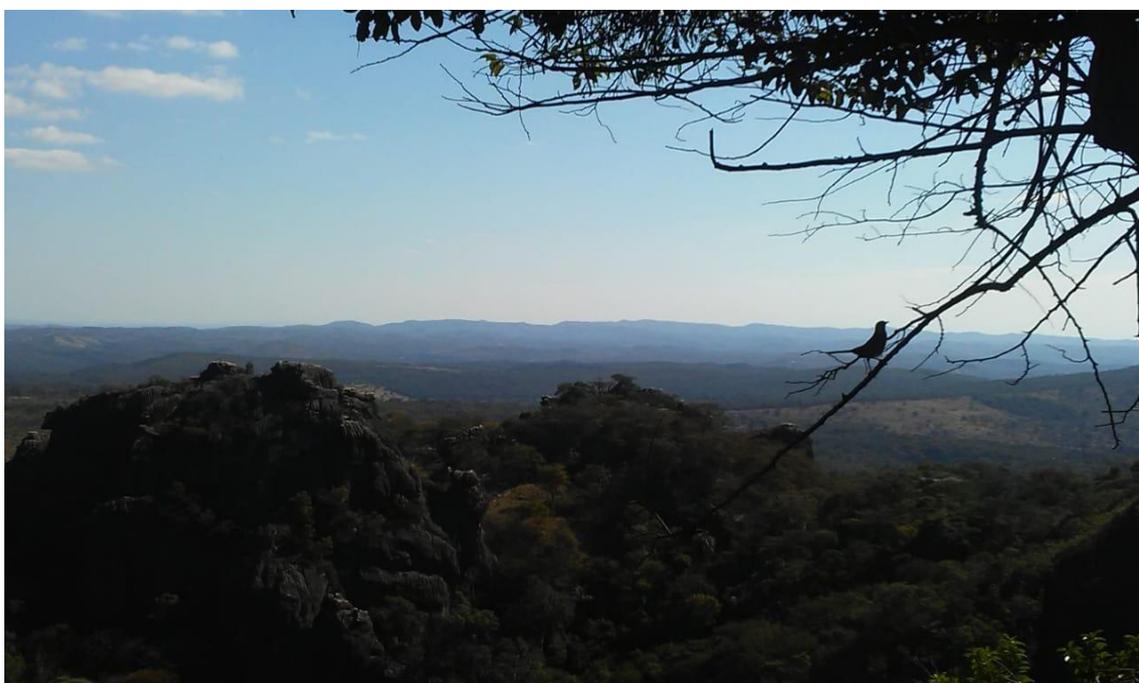
Como a poesia não resiste aos encantos do relevo mineiro, por meio de versos encerro este trabalho:

*Vejo o nome que figura um arraial no mapa da Capitania de Minas Gerais de 1767/ Esse topônimo, tão simples e ao mesmo tempo tão majestoso, convida-me a questioná-lo em busca de sua significação/ Entre dúvidas e questionamentos percebo que aquele registro cartográfico sobreviveu ao tempo para revelar a história que guarda/ Ainda que pertença ao passado de Minas Gerais, se torna o meu presente toda vez que o contemplo/ As respostas surgem na mesma inquietude das perguntas que faço e, assim, por meio da pesquisa, crio um elo entre o passado e o presente/ **Beturuna, Baependy, Morrinhos, Chapada, Campanha do R. Verde...** são as formas que desenharam Minas Gerais/ Do alto do morro via-se aquele território tão vasto e misterioso exibir seus tesouros minerais/ Se somos parte desse mesmo passado, ao seguir os mapas e estudar esses topônimos, descubro um pouco de mim, descubro um pouco da gente, descubro as formas e os laços de Minas Gerais.*

*Marianna de Franco Gomes*

---

<sup>118</sup> SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Toponímia do Vale: passado e presente. In: SOUZA, João Valdir de. HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs.). *Vale do Jequitinhonha*. Formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.



Fonte: Serra do Cipó, MG. (2018). (Acervo pessoal da autora)

## REFERÊNCIAS

- AB' SÁBER, Aziz Nacib. O relêvo brasileiro e seus problemas. In: Azevedo, Aroldo de. *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p.135-219. v. 1. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/brasil-a-terra-e-o-homem-as-bases-fisicas/preambulo/5/texto>> Acesso em: jul. 2018.
- ABBADE, Celina Márcia de Souza. Lexicologia social: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO. A. N.; SEABRA. M. C. T. C. de. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 141-161.
- ALMEIDA MENDES, Andréia. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala de moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – MG*. (Dissertação). UFMG, 2009.
- ALVES, Ana Paula Mendes. *Um estudo Sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte*. (Dissertação). UFMG, 2008.
- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. (Dissertação). UFMG, 2003.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos; DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO. A. N.; SEABRA. M. C. T. C. de. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 193-207.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 585-607, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/9547>> Acesso em: ago. 2018.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia LTDA, 1995.
- BEAUREPAIRE-ROHAN. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. 2. ed. Salvador: Livraria Progresso Editôra, 1956.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2001. p. 13-22.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria lingüística: teoria lexical e lingüística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>> Acesso em: ago. 2018.

BRAGA, Luciene Maria. *Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba – MG*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, 2012. pdf. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15418/1/d.pdf>> Acesso em: nov. de 2018

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenhando o Brasil: O saber dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do Império*. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 29-49.

BYNON, Teodora. *Can there ever be a Prehistorical Linguistics?* In: *Cambridge Archaeological Journal* 5:2. London, 1995.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle. *O uso do artigo definido em contextos específicos*. In: HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

CALLOU, Dinah. *A variação no Português do Brasil: O uso do artigo definido diante de antropônimo*. Faculdade de Letras da UFRJ. vol. 9. Rio de Janeiro: Série Conferência, 2000.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 822 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://150.164.100.248/poslin/defesas/1480D.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Minas de Todos os Santos: Dicionário de topônimos*. Curitiba: Appris, 2017.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios*. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018.

CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro ; BENITEZ, Leila ; ANDRADE, Kerley Wanderson ; QUEIROGA, Gláucia Nascimento . *Estratigrafia e Evolução Geomorfológica do Grupo Bambuí na Região de Morro da Garça (MG)*. *Geonomos*, v. 15, p. 43-52, 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/CHIP7/Downloads/97-330-1-PB.pdf> > Acesso em: nov. de 2018.

CINTRA, Jorge Pimentel; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Análise da CARTA GEOGRÁFICA DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS DE 1804*. In: *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico* – v. 1, 1974 – Belo Horizonte: UFMG, Museu de História Natural, 2011. tomo I. p. 67-89. v. XX.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Piniheiro, Centro de Estudos Históricos Culturais, 1999. v. 2.

COELHO, I. L; GÓRSKI, E. M; SPUZA, C. M. N. de; MAY, G. H. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

CORDEIRO, Maryelle Joelma. *Litotoponímia mineira*. 2018. 535 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em < <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1556D.pdf> > Acesso em: fev. 2019.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da Conquista do território das Minas*. Belo Horizonte; Lisboa: UFMG, 2004.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinais da costa até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 83-223.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1993.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa*. 2. ed. Belo Horizonte: BDMG cultural, 1997.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990b.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Recife: UFPE, 1999. p.119-148.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.91-117.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Org.). *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. III. Campo Grande: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 459-471.

- DIÉGUES JUNIOR, M. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.
- DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororó à toponímia Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965.
- DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. *Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*. 2017. 686 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em < <http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1479D.pdf>> Acesso em: ago. 2018.
- FRANÇA, A. I; FERRARI, L; MAIA, M. *A Linguística no século XXI: convergências e divergências no estudo da linguagem*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FREITAS, Cassiane Josefina de. *A zootoponímia em Minas Gerais*. 2018. 504 f. Tese (Doutorado, Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em <<http://www.poslin.letras.ufmg.br/defesas/1761D.pdf>> Acesso em: fev. 2019.
- FRIEDRICH, E. Renger. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage e VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 103-126.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material/ Universidade de São Paulo, Museu Paulista*. v. 1 (1992). v. 17, n.2 jul./dez. 2009. p. 155-187.
- GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. Melhoramentos: *Dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003.
- GOVERNO DE MINAS GERAIS. Disponível em:< <https://www.mg.gov.br/>> Acesso em: out. 2018.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*. 3. ed. São Paulo: Editora Ave Maria LTDA, 1981.
- GUERRA, Antonio Teixeira; GUERRA Antonio José Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: out. 2018.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. VI. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 115-139.

KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material / Universidade de São Paulo, Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 17. n.2. p. 39-61 jul. -dez. 2009.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

LEVY CARDOSO, Armando. *Toponímia Brasília*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1961.

LIBERATO, Yara. *A estrutura do \SN em português: uma abordagem cognitiva*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, Tese de doutorado, 1997.

LYONS, John. *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1984. 3 v.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. *A ausência de artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa: um caso de retenção?* (Dissertação). UFMG, 2000.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. *Roteiro de cartografia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Elementos para descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Ambiente Jurídico: Patrimônios culturais, nomes de lugares também devem ser preservados. *Revista Consultor Jurídico*. 8 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-out-08/ambiente-juridico-patrimonios-culturais-nome-lugares-tambem-preservados>> Acesso em: dez. 2018.

MOISÉS, Juliana de Assis. *O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte*. (Dissertação). UFMG, 1995.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: As minas setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 55-85.

NARO, Anthony Julius. *Garimpo das origens do português brasileiro*. NARO, A. J., SCHERRE, M. M. P (Orgs.) São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCIMENTO, Rodrigo Vieira do; ANDRADE, Karylleila dos Santos; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Toponímia e Geografia Cultural: tecendo fios de investigações no âmbito da interdisciplinaridade. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1003-1029, 2018.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário Tupi Antigo: A língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

OGDEN, C. K.; RICHARDS, I.A. *The Meaning of Meaning*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1923.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: UFMS, 2001. p. 9-11.

OLIVEIRA, Cêurio, *Dicionário Cartográfico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. – IBGE, 1993.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3>> Acesso em: jul. 2018.

RAISZ, Erwin. *Cartografia General*. Barcelona: Ediciones Omega, S. A., 1953.

RENGER, Friedrich. E. Primórdios da cartografia das Minas gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: As minas setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 103-126.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Estudo Crítico. In: ROCHA, José Joaquim da; *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Transcrição e coleção de textos: RESENDE, M. E. L. de; MARQUES, R. C. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. p.13-67.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: As minas setecentistas 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 25-53.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais: Período Colonial*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROSA, João Guimarães. O recado do Morro. In: *Corpo de Baile: (sete novelas)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p.

SABATER, Roberto Faure. *Diccionario de nombres geográficos y étnicos del mundo*. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 2004.

SAMPAIO, Teodoro. *O Tupi na geografia nacional*. Memoria lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Casa Eclectica, 1901.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Santa Catarina* (1820). São Paulo: Companhia editora nacional, 1936.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. COSTA, Antônio Gilberto (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 51-81.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGGER, Friedrich Ewald. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período 1767-1821. In: *SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA*, 5., 2013, Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos-apresentados.html>>. Acesso em: nov. 2018.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto. *O mapa de 1767 das Minas Gerais*: Ecoando a questão dos limites da capitania. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional* – v. 29, número 1. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, janeiro/junho, 2016. p. 48-66.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa; COSTA, Antônio Gilberto (Orgs.). *Atlas – Patrimônio Toponímico na Cartografia Histórica de Minas Gerais*. Belo Horizonte/MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. 1 CD. Acompanha material complementar (1 folheto e 10 marcadores de páginas). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/toponimia/index.html>>. Acesso em: ago. 2018.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; GUERRA, A. E; FARIA, M. D. de. Toponímia de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino, em um Repositório de Dados Digital. III Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2016, Belo Horizonte. *Anais do III Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2016. v. 1. p. 269-283.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/home>> Acesso em: ago. 2018.

SANTOS, M. M. D. dos.; FARIA, M. D. de.; COSTA, A. G. Fonte de dados, mapas. In: SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponimia.com.br/mapas>> Acesso em: ago. 2018.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de. Apresentação do Projeto: Registros cartográficos históricos: revelando o patrimônio toponímico de Minas Gerais do período Colonial e Joanino. In: SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: <<http://repositoriotoponomia.com.br/projeto> > Acesso em: ago. 2018.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Mapas da capitania e das comarcas de Minas Gerais – Propriedades relevantes. In: SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; COSTA, A. G. (Org.). *Repositório de Dados: Toponímia Histórica de Minas Gerais, do Setecentos ao Oitocentos Joanino – Registros em Mapas da Capitania e das Comarcas*. Belo Horizonte, MG: Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB/UFMG); Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHG/MG), 2017. Disponível em: < <http://repositoriotoponomia.com.br/propriedades> > Acesso em: ago. 2018.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M. C. T. C. de; MENEZES, P. M. L. de. A memória toponímica dos vales dos rios Paraopeba e São Francisco, Província de Minas Gerais, no croquis topográfico de James Wells, de 1874. *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*. Belo Horizonte, v. 26, dez. 2017. (No prelo).

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência – Ensaio*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. 2004. 368 f. Tese (Doutorado, Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. 2 v.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES J. S. D., TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia/MG. EDUFU, v.1, 2006. p. 1953-1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Toponímia do Vale: passado e presente. In: SOUZA, João Valdir de. HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs.). *Vale do Jequitinhonha*. Formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; SANTOS, Márcia Maria Duarte. Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos. In: ISQUERDO, A. N; SEABRA, M. C. T. C. de. (Org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 245-258.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação e Mudança Linguística de Topônimos. In.: *Nos Caminhos do Léxico*. Campo grande, MS: Ed. UFMS, 2016. p. 137-154.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; ISQUERDO, Aparecida Negri. A Onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>> Acesso em: jul. 2018.

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004.

STEWART, George R. *A Classification of place names*. In: Names. Berkeley, v. II (1), 1954.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambiência e pensamento complexo: Resignific(ação) da Geografia. In: SILVA, A. D.; GALENO, A. (Org.). *Geografia – Ciência do Complexus. Ensaios Transdisciplinares*. Curitiba: Ed. Sulina; UFPR, 2004, p.196.

TEREZO, Claudio Ferreira. *Novo dicionário de geografia*. 2. ed. São Paulo: Livro Ponto, 2008.

ULLMANN, Stephen. *The Principles of Semantics*. Glasgow: Jackson & Oxford Blackwell, 1957.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

#### **Referências cartográficas:**

CARTA geographica da capitania de Minas Geraes, e partes confinantes. 1767. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 800 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro -AHEX / RJ).

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais: levantado por Guilherme Barão D'Eschwege. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 000 000]. (GEAEM - Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa, Portugal – Lx/PT).

----- . Comarca do Paracatu. In: ----- . Novo Mappa da Capitania de Minas Gerais: levantado por Guilherme Barão D'Eschwege. Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 000 000]. (GEAEM. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa, Portugal – Lx/ PT).

MAPPA da Capitania de Minas Geraes. 1870. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 800 000]. Copiado da reprodução manuscrita, ca. 1808, pelo Cap. Antonio Vilella de Castro Tavares em 1870. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEX/RJ).

MAPA topografico e hidrografico da Capitania de Minas Geraes. [entre 1791 e 1798]. 1 mapa ms. Escala [ca. 1:1 700 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro- BN /RJ).

MIRANDA, Caetano Luís. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. 1804. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 700 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX/RJ).

ROCHA, José Joaquim da. Mappa da Capitania de Minas Geraes: que Mandou Fazer o Ilmo. e Exmo. Senhor d. Anto . de Noronha, Governador e Capitão Genal. da mesma Capitania. ...o fez 1777a. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 600 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - BN / RJ).

----- . Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a capitania de Minas Geraes: que mandou descrever o Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Noronha, Governador e Capitão General da mesma Capitania, segundo as mais exactas informações. Anno de 1777b. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 200 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro - BN/RJ).

----- . Mappa da Comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: 1777c. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 500 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro – BN/RJ).

----- . Mappa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas. 1778 a. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 3 400 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro - AHEX/RJ).

----- . Mappa da Comarca do Rio das Mortes. 1778b. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 800 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX /RJ).

----- . Mappa da Comarca do Sabara. 1778c. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 1 500 000]. (Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte - APM/BH).

----- . Mappa da Comarca do Serro Frio. 1778d. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 1 700 000]. (Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro – AHEX / RJ).

----- . Mappa da Comarca de Villa Rica. 1778e. 1 mapa ms. Escala [ca. 1: 600 000].(Arquivo Histórico do Exército – AHEX/RJ).

----- . Mappa da Comarca de Villa Rica. 1779. 1 mapa ms. Escala [ca.1: 600 000]. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ).

----- . Mappa da Capitania de Minas Geraes. 1793. 1 mapa ms. Escala [ca. 1:1 700 000]. (Biblioteca Pública Municipal do Porto - BPMP /PO/PT).